

Universidade de Lisboa

Instituto de Educação



**Construir e Construir-se (n)uma Associação de Bairro:  
o Moinho da Juventude, na Cova da Moura**

Irene Delettrez Hipólito dos Santos

Doutoramento em Educação

Área de especialização Formação de Adultos

2014

Universidade de Lisboa

Instituto de Educação



**Construir e Construir-se (n)uma Associação de Bairro:  
o Moinho da Juventude, na Cova da Moura**

Irene Delettrez Hipólito dos Santos

Tese orientada por Rui Canário

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutora

Doutoramento em Educação

área de especialização Formação de Adultos

2014

## Resumo

A Associação Cultural Moinho da Juventude foi criada pelos moradores nos anos 80 enquanto edificavam, em regime de autoconstrução, o bairro da Cova da Moura (Amadora). As pessoas organizaram-se, então, para estabelecer os arruamentos, obter o saneamento básico, promover actividades para as crianças e apoiar no acesso ao mercado de trabalho. A Associação cresceu, consolidou o seu trabalho e conta atualmente com quase cem pessoas remuneradas, uma multiplicidade de trabalhos desenvolvidos, e o carácter inovador de diversos. Várias pessoas que frequentaram, enquanto crianças, aquele espaço, hoje ocupam ali cargos profissionais e associativos.

O texto analisa o carácter formativo do Moinho da Juventude através de um estudo de caso, naturalista e descritivo. Procurei conhecer a formação que acontece no contexto da sua actividade e as articulações entre modalidades de formação, bem como as dimensões individuais e colectivas. A recolha empírica recorreu a: inquérito, observação e análise documental.

A pesquisa permite concluir que: – o período longo de tempo de existência da Associação, que atravessa já mais do que uma geração, a realização em grupos marcados pela diversidade dos integrantes, e o lugar à iniciativa, tornam o Moinho um espaço de oportunidade e um dos principais processos formativos pauta-se pela disponibilização das pessoas (de si mesmo<sup>1</sup>) para novos/outros ‘poder-ser no mundo’; – evidenciou-se a introdução de lógicas de funcionamento comunitário, mesmo que frequentemente sujeitas a pressões por parte de outras organizações. Nota-se uma significativa relação da Associação com entidades estatais, que ocupam um lugar determinante no seu desenvolvimento em termos de enquadramento financeiro e institucional, mas igualmente de legitimação. No entanto, o seu carácter inovador e de autonomia encontram-se na afirmação e na legitimação da lógica comunitária (endógena) em todo o trabalho que ali se efetua; – uma gramática própria parece constituir-se como matriz instituinte daquela que as pessoas que fazem a Associação nomearam como a ‘maneira de trabalhar do Moinho’, que passa pelo estabelecimento de uma relação: com o tempo, com o outro, com o fazer, com a linguagem e com o saber.

**Palavras-chave:** formação, associação, bairro, imigrantes

---

<sup>1</sup> de si mesmo individualmente, mas também pode ser de si mesmo enquanto colectivo, que pode ser o colectivo Associação, bairro, ou dos imigrantes africanos ou negros.

## Résumé

L'Association Culturelle Moinho da Juventude a été créée par ses habitants dans les années 80, lors de l'auto-construction du quartier de Cova da Moura (Amadora). Les gens se sont alors organisés pour faire des rues, obtenir le réseau d'assainissement, promouvoir des activités pour les enfants et soutenir l'accès au marché du travail. L'Association a grandi, consolidé son travail et compte actuellement près d'une centaine de personnes rémunérées pour un travail très diversifié et innovant. Plusieurs personnes qui ont fréquenté cet espace dans leur enfance y occupent aujourd'hui des postes professionnels et associatifs.

Le texte analyse le caractère formatif de cette Association. Il utilise une étude de cas, naturaliste et descriptif, pour connaître la formation qui se déroule dans le cadre de ses activités, les articulations entre les dispositifs de formation, et les dimensions individuelles et collectives. La collecte empirique de données s'est appuyée sur des enquêtes, l'observation et l'analyse de documents.

La recherche permet de conclure que : – la longue période de temps de son existence, qui traverse plus d'une génération, le travail de groupes dont les membres sont diversifiés et la place donnée à l'initiative ont transformé le Moinho en un espace d'opportunités, et que l'un des principaux processus de formation repose sur la disponibilité des personnes (elles-mêmes<sup>1</sup>) pour les nouveaux/autres 'pouvoir-être au monde' ; – elle a mis en évidence l'introduction de logiques de fonctionnement communautaire, malgré la pression fréquente d'autres organisations. On remarque une relation significative de l'Association avec les organismes publics, organismes qui occupent une place cruciale dans son développement en ce qui concerne le cadre financier et institutionnel, et également de légitimation. Toutefois, le caractère innovateur et l'autonomie de l'Association se trouvent dans l'affirmation et dans le processus de légitimation de la logique communautaire (endogène) de tout son travail. – il semble qu'une grammaire se construise comme matrice instituante de ce que les personnes qui font l'Association ont appelé 'la façon de travailler du Moinho', qui passe par la mise en place d'une relation: avec le temps, avec l'autre, avec le faire, avec le langage et avec le savoir.

**Mots-clés** : formation, association, quartier, immigré

---

<sup>1</sup> elles-mêmes, individuellement, mais ce peut aussi être d'elles-mêmes en tant que collectif Association, quartier, ou immigré africain ou noir.



## **Abstract**

The Cultural Association Moinho da Juventude (Windmill of Youth) was created in the early 1980s by local residents while they were building, under an auto-construction regime, the Cova da Moura neighbourhood (Amadora). Back then, people organised themselves to establish the arrangement of streets, obtain basic sanitation, promote activities for children and support access to the labour market. The Association grew, consolidated its work and currently has nearly one hundred people remunerated and a multiplicity of projects undertaken, many of which with an innovative character. Several people who attended that place as children occupy there today professional and associative positions.

The text examines the formative character of the Moinho da Juventude through a descriptive and naturalistic case study. It seeks to understand the training that takes place in the context of its activity and the articulations between training modalities, as well as their individual and collective dimensions. The empirical data collection resorted to: questionnaires, observation and document analysis.

The research allows to draw the conclusion that: – the long period of existence of the Association, which crosses already more than a generation, the performance in groups characterised by the diversity of its members and the given place for their initiative have turned the Moinho da Juventude in a space of opportunity, where one of the main formative processes is guided by the availability of people (of their-self)<sup>2</sup> for new/other 'power-of-being in the world'; – it has evidenced the introduction of community operating logics, even if often under pressure from other organisations. It is noted a significant relation between the Association and State-owned entities, which occupy a crucial place in its development in terms of financial and institutional framework, but also of legitimisation. However, the innovative character and the autonomy of the Association are to be found in the affirmation and legitimisation of a community-based logic (endogenous) throughout all the work that is developed; – one own grammar seems to constitute itself as an instituting matrix of the 'working way of the Moinho', as designated by the people who make the Association, through the establishment of a singular relation: with time, with the other, with language, with doing and knowing.

**Keywords:** training, association, neighbourhood, immigrants

---

<sup>2</sup> Their-self individually, but which can also be their-self as collective Association, neighbourhood, or the black or African origin immigrants.

## Índice

<b>Dedicatória e agradecimentos</b>	5
<b>Introdução</b>	6
<b>Capítulo 1. ‘Se não sabe, porque é que pergunta?’</b>	9
A formação numa associação	9
Abordagem metodológica	12
Desenho da pesquisa	14
O inquérito	17
Observar e participar	21
Recolha documental	22
Análise dos dados	25
<b>Capítulo 2. Formar e formar-se: percursos e contextos</b>	28
Tendências na educação de adultos	28
A institucionalização da formação	31
Formar como formar-se	33
Do individual ao coletivo	42
Contextos organizacionais	48
Desenvolvimento e local	49
Os novos movimentos sociais	51
Em Portugal, o movimento associativo	53
Associações de imigrantes	54
Em que local intervêm as associações	56
Estado, associações e terceiro setor	58
Instituição e autonomia: poder instituir	64

<b>Capítulo 3. A Associação Cultural Moinho da Juventude</b>	<b>69</b>
A Cova da Moura	69
A Associação Cultural Moinho da Juventude	73
Formação e filosofia de formação	79
Novas figuras profissionais (em Portugal)	85
Metodologias e instrumentos	93
Expressão artística e cultural	99
Qualificação do bairro	108
Práticas de formação	114
Cidadania participativa	114
Curso EFA de agentes de ação educativa	129
Síntese	148
 <b>Capítulo 4. Como se vive e aprende no Moinho da Juventude</b>	 <b>150</b>
As pessoas que fazem a Associação	151
A Associação Cultural Moinho da Juventude	157
Construir e construir-se (n)a Associação	157
Criar ou estrear	160
‘Percurso todo’ (ou parte) no Moinho	161
Trajeto curso-trabalho e voluntariado	162
Tempo de permanência ou ligação	163
O que é a Associação	163
Maneira de trabalhar	170
Transformações na Associação	180
Formar e formar-se na Associação	189
O que ensino	190
O que aprendo	199
Atividade, como se aprende o trabalho	213
Aprender um ofício/uma tarefa	216
Participação em reuniões, seminários, intercâmbios	220
Cursos de formação	222
Sobre o bairro da Cova da Moura	226
Ser do bairro	226
O que é o bairro	229

Qualificação urbana do bairro	232
No bairro, o Moinho	235
Daqui a 10 anos	236
Síntese	238
 <b>Capítulo 5. Construir e construir-se (n)uma associação de bairro</b>	 246
Formar a e na Associação Moinho da Juventude	247
Construir-se numa história e linguagem coletivas	249
O espanto e outras possibilidades de ser	255
Da produção do Moinho, fazer(-se) obra num <i>djunta mon</i>	258
Das relações com o Estado	269
Uma ‘gramática’ própria	274
Lugar da palavra	275
Lugar do outro	277
Lugar do tempo	280
Moinho, lugar de formação	282
 <b>Bibliografia</b>	 284
 <b>Anexos</b>	
Inquérito	
Grelha de análise	
Respostas aos inquéritos	
Produção do Moinho da Juventude (base de dados)	
Produções escritas do Moinho da Juventude ( <i>dossier</i> )	
Organigrama geral da Associação	
Plano da Cova da Moura	

## Lista das siglas

ACMJ	Associação Cultural Moinho da Juventude
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
AEC	Atividades de enriquecimento curricular
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
ATL	<i>Atelier</i> de tempos livres
CATL	Centro de atividades e tempos livres
CB	Comissão de Bairro
CCB	Centro Cultural de Belém
CIR	Corpo de Intervenção Rápida (da polícia de segurança pública)
CMA	Câmara Municipal da Amadora
EFA	Educação e formação de adultos (cursos)
EMDR	Eye Movement Desensitization and Reprocessing
GNR	Guarda Nacional Republicana
FSE	Fundo Social Europeu
IBC	Iniciativa Bairros Críticos
IDT	Instituto das Drogas e da Toxicodependência
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
NMS	Novos movimentos sociais
OTJ	Ocupação tempos livres para jovens
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TAE	Técnico de ação educativa
TPC	Trabalhos para casa
UTL	Universidade Técnica de Lisboa

## Dedicatória e agradecimentos

‘O trabalho com a RTP<sup>1</sup> foi um dos trabalhos que mostrou o que é o bairro. Foram apresentados os trabalhos do Bino sobre os ex-reclusos, o meu sobre os trabalhadores e estudantes, etc. Houve também atuação da polícia mas muito má e aí começou a revolta e o pânico. Mostrou-se a revolta das pessoas com coisas que se passaram: os rapazes mortos, um rapaz que contou o que sofreu na prisão, dos amigos, o sofrimento da mãe que até hoje não sabe porque mataram o filho, a revolta dos amigos e familiares.

Porquê? A gente tinha conhecimento de que a PSP é polícia de segurança pública. Mas no caso do nosso bairro, a polícia mostrou o terror aos moradores. Os moradores souberam que os polícias não deviam atuar dessa forma, com tanta revolta e tantos desacatos policiais. A própria polícia ensinou-nos a não ter medo deles. Aí está. Foi quando houve resposta. E fomos considerados criminosos, delinquentes... das piores espécies que existem em Portugal. Mas quando somos ofendidos não temos o apoio de ninguém. Aí está a diferença. Eles falam o que querem, fazem o que querem, matam quantos querem e continuam com a farda a trabalhar. É mais fácil as pessoas acreditarem no que eles dizem do que acreditarem em nós. Se acreditassem em nós as coisas não iam ser da maneira que são.’

Morador da Cova da Moura, 2012

Dedico este trabalho aos moradores da Cova da Moura bem como a todas as pessoas do Moinho da Juventude que partilh(ar)am as suas experiências e sobretudo que o fazem, todos os dias.

O professor Rui Canário não é um professor qualquer. Durante dos 20 que passam desde que o conheci, foi um porto seguro de confiança, criação e profundidade, sempre regados com belas anedotas. A minha vida ficou mais doce e sorridente.

Foram imprescindíveis familiares-amigos-amores, cujas conversas, leituras e convívios, todos inspiradores, alimentaram e tornaram possível este trabalho: Carlos Manoel Pires, Lina Leite, Lurdes Santos, José António Ferreira, Mónica Raleiras, Pascal Paulus, Anne Marie Delettretz, José Hipólito dos Santos, Elsa Santos, Satya Barreto, Marcos Ramos, Graça Jegundo, Susana Silva, Isabel Freitas, Miguel Freitas, Carla Menitra, Gabriela Lourenço, Mirna Montenegro, Benoit Laur, François Laur, Elodie Mermoz, Jorge Crespo, Alcides Nascimento, Nuno Cabral, Sara Duarte, André Rauber, Petra Torres, Cesaltina Gomes, Ana Lúcia Fernandes...

Às casas que percorri como lugares de possibilidade: Instituto de Educação (UL), Associação Unidos de Cabo Verde, Instituto das Comunidades Educativas, Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação Graal, Laboratório de Aprendizagens.

A todos um bem hajam, obrigada por fazerem parte da minha vida!

---

<sup>1</sup> Referência ao um programa televisivo *Este é o meu bairro* passado na Cova da Moura, em 2008.

## Introdução

Conheci a Cova da Moura e a Associação Cultural Moinho da Juventude no início dos anos 1990. Por motivos pessoais e familiares, visitei, participei em festas e fiz de intérprete quando uma equipa da Comunidade Europeia veio ver que novidade era essa de um trabalho que articulava a formação de animadores com a formação de jovens que haviam ou estavam em risco de largar a escola precocemente, para serem ‘pombos-correio’ (transportadores de pequenas quantias de droga). No final da mesma década, um acaso levou-me novamente à Cova da Moura, a convite do professor Rui Canário, que pretendia estudar a escolaridade do ponto de vista das crianças e das famílias. Eu ocupava a função de educadora num bairro afim, as Fontainhas, razão pela qual me havia proposto participar na investigação. Tive, então, a oportunidade de percorrer as casas dos familiares e os locais de jogo das crianças. Fiquei ligada ao bairro e à Associação pela amizade e afeto, e passei a colaborar em projetos do Moinho da Juventude.

Fui percebendo as mudanças que se operavam, visíveis, desde logo, no próprio edifício da Associação. Recordo a sensação de estar perdida quando regressava após alguns meses sem lá ir, porque se transformava de ano para ano. Mas o motivo que me levou a realizar este trabalho foi o espanto que diversas vezes senti perante a novidade, de que as alterações ao edificado eram apenas um dos sinais, entre a multiplicidade de ideias e iniciativas que brotavam. Enquanto formadora em cursos, a facilidade de articulação do ‘trabalho em sala’ com espaços, valências, recursos, intenções, do Moinho ou de fora, faziam-me pensar aquele como lugar de possibilidades. A reunião periódica entre a equipa do projeto, fosse ou não um curso, comportava conjugar capacidades e pensar nos problemas que surgiam para encontrar juntos modos de lidar com eles, e permitia dar apoio aos participantes mais novos.

O episódio mais surpreendente – e despoletador – talvez tenha sido quando, em conjunto com um colega voluntário, elaborámos uma oficina com jovens, no momento de inauguração do Roteiro das Ilhas, um programa de visita ao bairro que a Associação leva a cabo em conjunto com comerciantes locais, para dar a conhecer as especificidades culturais de cada ilha ou país. A oficina consistia essencialmente em fazer entrevistas aos moradores carismáticos do bairro e aos comerciantes envolvidos. As histórias de vida recolhidas foram transformadas em livros artesanais, a que se juntaram, mais tarde, contos tradicionais e alguns elementos sobre a região e país de onde o entrevistado era originário.

Numa reunião do projeto das visitas, apresentei uma questão quanto ao modo como um dos grupos de jovens havia transcrito a sua entrevista. Ciosa do meu papel de formadora, que não interfere no produto final dos seus formandos, não sabia o que fazer. Ao que a equipa me respondeu: ‘se sabes fazer melhor, faz. Isso é que é agregar saber, cada um dá o que sabe e juntos fazemos melhor’. Alterei o texto, mas sobretudo alterei o modo de pensar um curso, fechado numa sala, sem que possa ser mexido o trabalho que dali sai, sob o fantasma da avaliação. Tinha-se quebrado a fronteira entre formador e dinamizador.

A intenção em realizar o presente estudo tem como pano de fundo o (des)lindar deste esbatimento de fronteiras entre ação e formação, entre condições, categorias ou experiências de vida ou profissionais. Como estes, vários aspetos podem ajudar a perceber como se conjugam, na Associação Cultural Moinho da Juventude, diferentes modalidades de formação. Esta é, fundamentalmente, a questão que me propus desenvolver ao longo da pesquisa.

Em resumo, pode dizer-se que o trabalho que me proponho realizar pretende contribuir para a compreensão das problemáticas político-pedagógicas no contexto de um bairro da periferia de Lisboa, isto é, concorrer para o conhecimento sobre o papel desempenhado por uma associação local através de uma abordagem que privilegie os processos formativos que aí ocorrem. Conforme refere Licínio Lima, ‘as articulações, sem dúvida plurais, entre educação de adultos, associativismo e democracia representam um pilar central da educação de adultos enquanto campo político-educativo, socialmente construído a partir do século XIX e, sobretudo, durante o século XX’ (Lima, 2006: 16).

As associações, enquanto espaço privilegiado para uma participação individual na construção de um bem comum, têm sido alvo de uma atenção crescente da comunidade académica. Deposita-se nelas um misto de esperança utópica e melindre de uma ação administrativa, imposta pelos sistemas normativos e de financiamento.

Neste estudo, o carácter político assinalado remete não só para a afirmação e desenvolvimento de modos culturais e identitários próprios, mas, sobretudo, para a participação na vida coletiva da sociedade através da criação de uma ‘voz própria’ e da autonomia na satisfação das suas necessidades e determinação do seu destino. A interrogação, neste trabalho, assenta na vontade de perceber de que modo uma associação de bairro desenvolve a ‘capacidade de contribuir para dinâmicas emancipatórias e transformadoras da realidade social’ (Canário, 2005: 167).

O texto que agora se inicia foi repartido em cinco capítulos. No primeiro explica-se o intuito do trabalho e o modo como foi sendo construído o objeto de estudo, concomitante com o



desenrolar metodológico. No segundo capítulo, é traçada uma linha concetual, situada no panorama da educação de adultos, da formação em contexto de trabalho e no quadro do desenvolvimento do terceiro setor, em particular no movimento associativo. Estas duas componentes do trabalho estão agregadas por uma premissa que interpela simultaneamente a construção metodológica e teórica: ‘recusa de uma interpretação pragmática, [em que] o sujeito é sempre produto e não produtor da sua experiência’ (Correia, 2008: 65).

O terceiro e quarto capítulos têm um carácter essencialmente empírico, centrados na descrição da Associação a partir da recolha efetuada. No terceiro capítulo é feita uma apresentação do Moinho da Juventude, com especial atenção a algumas linhas de intervenção a que dei primazia: formação e filosofia de formação; novas figuras profissionais; metodologias e instrumentos; expressão artística e cultural; qualificação do bairro. O acompanhamento e análise de dois projetos promovidos pela Associação – um de índole comunitário, Cidadania Participativa, e um curso EFA, desenvolvido com uma escola local – integram também este capítulo. No quarto é dado lugar para a voz dos colaboradores que contam o modo como concebem o Moinho da Juventude e como se concebem nele.

O quinto e último capítulo reúne a análise e reflexão sobre no modo como a instituição estudada se traduz e constrói enquanto espaço formativo. Recorri aos conceitos de ‘formatividade’ e ‘obra’ (Honoré, 1990 e 1992), ‘formação-ação’ e ‘organizações aprendentes’ (vários autores) para analisar como a formação individual é atravessada e alimenta a dimensão de coletivo. Numa perspetiva organizacional, as reflexões de Sousa Santos (1993 e 1994) e de Arriscado Nunes (1995) sobre a relação entre Estado e sociedade providência facilitaram a leitura sobre a articulação entre uma lógica de teor comunitário com uma lógica de âmbito estatal e administrativo. O conceito de ‘instituição’ (Castoriadis, 1975, 1994, 2003), associado ao de ‘inéditos viáveis’ (Freire, 1975) possibilitaram a explicitação de uma gramática própria ao Moinho da Juventude.

## Capítulo 1

### **‘Se não sabe, porque é que pergunta?’<sup>2</sup>**

#### **A formação numa associação**

Ao começar a sua atividade, a Associação Cultural Moinho da Juventude contava com escassos recursos materiais. As habilidades, saberes e iniciativa dos presentes constituíram a base das suas primeiras atividades. A obtenção do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) permitiu receber o financiamento estatal para a organização de atividades e projetos cada vez mais profissionalizados, requerendo a contratação de pessoas escolhidas em função de um grau de escolaridade que legitimasse a realização de determinadas funções.

No entanto, a prestação de tipo amador e voluntário nunca deixou de existir na Associação, onde se manteve a possibilidade de propor ideias de trabalhos e intervenções. O trabalho em equipa, a responsabilização acompanhada, a preparação e avaliação em conjunto do trabalho, são exemplos que fazem do exercício da prestação uma prática formativa. Há um volume importante de trabalho assegurado ou que recebe o contributo de pessoas do bairro e de fora a título gracioso.

Por outro lado, a promoção de cursos de formação reconhecidos por instituições oficiais - Instituto do Emprego e da Formação Profissional e Ministério da Educação – passaram a fazer parte das atividades regulares da Associação. A progressiva exigência de títulos e

---

<sup>2</sup> Pergunta formulada por uma criança retomada por João dos Santos para o título de um livro seu de conversas com João Sousa Monteiro, editado em 1995, pela editora Almedina.

diplomas era uma das frentes com que se debatia toda a população da Cova da Moura e o próprio Moinho.

A formação e certificação dos moradores ocupa, desde o início, um lugar cimeiro nas prioridades desta Associação, o que acontece numa dupla perspetiva. Se são promovidas formações profissionais, formais, oficialmente reconhecidas, à formação de tipo experiencial é dado grande destaque. É valorizada a dimensão formativa de cariz informal, tanto no que se reporta ao percurso de vida anterior de cada pessoa, quanto à dinâmica quotidiana na Associação e no bairro.

A maioria dos cerca dos oitenta e cinco postos de trabalho atuais do Moinho é preenchida por pessoas que vivem ou viveram no bairro, inclusive em lugares de técnicos superiores, e que começaram por frequentar durante a sua infância e juventude as atividades educativas, desportivas, culturais ou outras do Moinho da Juventude, com regularidade tendo assumido a dinamização de grupos e/ou tarefas.

Manifesta-se, assim, uma dinâmica organizativa que conjuga lógicas de formação aparentemente contrárias, no que se refere ao modo como acontece e ao lugar ocupado pelas pessoas envolvidas. No entanto, há um discurso norteador da ação associativa que apela a uma relevância significativa da experiência e que agrega e supõe a formação numa linha de continuidade entre as diferentes modalidades de formação e de experiências, enquanto componentes que integram um mesmo todo.

Foram materializadas na construção de uma filosofia própria, que se traduz num conjunto de princípios orientadores que compõem as designadas ‘traves mestras’<sup>3</sup>, em escritos vários que narram e explicitam a sua ação, e ainda em metodologias e instrumentos de intervenção.

No Moinho da Juventude tem-se vindo a promover figuras profissionais cujo desempenho depende em muito da história de vida de quem as exerce. É o caso, entre outros, dos mediadores socioculturais e dos técnicos de experiência, ou também do referencial para o reconhecimento e validação de adquiridos de agentes educativos, que a Associação adaptou e introduziu a partir do confronto da sua realidade com experiências e propostas de outros países. Em qualquer das situações procura-se levar para os critérios de reconhecimento de uma capacidade profissional as aprendizagens realizadas no quadro de contextos de socialização, onde a intencionalidade educativa pode não estar presente. A priorização do

---

<sup>3</sup> ver terceiro capítulo ou [www.moinhodajuventude.org](http://www.moinhodajuventude.org)

trabalho em ‘tandem’ – pares de profissionais constituídos por um ‘técnico’ e uma pessoa do bairro – é um princípio que define a procura de nivelamento dos diferentes tipos de saber, e que se constitui como um espaço reciprocamente formativo para a dupla.

Diversas pesquisas (Licínio Lima, 2006; Rui Canário, 2008 e 2009; Correia e Caramelo, 2003; d’Espiney e Correia, 2004; Fernando Ilídio Ferreira, 2003; Cármen Cavaco, 2009; João Caramelo, 2009, para citar alguns autores portugueses de referência) têm vindo a abordar o papel que as associações têm junto das populações que as criaram em termos de animação comunitária e de emancipação social. Esta literatura salienta as transformações organizacionais e as tensões a que as associações foram sujeitas com as mudanças do poder exercido pelo Estado e pelas políticas europeias, que as levou a uma redefinição no seu funcionamento em razão das medidas de financiamento. Nas associações de bairro, agora transformadas em Ipss’s, a dinâmica formativa em que a aprendizagem era resultado da ação e de cariz endógeno, foi fortemente abalada não apenas a nível do profissionalismo exigido, como pela promoção da formação formal, em que a aprendizagem precede a ação a partir de uma estrutura previamente definida por entidades exteriores. A natureza da aprendizagem que aí acontece muda radicalmente. Mas será que a sua inversão é a única saída?

Trata-se de contribuir para uma resposta à questão colocada por Licínio Lima (2008: 51):

*‘saber se a educação popular e de base de adultos, nas suas conexões privilegiadas com a educação comunitária, a educação cívica e para a cidadania democrática, com o desenvolvimento local, ainda mantém um potencial educativo e formativo reconhecido pelas políticas públicas e pelos grandes atores institucionais.’*

O interesse em estudar o lugar da formação na vida da Associação advém de um acompanhamento que venho realizando nesta instituição desde há aproximadamente de quinze anos, através da colaboração em projetos de pesquisa e de intervenção, e da amizade com esta ‘casa’. A aproximação anterior ao bairro e ao Moinho da Juventude permitiu-me evidenciar as evoluções progressivas e interdependentes, e a possibilidade de este se constituir num espaço privilegiado para observar e debater sobre o modo como se vão tecendo tensões e soluções.

## **Abordagem metodológica**

A escolha por realizar uma pesquisa sob a forma de um estudo de caso tornava-se óbvia, pelo volume e complexidade de uma dinâmica que pretendia conhecer, e pela peculiaridade que o conhecimento prévio anunciava, tendo em conta um modo original de conceber a formação que merecia ser explicitado e refletido. Conforme refere Natércio Afonso (2005: 70) ‘a lógica de caracterização de uma pesquisa como estudo de caso centra-se na natureza do objeto e não na opção metodológica. Trata-se de estudar o que é particular, específico e único’. Assim, a proposta desta investigação consiste em caracterizar e analisar o caráter formativo da Associação Cultural Moinho da Juventude.

Desenvolver um trabalho compreensivo, naturalista e descritivo que advém da imersão no campo de observação, decorre diretamente desta primeira opção pelo objeto, mas também de uma perspetiva de âmbito concetual que se foi aprimorando: a crença de que todos os espaços são potencialmente formativos pelo que podem ser observados por esse prisma esteve na sua base e condicionou todo o processo de pesquisa. Do ponto de vista epistemológico, a preferência incide numa ‘lógica da interpretação das disputas locais e da compreensão dos mecanismos de produção de novas legitimidades educativas [permeável] às solicitações dos acontecimentos e das temporalidades locais’ (Correia, 1998: 109).

Com efeito, o desenho foi sendo definido em simultâneo com o seu faseamento. Considerando, com Paulo Freire (1972: 77) que ‘o método é, na verdade, a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: a sua intencionalidade’, tanto o suporte concetual quanto a forma operativa de recolha e análise de dados foram acautelados e estruturados ao longo da investigação.

Foram esclarecidas as primeiras intenções: dar visibilidade a um percurso rico e intenso de construção de conhecimento e de participação ativa e afirmativa no panorama social; elucidar processos de diálogo e ação no próprio ato do empreendimento de projetos; destacar a diversidade dos intervenientes e o lugar que ocupam no processo formativo. Do ponto de vista teórico, pretendia atribuir um viés ontológico à abordagem da formação, o título é disso revelador, ou seja, perceber como é que o trabalho dentro de uma associação de bairro, em especial num contexto fortemente marcado pelo estigma e pela vulnerabilidade social, contribui para a criação de outros modos de ser, viver e ver o mundo. Neste sentido, foram traçados três eixos que possibilitaram o começo das recolhas:

- como se cruza a formação de carácter formal, não formal e informal,
- como se relacionam as dimensões individuais e coletivas,
- que articulações se estabelecem entre uma lógica de teor comunitário com uma lógica de âmbito estatal e administrativo.

A constituição de um quadro de leitura foi igualmente orientada por estes eixos. Eram pessoalmente conhecidas as perspetivas de formação como trabalho individual autorreflexivo, com preponderância para as abordagens de cariz biográfico ou que dão relevo ao sentido que os sujeitos atribuem às suas vivências, num processo de socialização que atravessa o ciclo vital da pessoa. Houve que encontrar e estabelecer uma rede de conceitos que permitisse analisar um trabalho de formação em contextos coletivos.

Tal como os eixos definidos, o enquadramento teórico foi elaborado a partir de perspetivas que, por um lado permitissem formar uma grelha de leitura e interpretação do observado que desse conta da complexidade dos processos. Por outro, requeria que fossem suficientemente abrangentes para possibilitar advirem dimensões não previamente imaginadas ou pensadas. E, ainda, pretendia precaver uma categorização que escapasse a conotações e hierarquias demasiado valorativas (por exemplo, relativa ao tipo de formação). Neste sentido, dei prioridade a abordagens e conceitos que facilitassem a percepção de elementos que elucidam sobre a construção de modos de ser, individuais e coletivos.

O recurso a autores oriundos de campos disciplinares diversos, da sociologia à pedagogia ou à filosofia, torna este trabalho mais um dos que se encontram entre os ‘inclassificáveis no quadro de uma ciência social’, como refere Rui Canário (2005: 21), tratando-se antes de uma composição realizada em torno de uma área temática, estabelecendo como prioridade:

*‘concentrar esforços na construção de objetos científicos e metodologias, próprios e singulares para cada investigação, fazendo apelo ao património teórico e concetual que tende a ser comum às várias ciências sociais e promovendo a consciente e deliberada transgressão das fronteiras disciplinares’ (Canário, 2005: 8).*

A abordagem explicitada no segundo capítulo intitulado ‘Formar e formar-se: percursos e contextos’ resulta desse processo, multirreferenciado.

A minha condição de profissional na área da formação de adultos, e conhecedora de longa data do Moinho da Juventude na qualidade de profissional e de amiga, determinaram o curso da pesquisa e de todo o trabalho de terreno desenvolvido. A constituição da figura de investigadora, isto é, de um ‘sujeito epistémico’ (Amiguiño, 2008) encontra-se na senda do

aparecimento dos ‘práticos-investigadores’, como chamou Berger (1992: 25), que procuram transformar-se em investigadores e produtores de conhecimento sobre si próprios.

Este trabalho é atravessado pela intenção de interrogar e problematizar um fenómeno de um ponto de vista próprio, de apropriação de um percurso de conhecimento e de reflexão que se inscreve na (auto)formação de alguém que intervém diretamente no campo em estudo. Neste sentido, o trabalho e a constituição do ‘sujeito epistémico’ corresponde a uma oportunidade de diálogo com o ‘sujeito empírico’ (Amiguiño, 2008). Considero aqui como ‘sujeito empírico’ a condição individual, de profissional, mas igualmente coletiva, uma vez que a relação longa de trabalho e afeto com o Moinho da Juventude me leva a sentir pertença e compromisso - ético, social, cultural e político - com esta Associação.

A descrição narrativa constitui a base para uma interpretação do observado, a partir de uma atitude de natureza compreensiva, que assenta na ‘convicção de que as pessoas não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtoras ativas do social, logo depositários de um saber importante que se quer fazer emergir, por via do sistema de valores do indivíduo’ (Kaufman, 1996: 23). O debate acerca do estatuto conferido às várias partes envolvidas na produção de conhecimento científico é longo e intenso.

Continuando a superação da oposição sujeito-objeto, a Associação e as pessoas que a fazem foram abordadas ainda segundo outra dimensão. Concordando com Correia, que ‘recusa de uma interpretação pragmática, [em que] o sujeito é sempre produto e não produtor da sua experiência’ (Correia, 2008: 65), os envolvidos estiveram presentes na qualidade de autores. Apresenta-se então o que Brandão e Streck (2006: 13), designam como: ‘pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça autores-autores [...] de criação solidárias de saberes sociais em que a palavra chave não é o próprio ‘conhecimento’, mas é, antes dele, o ‘diálogo’.

## **Desenho da pesquisa**

O desenho conferido ao trabalho de terreno seguiu uma trajetória resultante de uma conjugação das várias intenções enunciadas. Creio ser possível afirmar que, materializando-se, na pesquisa de terreno, esta se apresenta como um ‘primado epistemológico’, que Firmino da Costa (1986: 142) caracteriza pelo modo como: lida com a interferência do investigador no seu campo de estudo; recolhe informações sobre múltiplas dimensões do social (efeito de

redundância); recolhe informações a partir de um número suficientemente vasto de observações, conversas ou entrevistas informais; associa a recolha de discursos dos atores sobre os seus valores, crenças, etc. sobre os seus comportamentos. A descrição do processo que se segue procura mostrá-lo (apresento aqui sumariamente os procedimentos, cujo faseamento explicarei adiante em detalhe).

De cariz etnográfico, este estudo requereu a presença prolongada da investigadora no ‘terreno’, em especial através da observação participante, que constituiu o elemento de ligação entre as diferentes fontes de informação a recolher. A presença foi um processo que se acrescentou à anterior que regularmente manteve, acrescentando uma intencionalidade na observação. O acolhimento de pessoas diversificadas no Moinho, na condição de profissionais, voluntários, estagiários ou investigadores, é prática corrente. A minha ‘entrada’ estava assim simplificada e a presença de um ‘observador’ não constituiu motivo de estranheza. Pelo contrário, e ao ver que tomava regularmente notas, pediram por vezes o meu apoio para colaborar em tarefas ou atividades em que era requerido o recurso à escrita.

Para identificar e analisar os processos de formação, socorri-me de diferentes tipos de informações com os quais procurei ter contacto com o tema e que correspondem aos pontos por que foram divididos: como se vive e aprende na Associação Cultural Moinho da Juventude; práticas de formação; e produções do e no Moinho, integradas na apresentação da Associação. Relativamente aos dados da ordem da representação, foram recolhidos os testemunhos obtidos por via de inquéritos a atores com percursos diferenciados de participação nas atividades da Associação; os dados da ação foram obtidos através do acompanhamento e observação de dois projetos promovidos pelo Moinho da Juventude; e finalmente a produção realizada pela e na Associação, documentação iconográfica e escrita que retrata a história da Associação, sintetizada por áreas temáticas.

Através do inquérito, procurei conhecer o modo como as pessoas que trabalham na Associação Cultural Moinho da Juventude a perspetivam e como se perspetivam nela; perceber o modo como se implicam na Associação e nos processos formativos que aí vivem e viveram, bem como conhecer como concebem elas esta organização e como analisam a natureza da sua relação com o bairro.

Era minha vontade aprofundar o conhecimento e a reflexão de iniciativas potencialmente formativas em que ocorresse o encontro entre parceiros e lógicas de trabalho diversas. Procurei testemunhar o confronto de modos de fazer que permitissem ilustrar as tensões e articulações entre atores e ações enquadrados distintamente. Optei por acompanhar o decorrer de dois projetos que se desenvolveram entre 2009 e 2010 no Moinho da Juventude. Ambos os



projetos tiveram existência formalizada e financiamento próprio, vários parceiros, nomeadamente órgãos públicos, e foram promovidos e coordenados pela Associação. O terceiro capítulo, o ponto sobre práticas de formação corresponde ao espaço em que são descritos e apresentados os respetivos projetos: Projeto Cidadania Participativa e Curso EFA de técnicos de ação educativa.

Para a obtenção de elementos numa perspetiva diacrónica, foram feitas recolhas documentais a partir dos arquivos da Associação e do contacto pessoal com interlocutores privilegiados. Aproveitando o momento da recolha, foram elaborados, em conjunto com a equipa do arquivo-memória alguns pequenos trabalhos com o intuito de reverterem para a própria instituição:

- . a compilação num *dossier* de folhetos produzidos sobre as mais diversas iniciativas do Moinho ao longo da sua história;
- . a digitalização dos primeiros álbuns de fotografia produzidos ainda com base em fotografias analógicas;
- . a elaboração de uma base de dados com os principais momentos das suas múltiplas áreas de intervenção.

Houve diversos momentos de diálogo com a direcção, grupos e pessoas específicos. Com a direcção do Moinho, em dois momentos foram efetuados debates sobre a investigação e o tipo de recolha que seria feita. Num primeiro momento, prévio à elaboração do projeto de pesquisa, no sentido de averiguar se haveria interesse e disponibilidade por parte da Associação em acolher um trabalho deste tipo. O objeto de estudo ainda não estava delimitado, havendo apenas um conjunto largo de questões acerca do trabalho em organizações como esta - Associações / Ipss's - em contextos socioculturais marginalizados.

Num segundo momento, já com a pesquisa em curso, conversámos sobre as recolhas de forma mais concreta e em particular o inquérito. Passou-se por ocasião de uma reunião da direcção na qual explicitiei o teor e a intenção das recolhas. Nesta reunião alguns elementos interrogaram a natureza do estudo em geral e algumas questões do inquérito. Foi importante o esclarecimento sobre o trabalho que se iniciava, e o inquérito pôde assim ser aferido e melhorado, inclusive com algumas novas perguntas. Naturalmente, o contacto presencial, telefónico ou por correio eletrónico foram usados sempre que algum dos envolvidos achou necessário.

As pessoas da direcção facilitaram e legitimaram os pedidos de informação e de testemunhos, convidando à apresentação do trabalho nas reuniões de núcleos ou indicando as pessoas

referência. A abertura para participar em reuniões, aceder à documentação ou a informantes privilegiados, atravessou toda a pesquisa.

O facto de parte da recolha documental e do trabalho de digitalização e de constituição da base de dados ser feito perto ou em conjunto com pessoas do Moinho suscitou por diversas vezes conversas e cumplicidades acerca desta pesquisa ou do trabalho que elas desenvolvem e do sentido que representa para elas, para a instituição, para o bairro ou mesmo para fora.

Passo, seguidamente, a detalhar o modo como foram promovidos cada um dos três grupos de recolha.

### **O inquérito**

Recorri a autores que remetem para a condição artesã do investigador, como sejam Kaufman (1996) e Canário (2005), entre outros, para me autorizar a adaptar uma técnica de modo a poder captar, dentro dos limites de razoabilidade, a representação de um número considerável de pessoas que constituem a Associação Moinho da Juventude. Pretendia evitar cair numa das duas situações mais comuns: a realização de um questionário extensivo a toda a população, de perguntas fechadas, sabendo que iria perder a riqueza da interlocução pessoal e que me iria deparar com o problema da parca familiaridade com a escrita de muitas pessoas; ou realizar entrevistas a um número estreito de pessoas, geralmente escolhidas em função da sua participação empenhada e ágil na história da Associação ou dos cargos que aí ocupam. O conhecimento que tinha desta permitia-me antever uma grande diversidade de participantes, que era importante incluir e captar através do inquérito.

A razão pela qual chamo inquérito, sem definir a sua condição de questionário ou de entrevista, deve-se à intenção de realizar uma escuta que abarcasse a maior diversidade possível de pessoas que prestam trabalho à Associação, independentemente da tarefa que realizam e do lugar que ocupam. Tal implicou não só pensar em perguntas suficientemente abrangentes, mas também no formato da sua aplicação, tendo em conta que há graus muito diversos de relação com a linguagem escrita. Considerando que se estabelece entre o questionário e a entrevista uma linha contínua com níveis e formas diferentes de questionamento, optei por efetuar como que um questionário semiaberto, em que eu poderia assumir o papel de escrevente, aproximando assim à situação de uma entrevista compreensiva (Kaufman, 1996).

Deste modo, foi possível deixar ao critério de cada um se queria preenchê-lo autonomamente e quando lhe desse jeito, ou se queria ajuda para o preencher, realizando-o sob uma forma próxima à entrevista. Ainda que o modo como decorria se passava a partir da base de questões, cujas respostas eram anotadas diretamente no formulário, tentei sempre criar um espaço subjetivo, baseado na informalidade, empatia e implicação mútua na realização desta ‘tarefa’, no intuito de ‘quebrar a hierarquia: o tom é muito mais próximo da conversa entre dois indivíduos iguais do que do questionamento administrado de cima [...] conversa-se acerca de um assunto’ (Kaufman, 1996: 47). Na medida em que a informação oral é sempre mais rica e esclarecedora, afirmei a minha preferência por esta segunda hipótese.

A elaboração do inquérito procurou ter em conta a abordagem de três temas centrais: a Associação Cultural Moinho da Juventude (história, projeto e funcionamento); formação (momentos significativos, aprendizagens, pessoas interlocutoras); o bairro (ligação bairro- Associação e situação atual). Sobre esta dimensão, foram introduzidas questões sobre a (re)qualificação urbana do bairro, assunto que está em processo há vários anos e que põe em causa a sua existência futura, pelo que considerei importante abarcar.

Ainda que não tivesse um cariz autobiográfico, algumas das perguntas e o desenvolvimento da conversa, quando era o caso, faziam apelo a ‘recordações-referência’, na expectativa de facilitar as pessoas a explicitação das circunstâncias e sentidos das suas vivências e apoiar no processo de reflexividade em diálogo. Com Marie-Christine Josso (2002: 29), creio que as ‘recordações-referência’:

*‘balizam a duração de uma vida, exige uma atividade psicossomática a vários níveis [...] a socialização da autodescrição de um caminho, com as suas continuidades e ruturas, implica igualmente competências verbais e intelectuais que estão na fronteira entre o individual e o coletivo. [...] as recordações-referência são simbólicas do que o autor compreende como elementos constitutivos da sua formação. Significa, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível, que apela para as nossas percepções ou para imagens sociais, e uma dimensão invisível, que apela para emoções, sentimentos, sentido ou valores’.*

Em Dezembro de 2012 foi feito um ensaio de aplicação do inquérito junto de algumas pessoas trabalhadoras da Associação que permitiu refletir sobre a pertinência das perguntas e sobre as respostas que despertavam, após o que foram introduzidas algumas alterações, resultantes também do diálogo com a direção que teceu comentários e sugestões. A sua realização aconteceu entre Abril e Agosto de 2012, perfazendo um total de 55 pessoas inquiridas.

No final, dezasseis foram respondidos autonomamente pelos próprios e trinta e nove por meu intermédio, enquanto investigadora-escrevente. Em nenhuma ocasião a resposta aos inquéritos foi registada em áudio. No entanto, foram usados procedimentos para assegurar a fidelidade ao discurso dos inquiridos. Foi usada como estratégia a leitura sistemática, em voz alta, de partes do texto, através do que nos certificávamos do que havia sido escrito, bem como permitia dar continuidade ao raciocínio. Por vezes era a própria pessoa inquirida que perguntava: ‘onde é que eu ia?’ ou ‘o que é que eu dizia?’, assim apelando à leitura do que até então se havia dito e transcrito. Fiz recurso ao registo em letra legível tanto quanto possível e positionei-me de modo a que a pessoa pudesse ir lendo o texto em construção, o que por diversas ocasiões verifiquei que acontecia, sendo até motivo de comentário entre nós.

A verbalização de representações, sentimentos, reflexões pessoais, conhecidos como elemento central do processo de entrevista, pode ser benéfica e clarificadora para o próprio entrevistado. Por exemplo, várias pessoas no final do inquérito manifestaram vontade em se empenhar mais na Associação, ou comentaram a sua ligação. Além deste processo autorreflexivo, houve um significativo trabalho de tradução da oralidade para a linguagem escrita. Não se tratou apenas de uma questão de expressão, ou de traduzir por palavras, sentimentos ou reflexões ainda por formular, mas de construir uma narrativa discursiva de si, oriunda de percursos de vulnerabilidade atravessados com frequência por um silenciamento, por uma falta de reconhecimento social em ambientes mais letrados. Neste sentido, o trabalho de expressão e de elaboração do texto constituiu-se como um momento de construção de uma legitimidade do seu discurso. Refiro legitimidade no sentido em que essa questão foi claramente colocada por alguns inquiridos que explicavam o que consideravam ser a sua ‘resposta’, no entanto interrogavam-se sobre a validade do seu discurso. Passo a relatar alguns casos que serão demonstrativos deste trabalho (os nomes utilizados são na sua maioria fictícios, salvaguardando-se apenas os casos em que os próprios manifestaram vontade em ver o seu nome referido).

### O horário da creche

Ao referir a Associação em que participou desde a sua criação, Liliana falava da creche que abriu há vários anos e do seu horário de abertura, às 6h. Esta referência repetia-se na conversa que ia fluindo, em sua casa: ‘As crianças e bebés que têm apoio. Há sítio para deixar as crianças às 6h da manhã quando [as mães] têm de ir trabalhar. Tudo é importante mas isso é o mais importante’. A certa altura Liliana, avó de vários netos e muito atenciosa com as crianças, pediu: ‘Irene, pára de escrever. Vamos

conversar e depois vemos o que escrever aí'. Então contou-me como teve dois filhos e que não pôde empregar-se enquanto eram pequenos porque não tinha onde os deixar. Em todos os berçários que conhecia, ou não a deixavam inscrever os meninos, ou só os recebiam a partir das 9h/9h30, o que era tarde demais para poder trabalhar. Por vários anos viu-se então obrigada a ficar em casa para cuidar dos seus filhos. Ainda hoje nota que as creches têm o mesmo horário, que não é compatível com os das mães que tantas vezes iniciam o seu dia de madrugada (era comum trabalharem na venda de peixe que iam buscar à lota; atualmente trabalham bastante nas limpezas de escritórios, antes ou após do horário laboral, e os homens maioritariamente na construção civil, cuja jornada se inicia às 8h). Contudo, se era uma questão que lhe tocava muito pessoalmente ao mencionar o que achava importante na Associação, considerava que esta razão pouco válida para ser escrita. Então conversámos sobre o assunto até chegar à conclusão que essa razão, sendo pessoal, teria o mesmo significado para muitas mulheres do bairro que viveram situações idênticas. Escrevemos, por fim, o texto explicando a importância do horário de abertura da creche.

#### Júlio e a polícia

Júlio ia falando da Associação e do bairro. Contava a sua história pessoal, de como havia chegado ao bairro e depois ao Moinho da Juventude. Começou por querer apenas falar do que desta gostava, tendo dito 'sei o que não é bom mas não vou dizer'. Obviamente a escolha foi respeitada e continuámos o inquérito, até que ele próprio pediu para voltarmos atrás. Tinha decidido dizer e deixar registado - escrito - o que pensava. Começou então a falar da injustiça, da brutalidade e dos maus-tratos infringidos pela polícia que vem de '*carripana*' (nome dado à carrinha que traz ao bairro a polícia do CIR, Corpo de Intervenção Rápida). Para ele o poder da Associação é grande, mas esbarra na polícia e na capacidade de influência no modo como esta atua no bairro. Elaborou um discurso que me ia ditando. Pensava nas palavras, cuidava se eram as certas para exprimir o que sentia e queria dizer, e atendia à beleza do texto. Paralelamente e depois disso, contou situações e ocorridos a pessoas amigas que lhe causam tanta revolta. Mas eram questões individualizadas que não queria mencionar no texto. Lemos em voz alta o texto e quando terminámos a conversa ele manifestava alívio e orgulho. O texto encontra-se transcrito na dedicatória.

Em qualquer destes casos, como noutros, houve a preocupação em tornar evidente o processo escrito e a sua distinção de uma conversa, o que passou com frequência por uma negociação comigo ou individualmente pelos próprios que ‘pensavam em voz alta’ sobre o que ficaria registado. Esta foi uma forma de permitir que o trabalho de auscultação fosse construtivo para as pessoas da Associação. O elemento ‘escrita’ pretendia introduzir uma dimensão discursiva mais formal na qual a pessoa se podia experimentar, sem contudo anular a riqueza e espontaneidade da oralidade.

Cada inquérito, respondido desta forma, por meu intermédio, teve uma duração muito variável, podendo ir da meia hora às três horas, segundo a disponibilidade e a conversa que com frequência despertava.

### **Observar e participar**

Havia a intenção, neste estudo, de acompanhar e observar projetos levados a cabo pela Associação, em que a relação com a formação e a instituição tivessem um cariz distinto. Em especial, pretendia-se acompanhar o acontecer, o faseamento de projetos, pois desta forma seria possível perceber as articulações e tensões que se vão manifestando. A proposta era observar numa perspetiva participante dois projetos em que a definição prévia da atuação estivesse diversamente estabelecida. Era importante, num trabalho deste tipo, proceder a uma sistematização de experiências, de acordo com Jara (1996, cit por Streck, 2006: 268) que afirma:

*‘Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora seria aquela que busca penetrar no interior da dinâmica das experiências, algo como colocar-se ‘por dentro’ desses processos sociais vivos e complexos, circulando por entre os seus elementos, apalpando as relações entre eles, recorrendo as suas diferentes etapas, localizando as suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir da sua própria lógica, extraindo daí ensinamentos que podem trazer enriquecimento tanto da prática como da teoria.’*

A escolha incidiu nos dois projetos seguidamente descritos. No primeiro, Cidadania Participativa, mesmo havendo uma proposta calendarizada, a abertura e flexibilidade para o que iria acontecer no seu ‘interior’ era substancial; contrariamente ao segundo, um curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), em que é obrigatório seguir o ‘referencial de formação’ documento de âmbito nacional formulado por organismos estatais, nomeadamente a ANQ (Agência Nacional para a Qualificação).

O projeto Cidadania Participativa constituía uma proposta de intervenção de âmbito comunitário, com continuidade até pelo menos 2013, mas a pesquisa ocupou-se apenas do seu primeiro ano de existência. Já o curso EFA constituiu uma ação singular. Embora a Associação tivesse experiência em formação formal, esta foi a inauguração de um trabalho deste tipo em estreita parceria com a Escola vizinha.

Uma vez que se tratava de analisar os processos formativos de um coletivo de pessoas, no âmbito de um trabalho associativo, privilegiaram-se os momentos de reunião como foco das observações. Considerei, dentro das disposições pessoais e profissionais, que os momentos em que toda a equipa de trabalho se reunia seriam momentos privilegiados de explicitação e debate, em que se manifestariam problemas, tensões e processos de decisão. Naturalmente, o conhecimento anterior, pela participação, dos modos de funcionamento da Associação, permitia adivinhar que assim era e que, dentro das opções, esta seria proveitosa e rica.

Enquanto investigadora, mas já conhecida entre muitas das pessoas que faziam parte da coordenação e da equipa de cada um dos projetos, pedi autorização para estar presente na qualidade de observadora. No projeto Cidadania Participativa esse papel manteve-se durante todo o período em que o acompanhei, e pontualmente assumi uma presença mais ativa, no apoio a alguma atividade - foi o caso da elaboração de uma informação e folheto para divulgação de um evento; o acompanhamento de uma excursão a Beja; ou o apoio na preparação da exposição de fotografias que aconteceu no final do primeiro ano, entre outros.

Já no curso EFA a situação foi diversa no sentido em que a escolha decorreu do facto de ter sido convidada pela coordenação a fazer parte da equipa de formadores. Assegurei dois módulos, perfazendo 75 horas. Aproveitando a situação privilegiada em que me encontrava e tendo em conta a proposta que estava a desenvolver, perguntei pela possibilidade de acumular a condição de observadora, em especial nas reuniões mensais em que se juntavam os formadores da parte tecnológica como da formação de base, a coordenação, a avaliadora externa e um mediador. Em alguma das reuniões observadas também estiveram presentes formandos.

### **Recolha documental**

Para chegar a uma noção da produção realizada, elaborei o mapeamento que pudesse constituir uma aproximação da sua súmula. Parti sem uma estrutura bem definida. Antes pelo

contrário, pela imensidão de materiais que sabia existirem, resultado de trabalhos pelo e no Moinho da Juventude, a primeira opção foi a de assumir uma atitude exploratória.

Foram consultados arquivos diversificados: o acervo documental, específicos sobre os projetos e os documentos gerais da Associação como relatórios e planificações anuais, boletins, cartas, artigos, e outros; os folhetos de divulgação revelaram ser informantes privilegiados por conterem a caracterização base para um imenso número de projetos ou eventos; e o arquivo fotográfico, que dá conta das construções, das festas e momentos celebrativos de eventos, as pessoas envolvidas, etc..

Uma parte significativa desta recolha foi efetuada num espaço aberto ao público da Associação, a sala de informática. Isso permitiu digitalizar vários álbuns fotográficos e contribuir para um arquivo histórico informatizado sobre a história do Moinho. Ao estar num espaço utilizado intensamente por adultos e crianças, que trabalhavam ou não ali, pude conversar com diversas pessoas sobre a Associação e sobre o bairro a partir das suas experiências pessoais. Verifiquei que a curiosidade que as fotografias suscitavam tinham a ver com o caráter biográfico das pessoas e do bairro, como seria de esperar, mas também o era por aqueles que deixam agora falta: vizinhos, conhecidos, familiares que faleceram ou que partiram (emigraram). Em vários casos tive pedidos para enviar por email algumas das imagens, pois as pessoas acediam a uma memória de um tempo em que eram raras as câmaras fotográficas. Por exemplo, um rapaz pediu que lhe enviasse aquelas em que estava o irmão, falecido há vários anos e de quem, percebia agora, não tinha nenhuma fotografia. Havia aqueles que reconheciam e contavam a construção das casas e do edifício da Associação.

O processo foi dialogado com a equipa que trabalha na sala de informática e que, além de entrar nesta identificação de pessoas e momentos, leva a cabo um arquivo de imagem da Associação: fotografias, filmes, folhetos. A recolha foi sendo articulada com eles e procurou contribuir para este arquivo. Não deixei de pôr a escrito várias das conversas que ali aconteceram.

Uma das principais questões que se levantaram foi sobre a autoria. É difícil delinear um limite claro sobre quem, exatamente, elaborou aquele ‘objeto’, seja ele uma música, um edifício, um conceito. Na maioria dos casos, eles resultam de uma produção conjunta, não apenas entre um coletivo de pessoas do bairro e da Associação, mas igualmente do trabalho entre parceiros, formais ou informais, que compõem novos ‘objetos’ ou adaptam e recriam outros já existentes.



Da mesma forma, tornou-se evidente a utilização dos recursos da Associação por pessoas do bairro para a sua criação pessoal (por exemplo a nível artístico, de música ou pintura). Por exemplo, um grupo de jovens resolveu criar uma coleção de camisetas e bonés variados com dizeres sobre a Cova da Moura. Afirmavam uma autoria autónoma, mas uma parte importante da venda era feita no quadro do projeto *Sabura* quando os grupos em visita eram levados até a um café onde acontecia.

Desde logo tornou-se notória a dominância de uma autoria atribuída à instituição enquanto tal, de uma renúncia da autoria individual. Isto é, em grande parte dos escritos - artigos, cartas, e outros – aparece referenciada a Associação e não uma ou mais pessoas nomeadas, como autor.

Apesar disso, seria redutor apresentar apenas as produções - consideradas como ‘obras’ por serem consideradas criações - e listar apenas as que são atribuíveis ao Moinho da Juventude. Uma quantidade imensa de construções de autores individualizados puderam acontecer pelo acolhimento e apoio dado pela Associação. Muitas são referentes a pessoas exteriores ao bairro e à Associação.

É o caso, por exemplo, do documentário ‘*Kola San Jon é festa di Kau Verde*’ que apresenta o grupo através de uma viagem que fazem a Cabo Verde. Neste filme, é apresentado o grupo, a sua história de criação no bairro, aqueles que o integram e a sua relação com a tradição de onde é originária. É um documento que dá visibilidade e reconhecimento a esta obra, é por vezes apresentado em eventos públicos juntamente com a própria apresentação do grupo do *Kola San Jon*. Neste sentido, o documentário, tendo uma autoria individualizada, foi apropriado e torna-se um elemento que alimenta e é usado pelo próprio grupo. O *Kola San Jon* é produto das pessoas que o fazem, e vai sendo constituído, também, pelos contributos de diversas pessoas e suas respetivas obras.

Por outro lado, há produções em que, ora a participação de pessoas da Associação se torna um marco a partir do qual se abre a possibilidade, ora se criam produções conjuntas, eventualmente simultâneas. Foi o que aconteceu com uma fotógrafa, Susan Meiseles: através de um folheto das visitas guiadas do projeto *Sabura*, procurou conhecer o bairro. Ofereceu-se então à Associação, para realizar um intercâmbio de registar o bairro e de promover uma oficina com jovens. Das suas fotografias resultou uma exposição que percorreu todo o bairro, pois foram impressas numa tela de tecido e colocadas nas casas das pessoas que representam. Da oficina com os jovens resultou a exposição ‘*Nos Kasa*’ que se realizou no Centro Cultural de Belém. Vários continuaram a fotografar, nomeadamente Silvino Furtado, autor de grande

parte das fotografias tiradas para a elaboração dos pequenos livros sobre os comerciantes do bairro, integrados no programa Roteiro das Ilhas, do *Sabura*.

No processo de recolha documental, não se pode negligenciar a componente da internet, pois, está disponível um vasto leque de informações colocadas pela Associação na sua página, bem como nas páginas de outros organismos onde se encontram documentos que foram muito importantes e significativos.

Preferi fazer um levantamento alargado de informação documental, ainda que em consciência de que, sobretudo no que se refere a autorias exteriores à Associação, não é passível de ser exaustiva. Procurei, por isso, que ele fosse mais representativo da diversidade do que da quantidade de produções.

## **Análise dos dados**

Produzir conhecimento, particularmente quando se trata de observar contextos sociais, implica estabelecer uma ponte entre as linguagens, códigos e significados locais e socialmente comuns, com as linguagens, códigos e significados de teor mais abstrato, que respondam às questões que se colocaram no início e no decorrer do processo de recolha de dados.

A análise de dados encontra-se repartida em duas partes. Procurando proceder a uma ‘tradução na construção da semântica da ação’ (Correia, 1998: 187) era importante, em primeiro lugar, dar a conhecer o que é, o que acontece no Moinho da Juventude, e como o vivem as pessoas que a constituem. Era, portanto, necessária uma apresentação detalhada da informação recolhida. O tratamento foi elaborado a partir de uma categorização tendencialmente indutiva, próxima da própria recolha, do discurso dos atores e de uma lógica ‘concreta’ de apresentação dos dados.

O terceiro e quarto capítulo correspondem a essa primeira parte, essencialmente descritiva. No terceiro capítulo procura-se, após uma breve contextualização sobre o bairro, sobrevoar a história e vida do Moinho, desde as primeiras reuniões e intenções. Dada a complexidade, volume e diversidade de intervenções (e produções), esta apresentação foi agrupada por áreas: formação e filosofia de formação, novas figuras profissionais (em Portugal), metodologias e instrumentos, expressão artística e cultural, qualificação do bairro. Ainda neste capítulo, na

componente projetos de formação, é apresentada a dinâmica das duas iniciativas acompanhadas: o projeto cidadania participativa e o curso EFA de agentes de ação educativa.

Enquanto neste terceiro capítulo existe já um processo de triangulação de dados, a partir da articulação de fontes diversas, seja da observação, seja documental, o quarto capítulo é dedicado exclusivamente ao inquérito. Trata-se, no fundo, de uma apresentação detalhada da história e da dinâmica associativa, que vai dos primeiros contactos na Associação, aos modos de organização das equipas entre si, à sua relação com o bairro e com o exterior, etc.. Tudo é referido a partir das vivências e das representações pessoais dos inquiridos.

Numa segunda parte, a análise assume outra forma, de âmbito mais abstrato. Procura-se ensaiar ‘uma *leitura*, uma construção interpretativa singular, resultante do contacto entre aquele contexto empírico particular e o olhar, também específico, daquele investigador concreto’ (Afonso, 2005: 118). O recurso a conceitos referência, apresentados no enquadramento teórico, apoiou a construção de uma matriz de análise e de elaboração de significados.

Houve um movimento recíproco entre as perspetivas teóricas e os dados que se iam constituindo que ia induzindo a utilização de alguns conceitos e, inversamente, alguns autores e respetivas abordagens apelavam para aspetos a que até então não havia prestado atenção. O processo de interpretação foi, assim, sendo construído com base em observações do campo que interpelavam a reflexão e as leituras que se iam fazendo.

Por este motivo, ambas as partes da análise e interpretação dos dados não corresponderam a duas fases cronologicamente distintas e sucessivas. Pelo contrário, a sua elaboração foi acontecendo em simultâneo, interrompendo-se e questionando-se mutuamente. Se estava claro o quadro de enunciados teóricos com que era pensada a formação, a constituição de uma grelha de conceitos a partir da qual se ensaia a leitura, foi um processo progressivo e exploratório. A questão central, de perceber como é que a participação na construção de uma associação de bairro é formativa para as pessoas que fazem essa associação, individual ou coletivamente, constituía a bitola a partir da qual se foi definindo a pertinência de certas abordagens e não outras, pela possibilidade de permitirem leituras interessantes e significativas, bem como por facilitarem o entendimento de informações intrigantes e surpreendentes.

Por essa razão, vários conceitos tiveram um papel essencialmente despoletador de análises e reflexões. Mais do que verificar a veracidade ou o grau de concordância dos dados com os

ditos, eles tiveram com frequência um valor de ‘conceito-trampolim’, isto é, de conceitos a partir dos quais foi possível registrar e refletir sobre aspetos até aí não contemplados.

## **Capítulo 2**

### **Formar e formar-se: percursos e contextos**

#### **Tendências na formação de adultos**

O grande momento de institucionalização das práticas de formação de adultos aconteceu no século XX, no alvor da reconstrução da Europa do pós-segunda guerra e é simultâneo com a expansão do desenvolvimento tecnológico e económico. O recurso à formação de adultos surgiu, na Europa e nos Estados Unidos, sob uma visão otimista da educação escolarizada, enquanto estratégia para difundir e incutir a ciência e a técnica, na esperança de que reverteresse diretamente para o crescimento das sociedades. A formação profissional foi uma das principais vias de institucionalização da formação, numa ótica de formação contínua ou de reciclagem que iria, acreditava-se, contribuir para a adaptação às novas tecnologias e para o aumento da produtividade. Para outros públicos, foi a formação como segunda oportunidade que se desenvolveu, procurando-se recuperar a escolarização que os públicos das classes mais baixas não haviam alcançado.

Diversas concepções científicas, políticas e filosóficas estiveram na base das diferentes formas que a formação de adultos assumiu. Finger e Asún (2003) analisam três tradições conceituais que presidem ao desenvolvimento da formação de adultos: o pragmatismo, o humanismo e o marxismo. O pragmatismo, segundo estes autores, corresponde a uma linha norte-americana, a partir do pensamento de John Dewey. Ainda que este pedagogo tenha trabalhado essencialmente no âmbito escolar, ele introduz de forma pioneira a necessidade de ter em conta a experiência como fonte de aprendizagem, o que será inspirador para um conjunto de autores, como Lindeman, Kolb, Schön, desenvolverem teorias de formação de adultos baseadas na aprendizagem experimental. De uma forma geral, estas estão voltadas para contextos de trabalho empresariais. Outros investigadores, no contexto da Escola de Chicago e mais particularmente do interacionismo simbólico, entre os quais se destacam Jarvis e Mezirow, conceitualizaram a formação de adultos atribuindo a maior ênfase na dimensão

cultural e social. Ao colocar a interação e a linguagem no centro da observação, estas perspectivas encaram a aprendizagem enquanto produção de significados. A originalidade destes está em dar um caráter não objetivo à realidade, uma vez que é resultado da interação social e que é evolutiva, pelo processo de reconstrução permanente dos significados, materializado na linguagem. O integracionista simbólico G. Mead vem, nesta linha, introduzir o conceito de ‘representação’, que permite pensar os significados a nível individual e coletivo. O mesmo autor formaliza igualmente o conceito de ‘self’, correspondente à identidade de uma pessoa e que resulta da relação que cada pessoa estabelece com o seu ambiente simbólico.

O humanismo corresponde, para Finger e Asún (2003), que efetuaram esta sistematização das conceções de formação de adultos, à corrente de pensamento que promove uma articulação da filosofia existencialista com a psicologia. A crença na singularidade de cada indivíduo e na tendência para a auto-realização, levou a direccionar a educação para o sujeito da aprendizagem. A não diretividade e a centração no adulto em formação são novidades absolutas, introduzidas por Carl Rogers. Por outro lado, o reconhecimento de uma especificidade do adulto na sua condição de aprendiz, distinta da condição de aprendiz da criança, leva Malcom Knowles a conceber a andragogia. Ele reconhece a importância da experiência adquirida e do trabalho de elaboração sobre ela – a experiência – que o adulto deve fazer no seu processo de auto-desenvolvimento e, nesta condição, o formador aparece como um facilitador da aprendizagem do adulto.

Como terceira corrente de teorias sobre formação de adultos, temos o marxismo, que se distingue das anteriores pela explicitação da dimensão política que atravessa a educação. Decorrentes de uma reflexão sobre os sistemas políticos, as formas de produção, de poder e das estruturas que os criam e suportam, os teóricos marxistas advogam a não neutralidade da educação que pode seguir uma de duas vias: ‘a educação ou reproduz a desigualdade – e é como tal um instrumento de dominação – ou analisa criticamente as forças que perpetuam essas desigualdades e contribui para lutar contra elas – e, nesta qualidade, é um instrumento de emancipação e libertação’ (Finger e Asún, 2003: 73).

Das perspectivas educativas marxistas, destacam-se em especial a pedagogia da libertação, de Paulo Freire, e a investigação-ação participativa (IAP). Ambos partem de uma leitura crítica dos sistemas de opressão e dependência que o desenvolvimento acarreta. Têm em comum o facto de tomar a educação como pólo despoletador da transformação social que, na pedagogia freiriana, passa pela conscientização dos adultos em formação sobre a opressão em que vivem e pela mobilização coletiva na transformação social dessa situação. Ambas as linhas teóricas

assumem a aprendizagem como acontecimento político e coletivo, ancorado nas condições de vida de cada contexto de onde são originárias as pessoas e consideram cumprido o ciclo educativo apenas quando se realiza a ação para a mudança.

A IAP introduz a insistência na ‘endogenia’ que favoreça um desenvolvimento da base para o topo. Na crítica ao desenvolvimento que a IAP promove, é de salientar o conceito de ‘tecnologia adequada’ (Finger e Asún, 2003: 83), segundo o qual as ferramentas e a tecnologia são meros instrumentos que requerem ser dominados, pois podem fomentar ou, ao invés, impedir a aprendizagem; ele integra a crítica às condições de produção do próprio conhecimento e, neste sentido, contém uma dimensão epistemológica relevante. Estas correntes de teor marxista foram mais incrementadas nos países do hemisfério sul. Têm na base um contexto de dependência a que os países do Norte os submetiam através dos apoios na implementação de uma linha de desenvolvimento economicista e que perpetuavam e aumentavam a desigualdade, desvalorizando as condições sociais e culturais locais.

A perspectiva humanista de desenvolvimento, fortemente incrementada pela Unesco, que procurava promover uma formação de adultos centrada na pessoa, permaneceu refém de uma crença na técnica e na ciência como base do desenvolvimento. Do ponto de vista educativo, as perspectivas decorrentes do pragmatismo e do humanismo mantêm um cariz não político, neutral e individualista. Como tal, mantêm um favorecimento ao desenvolvimento, como preconizado pelos sistemas vigentes nos países do Ocidente.

Na Europa, a formação de adultos pode dividir-se entre uma perspectiva de manutenção e compensação do desenvolvimento e, de forma mais diminuta ou, pelo menos, menos visível, uma linha emancipatória. O grande marco desta separação dá-se no seguimento dos movimentos contestatários da década de 1960 e do pensamento existencialista que preconizava a incompletude do ser humano e, como tal, que ‘aprender é uma função da vida’ (Nóvoa, 1989: 113). Em 1972, o relatório de uma equipa da Unesco liderada por Edgar Faure ‘Aprender a Ser’, foi considerado o Manifesto da Educação Permanente. Este documento veio retirar a escola e a infância da centralidade das preocupações educativas, uma vez que se pugnava que os indivíduos se formam em todos os momentos e espaços da vida.

No entanto, as políticas e a generalidade das práticas de formação de adultos que se seguiram deram um alcance muito limitado ao Movimento da Educação Permanente. Canário (2003) e Nóvoa (1989) analisam criticamente o rumo que se lhe seguiu. Ambos observam uma extensão da forma escolar: ‘aquilo a que assistimos foi uma ‘erosão’ progressiva e continuada das referências iniciais da educação permanente que conduziu à sua perversão’ (Canário, 2003: 193); ‘continuou-se a agir segundo uma lógica escolarizante [...] a questão central

continuou a ser formar (como? quando? onde?) e não formar-se (o que é formador na vida de cada um?); continuou a refletir-se (e trabalhar-se) fundamentalmente em torno da formação institucionalizada' (Nóvoa, 1989: 114).

### **A institucionalização da formação**

Finger (2008) situa a assunção da formação de adultos, nos EUA, nos movimentos operários do início do século XX, pelas práticas educativas, de teor político e social, que neles se inscreviam e que visavam a mudança das condições de trabalho e de vida. Finger aponta dois fenómenos que põem em causa este sentido social: a privatização e a instrumentalização. A privatização ocorreu e intensificou-se sob dois prismas, pela via económica – por se ter tornado uma atividade do setor privado, lucrativo ou não; e pela privatização da aprendizagem, isto é, pela responsabilização individual da formação. 'A educação de adultos alimenta assim e cada vez mais objetivos individuais, quer no que respeita à autorrealização, quer no que toca às competências de sobrevivência prática' (idem, p. 27). A instrumentalização da formação está, para o autor, 'estritamente ligada à 'economização' da vida social. A aprendizagem é predominantemente vista na perspetiva da suposta contribuição para o crescimento económico das empresas e como uma possibilidade de participação no mercado de trabalho. [...] tenta-se medir os conhecimentos das pessoas, o nível de uma sociedade; tudo isto nos leva a dizer que a aprendizagem é uma mercadoria que podemos manipular, dirigir, organizar, estruturar' (idem: 27).

As políticas de formação de adultos vieram, nas últimas décadas do século XX, dar origem a uma série de estratégias formativas que Canário (2003: 193) situa sob 'três grandes categorias de argumentos que remetem para a 'evolução tecnológica', para a 'eficácia produtiva' e para a 'coesão social''. Este autor situa um conjunto de transformações, de ordem económica e política, ocorridas de forma mais acentuada a partir da década de 1970, relacionadas com o processo de 'mundialização' ou 'globalização', que se caracterizou pela intensificação da 'autonomia do capital financeiro e deslocou o centro do poder para os grandes grupos económicos, atuando à escala do planeta e para órgãos de regulação supranacional' (p. 195). Aí residiria a origem das alterações no mundo do trabalho, nomeadamente pelo aparecimento do desemprego estrutural de massas e da precarização da relação laboral.

Do ponto de vista da formação, a 'mudança fundamental reside na passagem do modelo da qualificação para o modelo da competência' (idem: 197). Cabe aos indivíduos adquirir as competências para se tornarem 'empregáveis' e adaptados às novas exigências tecnológicas e



organizacionais do mercado de trabalho. As estratégias do poder estatal passam, desta forma a ‘formar em vez de empregar’ (Dale, 1989, cit in Alves, 2008: 158). Lima (2006a: 26) critica a subordinação da formação ao mundo do trabalho: ‘hoje os grandes pedagogos são os economistas e os especialistas da gestão’. Cabe lembrar os trabalhos de Cavaco (2009) ou de Gaio Alves (2010) que analisam os discursos e documentos que fundamentam orientações políticas de âmbito supra-nacionais – Unesco e Comissão Europeia – em que ficam expressas as intenções progressivas de fazer subjugar a formação à empregabilidade e ao mercado de trabalho.

Também Alves (2008: 168) refere, a propósito das recentes tendências para integrar as vias profissionalizantes no próprio sistema educativo, que ‘ocultam o papel destas modalidades nos processos de reprodução social’ pelo efeito estigmatizante que provocam, e nota ‘a deslocação do locus de discussão do conceito de igualdade de oportunidades do universo educativo para o mundo do trabalho: a igualdade de oportunidades de sucesso deixa de ser uma referência central da política educativa, sendo substituída pela igualdade de oportunidades na obtenção de um emprego’.

Com efeito, estas medidas formativas têm sido fortemente incrementadas junto dos públicos desfavorecidos, das ‘classes perigosas’. Mészáros (2006) lembra como a educação e, em especial a formação profissionalizante, foi, ainda no século XIX, utilizada como forma de ‘combater a ociosidade’ das classes pobres e de as moralizar:

*[...] outra vantagem de se levar as crianças a uma escola profissionalizante é que, desta forma, seriam obrigadas a ir à igreja todos os domingos, juntamente com os seus professores ou professoras e teriam alguma compreensão da religião; ao passo que agora, sendo criadas, em geral, no ócio e sem rédeas, elas são totalmente alheias tanto à religião e à moralidade como o são para as diligências’ (Locke, 1876, cit in Mészáros, 2006: 42).*

As ‘bolsas de pobreza’, a que vulgarmente se denomina por população em ‘exclusão social’, que os processos de industrialização, urbanização e terciarização das sociedades promoveram, evidenciam o acréscimo das desigualdades sociais. O também designado ‘quarto mundo’, por referência aos níveis de desenvolvimento com que foram classificados os países, encontra-se no interior daqueles que se consideraram do ‘primeiro mundo’, ocupando atualmente grande parte das periferias dos grandes centros urbanos. A incerteza e a precariedade das condições de vida marcam os horizontes das populações abrangidas pelas transformações do mundo económico.

As medidas políticas empreendidas para lidar com estas populações, no sentido em que resultam de uma naturalização do sistema económico dominante, mantêm a situação de vulnerabilidade social que atinge largas franjas da população (entre as quais se encontra a grande maioria dos imigrantes). É nesta perspetiva que Canário (2005) tem vindo a falar em medidas paliativas. A formação profissionalizante e as recentes modalidades de reconhecimento e certificação dos adquiridos têm vindo a ser subordinadas, segundo o mesmo autor (2007c), a justificações que combinam ‘modernização económica’ e ‘coesão social’. Ora, conforme argumenta, ‘esta relação linear e direta não existe. Nas últimas décadas e nos países que estão na ‘cauda da Europa’, o aumento generalizado das qualificações escolares é concomitante com o crescimento do desemprego como fenómeno estrutural de massas, com a precarização e a incerteza dos vínculos laborais, com o agravamento das desigualdades e da chamada ‘exclusão social’ (p. 167).

### **Formar como formar-se**

*‘Toda a relação a si é relação ao outro. Toda a relação ao outro é relação a si. E esta dupla relação – que afinal é só uma – é relação entre mim e o outro num mundo que partilhamos e que excede a nossa relação. A questão é a da hominização. O sujeito e o seu desejo apenas são inteligíveis através da humana condição. É daí que é preciso partir. Esta condição que faz dele um sujeito, ligado a outro, desejante, partilhando um mundo com outros sujeitos, e transformando o mundo com eles. É esta condição que impõe ao pequeno homem apropriar-se do mundo e de se construir, de se educar e ser educado’.*

Bernard Charlot (1997: 55)

Após as considerações feitas nas tensões que hoje se colocam à formação de adultos enquanto conceito polissémico mas submetido a escolhas políticas que determinam a primazia de determinadas tendências, importa agora frisar a perspetiva que norteou o presente estudo. Deste modo, sublinharei seguidamente alguns autores que sugerem maior empatia e pertinência na forma como pensam a formação, a aprendizagem, o conhecimento, permitindo abarcar contextos diferenciados, dos formais aos informais, de âmbito individual ou coletivo.

Canário (2005: 70) define aprendizagem a partir de três princípios: ‘– corresponde a um trabalho que cada sujeito realiza sobre si próprio; – coincide com o ciclo vital; – é um processo difuso, não formal’. Nesta perspectiva transparece a novidade, no modo de conceber a aprendizagem e a educação, de encarar o sujeito como elemento central e auto-referencial de todo o processo de formação. Concebe-se, então, a aprendizagem como um processo individual – ainda que não isolado – resultando de um trabalho a partir e sobre as interações que os sujeitos vivenciam ao longo da sua vida, sem que fique confinado a espaços ou contextos específicos ou previamente definidos. Pode dizer-se que ela ocorre em todos os momentos da vida e é determinada por episódios, problemas, dúvidas, curiosidades, ímpetos que se apresentam a cada um. Com frequência, a resolução de problemas e as tomadas de decisão estão na base de um processo de formalização das aprendizagens, passando por uma reformulação simbólica que se realiza a partir da experiência. Neste sentido, experiência e reflexão integram uma mesma dinâmica (auto)formativa.

Esta conceção permite também pensar que, contrariamente a uma estrutura racional e cartesiana que tem determinado fortemente o modo como é organizada a transmissão de conhecimentos em contextos institucionais e formais, se percebe a aprendizagem enquanto processo multiforme e não fragmentado, em que a complexidade das questões a aprender e resolver não é definida por níveis crescentes de dificuldade. Corresponde no essencial a um processo de construção, (re)elaboração, e não de consumo de informação.

O termo socialização tem vindo a ser alvo de múltiplas definições que discutem sucessivamente o modo como se formam os indivíduos na relação com o meio envolvente e por forma a integrar-se nele. Depois da perspectiva funcionalista de Durkheim que dá primazia aos processos coletivos num sentido único, do exterior para o interior, isto é, da sociedade para os indivíduos, os trabalhos de Piaget evidenciam, além do trabalho de acomodação e assimilação, que põe também no centro do processo o próprio sujeito, a multiplicidade de interações socializantes: intergeracional, ação dos mais velhos sobre os mais novos mas também inversamente dos mais novos relativamente aos mais velhos; e a ação entre pares, que é igualmente fecunda.

Outro autor que aborda a socialização numa perspetiva fortemente interativa é Marcel Lesne (1977). Retomando as ideias da ‘educação permanente’, este autor refere que cada indivíduo é simultaneamente sujeito, objeto e agente de formação. Se a condição de sujeito e objeto da formação tem sido amplamente discutida na literatura científica, o trabalho de Lesne tem a particularidade de atribuir um papel de igual importância à figura de ‘agente social’, pelo facto de cada indivíduo ‘poder exercer uma certa influência sobre a orientação da formação social a

que pertence e no quadro das suas condições de existência [...] a prática de formação de adultos desenvolve-se em meio social real, mesmo que tenha o aspeto de sequências isoladas e relativamente curtas. Parece difícil negligenciar esta característica fundamental do adulto enquanto agente social, não no futuro, mas atual' (1977: 25-26).

Charlot (1997) vai mais longe, ao integrar todas as interações – a socialização – no âmbito existencial, da construção do sujeito num mundo que lhe pré-existe, que ele deverá conhecer e poder fazer parte, participar, agir:

*'nascer é entrar na condição humana [...] é ser submetido à obrigação de aprender. Aprender para se construir, no triplo processo de hominização (tornar-se ser humano), de singularização (tornar-se um exemplar único de ser humano), de socialização (tornar-se membro de uma comunidade da qual partilhamos valores e em que ocupamos um lugar). Aprender para viver com outros, outros com quem partilhamos o mundo. Aprender para se apropriar do mundo e para participar numa construção de um mundo que começou antes de nós. [...] Nascer, aprender, é entrar num conjunto de relações e de processos que constituem um sistema de sentidos – em que se diz quem sou eu, quem é o mundo, quem são os outros' (p. 60).*

Compreende-se, então, o facto de alguns autores fazerem uso do termo 'formação' como sinónimo de 'socialização' (Dubar, 1997: 33).

Diretamente decorrentes da 'reabilitação do sujeito e do ator' (Josso, 1999), desenvolveram-se diversas áreas no quadro da perspetiva mais diretamente (auto)formativa de que destacarei as histórias de vida e a relação com o saber.

Os estudos no quadro das Histórias de Vida e da Relação com o Saber partem ambas de uma noção comum de indivíduo que, avessa às teorias funcionalistas e deterministas que conferem à pessoa um lugar assujeitado, concebem como ser ativo e produtor do lugar histórico e social que ocupa. Os autores que trabalham nesta linha de pensamento entendem-na como movimento reflexo, deixando para segundo plano a questão do 'formar' e centrando a sua atenção para o 'formar-se' (Nóvoa, 1989; Josso, 2008). Recusa-se, assim, 'uma interpretação pragmática, [em que] o sujeito é sempre produto e não produtor da sua experiência' (Correia, 2008: 65). Inspiradas, entre outros, pela filosofia existencialista, e toma-se como pergunta de base a célebre formulação de Sartre: 'o que fazemos com o que fazem de nós'<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No original: 'L'important n'est pas ce qu'on fait de nous, mais ce que nous faisons nous-mêmes de ce qu'on a fait de nous' (da peça intitulada 'Saint Gênet, comédien et martyr', de 1952).

## Histórias de Vida

Duas obras materializam e fundamentam a assunção da perspectiva (auto)biográfica da formação. São elas: *O método (auto)biográfico e a formação*, organizada por António Nóvoa e Mathias Finger (1989) e *Experiências de Vida e Formação*, de Marie Christine Josso (2002). O primeiro reúne um conjunto de textos de autores referência sobre a temática e o segundo compila um conjunto de textos da autora (que aliás também escreve no primeiro livro).

Nóvoa (1989: 120) assume então a formação como ‘reflexão retroativa sobre processos [de aprendizagem – capacidade de manipular técnicas – e de conhecimento – de sistemas simbólicos] tendo como consequência uma ‘tomada de consciência’’. Este livro explicita e concetualiza esta perspectiva, agora integrada no âmbito de um espaço de formação de profissionais de saúde: ‘o processo de formação é um processo individual, que necessita para se desenvolver de um contexto profícuo; e que através da biografia educativa o processo da formação é estimulado, sendo encarado como um objeto de investigação, o que cria as condições para uma tomada de consciência individual e coletiva’ (idem: 121).

A perspectiva biográfica traz, para o campo da formação de adultos, novidades que subvertem uma lógica escolarizante e transmissiva: a experiência de que os indivíduos em formação são portadores, sem o que a formação não acontece, ganhando um estatuto epistemológico próprio; o processo através do qual uma experiência se torna formativa pode ocorrer em todos os momentos e contextos da vida – a propósito, Pineau (1989), sublinha na mesma publicação a ocorrência de auto, hetero e ecoformação – mas que necessita de terceiras pessoas que permitam e facilitem a reflexão do sujeito sobre si próprio, através da sua condição de interlocutores da verbalização narrativa.

No seu livro *Experiências de Vida e Formação*, Josso (2002) explicita aprofundadamente o modo como as vivências se tornam formadoras:

*‘A recordação-referência pode ser qualificada de **experiência formadora** porque o que foi aprendido (saber-fazer e conhecimentos) serve, daí para a frente quer de referência a numerosíssimas situações do género, quer de acontecimento existencial único e decisivo na simbólica orientadora de uma vida. São as experiências que posso utilizar como ilustrações para descrever uma transformação, um estado das coisas, um complexo afetivo, uma ideia, mas também uma situação, um acontecimento, uma atividade ou um encontro, que são contadas numa história. [...] a construção*

*da narrativa de formação de cada indivíduo conduz a uma reflexão antropológica, ontológica e axiológica’ (p. 29)*

e continua: *‘as experiências, de que falam as recordações-referência constitutivas das narrativas de formação, contam não o que a vida lhes ensinou, mas o que se aprendeu experiencialmente nas circunstâncias da vida’ (p. 31).*

O curso da vida requer portanto um trabalho de narrativa que explicita e permita perceber em que foi transformador para o indivíduo e, como tal, só pode ser exercido pelo próprio. Neste sentido, pode dizer-se que a experiência resulta de uma construção. Para descrever uma experiência, a autora salienta várias etapas (p. 37-39):

Espanto: *‘somos surpreendidos por uma vivência [...] porque interrompe uma lógica que a partir de então já não nos permite integrar o que se passa no que é conhecido, porque ficamos afetivamente perturbados ou ainda porque uma temporalidade foi quebrada [...] é esta suspensão de automatismos, é o imprevisto, é o espanto’;*

*‘Mas, o que é que se passa?’ (Simbolização) ‘quando a impressão do desconhecido se esbate para se tornar conhecido ou conhecível [...] utilizamos a mediação de uma linguagem que envolve um ou vários sistemas de referência que permitem interpretar, social ou culturalmente, o que faz experiência’;*

*‘O que vou fazer com a experiência?’ (Questionamento): “agora que sei o que foi vivido, conheço a experiência que tive, para que me vai servir?” [...] pode ter-se descoberto que poderia ser transferida para outros contextos ou, enfim, que se decidiu potenciá-la para eventuais ocasiões’*

Mudança de hábitos: *‘esta questão será tanto mais premente quanto a experiência tiver sido objeto de uma discussão coletiva’.*

Podem considerar-se, para esta autora, três modalidades de elaboração: *‘ter experiências pelo que me foi dado a viver; fazer experiências que me proponham viver; e pensar estas experiências’ (p. 36).* Isto é trata-se de elaborar um trabalho de reflexão a posteriori sobre vivências e experiências acontecidas, mas há igualmente lugar para que os indivíduos se aventurem, conscientes do carácter transformador que uma vivência deverá ter em si. Neste caso, encontra-se uma etapa anterior a estas que manifesta por uma *‘abertura para si, para outrem e para o meio que se traduz concretamente numa disponibilidade para o que pode acontecer, num espírito explorador e numa procura de sabedoria de vida’ (p. 37).*

## Relação com o Saber

Bernard Charlot, em 1997, publicou um ensaio intitulado *Du rapport au Savoir, éléments pour une théorie* em que procura explicitar e fundamentar o conceito de relação com o saber, chegando a várias definições, entre as quais destacarei duas:

*. a relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e consigo próprio, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender (p. 93);*

*. a relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito estabelece com um objeto, um 'conteúdo de pensamento', uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, etc. ligados de certa forma ao aprender e ao saber – por aí também é relação à linguagem, relação com o tempo, relação com a atividade no mundo e sobre o mundo, relação com os outros e relação consigo mesmo como mais ou menos capaz de aprender tal coisa numa dada situação (p. 94)*

Este conceito torna-se uma ferramenta que lhe permite colocar a hipótese sobre o sujeito, olhá-lo de um dado ângulo que é o da relação com o saber. Isto é, ele desenvolve uma concepção de sujeito pelo diálogo com autores significativos da sociologia: Durkheim, Bourdieu, Dubet, nomeadamente. Bernard Charlot desenvolve assim uma sociologia do sujeito, concebendo que 'todo o ser humano é um sujeito, mesmo quando é dominado e alienado' (p. 45). 'O sujeito não é uma distância relativamente ao social, ele é um ser singular que se apropria do social sob uma forma específica transmutada em representações, comportamentos, aspirações, práticas, etc. Neste sentido, o sujeito é uma realidade que pode ser estudada, analisada noutros termos que o da diferença ou da distância' (p. 47). Pela via da psicanálise e da psicologia, partilha com Wallon que 'o indivíduo, se ele se percebe enquanto tal, é essencialmente social. Ele é-o não no seguimento das contingências exteriores, mas por uma necessidade íntima. Ele é-o geneticamente'. Trata-se de considerar e entender o pressuposto sobre o 'fantasma do outro que cada um transporta' (Wallon, 1946, cit in Charlot, 1997: 51). Finalmente, a concepção, mesmo que muito breve, do sujeito em Charlot, não ficaria completa sem assinalar a sua condição de ser-desejante: o desejo 'é, indissociavelmente, ausência do sujeito em si próprio e presença do sujeito no outro. Só existe sentido para um sujeito em busca que si e aberto ao outro e ao mundo' (p. 54).

O autor chama a atenção para as dimensões identitária e epistemológica da aprendizagem. Tendo em conta o modo como os sujeitos empreendem uma relação com o saber, este autor verificou que, além da questão epistemológica, mais frequentemente analisada sobre como se

aprende e concebe a aprendizagem, a questão identitária assume uma posição de relevo e que vem salientar a dimensão social, interativa e, como tal, de poder, da mesma.

*‘A relação com o saber é analisar a relação simbólica, ativa e temporal. Esta análise é levada a cabo sobre a relação de um sujeito singular inscrito num espaço social’ (Charlot, 1997: 91).*

Lesne (1977) desenvolve o conceito de relação com o saber de forma menos acutilante, ao chamar a atenção para a análise do contexto social que envolve a situação formativa, no que se refere, por um lado, à relação com o saber: ‘concepções e opções relativas aos conteúdos que todo o ato de formação veicula [...] assim como todas as formas provenientes da imaginação pedagógica, maneiras de agir, de pensar ou de apreender conhecimentos’ (p. 39). O interesse da sua abordagem prende-se ao facto de atender a uma relação com o poder de que se reveste a relação de formação e que, segundo o autor (p. 40), se materializa na ‘possibilidade de agir’ socialmente conferida a cada um dos presentes, pelo lugar que ocupam na estrutura social.

Ambas as perspetivas permitem então concordar com Chené, para quem ‘a relação com o saber torna-se mais importante que o próprio saber’ (1989: 89).

## Formatividade e obra

*‘formar[-se] é fundamentalmente empenhar-se num processo de autoafirmação na alteridade, portanto de coafirmação solidária de humanidade sempre inacabada e em espera’ (Honoré, 1990: 234)*

*‘A formatividade caracteriza a existência. O que perceber com isto? A existência tem origem na pessoa. Esta nasce para a existência e, com ela, o mundo existe. É neste sentido que podemos dizer que a existência é formativa. Ela forma o mundo. Toda a coisa revela a sua existência pela existência humana. Convém não ver aí qualquer causalidade nesta relação. Trata-se de uma relação de co-pertença. O indivíduo e o mundo co-pertencem-se e co-formam-se nas suas possibilidades de existir’ (Honoré, 1992: 66)*

Bernard Honoré (1990 e 1992) é outro autor que aborda a formação de um ponto de vista existencial e fenomenológico. Fortemente inspirado em Heidegger, Honoré interroga-se sobre



a formação na sua relação com os indivíduos, tendo como base uma concepção de ser-indivíduo<sup>5</sup> enquanto ser/estar-no-mundo. Para este autor, ‘não se trata de uma relação categorial, mas existencial, tendo em vista a constituição formativa, a formação do ser-pessoa’ (1990: 21). Seguindo a origem grega sobre ‘forma’ como modo de ser, ‘consideramos aqui que a ‘forma’ da formidade<sup>6</sup> é uma condição ontológica e não um aspeto formal do sendo que subsiste’ (idem: 25).

Nesta perspetiva, o sujeito revela-se no seu ser-no-mundo que vai acontecendo, vai ‘sendo’, através de uma projecção de si num leque de possibilidades que concebe num dado contexto e através do que se desvela a plenitude da sua existência. As possibilidades, materializadas num agir – interpelado e que interpela os outros que envolvem o indivíduo – podem constituir-se numa realização de si (*accomplissement*), dando lugar ao ‘ser-obra’. Os possíveis realizados, as produções, que são a obra, ao serem formas de agir, são essencialmente meios através dos quais a pessoa desvenda (*dévoile*) uma nova forma da sua existência plena, pois cumpriu uma nova forma de ser/estar-no-mundo. A pessoa, que se projeta fora de si através da produção das obras (sucessivas), constitui-se, também ela, como obra, como um ser-obra.

Honoré aborda a formação como condição existencial dos indivíduos se encontrarem e cumprirem num processo de ação que é produção do mundo e produção de si. A produção de si realiza-se na produção do mundo, mas esta só é obra na medida em que é reveladora de um si fora de si, isto é, de um novo ser-no-mundo projetado em novos sentidos e novas possibilidades de ser eu sendo outro. O caráter da obra revela-se, portanto, no sentido existencial que a produção, o agir, tem para o indivíduo.

Obra remete para a abertura, para a disponibilidade a uma formatividade: ‘na sua disponibilidade, o sendo toma forma. Esta noção é reforçada por tudo o que remete ao utilizável por intermédio do resultado da ação’ (1992: 26). Isto é, a abertura para tomar novas formas e imaginar outros possíveis, em que projetar-se passa por um uso do mundo que permitem uma recomposição e nova organização das coisas, que por sua vez permite encontrar novas possíveis realizações da existência.

Há, assim, um caráter de manipulação nos objetos, a que os indivíduos atribuem diferentes sentidos e estabelecem relações entre eles. Deste modo cumprem-se e revelam-se possíveis a

---

<sup>5</sup> Honoré utiliza o termo ‘homem’ ao longo de todo o seu discurso. Em respeito, mas também em desacordo, com o uso desta terminologia demasiado masculina, utilizarei em substituição palavras como pessoa, indivíduo ou sujeito.

<sup>6</sup> Neologismo do autor: forméité, no original, traduzido livre e literalmente.

realizar, exteriorizadas através de produções: ‘o ser-obra da obra reside no arranjar um mundo e exige a sua instalação [...] Obra é sobretudo considerar a atividade que cria a obra’ (Honoré, 1990: 196). Recorre a Heidegger para afirmar que: ‘lá, onde a produção traz expressamente a abertura do sendo, o que é produzido é uma obra’ (in Honoré, 1990: 197).

Contudo, duas determinações fundamentais são requeridas para que tal ocorra. É necessário haver um ‘poder-ser’, uma disposição para um deixar ser, ‘um modo de ser da pessoa que, livrada a si mesma, pode ir no sentido de algo que lhe faça sentido (...) no sentido [a desenho] dela própria e de tudo o que pode existir. De si própria, da sua existência possível. Do que pode advir como existente num mundo sem que isso seja necessariamente conhecido ou certo. Das possibilidades. Pelo seu poder-ser, o indivíduo descobre possibilidades’ (idem, 1992: 67).

Dado o tema específico em análise, a formação e formatividade, Honoré introduziu outra determinação: o ‘ter-a-formar’: ‘a pessoa e o mundo existem em formas. Enquanto é originalmente possível como existente e que ela descobre a possível existência das coisas, é-lhe exigível que este possível esteja em forma. Ele tem de formar. Assim, existindo, temos de formar-nos a nós próprios e ao que nos envolve, isto é, a viver o nosso modo de estar no mundo de tal forma que as suas possibilidades existenciais tomem as formas que permitam experimentá-las’ (1992: 67).

A pessoa em formação tem então de se dispor, de se ‘pôr em forma’ para que a formação aconteça, isto é, que trabalhe no sentido de se constituir num ser-obra, poder agir realizando a sua própria existência, transformadora e criadora de si e do mundo, num processo que é simultâneo.

Sem alargar demasiado sobre esta abordagem à formação, salienta-se ainda o carácter coletivo de todo este processo: ‘a abertura à existência concerne simultaneamente os indivíduos e os conjuntos humanos que eles constituem’ (idem: 1992: 68).

Toda a existência acontece em relação com outros no curso da sua própria existência em formação. Toda a possibilidade experimentada ocorre na relação com os outros que nos envolvem, também eles realizando o seu ser-no-mundo. O encontro dá-se com o outro em coexistência no mundo:

*‘fazer obra na realização do agir é existir com aqueles que estão em interformação e intercompreensão connosco. Na saída de mim mesmo, encontro a obra do outro na realização da obra comum que alimenta a obra de cada um. [O agir] está sempre aberto para fora de mim. Existe na obra algo que tem a sua origem no já efetuado enquanto obra e no que resta a efetuar*

*numa história que me precede e que me ultrapassará. A via da realização do meu agir não é traçada pela minha obra enquanto seguimento das minhas produções consideradas inacabadas, mas pelo meu fazer obra numa co-pertença de que estou desapossado do que faço mesmo que assumindo nela a responsabilidade bem como a da obra de outro’ (1992: 160).*

Trata-se, portanto de um agir, no sentido de realizar uma obra, que exige pôr em presença (numa temporalidade) e em relação (no campo de relacionalidade).

### **Do individual ao coletivo**

As primeiras concepções de formação referidas – histórias de vida; relação com o saber; e formatividade do ser-obra – analisam a formação numa ótica individualizada, de saber como é que o sujeito, enquanto ser singular, se apropria e se insere, influencia e é influenciado, cria, nos contextos específicos em que se move e constitui. Uma vez que este estudo remete para um contexto organizacional, da Associação Cultural Moinho da Juventude, não poderíamos deixar de ter em consideração a aprendizagem sob o ângulo de conjuntos de pessoas que empreendem ações e aprendizagens como parte de um processo coletivo.

### **Formação-Ação**

Ainda na senda da ‘descoberta’ deste sujeito na sua qualidade de ser ativo na produção de si e do mundo, é sobretudo a partir dos anos 70 que começa a surgir uma literatura que aborda a formação integrada nesta concepção em que o indivíduo é considerado ‘simultaneamente autónomo e integrado’ (Boutinet, 1987: 11). Desenvolve-se uma perspetiva emancipatória que promove ‘o adulto, tomando consciência dos seus determinismos pessoais e sociais, procura reassumi-los e ultrapassá-los’ (Bonvalot e Courtois, 1986: 55). Mas os contextos de trabalho, equipas empresariais, no bojo do crescimento exponencial das instituições, constituem espaços onde se experimentam e desenvolvem trabalhos de formação de índole pós-taylorista, ‘decorrentes de novas práticas de gestão, abertas à participação dos trabalhadores e à mobilização da sua inteligência e criatividade’ (Barroso, 2004: 70).

Toma-se a organização como o foco da formação e os contextos de trabalho pela sua dimensão formativa e socializante: ‘a instituição e a empresa são então consideradas lugares onde é possível produzir o sentimento da sua existência’ (Bonvalot e Courtois, 1986: 61). Conceitos como formação-ação, autoformação, projeto, são amplamente desenvolvidos. A

revista francesa *Éducation Permanente* (1986 e 1987) dedica-lhes, por exemplo dois números temáticos, compostos por artigos de concetualização e descritivos de experiências, sendo por vezes difícil distinguir cada um dos referidos conceitos.

A formação-ação emerge, nestes textos, como metodologia própria que institui a formação como prática de acompanhamento de uma intervenção de resolução de uma situação. Caracteriza-se por tomar o grupo como ator e tomar um problema como base para o desenrolar da formação, ao longo do qual deve dar-se a sua resolução.

A instituição torna-se o lugar onde se negociam os projetos. O projeto em que se está empenhado é simultaneamente a finalidade e o suporte privilegiado da aprendizagem (Meignant e Jacq, 1987: 122). Por este motivo, é um tipo de formação que se integra no funcionamento quotidiano da organização em que ocorre. Isto é, trata-se de uma formação não marcada pela exterioridade, mas pelo caráter endógeno dos seus conteúdos, voltados e atravessados pela ação. Comporta três dimensões que se vão articulando: ação, investigação, formação.

Na formação-ação, há uma alteração da relação de cada um dos atores participantes, pois a formação não serve ao formador. A este cabe um papel de acompanhamento e às pessoas em formação cabe ‘tomar o poder de dirigir a sua própria formação em situações sempre interativas’ (Bonvalot e Courtois, 1986: 56).

Aqui o formador tem como função, segundo Le Boterf (1987: 105) um acompanhamento plurifuncional: *concetualização* (ajudar o grupo a nomear o que faz); a *pôr em relação* com recursos e centros de decisão pertinentes; *transmissão de conhecimentos* (não são apenas animadores mas trazem para o grupo conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos); *capitalização* (ajuda o grupo a fazer o ponto da situação sobre o seu trabalho e o seu processo).

No artigo da supramencionada revista, Le Boterf (1987) apresenta uma análise aprofundada deste dispositivo de formação e elabora um questionamento a partir de diversos pontos de vista que vão do epistemológico ao organizacional. Cinco eixos de questionamento crítico guiam as reflexões. Pela sua pertinência, abrangência e atualidade, passo a transcrever, apesar de ser longa a citação:

*‘. a formação-ação supõe a gestão de um sistema complexo. A multiplicidade de atores, a aceitação do imprevisto, a escolha de um processo em constante reconstrução, a regulação entre critérios por vezes contraditórios concorrem para esta característica. Exige reações rápidas, é preciso prever recursos, material educativo, atividades, sem saber exatamente quando e como será necessário mobilizá-las. A necessidade de se atualizar é permanente e é requerida a aceitação da*

*mudança. Estará a empresa pronta para aceitar este tipo de orientação? Será compatível com a sua cultura e as suas condicionantes?*

*. a política de formação e de desenvolvimento dos recursos humanos das empresas está cada vez mais articulada à sua estratégia de desenvolvimento, gestão previsível dos empregos, os investimentos e planos sociais. Como se integra a formação-ação nesta política? Não nos arriscamos a vê-la limitar-se a experiências casuísticas, a projetos pilotos inovadores mas sem futuro? Poderá, este projeto da empresa, ser o suporte de uma formação-ação?*

*. Toda a formação-ação dá-se em ‘tamanho’ real, no quadro do funcionamento normal da empresa, do serviço ou do atelier. Até onde há protecção suficiente para a emergência e a experimentação de novos comportamentos? A alternância será suficiente para tal? Até que ponto a lógica de ação é compatível com a lógica da ação ou da produção?*

*. constatamos que o desenvolvimento da formação segue a par de uma certa obstrução por modelos culturais ligados à aprendizagem. Articulada à resolução de problemas de dimensão real, a formação-ação está, com efeito, próxima da aprendizagem. A formação-ação possui os mesmos limites de aprendizagem? Permitirá, por si só, o recuo e a formação teórica? Desenvolverá capacidades não apenas ligadas a uma dada situação mas que sejam transferíveis? Que aberturas permitem sobre o meio exterior?*

*. paradoxalmente, e para finalizar, podemos interrogar se a formação-ação existe em si. O que existe, com efeito, são projetos de melhoria das condições de trabalho, de desenvolvimento das exportações, de modernização das ferramentas de trabalho, de informatização da gestão, etc., no interior das quais são questionadas e redefinidas as relações entre a pesquisa, a ação e a formação, entre os peritos e os atores. Não acontece tantas vezes ser depois do ocorrido que se batizam os processos ou estes projetos de formação-ação?” (p. 106).*

Esta metodologia assinala, com outras acepções da formação similares mas assentes em vários destes princípios, a aproximação da formação aos contextos de trabalho, reabilitando a experiência e os contextos de socialização na construção do conhecimento. Equipas colaborativas, círculos de qualidade são exemplos de concepções e metodologias que ‘ultrapassando as querelas ontológicas de saber o que é formação, a questão é saber qual é o dispositivo pedagógico que permitirá a melhor relação possível entre a eficácia educativa (avaliada em aquisições transferíveis) e a eficácia organizacional (avaliada por critérios de performance)’ (Meignant e Jacq, 1987: 112). A literatura analisada centra-se no ponto de vista dos formadores, procurando explicitar este trabalho de ‘interiorização’ do trabalho formativo de intervenções levadas a cabo para o efeito. Isto é, percebe-se que há uma procura de

clarificação de um posicionamento e papel a desempenhar pela equipa de formação que se deve imiscuir no trabalho da organização em que se dá a formação. Trata-se de explicitar uma mudança de paradigma para as entidades e os indivíduos formadores.

### Organização-aprendente

Outros conceitos, como os de ‘formação-investigação’, ‘formação-inovação’, ‘aprendizagem organizacional’, de ‘organizações qualificantes’, ou ‘organizações aprendentes’, vieram abordar a formação de modo parecido mas adotando um novo ponto de vista, o da organização em que ocorrem os processos e do conhecimento que advém, podendo ou não advir de uma intencionalidade formativa. Trata-se de estar menos preocupado em pensar nos novos conhecimentos ou capacidades que são necessários, mas, antes, no ‘reconhecimento do conjunto ‘tácito’ de saberes experienciais coletivos (‘memória organizacional’), [que] pode dar lugar, segundo Pineau et al (1992) a passar a fronteira da aprendizagem individual para as organizações’ (Bolívar, 2003: 82). A grande distinção destes relativamente aos anteriores tem a ver com o facto dos primeiros instituírem as organizações como construtoras de conhecimento.

O conceito de ‘organização aprendente’, sistematizado por António Bolívar (2000 e 2003) interessa à nossa reflexão pelo facto de se apresentar como que em continuação e complemento ao conceito de ‘formação-ação’ referido. O autor reformula o conceito de ‘aprendizagem organizacional’ detalhado numa publicação com o mesmo título, em inglês, em 1978, de Argyris e Schon, para o adaptar à análise de instituições escolares.

Bolívar adota a perspetiva da organização no curso da sua atividade, tanto no que ela tem de regularidades e de quotidiano, como nos projetos ou em situações novas, concebendo esta atividade como produtora de saberes: ‘os grupos aprendem quando os seus membros cooperam para atingir objetivos comuns’ (Argyris e Schon, 1978, cit in Bolívar, 2003: 83). Neste sentido, é atribuída relevância central à ‘memória organizacional’, analisando-se os seus processos de aquisição, armazenamento e utilização. A ‘memória organizacional’ é depositária de uma unidade que agrega as aprendizagens individualizadas, tantas vezes adquiridas por via informal e tácita, que por um processo de comunicação e elaboração, dão lugar a rotinas, mantidas e acumuladas.

A experiência acumulada e suas adaptações progressivas, assim como os novos projetos e desafios a desenvolver constituem momentos em que ocorre produção, que podem ser de

ordem diversa: conhecimentos memorizados: declarativos (saberes técnicos, 'saber que'), procedimentais (saber como) e de juízo (saber que fazer numa dada situação).

Acredita-se, então, que 'saber de uma forma explícita é reconhecer esse saber como próprio, o que facilita a sua transferibilidade e funcionalidade' (idem: 87). Isto é, partindo-se do pressuposto que há sempre aprendizagem e que esta começa por ser individualizada, é necessário, para que a organização seja 'aprendente' haver uma explicitação e valorização de modo que o tácito se torne explícito e que o individual seja coletivizado.

A comunicação que se estabelece entre os seus membros, pelo que denotam sobre a existência de redes de colaboração, constitui um elemento essencial na aprendizagem organizacional. Bolívar (2003: 87) aponta três tipos de tratamento do conhecimento: individual (de cada membro), coletivo não centralizado (interações de memórias individuais que ocorrem nos grupos), e coletivo centralizado (memória formalizada e tornada acessível a todos, registada e formalizada em documentos ou bases de dados). Uma vez que o conhecimento centralizado corresponde à cultura legitimada, à memória oficial, ela corresponde a uma memória de longo prazo mas, enquanto genérica, é pouco operativa. Já as memórias não centralizadas são de mais curto prazo mas muito operativas. O autor refere que uma memória organizacional eficaz mantém um diálogo permanente entre estes dois tipos de memória, dando primazia ao que apelidou de 'memória de juízo', ou seja, ao processo de criação de uma interpretação comum.

Numa linha sociohistórica

Após uma exposição crítica da situação mundial do desenvolvimento transformado em comércio e à subjugação da formação a esta lógica societal, Finger e Asùn (2003) apresentam uma proposta alternativa que afrente e inverta este panorama através de um 'cenário da responsabilidade ecológica social' (p. 121), baseado na 'democracia participativa, da reassunção de responsabilidades dos cidadãos da construção e capacitação das comunidades' (idem). É no quadro desta proposta que os autores apresentam igualmente a aprendizagem coletiva que designaram por 'aprender a nossa saída', enquanto lugar que 'combina a desindustrialização com o controlo das pessoas sobre os seus próprios processos de aprendizagem' (p. 125).

Os autores, no seguimento de Illich, encontram na formação de adultos uma alternativa simultaneamente epistemológica, institucional e política, concebida como uma 'ferramenta

para a compreensão do mundo em que se vive, para que se possa tomar decisões adequadas sobre como viver nele e [...] para compreender como nos relacionamos connosco mesmos, com os outros e com o ambiente e agirmos em consonância e responsavelmente’ (p. 127). Neste sentido, Finger e Asùn reabilitam os princípios da investigação-ação participada, pela aposta na criação do ‘conhecimento endógeno por e para as pessoas’ (p. 127). O regresso ao local enquanto ponto de ancoragem de processos coletivos de aprendizagem é outra dimensão apontada por estes autores, na medida em que permite uma atuação/aprendizagem pertinente, porque contextualizada, e permite o reencontro com as comunidades, nomeadamente aquelas que são diretamente afetadas por aquele a que nomeiam de ‘turbocapitalismo’. As dimensões política e institucional também poderão, então, ser materializadas à escala das comunidades locais que poderão decidir e operacionalizar o resultado da sua análise. Este trabalho, a constituir-se como novo cenário, não poderia concretizar-se sem os três significados: ‘tomar consciência de que o desenvolvimento e a justiça social já não estão ligados, nem mesmo inversamente relacionados; encontrar caminhos e meios de abrandar este cada vez mais acelerado círculo vicioso; desenvolver alternativas fora deste mesmo processo, simultaneamente aos níveis económico, ecológico, político e cultural’ (p. 134).

No âmbito educativo mas centrado na escola, vários têm sido os autores que abordam a aprendizagem a título coletivo e organizacional. Nóvoa (2002: 56), por exemplo, refere a ‘‘omni-ausência’ de duas grandes realidades: a pessoa do professor e a organização-escola’. Ele aponta a necessidade de reforçar as vivências coletivas para o que deixa algumas notas, das quais saliento: ‘novos sentidos para a ideia de ‘coletivo’ inscrevendo rotinas de funcionamento, modos de decisão e práticas pedagógicas que apelem à co-responsabilização e à partilha profissional; a escrita pública como produto de uma reflexão coletiva; a ‘competência coletiva’ (Le Boterf, 1994), encarado na dupla vertente de competência coletiva de uma equipa de trabalho e de competências organizadas em rede’ (p. 44-45).

Trata-se de perspetivas que situam a formação de adultos como processo que faz coincidir o aprender o mundo, afirmar-se nele e fazer o mundo. Estamos longe da neutralidade e de processos meramente individuais. Neste sentido vale a pena recordar Paulo Freire cujo pensamento introduziu referências que se mantêm estruturantes. Em *A Pedagogia do Oprimido* (1972) salienta-se a vocação ontológica para Ser Mais e o facto de que ninguém se liberta sozinho:

*‘A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertária, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se*



*na praxis, com a sua transformação; o segundo em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.’ (Freire, 1972: 57)*

*‘Da imersão em que se achavam, emergem, capacitando-se para inserir-se na realidade que se vai desvelando. (...) a imersão é um estado maior que a emersão e resulta da conscientização da situação. É a própria consciência histórica.’ (p. 145)*

*‘possibilidade de perceber mais além das ‘situações limites’, o que chamamos de ‘inédito viável’. O ‘inédito viável’ se concretiza na ‘ação editanda’, cuja viabilidade antes não era percebida.’ (p. 153)*

## **Contextos Organizacionais**

Interessa, na continuação desta reflexão, situar o que tem sido pensado e escrito a nível de modos organizacionais que tenham afinidades com uma Associação como a do Moinho da Juventude. Privilegiei três dimensões que podem constituir-se como referenciais de leitura e análise do caso em estudo: os novos movimentos sociais (NMS); o desenvolvimento local; associações e terceiro setor. A delimitação entre elas está longe de ser estanque, pelo contrário, elas entrecruzam-se e podem até coincidir numa mesma organização. Estas dimensões têm no entanto a vantagem de pôr em evidência debates e tensões ao nível da forma institucional, no âmbito da sua intervenção e da sua intencionalidade, bem como nas relações que empreendem com outros pólos de intervenção e de poder, como sejam por exemplo o Estado ou entidades supranacionais. Todas procuram ocupar um lugar de influência e decisão no curso de vida e na escolha de um modo de desenvolvimento. O conceito de instituição de Castoriadis (1975) apresenta-se como instrumento chave para analisar e perceber que novas formas advêm como novas possibilidades e propostas de conduta e de pensamento, nomeadamente no que concerne ao presente trabalho, sobre o Moinho da Juventude.

### **Desenvolvimento e local**

Os séculos XIX e XX são marcados, na Europa, por um processo de ‘desterritorialização’ da vida social e económica, que acontece em consequência daquela a que se chamou a dupla revolução (industrial e liberal). Os Estados-nação implementaram as ‘sociedades’ a uma dimensão nacional como se de um território único se tratasse. Pretendia-se criar e difundir culturas de âmbito nacional, assente numa estrutura simbólica clara e reconhecível – uma língua e história nacionais –, o que aconteceu em detrimento das identidades regionais, localizadas. O desenvolvimento industrial desempenhou um papel fundamental neste processo de ‘deslocalização’. O desapego da produção relativamente ao local de onde são originárias as matérias-primas, bem como a criação da figura do trabalhador assalariado incumbido de realizar tarefas parcelares na produção e exteriormente determinadas, levou a uma separação, inédita, entre o trabalho e o contexto social e cultural em que até aí havia estado imerso.

Durante o século XX, em pleno auge da crença na técnica e na racionalidade, herdeira do Iluminismo, os Estados-Nação basearam a sua ação numa ‘ideologia desenvolvimentista’ (Canário, 2007a: 211) para organizar a vida social e a produção, no quadro de processos de crescimento e desenvolvimento económico. A proposta educativa constituiu um pólo central para a difusão deste pensamento e destes conhecimentos, acreditava-se que: *mais* educação corresponderia a *mais* desenvolvimento (Canário, 2013: 334). Conforme referem Finger e Asún (2003: 28), ‘a educação, a ciência e a cultura deveriam agora ser claramente postas ao serviço (político) do desenvolvimento dos países e dos povos’.

Nesta linha ‘desenvolvimentista’, sob o ideal do ‘progresso’, a Organização das Nações Unidas (ONU) terá sido o primeiro organismo de âmbito internacional de grande impacto na determinação direta, nomeadamente, nos chamados países do terceiro mundo. Foram assim designados pelo facto de se considerar que estavam em situação de atraso relativamente aos do primeiro mundo, pelo que necessitavam de apoio na implementação de políticas que lhes permitissem atingir patamares mais elevados. Acreditava-se que o desenvolvimento seria sempre crescente. Subsidiária do otimismo associado à razão científica e à técnica, a ONU disponibilizava meios – financeiros, materiais e humanos – para intervenções previamente definidas que cabia aos governos apoiados implementar sob supervisão de peritos seus.

Estas conceções foram dominantes aproximadamente até meados dos anos 70, isto é, até à primeira crise do petróleo que veio pôr em causa o otimismo que se vivia. Uma nova perspetiva, designada por ‘desenvolvimento local’, decorrente das críticas ao progresso assente na ‘crença ilimitada na técnica e no desenvolvimento económico’ (Ferreira, 2003:), emergia e dava azo a uma abordagem humanizada do desenvolvimento, pelo encontro, respeito e

valorização de comunidades de pequena dimensão e com modos de vida próprios. Ao ‘desenvolvimento local’ estão associados, segundo Canário (1999: 65), os conceitos de participação e de endogenia, isto é, esta modalidade de intervenção para o desenvolvimento procura assentar na dinâmica dos atores locais, cujo trabalho tivesse como referência os recursos e os modos de vida também locais. Através da participação e da endogenia procura-se que a intervenção resulte de um processo de tomada de decisão dos indivíduos e coletivos, reabilitando assim um desenvolvimento que tenha sentido para contextos sociais territorialmente identificados. Pelo modo convivial, informal, expressivo e criativo que muitas vezes toma, foi nomeado em determinados casos por animação sociocultural.

Esta perspetiva paradigmática de desenvolvimento local apresenta, segundo o mesmo autor (p. 63), como principais características: a multidimensionalidade – a educação, saúde, o ambiente, a educação e a cultura, a par da economia, são faces distintas mas indissociáveis de um processo global e sistémico capaz de articular estas diferentes dimensões; uma lógica qualitativa – uma visão multidimensional faz apelo a critérios de natureza qualitativa; e uma valorização do local – passou-se a dar relevo a processos integrados de intervenção, ao nível local, globalizando-a ao nível do território.

Ferreira (2003) refere, a propósito, a frequente utilização do prefixo ‘re’ – ‘reemergência, redescoberta, revalorização, ressurgimento, relocalização, etc. – procurando com isso mostrar que são retomadas e transfiguradas, na atualidade, características de tempos anteriores que haviam sido abafados pelo centralismo do Estado’ (p. 26). Com efeito, esta perspetiva veio recuperar saberes, valores e práticas em que trabalho e vida coletiva estavam associados em que, contrariamente a um modelo ‘desenvolvimentista’, o valor económico corresponde apenas a uma das dimensões em consideração.

A intervenção social baseada neste princípio configura um modo de pensar o desenvolvimento priorizando outras dimensões filosóficas e políticas. Ela comporta uma visão complexa da vida em comunidade, integrando-a, segundo Canário (1999: 68-69) no processo metodológico de ‘educação não-formal participativa’ que permite configurar a intervenção como uma estratégia de formação na mudança, orientada para a resolução de problemas ‘construídos’ com os próprios destinatários.

## **Os novos movimentos sociais**

Gohn (2008: 14) define movimento social como:

*‘expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica, ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações’.*

Atribui-se o seu surgimento ao século XIX, no seguimento do desenvolvimento industrial, em resultado de grupos operários que se reuniram para a obtenção de melhores condições de trabalho (salariais, jornadas mais curtas, etc.) e constituir sistemas de protecção e segurança social, criando cooperativas e mutualidades. Embora alguns autores integrem neste grupo de movimentos as lutas feministas e de libertação nacional (anti-coloniais) que decorreram na primeira metade do século XX, à primeira geração dos movimentos sociais são associados sobretudo as lutas que têm origem neste novo grupo social massificado que constituem os trabalhadores assalariados, em especial o operariado. O conflito social estava no cerne da sua ação e o volume e impacto que as suas lutas alcançam permitem que ocorram importantes transformações e, como tal, concorrem com outros centros de poder, Estatal e patronal: ‘a produção de mudanças sociais profundas e qualitativas implica ‘auto-organização’ e ‘órgãos autónomos’ que emergem do processo da ação direta dos assalariados’ (Canário, 2008: 30).

No final dos anos 1960, os movimentos de contestação puseram em causa o modelo de vida das sociedades fortemente urbanizadas, baseada no consumo e num ciclo de vida tipo ‘metro, boulot, dodo’. Este era um *slogan* dos movimentos contestatários em França, através do qual se pretendia criticar o carácter anódino e alienante em que o quotidiano se havia transformado, cada pessoa cingindo a sua vida a transportes (*metro*), trabalho (*boulot*) e dormir (*dodo*).

As políticas belicistas também foram alvo de grande contestação, despertando as primeiras manifestações de dimensão internacional – estava-se em plena guerra do Vietname e no rescaldo das guerras coloniais sangrentas, com algumas ainda em curso. Esta movimentação social inaugurou aquilo a que se veio a chamar como novos movimentos sociais (NMS), uma vez que o seu objetivo não se restringe, como os iniciais, a reivindicações de ordem socioeconómica, mas visa direitos culturais.

Para Touraine (2005, 2008), os NMS inscrevem-se num novo paradigma com que representamos a vida coletiva e pessoal, a ‘modernidade’, que substitui uma representação a

partir da ‘sociedade’ e está associada ao fenómeno da globalização como ‘uma forma extrema de capitalismo’, mas igualmente a um ‘retorno do sujeito’. Para este autor, ‘a vida é o movimento pelo qual os atores, ao invés de se identificarem a um valor ou fim exterior, descobrem em si mesmos, na defesa da sua própria liberdade, a sua capacidade de agir de modo auto-referencial’ (2005: 31).

Um dos principais fatores que distinguiria os NMS relativamente aos primeiros situa-se portanto no fim que se propõem realizar, relativo a direitos culturais. Ao valor da igualdade, acresce-se ou mesmo substitui-se o da diferença: ‘trata-se de reduzir a parte das normas e das instituições na parte do ‘viver juntos’, em proveito de regras e de instituições que permitem ser diferentes’ (Touraine, 2005: 257). Outros elementos os caracterizam, como por exemplo, a universalidade. Questões das minorias culturais, ambientais ou outras, ainda que particulares e situadas, constituem problemas amplos e requerem respostas complexas que envolvem múltiplos níveis de decisão e de ação (dos supranacionais, aos estatais e regionais). A universalidade coloca-se, então, na dimensão transversal superior que uma questão levante, mesmo que aparentemente local e particular, por exemplo, no direito à afirmação da sua singularidade. A identidade e o reconhecimento constituem-se como elementos centrais nos NMS.

Encontra-se também uma nova conceção de território que ‘passa a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas’ (Gohn, 2008: 44) mas concebida em função da densidade relacional e de ação que aí ocorre. Lembre-se um dizer largamente difundido: ‘pensar global, agir local’, mas também o papel que a comunicação facilitada pelas novas tecnologias na criação de laços e redes em regiões fisicamente díspares.

O conflito social presente num NMS é articulado e complementado com a proposta de novos valores (nomeadamente de uma cultura da consciência e da comunicação), uma ação que os suporta, e ainda com o seu fim que é o da revelação do sujeito enquanto vontade, experiência e ação coletiva. Neste sentido o conflito social não é suficiente para caracterizar um NMS porque a este acresce, sempre, um projeto cultural, uma proposta de transformação social do mundo para algo diverso, daí o termo de ‘altermundialismo’. A proposta remete para uma escala que tanto abarca a dimensão universal, o mundo, quanto a emergência do sujeito, pois:

*‘O objetivo principal é a realização de si como ator capaz de transformar a sua situação e o meio que o envolve, isto é, de ser reconhecido que da resolução de um conflito em que está implicado depende da sua capacidade de ser um ator livre e não o produto de construções sociais que ele não domina’ (Touraine, 2005: 244).*

## Em Portugal, o movimento associativo

Em Portugal, o movimento associativo teve origem no século XVIII mas teve o seu grande impulso no século XIX, no seio da classe operária. Está na base daquilo a que Canário (2007b: 17) apelidou de ‘movimento popular’ e que empreendeu atividades tão diversas quanto: as diferentes formas de mutualismo, a criação, em zonas operárias, de uma densa rede de associações culturais, recreativas e de instrução; a construção do movimento sindical; o movimento de criação de cooperativas, abrangendo a área do consumo, de bens alimentares, de consumo de livros e do inquilinato cooperativo.

A sua intensidade pode ser verificada a partir da quantificação que Rosende (1996: 267) fez, por exemplo, das primeiras mutualidades e socorros mútuos: se antes de 1850 tinham sido criados doze montepios e, no final daquele século, eram já mais de duzentas, as associações mutualistas. Havia, portanto, um peso muito importante no investimento coletivo no que respeita a sistemas de protecção social. Foi com o regime republicano que o associativismo popular viria a ser alargado às áreas culturais e de educação, nomeadamente grupos cénicos, bibliotecas e universidades populares, orfeões e bandas de música, entre outros (Lima, 2008: 37).

Durante o período da ditadura, as associações e o setor cooperativo constituíram espaço em que foi possível manter alguma autonomia popular, apesar do controlo e repressão apertados que sobre eles recaía. João Freire (2006: 20) conta que entre 1933 e 1974 terão sido criadas mais de quatro mil novas associações, sendo que destas, metade foram de cultura e recreio, entre as quais foi relevante o movimento cineclubista (Canário, 2007: 17). O seu trabalho e persistência foram muito significativos na criação de redes de apoio e solidariedade, mas igualmente de alfabetização, e constituição de uma reflexão e trabalho político.

*‘O movimento popular que sacudiu a sociedade portuguesa na fase imediatamente posterior ao 25 de Abril representou uma ‘explosão’ de autonomia cujos antecedentes foram laboriosa e persistentemente construídos e preservados pela atividade autónoma do movimento operário, desde o século XIX até 1974, incentivada pelas suas principais correntes, libertária e comunista’*  
(Canário, 2007: 17)

Com efeito, com o 25 de Abril de 1974 eclodiram as ‘energias utópicas’ (Lima e Afonso, 2006: 207), movidas por um ímpeto voluntarista e transformador de uma democracia a construir. Foi especialmente durante o Período Revolucionário Em Curso, o PREC, que a sociedade

civil ocupou com intensa vivacidade e dinamismo um lugar central de poder. A ocupação de terras e de casas, a nacionalização de empresas e indústrias, estiveram na base de uma atividade em que as pessoas tomavam a si a tarefa de desenvolver coletivamente a organização social, criando estruturas e formas de organização próprias.

Os movimentos que tinham vivido abafados pelo regime do Estado Novo, mas que haviam realizado nesse período uma ação política discreta de estudo e de resistência, puderam com a revolução, dar azo aos projetos e à filosofia durante dezenas de anos trabalhada coletivamente.

Ao nível do Estado, algumas pontes de diálogo, mobilização e apoio a iniciativas populares, como os Serviços de Apoio e Ação Local (Saal), dinamizaram a conceção e construção de bairros de habitação para inúmeras pessoas que viviam em ‘barracas’ com forte participação dos visados; ou, mais tarde, a Direcção Geral de Educação Permanente do Ministério da Educação que desenvolveu uma ação descentralizadora da educação de adultos e que viria a desaparecer no início dos anos 80 (Lima, 2006a: 17).

A década de oitenta parece ter constituído um ‘tempo de refluxo’ (Silva, 1994, cit por Lima, 2006a: 17), um tempo de esmorecimento da mobilização social que se fez sentir no pós 25 de Abril de 1974, quando é definido o estatuto das Ipss’s, reflexo de políticas sociais que pretendem edificar um ‘Estado Providência’. Na mesma década, Portugal entra na Comunidade Europeia. Muitas associações de cariz popular, em especial associações de moradores ou de bairro passaram a receber apoio do Estado para realizar tarefas que este delega nelas. Muito trabalho de intervenção social, sobretudo em zonas consideradas periféricas, desfavorecidas ou marginalizadas, viria a ser financiado através de projetos enquadrados em programas do Fundo Social Europeu, levados a cabo por estas organizações.

### **Associações de imigrantes**

No mesmo período dos anos 1980, dá-se o primeiro impulso de criação e formalização de associações de imigrantes. Como a maior parte dos imigrantes chegados das ex-colónias se instalou maioritariamente na área metropolitana de Lisboa, é natural que aí se encontre sedeadas a maioria das respetivas associações.

Num estudo efetuado por Sardinha (2004) ao associativismo cabo-verdiano nesta área geográfica, é interessante notar que das 31 associações assinaladas, 16 encontram-se junto das

populações que representam, estão agregadas a um território habitacional, isto é, metade do associativismo cabo-verdiano da Grande Lisboa corresponde a associações de bairro. No seguimento das concentrações geográficas destas populações e seus bairros, as associações localizam-se principalmente nos concelhos de Oeiras, Amadora e Lisboa.

As associações de bairro ocuparam um lugar central na integração dos imigrantes, em especial das primeiras levas, no que concerne às condições materiais de vida ou, melhor dizendo, de sobrevivência. No que respeita às associações sem o atributo territorial, ligação a um bairro ou zona habitacional, Sardinha (2004: 5) distinguiu-as segundo o público que representam: doentes e idosos; imigrantes recém-chegados; comunidade jovem; profissionais; estudantes; e populações de Cabo Verde.

No modo como as associações de imigrantes se relacionam com as entidades estatais ou regionais, recorri ao estudo de Marques (2008) que, em colaboração com Santos e Leitão, procurou analisar o papel desempenhado pelas associações de imigrantes. Num artigo dedicado à institucionalização das associações na esfera pública, Leitão (2008: 28) assinala que a Câmara Municipal de Lisboa foi pioneira quando, em 1993, instituiu o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas, que contava com a participação das respetivas associações, seguindo-se com a mesma orgânica, a Câmara Municipal da Amadora, em 1995.

O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) foi criado em 1996, prevendo-se nos seus estatutos a ‘consulta e diálogo com entidades representativas dos imigrantes em Portugal’, conforme consta no decreto-lei n. 3-A/96, de 26 de Janeiro. A segunda regularização extraordinária dos imigrantes, que ocorreu em 1996, constituiu um momento forte na institucionalização das associações de origem imigrante, na medida em que o ACIME, organizador do processo, chamou estas entidades representantes a desempenhar um papel muito ativo em todo o percurso. Destaca-se, entre outras associações, o papel desenvolvido pela Associação Moinho da Juventude na mobilização e dinamização.

Se a década de 90 foi fundadora de uma política da imigração, é evidente a participação política das associações de imigrantes na sua criação. A constituição de estruturas governamentais que lidam com as questões da imigração foi criada com base na intervenção e no diálogo com as associações de imigrantes, mesmo antes de estas serem submetidas a um regime jurídico próprio, que só veio a acontecer em 1999, com o decreto-lei 115/99, de 3 de Agosto. Por outro lado, temos mais uma vez a presença das Ipss’s nestes organismos, o que reafirma o seu papel como entidades interlocutoras e prestadoras de serviços essenciais em que o Estado se apoia.



### **Em que local intervêm as associações?**

As associações entretanto tornadas Ipss's constituíram uma das principais formas de ancoragem do trabalho numa perspectiva de desenvolvimento local, conforme referido. O estabelecimento de parcerias com as instituições locais, em especial estas e outras formas organizacionais afins, passou a estar no cerne de várias políticas sociais, nomeadamente aquelas que se dirigiam a públicos em situação de desvantagem social.

Fernando Ferreira (2003: 26) chama a atenção para o facto de que 'este ressurgimento do local não corresponde a um regresso ao passado [...] enquanto historicamente o Estado se afirmou contra os particularismos locais, o local emerge atualmente através de um movimento de 'relocalização' mas que ocorre em simultâneo e numa relação dialéctica com um movimento de 'globalização''. No momento em que acontece esta redescoberta do local encontram-se já acentuados dois fenómenos de âmbito muito diferenciado, mas que apresentam uma relação de interdependência e decorrem ambos de um terceiro vértice que corresponde ao alargamento à escala mundial do capitalismo liberal, também designado 'globalização'. Esta 'economia predatória global que dá claramente mais valor ao capital que ao trabalho' (Finger e Asún, 2003: 100) está na origem de um movimento, por um lado, de erosão do Estado e, por outro, do aparecimento do chamado quarto mundo.

No que respeita às transformações que ocorrem a nível dos Estados nação, Barroso (2006) refere o peso que tem vindo a assumir a 'regulação transnacional', que se reporta ao facto das políticas de cada Estado serem cada vez mais influenciadas pelo sistema de relações interdependentes que se estabelecem no sistema mundial, e que são concretizados pelas 'normas, discursos e instrumentos que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão e consulta internacionais [...] que são tomados pelos políticos, funcionários ou especialistas nacionais como 'obrigação' ou 'legitimação' para adotarem ou proporem decisões' (p. 45).

O autor designa três formas de 'regulação transnacional', sendo que as duas primeiras são talvez mais explícitas no que concerne à influência na determinação das decisões políticas tomadas por cada Estado nação. Uma primeira ocorre pela relação de dependência que os países mais 'desenvolvidos' estabelecem com os restantes, impondo a estes determinadas condições e constrangimentos de ordem económica e política. Um segundo tipo de regulação transnacional ocorre a partir das estruturas supra-nacionais, como a União Europeia, no caso de Portugal. Numa perspectiva de relação mais informal, no sentido de programas de cooperação, apoio, investigação e desenvolvimento, diferentes organismos internacionais

exercem uma influência talvez menos formal mas igualmente influente, vulgo impositiva, ao apresentarem diagnósticos, metodologias, técnicas e soluções.

Haveria muitos elementos a discutir sobre as repercussões ao nível da ‘regulação nacional’ e da ‘regulação local’ que se realiza ao nível das políticas públicas e na relação que se estabelecem com o mercado, no quadro desta dimensão transnacional. Mas, no que se reporta à questão do local e a este ‘ressurgimento do local’ Ferreira (2003), podemos desde já lembrar o quanto a dimensão supranacional determina diretamente a mudança operada nas associações, através dos programas que financiam tipologias específicas de trabalho dirigidos a públicos pré-determinados. Em Portugal, o caso mais evidente é o Fundo Social Europeu que estabelece prioridades de intervenção e programas que as organiza e aos quais as Ipss’s se candidatam, mas poderíamos referir também as apreciações realizadas pela OCDE que se repercutem nas políticas públicas nacionais e locais, ou ainda em empresas multinacionais e fundações internacionais que, numa ótica de responsabilidade social, financiam obras, projetos, etc.

No âmbito social, também podemos verificar como a globalização económica afeta os trânsitos populacionais e, neste sentido, os ‘locais’. As transformações no mundo do trabalho estão na base do aumento da desigualdade social a nível internacional, entre os países mais e menos ‘desenvolvidos’ mas igualmente dentro de cada país, verificando-se por exemplo a desertificação do mundo rural, em favor dos meios urbanos que sofreram um aumento demográfico exponencial desde a segunda metade do século XX. O desenvolvimento tecnológico favoreceu em muito este fenómeno ao possibilitar que o aumento da produtividade fosse acompanhado de uma diminuição drástica da necessidade de mão-de-obra, em particular no setor industrial, mas igualmente nos setores primário e terciário.

As modificações ao nível do mundo do trabalho deram azo ao crescimento do desemprego e à precarização dos vínculos laborais de populações inteiras, razão pela qual Canário, Alves e Rolo (2001: 39) referem: ‘aos trabalhadores que o governo português vai buscar a África para virem trabalhar (muitos ‘sem papéis’) e com frequência para morrerem nos acidentes de trabalho das grandes obras públicas convém mais o termo de ‘explorado’ do que de ‘excluído’.

Muitas destas pessoas, de fato, deixaram as suas regiões de origem para se deslocarem para as periferias urbanas dos países centrais, conforme referido anteriormente. As cidades são atualmente compostas por periferias em forte desvantagem social, sujeitas ao que Castel (cit por Canário, 2005: 164) designa por ‘vulnerabilidade de massa’. É o também chamado quarto mundo, aquele com que o suposto primeiro mundo se vê confrontado dentro de portas. Nestas

periferias sofre-se da ‘nova questão social’ pelo acúmulo de problemas que aí acontecem e que, pelo modo como acontece o ordenamento do urbano, se encontram territorialmente delimitadas. São as ‘chagas sociais’, os ‘territórios marginalizados’ ou ‘territórios acossados’, as ‘*cités d’urgence*’, os guetos, os subúrbios, as ‘bolsas de pobreza’, que tantas vezes se encontram no cerne das intervenções comunitárias levadas a cabo pelas Ipss’s. Mais uma vez, este ‘local’, conforme referia Ferreira (2003), é substancialmente diverso daquele contra o qual se edificaram os Estados nação.

### **Estado, associações e terceiro setor**

A criação, em 1983, do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, as célebres IPSS’s, representa um marco na relação entre o Estado e as iniciativas locais que haviam persistido. O decreto-lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, que o institui, aponta claramente para o recurso ao movimento associativo para colmatar a falta de estruturas de apoio social. O prefácio deste decreto-lei relata como esta relação de recurso às associações vinha sendo desenhada em propostas legais desde finais dos anos setenta e é explícito:

*“A solidariedade social exerce-se não só no setor da segurança social mas também em domínios como os da saúde, da educação, da habitação e de outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado social organizado. É vontade firme do Governo criar as condições adequadas para o alargamento e consolidação de uma das principais formas de afirmação organizada das energias associativas e da capacidade de altruísmo dos cidadãos, através de instituições que prossigam fins de solidariedade social”.*

Este estatuto constitui uma materialização das transformações do Estado que tem sido motivo de intensos debates. Este deixa de ter a hegemonia da oferta dos serviços que cumprem as promessas de justiça e de igualdade social, sob a ideia de Estado Providência, para assumir um papel cada vez mais coordenador de uma intervenção assumida por entidades não estatais. O Estado passa a estabelecer parcerias com a sociedade civil, passando a financiar mas também a trazer exigências ao trabalho promovido por entidades que anteriormente se pautavam, no caso das associações, por uma lógica tendencialmente emancipatória realizada no quadro de uma participação voluntária.

A ideia de ‘esfera autónoma de atuação dos cidadãos’ (Lima e Afonso, 2006: 208) que as associações assumiam ficou desta forma fortemente comprometida e subjugada a uma

existência exteriormente condicionada. Por uma questão de sobrevivência, grande parte do tecido associativo recorreu a este estatuto, pois desta forma era-lhe possível receber financiamento estatal. Hespanha et al (2000, cit in Ferreira, 2004: 5) advertem, a propósito, que ‘a transformação dos movimentos oriundos do pós-25 de Abril em organizações legalmente reconhecidas não foi um processo incentivador da pluralidade de interesses e formas organizativas’. Com efeito, as atividades desenvolvidas, em especial pelas associações de bairro e outras Ipss’s com atuação territorialmente situada, sofreram um processo de uniformização, em função dos financiamentos atribuídos: jardins-de-infância, atividades extraescolares (ATL’s), apoio escolar, centros de dia, atividades para jovens, formação profissional, unidades de apoio à inserção no mercado de trabalho, entre outros, passaram a estar entre as atividades centrais destas instituições.

O Fundo Social Europeu também passou a ser uma fonte determinante de subvenção destas instituições, através de programas que determinam previamente o tipo de ações e destinatários. Além da exigência profissional na realização e gestão das atividades, uma nova realidade administrativa fortemente burocratizada que acarreta sofisticação do ponto de vista discursivo e contabilístico na interlocução com os órgãos financiadores, obrigou as associações a se apetrecharem com técnicos qualificados e remunerados. As associações, ainda que sob o princípio da não lucratividade e do interesse pela comunidade, foram desta forma impelidas a ‘gerar e gerir receitas’ (Lima e Afonso, 2006: 208) que permitissem atender às atividades que passaram a assumir com continuidade, em consequência dos contratos de parceria.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social ocupam atualmente em Portugal um lugar privilegiado no colmatar das lacunas deixadas em aberto a nível de serviço público. O Estado, através de parcerias e suporte financeiro, deixa a estas instituições a tarefa de cumprir o acompanhamento social e a assistência de um leque enorme de serviços sociais que lhe seriam atribuíveis.

É neste contexto que se tem vindo a falar em ‘serviço público não estatal’ (Laville, 2010<sup>7</sup>). As associações e outras formas de organização social têm ocupado um lugar preponderante na implementação deste tipo de prestação. Por tenderem a assumir crescentemente características dos organismos públicos, dá-se um ‘isomorfismo institucional’ (DiMaggio e Powel, 1983 cit in Ferreira, S. 2012: 108).

---

<sup>7</sup> Conforme conferência proferida com o título *Democracia participativa e associativismo*, no ISCTE, a 13 de Novembro de 2010.

Do ponto de vista da relação com o Estado e com os processos de governação, Hespanha (1999, cit in Ferreira, F., 2004: 5) refere que ‘a possibilidade de iniciativas sociais efetivamente se desenvolverem depende da sua inserção em estruturas que são dominadas por certos setores sociais a quem o Estado delegou, formal ou tacitamente, certas funções de controlo’. Em complemento, Ferreira assinala o paradoxo presente no terceiro setor. Segundo esta investigadora, o terceiro setor tem de representar o outro lado do governo enquanto parceiro e, ao mesmo tempo, estar do lado do governo como corresponsável pela governação (Ferreira, S. 2012: 127).

A criação do estatuto de Ipss vem, assim, reforçar a interrogação sobre a distinção entre a comunidade e o Estado. Em 1972, Meister (cit in Viegas, 2004: 34) definia associação todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses. O caráter voluntário permitia demarcar-se, por um lado, das organizações primárias como a família ou das estruturas estatais com uma vertente coerciva, e, por outro lado, a cooperação permitiria demarcá-las das atividades comerciais de fins lucrativos, numa lógica de mercado. A partir do momento em que a sobrevivência das associações passa a pautar-se pela dependência de órgãos estatais e supranacionais, a sua dimensão voluntária e cooperativa exige um novo olhar.

Um projeto internacional liderado pela equipa do Centre for Civil Society, da Universidade John Hopkins (Baltimore, EUA) nos anos 1990, sobre o setor das organizações sem fins lucrativos, procurou definir critérios que permitissem identificar as suas características e permitir estudos comparativos. Deste trabalho foram apontados cinco elementos de ordem estrutural-operacional em que se podem englobar entidades que são:

*. ‘organizadas, que tenham uma realidade institucional. Por isto se poderá significar o seu registo legal, mas não necessariamente. A realidade institucional poder-se-á demonstrar de outras formas, quando o registo legal não está disponível ou simplesmente não se pretende efetuar [...] organizações ad hoc, informais ou encontros temporários não são considerados parte do Terceiro setor;*

*. privadas, isto é, institucionalmente separadas do Governo. Não significa que não possam obter apoio financeiro do Governo ou que não possam ter nos seus órgãos de governação membros do Governo. Não podem, isso sim, fazer parte do aparelho governamental, nem serem controladas pelo governo;*

*. não distribuidoras de lucro. Ninguém na organização poderá receber quaisquer lucros gerados pela atividade. As organizações sem fins lucrativos poderão gerar lucros, mas estes deverão ser reinvestidos no exercício da missão básica da organização;*

*. auto-governadas. Equipadas para controlar as suas próprias atividades. As organizações sem fins lucrativos, para o serem, é necessário que tenham os seus procedimentos internos de governação e não serem controladas por entidades exteriores;*

*. voluntárias, envolvendo algum grau significativo de participação voluntária. Isso não significa que todos ou a maioria dos seus rendimentos provenham de contribuições voluntárias, ou que a maioria do pessoal seja voluntário. A presença de algum input voluntário é suficiente para qualificar uma organização como voluntária' (Franco, 2004: 8).*

Se numa primeira leitura estes critérios não suscitam dúvidas – pelo menos no caso do Moinho da Juventude mas cremos que igualmente em muitas outras -, o modo como estas associações são financiadas, pelas exigências que lhe estão inerentes, levanta interrogações sobre o domínio das atividades. Na medida em que os projetos exteriormente apoiados são orientados na temática e no público, e devem ser enquadrados por profissionais – formados no quadro de instituições também exteriores, portadores de representações e narrativas discursivas próprias -, é pertinente questionar que espaço resta para o carácter indutivo e auto-governado das associações. Em que medida é pertinente continuar a falar em iniciativas locais, ou associativas? Em que medida o auto-governo se transforma e/ou reduz essencialmente para um carácter de gestão – de projetos, verbas, populações... Além disso, há um problema de teor político quanto à natureza e condições dos apoios prestados que podem, pela 'identificação da sociedade providência com a sociedade civil, não passar de uma outra maneira de defender o mercado e as relações contratuais' (Arriscado Nunes, 1995: 6).

Entre outros autores, Sousa Santos (1993 e 1994) tem promovido o debate sobre as relações entre o Estado e o terceiro setor. Sousa Santos classificava Portugal como um caso de 'quasi Estado Providência' (1993), a partir de estudos que mostravam o papel desempenhado pelas redes de relações na protecção social, pelos laços familiares e comunitários, integrando uma solidariedade que permitia atenuar, ou mesmo superar, muitas das insuficiências a nível da oferta do Estado Providência português. Comparativamente aos serviços providenciais estatais oferecidos nos países europeus (sobretudo os centrais), este caracterizar-se-ia por um acentuado défice. No entanto, como refere o autor, tal:

*'não se manifesta em formas de rutura social ou política tão graves quanto seria de esperar, tendo em conta as proporções que atinge. Em minha opinião, isto deve-se ao facto de parte desse défice*

*providencial do Estado ser compensado, pelo menos em parte, pela providência socialmente produzida. Por outras palavras, em Portugal um Estado providência fraco coexiste com uma sociedade providência forte. [Entenda-se por] sociedade providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreatajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss (1950)' (Sousa Santos, 1993: 46).*

Esta análise levou Sousa Santos a afirmar também que 'esta, embora com origem em relações sociais e universos simbólicos vulgarmente chamados pré-modernos, tem semelhanças com aquela que outros têm tentado ressuscitar e a que alguns chamariam sociedade providência pós-moderna' (1993: 20). Lançava, assim, o debate sobre aquilo que autores como Rosanvallon e Lipietz defendiam, a possibilidade de incentivar grupos e organizações fora do setor mercantil a desenvolverem o seu potencial de utilidade pública. É um raciocínio que tornava compreensível a delegação progressiva que o Estado faz às instituições como associações, centros paroquiais, coletividades e afins no sentido de promoverem a prestação de apoios sociais possibilitada através da criação do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS's – que permitia a estas organizações receberem subvenção estatal. O decreto-lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, que o institui, aponta claramente para o recurso ao movimento associativo para colmatar a falta de estruturas de apoio social.

Arriscado Nunes (1995) centra-se em duas tensões que discute a partir de uma observação empírica. Para este investigador, a transferência para a sociedade providência de um conjunto de tarefas de protecção atribuíveis ao Estado requer ter em conta dois problemas essenciais. Em primeiro lugar, relativo à esfera de atuação ancorada nas relações de interconhecimento. Isto é, se a protecção é assegurada por pessoas ligadas por laços de parentesco ou de vizinhança, cabe saber o que acontece, como serão asseguradas essas tarefas, para aqueles que se encontram afastados, desprovidos destas redes de solidariedade? A distância, segundo o autor, pode ser física, mas também pode ser de outra ordem, havendo em particular de interrogar as transformações do conceito de solidariedade intergeracional, bem como de património comum da humanidade (p. 7).

Como segundo problema, Arriscado Nunes identifica uma tensão entre um potencial humanizador e emancipador, que se opõe ao potencial gerador de desigualdades e de exclusões. Com efeito, o conceito de sociedade providência tem como base os laços sociais continuados, dentro dos quais também se geram desigualdades, hierarquias e subordinações.

Levanta-se, por isso, a questão de saber que disposições se mantêm, reforçando dimensões e problemas que seria desejável eliminar; como é possível minimizá-las e potenciar o que a proximidade, o interconhecimento, os laços contêm de humanizante e de libertador?

No artigo, apontam-se duas vias pelas quais se pode estabelecer a relação entre Estado providência e sociedade providência: a articulação e a substituição. No entanto, dadas as transformações que as últimas décadas vêm acentuando ao nível das esferas de poder, será pertinente recolocar a questão situando-a ao nível de algumas propostas de interpretação que as tomem em consideração.

Mais recentemente, retomando a discussão centrada no lugar do Estado, Sousa Santos (1998, 2006), propõe uma ‘reinvenção solidária e participativa do Estado’ que o promova enquanto ‘novíssimo movimento social’. Constatando a erosão do contrato social e o declínio do seu poder regulador, nomeadamente face aos pilares do mercado e da comunidade, observa que ‘sob a mesma designação de Estado está a emergir uma nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais’ (1998: 59).

Numa visão diversa desta, e bem menos otimista, outro autor de referência, João Bernardo (1998), analisa as questões políticas e do Estado relativamente à esfera da produção: ‘o capitalismo é um sistema economicamente totalitário, que domina durante vinte e quatro horas por dia a vida do trabalhador’ (p. 41). Criou os conceitos de Estado Restrito, que inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, o governo, parlamento e tribunais, ao qual opõe o Estado Amplo que inclui todas as formas organizadas de poder das classes dominantes (idem). Para Bernardo, as transformações do Estado Restrito apenas podem ser pensadas no quadro das mudanças nas relações de poder, cujo elemento determinante se estabelece na produção, assente num sistema de concorrência que ultrapassa limites até aqui impensáveis e em que a própria educação se transforma em produção de trabalhadores consentâneos com estas modalidades concorrenciais de vida.

Neste sentido, reportando ao tema do trabalho que agora se apresenta, cabe parafrasear Rui Canário (2008: 32), para quem ‘só a compreensão dos vínculos entre educação, trabalho e alienação permitirá ‘ver’ e construir processos educativos que, produzindo rebeldia e ajudando a instituir novas formas de organização social, possa ter um cariz emancipatório’.

### **Instituição e autonomia: poder instituir**



*‘A sociedade é obra dos indivíduos que fazem a sociedade. A sociedade é obra do imaginário instituinte. Ao mesmo tempo que fazem e refazem, os indivíduos são feitos pela sociedade instituída a cada momento: num sentido, são-na’.*

(Castoriadis, 2003 [1988])

Importa perceber a capacidade das comunidades em criar e dar resposta ao seu próprio devir, desenvolver um fazer resultante de uma intenção imaginada e dita coletivamente pelas pessoas que fazem a Associação.

A fim de instrumentar uma reflexão que permita analisar, do ponto de vista das relações de poder e em diversos tipos de prática, a capacidade/possibilidade de diálogo e de tomada de decisões, recorri ao conceito de instituição. Ele permite observar e pensar as relações que se tecem entre o estabelecido e o novo, entre gestos, práticas, afirmações que se situam ora em sintonia com o ‘instituído’, ou seja, com o que está pré-definido ainda que não explicitado, ou que introduz incoerência e desordem, podendo mesmo tornar-se instituinte, isto é através da criação de uma outra ordem de significados e valores, de definição identitária.

Trata-se, no fundo, de perceber em que medida existe espaço e exercício de autonomia, considerando-a como local em que é possível decidir e definir o curso e o modo do viver da e na Associação e, por extensão, no bairro. O conceito de instituição permite pensar a imaginação e o estabelecimento de uma ordem de pensamento, de significados próprios que orientam modos de ‘fazer’ a vida, neste caso, do Moinho da Juventude.

Deve-se muito ao filósofo Cornelius Castoriadis a ‘construção de uma nova teoria da instituição’ (Ardoino e Lourau, 1994: 119) que a elaborou nos anos 1960 e 70, fundamental para a Análise e a Pedagogia Institucional. O conceito e a abordagem de pesquisa e ação relativa à representação social de grupos enformaram um movimento iniciado em França em meados dos anos 1960 e teve como base três eixos matriciais (idem: 7): a escola de Lewis sobre a dinâmica de grupos; a psicanálise, que conduzirá à identificação dos sujeitos a um mesmo ideal do eu e à intuição de um aparelho psíquico grupal; e finalmente a tradição anarquista, nomeadamente no que concerne à democracia direta e da utopia societária, relevando do grupo auto-gerindo-se.

Pode então entender-se pelo conceito como:

*‘a instituição das significações, para cada sociedade, coloca o que é e o que não é, o que vale e o que não vale, o que pode ser ou valer. É ela que instaura condições e orientações comuns ao realizável e ao representável e, por aí tem reunido, por avanço de indivíduos, de atos, de objetos, de funções, de instituições no segundo sentido e corrente do termo que é de cada vez e concretamente uma sociedade’* (Castoriadis, 1975: 492).

A instituição constitui-se como conjunto de significados que são valor e normas que dizem e ditam a ação, isto é, acontece como ‘organização identitária, do mundo instituído pela sociedade [que se] faz na e pelo *legein* (distinguir – colocar – escolher – reunir – juntar – contar – dizer). O *legein* é a dimensão conjuncional do representar/dizer social, como o *teukhein* (reunir – ajustar – fabricar – construir) é a dimensão conjuncional do fazer social’ (Castoriadis, 1975: 325). A sua materialização dá-se através de uma atribuição simbólica que dá sentido e permite a explicitação e o agir.

Lourau e Ardoino (1994: 26-27) procuraram contribuir, nomeadamente distinguindo o uso corrente e coloquial com que o termo é usado:

*‘A instituição é imaterial. Nunca é diretamente apreensível. Apenas pode ser apreendida através da materialidade das coisas da organização. [Distingue-se da instituição enquanto estabelecimento ou organização que, por sua vez] são os muros, os locais, o mobiliário, tangíveis, visíveis, os agentes com os eventuais uniformes. São também as estruturas da organização, a hierarquia, os horários, o emprego do tempo, os regulamentos, mais abstratos mas ainda assim perceptíveis porque são explicitamente significados, afixados, codificados. [...] A instituição deve ser lida enquanto sentido, conjunto de significados... a ‘alma’ da organização’.*

Se toda a relação social e se a sociedade é, necessária e intrinsecamente, instituída, tal representa a estabilidade e fixidez que permite aos indivíduos estabelecerem uma relação entre presente e passado, entre si, apreender e perceber tudo o que existe; também é verdade que a humana condição é dotada de um imaginário social radical, que lhe permite estabelecer novas relações, significados, valores, isto é, que ‘torna possíveis todas as sínteses da subjetividade’ (Castoriadis, 1975: 204). O filósofo opõe ao instituído, enquanto ‘norma de identidade a si, inércia e mecanismo de auto-perpetuação’ (idem: 497), o instituinte, ou seja, a capacidade de imaginar e criar novos conjuntos de significados que permitem representar, dizer e fazer o mundo de um outro modo, ‘fonte e origem de alteridade ou de autoalteração perpétua’ (idem: 494).

As dimensões instituídas e instituintes da sociedade estão sempre potencialmente presentes. Nenhuma pode apagar ou aniquilar a outra e ambas existem na condição da existência da outra:

*‘A sociedade instituinte, por mais radical que seja a sua criação, opera sempre a partir e sobre o já instituído, está sempre – exceto num ponto de origem inacessível – na história. (...) está sempre presa ao adquirido, portanto sob o peso de uma herança (...) O infrapoder em questão, o poder instituinte é ao mesmo tempo o do imaginário instituinte, da sociedade instituída e de toda a história que neles encontram a sua finalidade passageira. Em certo sentido é, pois, o poder do próprio campo sociohistórico, o poder de utis, de Ninguém’ (2003: 119).*

É, assim, na dimensão instituinte que se cria a possibilidade de advir um novo espaço de relações, representações e significados que compõem a autonomia: ‘autónomos (dar-se) a si mesmo as suas leis (...) trata-se de *fazer* e de *instituir* (e portanto de *dizer*). A autonomia é o agir reflexivo de uma razão que se cria num movimento sem fim, como individual e social ao mesmo tempo’ (Castoriadis, 2003: 131). A capacidade de criar composições de relações contrapõem-se a contextos de *heteronomia instituída* em que estão pré-determinados os valores, papéis e funções.

*‘A autonomia surge, como germe, logo que irrompe a interrogação explícita e ilimitada, referindo-se não a ‘fatos’ mas aos significados imaginários sociais e ao seu fundamento possível. Momento de criação, que inaugura quer outro tipo de sociedade, quer outro tipo de indivíduos. Falo de germe porque a autonomia tanto social como individual é um projeto. O surgimento da interrogação ilimitada cria um eidos [forma] histórico novo – a reflexividade no sentido pleno, ou auto-reflexividade, como o indivíduo que a encarna e as instituições em que ela se instrumentar’. (2003: 130)*

#### Autoridade e autonomia no processo formativo

A aplicação do conceito de instituição situou-se, principalmente, nas áreas da psiquiatria e da relação terapêutica – muito ligada aos movimentos anti-psiquiatria; ao nível organizacional, questionando o *locus* de poder e visando a auto-gestão; e ao nível escolar em que se retrabalhava a (não) diretividade. Quer ao nível organizacional quer ao nível escolar a formação constituiu-se como tema central destas teorias com uma perspectiva de transformação das instituições.

A proposta é intervir e reconstruir determinantes das relações sociais:

*‘É necessário instaurar novas relações pela procura prática de novos papéis, novos estatutos, novas regras de vida. Mas a relação dual é regressiva, são as relações coletivas comportando instâncias de mediação que é preciso desenvolver. O mestre é encarnado, não se livra demagogicamente da sua autoridade. Ele a exerce de uma forma que, assegurando a necessária referência à lei, permite a autorização progressiva e crescente dos seus participantes’* (Ardoino e Lourau, 1994: 17).

Sendo central a questão da autoridade, é necessário criar a possibilidade de deslocar para o grupo a autoridade sobre tudo o que lhe acontece, relegando para um plano diferente a habitual centralidade do professor-mestre-formador. Trata-se de ‘repor na mão dos alunos [participantes] tudo o que é possível repor, não a elaboração dos programas ou a decisão dos exames, que não dependem do professor nem dos seus alunos, mas o conjunto da vida, das atividades e da organização do trabalho no interior deste quadro’ (Lobrot, 1966: 203).

Numa primeira instância, há que cuidar as relações que se estabelecem entre *todos* e das possibilidades que elas abrem, comportando diversos aspetos (Lobrot, 1966:190-192): 1. a possibilidade da palavra enquanto satisfação, enquanto experiência afetiva, que permita uma nova caracterização da atividade de falar; 2. a possibilidade da elaboração, que vá além da palavra habitual e mecânica que consiste em pedir, opor-se, contradizer, queixar-se, e que pode ser penosa mas também motivo de contentamento; 3. a interação propriamente dita, que através da circulação complexa das ações interindividuais, os participantes descobrem pouco a pouco o prazer de agir sobre outro ou de ser modificado pelo outro, de mover a seu grado as suas atitudes, ideias, reações, sentimentos; 4. as possibilidades de ação em grupo: o poder de influenciar as decisões de um grupo, de lhe dar uma dada fisionomia; 5. as possibilidades de cada um, já que a mais pequena iniciativa requer a iniciativa e o esforço dos participantes, sendo mais uma possibilidade de descobrir o seu próprio poder; 6. as possibilidades do diálogo, atividade difícil de troca de ideias, sua discussão, opor pontos de vista, etc.

O grupo tem entre mãos as instituições que pode, segundo os casos, deixar em suspenso, constituir novos modelos, constituir sobre modelos tradicionais, etc. ... o professor torna-se um instrumento ao serviço do grupo: ‘o princípio é que ele se contente de responder aos pedidos dos alunos [...] que se pode dar em diferentes categorias de intervenção: de análise (explicitar sentimentos, devolver ao grupo a imagem do seu funcionamento, clarificar mensagens); de organização (aconselhar, propor); de conteúdo (dá as suas ideias, faz sínteses, clarifica ideias, faz o ponto de situação sobre determinados temas)’ (idem: 203).

O autor afirma a sua preferência pelo termo autogestão, como objetivo, como direcção. Assume-se não diretividade como forma de pensar a condição da figura do professor-formador, que se pretende que passe ao papel de par ou de técnico ao qual se faz apelo quando necessário, através da etapa da cogestão: ‘a não diretividade exprime-se essencialmente por meio do silêncio, pelo menos a um certo nível, [ele] é a expressão suprema da supressão da Autoridade’ (idem: 205).

O silêncio pretende ser um modo de rutura com as instituições prescritas e, a seu tempo, levar a uma tomada de consciência sobre o processo de assunção da capacidade de decisão, de satisfação dos seus interesses e de compromisso com os do grupo, por via das atividades por ele realizadas. São vários os modelos que se vão alternando e através dos quais o grupo se vai constituindo e assumindo de uma forma autónoma, independente e criativa: o modelo da interpenetração – essencialmente num primeiro momento, vive-se a comunicação por ela mesmo, sobretudo no que tem de mais afetivo, vivem-se os interesses mais espontâneos. O modelo da circulação da palavra – chega-se a propostas concretas ou a uma elaboração comum para encontrar uma fórmula que permita esta circulação em que todos possam exprimir-se. O modelo da organização do trabalho, de modo a procurar chegar a uma organização que satisfaça a todos ou a alguns, inventando, adaptando meios. Finalmente, o modelo do trabalho – simultaneamente sob a forma de elaboração e de criação pessoais e sob a forma de cooperação:

*‘a dinâmica do grupo autogerido, como todo o grupo no qual os indivíduos podem exprimir as suas necessidades essenciais, engendra não apenas satisfação destas necessidades, mas sobretudo a modificação no mundo das necessidades e dos interesses, uma reestruturação da afetividade de base’* (idem: 219)

A análise institucional visa, então, refletir sobre o esforço do grupo para descobrir e/ou criar instituições que lhe sejam originais. No estudo que aqui se desenvolve, cabe então observar o que foi instituído, isto é, que novo tipo de ‘ordem’, sistema de significados, identidade e processo conjuncional foram criados; que condições instrumentais as materializam; que processos instituintes se podem ali encontrar; como se articulam o *legein*, dimensão conjuncional do representar/dizer social, e o *teukhein*, dimensão conjuncional do fazer social; que novas composições de figuras-formas foram sendo criadas? Que *eidos* [formas] estão ali presentes e em permanente alteridade?

## Capítulo 3

### A Associação Cultural Moinho da Juventude

#### A Cova da Moura

O terreno onde é hoje o bairro do Alto da Cova da Moura, conhecido simplesmente como Cova da Moura, começou por ser ocupado por pessoas vindas do interior de Portugal que na década de 1960 deixaram o campo e procuraram a cidade para viver, integrando o movimento migratório interno de êxodo rural. A proximidade a Lisboa, com acesso fácil pela via ferroviária, e a constituição da Amadora como espaço industrial, tornava esta zona, situada numa encosta entre a Damaia e a Buraca, atraente para novos moradores.

O bairro consolidou-se após a revolução de 1974 e a independência de Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau, a partir da chegada de pessoas oriundas desses países que ali encontraram um lugar para fazer as suas casas. Além das casas, faziam as hortas que foram aos poucos desaparecendo dando lugar em número e volume às habitações. Um dos moradores conta o processo, ainda nos anos 1970:

*‘Cheguei lá e perguntei: – de quem é aquele pé de couve? – É do Manel. Fui falar com ele e fiz uma barraca para fechar o material que comecei a levar para o bairro. Iniciei a construção da casa. Tive de pagar uma multa que era de 3.200 escudos aos guardas. A construção de casas era uma fonte de rendimento para eles. Veio uma nova visita da GNR [guarda nacional republicana] e tive de pagar uma multa de oito contos. À época, era costume vir uma brigada da GNR e deitar a baixo as casas que não tinham ninguém. Por isso eu deixava sempre a porta aberta, mesmo quando ia trabalhar. Assim dava a impressão de que andava ali por perto’.*  
(Teodoro, notas de campo, Maio 2009)

Começaram por construir barracas em materiais precários como madeira e zinco, aos poucos revestidos de tijolo e cimento (Beja Horta, 2008, faz uma descrição detalhada da edificação do bairro). No final dos anos 1990, a Cova da Moura estava praticamente construída e hoje todas as casas são de alvenaria (censos de 2011). À medida das possibilidades económicas, das

necessidades familiares e da solidariedade coletiva, foram-se melhorando e aumentando as casas, dando origem a um bairro surpreendente do ponto de vista urbanístico, distinguindo-se por contraste dos bairros verticais e residenciais que o circundam. Para adultos e crianças, a edificação das casas constituiu momentos importantes de socialização, que marcam modos de viver e conviver:

*‘Os meus pais construíram a casa de raiz. Tínhamos um grupo de amigos e fizemos as casas uns dos outros. Levávamos os baldes de areia e isso era brincadeira entre miúdos e vizinhos. Quando conto isso hoje dizem-me que era muito duro, mas para nós era uma brincadeira.’* (Beatriz, inquérito)

*‘não havia essa frase: ‘tu vens trabalhar comigo [sob remuneração]’. Não. Só havia: ‘eu vou-te ajudar’. Um fim-de-semana a fazer a casa de um, o outro fim-de-semana a fazer a casa do outro. De manhã uma cachupa [prato tradicional de Cabo Verde] já ao lume, vai saindo um lanche, depois mais tarde uma comidinha, e assim já apetece estar ali, passa-se um bom bocado’.* (Arménio, notas de campo, Novembro 2011).

A informação escrita sobre a Cova da Moura refere com frequência um número populacional que oscila entre os 5.500 e os 6.000 habitantes. Um estudo realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em 2008 apontava para 4.800 habitantes e os censos de 2011 assinalam 3.900 residentes. Com efeito, é difícil a contagem da população. Aquele continua a ser um local de alojamento transitório para novos imigrantes, pelas redes de conhecimento, durante a sua primeira temporada de integração. Também é importante o número de imigrantes sem a documentação regularizada. Por essa razão, uma dirigente do Moinho da Juventude afirmava que a população real oscilaria entre os 10.000 e os 15.000 moradores.

Relativamente à faixa etária, a maioria parece encontrar-se em idade de população ativa (entre os 20 e os 64 anos). Há informação diversa que aponta para que a maioria da população seja inferior a 20 anos. Segundo os censos de 2011 esta proporção tem vindo a variar, diminuindo para um quarto as crianças e jovens de idade até 20 anos e constituindo-se um novo grupo, de pessoas com mais de 65 anos que ainda é diminuto (cerca de 500), mas com tendência para aumentar, sinalizando um progressivo envelhecimento da população do bairro.

Predominam moradores de origem africana, mas também se encontram alguns oriundos da Europa de Leste e do Brasil. Grande parte daqueles que pertenciam à primeira leva de ocupantes, vindos do interior de Portugal, foram saindo, pelo que atualmente a sua presença é escassa.

Os mesmos censos contabilizaram um total de 1500 alojamentos, dos quais mais de 700 são habitados pelos proprietários, o restante estando em situação de arrendamento. Neste sentido pode inferir-se o carácter consistente ao nível de uma habitação em que a estabilidade, marcada pela propriedade da sua residência pelos moradores convive com o aluguer, por ventura temporário.

As hortas nunca deixaram totalmente de existir. Nalgumas casas os moradores guardaram canteiros onde, por pequenos que sejam, contêm diversidade vegetal: pequenas árvores de fruto, cana-de-açúcar, flores, etc. Os terrenos que se mantiveram baldios, dentro do bairro ou à volta, servem para a prática agrícola. Com frequência, as pessoas ali crescidas têm memórias de infância ligadas ao acompanhamento dos seus familiares à horta e das brincadeiras que ali faziam.

A par das habitações, desenvolveu-se também o pequeno comércio, é larga a diversidade da oferta, dos produtos tradicionais de Cabo Verde ou da Guiné Bissau (feijoca, milho, banana pão, mandioca, etc.) às lojas de música, ou de serviços como os cabeleireiros, restaurantes e cafés, mecânicos e outras oficinas, mercearias, agências de viagens, etc. Conforme referia Dália, a Cova da Moura ‘parece um centro comercial... quem cá mora não precisa de sair’ (inquérito). Estes serviços são um importante polo de autossustento, pois é significativa a quantidade de moradores que têm ali a sua fonte de rendimento.

Pode dizer-se que é um bairro cheio de vida, pela informalidade que transpira nas ruas pelos habitantes que se cruzam e cumprimentam, pelo comércio, por vezes informal, que é também ponto de encontro e conversa entre vizinhos. A sensorialidade, pela estética física, dos cheiros, da música, é uma dimensão forte. Alguns inquiridos faziam uma caracterização de quem ‘é do bairro’: ‘tem de gostar de conviver, poder passar pelas pessoas e cumprimentar, sem aquela coisa do ‘não te conheço’ que se tem lá fora’ (Patrícia); ‘Quando se é do bairro, conhece-se o bairro inteiro. É o sentido de comunidade, é uma família muito grande’ (Dália); ‘É quem inala o cheiro’ (Telmo).

A riqueza cultural também é um traço característico. Este, como outros do mesmo género, tem sido lugar de circulação entre músicos e compositores, alguns que se tornaram conhecidos. Rolando Semedo, por exemplo, é um compositor e guitarrista que toca com frequência em bares da Cova da Moura, tal como toca em espaços como o B.leza (Lisboa) e acompanha músicos como Nancy Vieira ou Tito Paris. Num trabalho de recolha de histórias de vida de moradores com jovens, descobrimos que o dono de um dos bares e músico compôs uma música intitulada *Rosita*, que ficou célebre na voz de Jorge Neto, e que tinha participado



em bandas e discos que integraram músicos de renome, como, por exemplo, Paulino Vieira. Ao nível na gastronomia também se pode percorrer uma variedade de ofertas.

Desde o início do milénio, o bairro tem vindo a ser assolado pelo tráfico de produtos ilícitos, nomeadamente de estupefacientes, mas também de armas. O comércio de drogas que, ao contrário da fama, era escasso, assim como eram raros os casos de moradores toxicodependentes, transformou o panorama. Foi sobretudo após o desmantelamento do bairro Casal Ventoso, em Lisboa, que concentrava grande parte deste comércio, e por via do alargamento do tipo de produtos à venda, que as zonas onde havia alguma transação desse tipo se viram repentinamente ‘invadidas’.

Os moradores contam que o bairro passou, então, a ser frequentado por pessoas que não moram lá, mas que o usam para o tráfico, na qualidade de vendedores ou de compradores. A partida de algumas pessoas para ir morar outras zonas ou países, e passaram a alugar quartos ou casas, levou para a Cova da Moura novos moradores ligados a estes produtos ilícitos. Tem havido um aumento exponencial deste tráfico que se agrava em períodos de escassez de trabalho. Ele é pretexto para rusgas e intervenções do CIR (Corpo de Intervenção Rápida), por vezes de grande violência e de forma indiscriminada para quem encontra na rua ou nas casas em que entra.

Em termos de equipamentos sociais e educativos, a população é servida por escolas da rede pública: uma do 1º ciclo situada dentro do bairro, construída nos finais dos anos 1980, a Escola 2,3 D. Pedro IV, que fica já na Damaia, porém está ‘encostada’ ao bairro; e a Escola Secundária Pedro D’Orey, também próxima.

A Associação de Moradores da Cova da Moura, a Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura e o Centro Paroquial Nossa Sra Mãe de Deus (da Santa Casa da Misericórdia e é também conhecido por Centro S. Gerardo), juntamente com a Associação em estudo, a Associação Cultural Moinho da Juventude, constituem as principais organizações no bairro que há largos anos desenvolvem atividades dirigidas aos moradores, em especial infanto-juvenil, do berçário ao apoio escolar, do desporto aos tempos lúdicos e recreativos.

Acerca do território administrativo, a Cova da Moura repartia-se pela Buraca e Damaia, sendo que a maior área e, consequentemente, a maior relação acontecia com a Junta de Freguesia da primeira. Com a reorganização de 2013, passou a integrar a nova Freguesia designada como Águas Livres e que corresponde aproximadamente à anterior Damaia.

## A Associação Cultural Moinho da Juventude

A Associação Cultural Moinho da Juventude criou-se a partir da necessidade de resolver problemas de construção das infraestruturas do bairro no que respeita ao saneamento, acesso a água canalizada e esgotos para todas as casas, e, por outro lado, pelo intuito de apoiar as crianças durante as longas jornadas que os pais passavam a trabalhar longe de casa. Em 1984 aconteciam as primeiras reuniões para discutir como resolver o facto de haver uma única bica de água que servia para 900 pessoas, cujas casas ainda não estavam ligadas à rede pública. Em 1987 era formalizada.

Durante os seus primeiros anos, quatro intervenções fundavam a atividade desta Associação: organização do saneamento básico da Cova da Moura; apoio à infância e juventude, estando bem viva a memória de uma biblioteca informal e improvisada onde as crianças se encontravam; criação de espaços de expressão cultural – o grupo de batuque Finka Pé teve a sua origem nos momentos de espera na fila da água –; e formação profissional, limpeza, cozinha e costura que num primeiro momento aconteceu através de contactos com o sindicato das empregadas domésticas, de modo informal. Estavam delineadas quatro áreas de prioridade que até hoje se mantêm: a melhoria das condições de habitação no bairro; a educação de crianças e jovens; a expressão cultural e artística; e o acesso ao mercado de trabalho.

A formalização da Associação Cultural Moinho da Juventude (adiante referida também como Moinho da Juventude, ou Moinho) ocorreu num momento em que foram criadas muitas associações de imigrantes, ‘correspondem ao período de instalação dos pioneiros da migração em massa e desempenharam um papel crucial na sua sobrevivência’ (Marques, 2008: 19). A afluência de grandes grupos de pessoas a zonas desocupadas, sobretudo na grande Lisboa, e progressiva construção de habitações, levou os moradores a reunirem-se em pequenas estruturas associativas por via das quais procuravam melhorar a vida no seu bairro. Desta forma, criavam um interlocutor coletivo para o contacto com instituições exteriores, camarárias e outras, mas igualmente criavam um espaço para conviver, dinamizar atividades e resolver problemas da comunidade.

No relatório de atividades do ano de 1989 aparece um trecho significativo que ilustra o início do processo de edificação do Moinho da Juventude. Passo a citar:

*‘O ano de 1989 foi, para a nossa associação, um ano decisivo. Para além de assegurar o normal funcionamento das diversas atividades todos nós, membros diretivos, sócios, moradores e amigos,*

*conseguimos, com êxito, um objetivo que, à partida, parecia impossível: a construção de uma nova sede, na qual já se investiram quase 5.000 contos e muito trabalho voluntário. Foi em fins de Janeiro de 1989 que comprámos, por 1.700.000\$00 uma casa constituída por um rés-do-chão ainda em tosco, uma pequena cave e quintal. A campanha de solidariedade então lançada reuniu 1.389.397\$00. Foram donativos de sócios, comerciantes, moradores do bairro; receitas de festas organizadas na Cova da Moura e também por um grupo de amigos da Bélgica [segue-se a lista dos contributos monetários individuais e de entidades belgas e portuguesas e o donativo de tijolos e cimento da Junta de Freguesia da Buraca]. Em trabalho voluntário, muitos sócios deram o seu contributo. Registamos também o grande apoio que nos foi dado pela organização [belga] ‘companheiros construtores’ que ao nosso Bairro se deslocou [...] e ainda o Walter, da mesma organização, [...] ele ajardinou, com muito carinho, o terreno à frente da Associação e está a dar apoio na construção do sótão. Todos eles apreciaram muito o contacto com as crianças, jovens, moradores do Bairro, vencendo as barreiras da língua’ (ACMJ, 1990).*

Um ano depois desta aquisição, era reconhecida como Instituição particular de solidariedade social (IPSS) e abria o Atelier de Tempos Livres (ATL), com o primeiro financiamento estatal, que acolhia quotidianamente quarenta crianças, alunas no primeiro ciclo, na metade do dia que não tinham escola, e acompanhava-as na sua escolaridade.

Foi possível melhorar as instalações e acrescentar novas divisões, à medida das disponibilidades de recursos humanos e financeiros, mas igualmente à medida das intenções de desenvolvimento de atividades. O procedimento seguia o modo como eram construídas as casas, reunindo as possibilidades de cada um, como conta a moradora Lucinda: ‘uns davam 500 escudos, uns davam comida, outros mão-de-obra... Cada um levava um prato para comer e um banquinho para sentar. Por isso falamos do *djunta mon*’ (inquérito).

Esta expressão popular em crioulo ‘*djunta mon*’ [cuja tradução literal é ‘mãos unidas’], relativa a uma união de forças para uma realização, foi desde o início adotada como lema do Moinho da Juventude<sup>8</sup>. Beneficiava-se do facto de grande parte dos moradores trabalharem na construção civil, pelo que o principal recurso estava ali disponível. Este seria um mote determinante para toda a intervenção posterior: recorrer aos saberes da experiência dos próprios.

As atividades foram-se realizando nas condições possíveis, como é o caso de reuniões e sessões de formação que aconteciam nesta sede ainda com o tijolo à vista, e as atividades

---

<sup>8</sup> Tal como noutras associações de imigrantes de origem cabo-verdiana. Uma delas tomou mesmo esta expressão como nome.

desenvolvidas serviam para melhorar a Associação, o bairro e a condição de vida das pessoas. As fotografias mostram-no.

A par de apoios exteriores, em trabalho voluntário, géneros ou pecuniários, também foram sendo contratados profissionais. A realização de atividades de índole não apenas amador e voluntário, mas profissional, em boa medida financiadas com dinheiros públicos ou do Fundo Social Europeu, implicaram a integração de um corpo de pessoas formadas nas universidades, os ‘técnicos’.

Nos documentos que apresentam a Associação, no *site* disponível, o *empowerment* revela ser um dos pilares da intervenção, totalmente associado a uma perspetiva formativa:

*‘Foram os moradores que construíram aos poucos, consoante as possibilidades, a sede da Associação Moinho da Juventude e foram eles que delinearam os seus projetos e atividades. No início com recursos muito limitados, contámos com o trabalho voluntário de um engenheiro que fez os cálculos certos para a construção dos alicerces. Numa fase posterior, o apoio do [programa comunitário] FEDER permitiu pagar um mestre-de-obras. Ele ensinou aos jovens do bairro a aprendizagem dos cálculos, do desenho, das técnicas para construir o seu ‘espaço’. Esta aquisição de conhecimentos contribuiu para que os jovens melhorassem o seu próprio habitat. [...]*

*Consideramos empowerment o processo de indivíduos e grupos locais ou comunidades que vão desenvolver as suas capacidades e vão adquirir o poder de uma participação ativa: para terem mais influência ou para serem capazes de enriquecer as suas vidas e a sociedade em que vivem; – para aumentar as suas capacidades de modo a poderem tomar decisões, duma maneira independente, sobre o que influencia a sua vida e de modo a ter influência nas pessoas que decidem sobre eles numa aprendizagem crescente deles próprios. Mas **empowerment** não tem só a ver com o processo de construção e desenvolvimento de capacidades, mas também com problemas estruturais: a constelação política, a dominância cultural, relações sociais. Há quatro eixos da aprendizagem social que sustentam o empowerment: a **comunicação, a reflexão, a ação e a cooperação**’*

*(<http://redeciencia.educ.fc.ul.pt/moinho>).*

A criação de estruturas de apoio à infância e à juventude foi prioridade desde o início, pelas condições laborais de vida das famílias: à época muitas das mulheres trabalhavam na venda informal de peixe, sendo obrigadas a sair de madrugada para ir à lota, e os homens empregavam-se na construção civil, não raramente em zonas afastadas da cidade. Não podiam, por isso, ficar com as crianças.

Em 1995 abria o jardim-de-infância, e em 2000, o trabalho abrangia as crianças desde o nascimento, através do apoio e formação das amas informais que ofereciam o seu serviço no

bairro, em geral nas suas casas. Em 2004, a integração no Moinho da Juventude do trabalho das amas que, reconhecido pela Segurança Social, dava lugar à Creche Familiar. Paralelamente, em 2003 inaugurava-se a Creche Árvore em contentores provisórios cedidos pela Câmara Municipal. Deste então e apesar das sucessivas promessas da autarquia, esperase com insistência e afirmação (manifestações sob múltiplas formas) pela construção de uma creche de raiz.

O Jardim de Infância e o ATL foram, entretanto sendo alargados, permitindo receber mais crianças. À data da realização deste estudo, todos os dias perto de 430 crianças e jovens frequentam as suas atividades (dados de 2012/2013).

Mas é redutor dizer apenas que valências se constituíram, ou quantas crianças e jovens são abrangidos. Retomando a ideia de que o edifício reflete a construção do trabalho, salientam-se alguns exemplos. Os jovens formandos de um curso de carpintaria fizeram os primeiros móveis para o jardim-de-infância, que lhes permitiu aproximar-se, valorizar e perceber aquele ‘mundo’ da educação infantil.

Grande parte das obras de construção desenvolvidas foram realizadas com os formandos de cursos nessa área e/ou pelos próprios dinamizadores e utilizadores daqueles futuros espaços. Ou, como conta Ermelindo, coordenador e formador do espaço de informática: ‘Foi preciso tirar a parede do meio, partimos outra parede e começámos a montar a sala de informática’ (inquérito). Como este, os espaços para o convívio dos jovens, nas suas várias versões e momentos, e o estúdio de música foram construídos por aqueles que o desejavam e que hoje o gerem.

Além de crescer em altura, começou-se a alargar aquele que viria a ser o edifício-sede. Também foi feito um pequeno anexo em frente e, mais tarde, a ligação entre ambos permitiu fazer uma sala polivalente, e em cima uma varanda que serve de recreio de brincadeira para as crianças. Por diversas vezes, pequenos grupos como os ‘companheiros construtores’ estiveram presentes a apoiar nas obras, bem como pessoas voluntárias que, como o Walter referido no relatório citado, criaram amizade e passaram individualmente algumas temporadas no bairro, no apoio à construção e dinâmica do Moinho.



Fotog 1. Edifício-sede, por ocasião da visita de um grupo de estudantes.

Adquiriram-se outras instalações, como a primeira ‘Casa da Malta’, piso térreo de uma residência, adquirida à sua anterior proprietária, onde se reuniam os jovens, ocorrendo encontros de moradores, ações de formação, eventos comemorativos e é hoje mais conhecida como Gip, gabinete de inserção profissional.

Saliento a recuperação de um espaço de garagem, comprado a um morador, com a verba do prémio Mulher Ativa, ganho por uma das fundadoras Godelieve Meersschaert em 2004, e com o contributo de um estudante de arquitetura que desenhou, em trabalho de final de curso, o projeto para o novo espaço de Biblioteca António Ramos Rosa e Centro de documentação Tomkiewicz<sup>9</sup>, inaugurados em 2006, com a presença do poeta.

Destaca-se ainda um edifício de três pisos que uma família ofereceu em 2010 à Associação depois de ter construído e morado na casa desde o início do bairro. Aí se encontra, desde 2011, no piso térreo, um espaço polivalente – Espaço Intergeracional – e nos dois pisos superiores há várias salas onde se fazem ateliers de arte, apoio escolar, cursos de formação, etc. Em momentos festivos o edifício já foi transformado em galeria de arte, e foram expostos

<sup>9</sup> O nome para o centro foi escolhido pela pedopsiquiatra Ana Vasconcelos que faz acompanhamento gracioso de crianças com a Associação há vários anos. Ela conta que Stanislas Tomkiewicz foi um pedopsiquiatra e psicoterapeuta reconhecido internacionalmente, que dedicou toda a sua vida às crianças e aos adolescentes em sofrimento psicológico, vítimas de injustiças e maus tratos. Polaco de origem judia, viveu no gueto de Varsóvia e foi deportado para um campo de concentração. ‘No centro para jovens em risco que coordenou em Paris, durante quase 30 anos e que se tornou numa referência internacional, Tom e os seus colaboradores, alicerçaram a sua prática clínica no objetivo de adaptar o adolescente a si próprio, como forma de o ajudar a reconciliar-se com a vida, oferecendo-lhe um quotidiano baseado na democracia, na liberdade, no voluntariado e em atividades como o cinema e a fotografia’ (Vasconcelos, jan. 2006).

trabalhos de escultura, pintura e fotografia de moradores (Kova M Festival de 2012) e criados eventos de debate, projeção de cinema, etc. Existe, ainda, uma carpintaria.

Anualmente há cerca de 1500 jovens e adultos que frequentam espaços e atividades não quotidianas (dança, cursos de formação) ou de uso livre (estúdio de música, espaço de informática) e cerca de 3.500 pessoas procuram outros serviços disponíveis no Moinho: gabinete de inserção profissional, apoio jurídico e à documentação, casa do cidadão de Cabo Verde (onde é possível obter certidões e registos oficiais daquele país), gabinete de apoio social, cidadania participativa e espaço intergeracional, etc.

Conforme será adiante explicitado, constituiu-se como polo importante na dinamização do património cultural de imigrantes de vários países dos Palop, em especial de Cabo Verde, pelos rituais e festividades, pela divulgação da literatura, pelos grupos Finka Pé e Kola San Jon que mantêm viva uma tradição e a memória de uma história, e pelo trabalho com comerciantes locais.

Entre os profissionais remunerados, em 2012 contavam-se 86 funcionários<sup>10</sup> (17 homens e 69 mulheres), dos quais a larga maioria é do bairro: 39 vivem e 26 já viveram e mantêm uma relação estreita através de familiares e amigos que ali residem. Há um número variável pessoas que trabalham em regime de prestação de serviços, que ronda as 30 por ano. Cerca de 10 a 15 voluntários desenvolvem atividades com regularidade. Além destes, todos os anos há 3 ou 4 estagiários profissionais (no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional) e perto de 30 estudantes são ali enquadrados para realizarem estágios académicos, em áreas como psicologia, economia social, ciências da educação, educação de infância, arquitetura, mas predominam os estudantes de enfermagem.

Apesar do trabalho empreendido, são inúmeras as situações que se apresentam difíceis e urgentes e em escalas muito diversas. Um elemento da direcção, por ocasião da apresentação pública do concurso da Trienal de Arquitetura (em 2010), fez uma descrição do bairro entre o que referiu, a título de exemplo, algumas ‘situações limite’, como designou:

*‘Uma criança de três anos tinha sido rejeitada em seis escolas de Lisboa por comportamento. Na Cova da Moura encontrou um contexto para crescer: a pedopsiquiatra, o educador Vasco e o perito de experiência acompanharam esta criança. Hoje ela tem quatorze anos e tem a sua vida, ainda com limites, mas está a segui-la.*

---

<sup>10</sup> Este número inclui as 20 amas que, por via do acordo atípico estabelecido com a Segurança Social, são as únicas não contratadas, pese embora os sucessivos pedidos pela Associação para alterar a natureza deste vínculo como prestadoras de serviços.

*Outro limite: expressões culturais reprimidas durante o período colonial: em 1866 saiu um edital pelo administrador do Concelho da Praia [Cabo Verde] afirmando que os batuques de divertimento se opõem à civilização. Isto foi não reprimido de uma vez para sempre – temos o grupo de batuque que já atuou na Gulbenkian, Saragoça, Jerónimos ... já nos disseram: ‘quem dera que muitos profissionais tivessem o profissionalismo de vocês’.*

*O Kola San Jon também foi reprimido, também o recuperámos. Em Lisboa, durante um desfile, um grupo de skinheads fez a saudação nazi. O grupo do Kola espontaneamente cumprimentou-o e eles baixaram os braços.*

*Em 2002 houve uma escalada de violência: conseguimos sentar à mesa os jovens com 30 agentes graduados da polícia. Esse trabalho tem continuado com o serviço de polícia de proximidade.*

*No Moinho 65 pessoas trabalham a tempo inteiro, mais dezenas por prestação de serviço, são amas para quem não conseguimos ainda convencer a Segurança Social de que elas deviam ter um contrato.*

*Trabalhamos com o IEFP há onze anos que faz um contrato de prestação de serviço para o serviço da UNIVA.*

*Apostamos na formação junto das pessoas que têm poucas habilitações literárias. Fizemos a primeira validação de competências para auxiliares de educação com um programa informático que ganhou um prémio da Microsoft.*

*Enfrentamos o problema da especulação imobiliária.*

*Saiu um artigo no [jornal] Correio da Manhã a dizer que o bairro é perigoso. Esta foi uma oportunidade para a Comissão de Bairro dar uma resposta.*

*Temos a creche que funciona em contentores em segunda mão com cinco anos de validade desde 2003. Queremos uma creche construída de raiz.*

*Agora o grande limite continua a ser a viabilização do bairro’. (notas de campo, jan. 2010)*

## **Formação e filosofia de formação**

Iniciado numa biblioteca infanto-juvenil composta por livros oferecidos, o acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens é uma prioridade espelhada no investimento continuado. O progressivo alargamento do número de salas e valências é disso revelador. A sua dinamização foi feita com jovens do bairro. Foi possível integrar algumas num programa OTJ (ocupação de tempos livres, que atribuía uma pequena remuneração a jovens para realização de trabalhos em período de férias escolares), e várias estão ainda hoje entre o corpo de funcionários da Associação, ocupam cargos nas valências educativas, fazem ou fizeram parte da direção. Percursos semelhantes podem ser apontados relativamente a grupos desportivos.



Como referia um mediador do Moinho em conversa, a criação dos grupos de basquete surgiu por proposta dos próprios. Aos poucos alguns tornavam-se responsáveis pelos grupos, ocupando papéis de liderança, e vários são atualmente figuras chave que trazem consigo a memória da Associação e coordenam projetos. Há também os que participam em atividades fora do Moinho, levando o seu saber.

Um texto sobre o trabalho com a juventude é ilustrativo de um modo de aproveitar as situações vivenciadas, organizá-las e potenciar o valor formativo:

*‘O espaço jovem, que funciona diariamente, com música e jogos, um ponto de encontro para os jovens, gerido pelos próprios jovens. O Centro de Apoio à Juventude (CAJ) que funciona com o apoio do Instituto da Juventude presta informações aos jovens, desde emprego e formação profissional, tempos livres, vende o Cartão Jovem. São organizadas atividades como montanhismo e fins-de-semana temáticos. O núcleo de apoio escolar, gerido por 10 jovens do bairro, funciona em fim de dia e organiza apoio escolar e projetos para adolescentes dos 10 aos 14 anos. O núcleo desportivo é uma das atividades que mobiliza um grande número de jovens. Para além disto, organizamos minicursos de informática, cozinha, costura, ginástica, o Ninho dos Jovens, intercâmbios com países europeus e com os Palop’s, existem vários grupos de dança: kizomba, Rap, Estrelas Africanas, Bon ki bali.*

*Toda esta cornucópia de atividades é possível porque existe um grupo de 20 jovens responsáveis pelos núcleos e projetos de trabalho na associação, em que cada um é responsável por cerca de 10-14 jovens. Os 20 jovens responsáveis participam trimestralmente numa ação de formação e planeamento. Falamos sobre o que é um projeto, a formulação de objetivos, refletimos sobre a importância do nosso trabalho, o nosso envolvimento, a autoimagem. São debatidos outros temas, desde técnicas de animação, sexualidade, adolescência, droga.’ (ACMJ, 1996)*

A formação ocupa, desde o início, um lugar cimeiro na intervenção, numa dupla perspetiva de formação experiencial e de formação formal. Há uma atenção significativa à dimensão formativa das atividades desenvolvidas, pela responsabilização acompanhada em diferentes tarefas, em cada equipa, pela organização do trabalho. Essa atenção é articulada e com uma formação de âmbito mais formal, através de cursos ou sessões temáticas, que permitem a obtenção de diplomas, escolares e/ou profissionais, e que são desenvolvidos por iniciativa ou com a parceria do Moinho da Juventude.

A Associação obteve o reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social, passando a poder receber financiamentos estatais e da União Europeia. Alargou-se a oferta de serviços como sejam o apoio à infância, formação e encaminhamento profissional de jovens e desempregados, apoio jurídico a imigrantes, entre outros.

Sobre as atividades recai uma complexidade elevada e uma regulamentação jurídica cada vez mais específica e detalhada, que obriga a uma qualificação e profissionalidade também cada vez maior de quem as executa, que atenda às responsabilidades com uma tecnicidade crescente e reconhecida por certificados que a atestem. Neste sentido, estamos perante um cenário que se afasta do carácter quase exclusivamente amador e voluntário que fundava inicialmente a dinâmica associativa.

Além de potencializar os recursos da Associação, estabeleceu-se como prioridade a qualificação dos adultos moradores do bairro como forma de apoio à sua integração no mercado de trabalho num contexto de crescente exigência de diplomas e certificações.

Em 1992 iniciaram-se as formações formais. Realizaram-se cursos nas áreas em que os moradores mais se empregavam e/ou nas quais podiam abrir um negócio: corte e costura, cozinha e limpeza; mas igualmente em áreas profissionais que se tornavam novas fontes de trabalho e prestação: formadores de centros multiculturais, animadores, mediadores socioculturais; e ainda as formações de formadores, pretendendo-se ‘capacitar formadores para trabalhar em cursos de formação para mulheres com poucas habilitações literárias mas com muita experiência de vida’ (dossier técnico do projeto, 1992).

Desde 1998, a Associação foi acreditada pelo Inofor – Instituto para a inovação na formação como ‘centro de formação’. A sua estrutura física comporta espaços para a ocorrência de formações formais, isto é, espaços caracterizados por salas equipadas para o efeito, onde grupos organizados por um horário em que determinado currículo pré-definido é trabalhado sob orientação de um formador previamente creditado. Até ao final de 2009, segundo os dossiers de acreditação, 3.500 pessoas haviam ‘recebido’ formação promovida pelo Moinho.

Na lista de atividades com que o Moinho da Juventude se apresenta (no sítio *on line*), uma parte muito significativa reporta-se a formações, muitas delas organizadas em cursos. Veja-se:

- *Formação de responsáveis de grupos de jovens;*
- *O Pulo, formação parental. Missão: Promover o reforço da vinculação entre Pais/Filho/Comunidade e o desenvolvimento integral (bio-psico-socio-cultural) das crianças, de forma a prevenir o insucesso escolar;*
- *Curso EFA – Curso de Educação e Formação de Adultos em Acompanhante de Crianças – PORLVT*
- *Curso de Mediadores socioculturais*
- *Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (102H)*
- *Curso EFA – URBAN II – Agentes Familiares e de Apoio à Comunidade*
- *Projeto Proxy: Instrumento de Certificação e Validação de Competências Informais dos*

*Funcionários da Área da Ação Educativa;*

- *Gabinete de Inserção Profissional: tem como objetivo divulgar, encaminhar, apoiar e acompanhar jovens e adultos em processos de reconhecimento de competências, de orientação profissional/ vocacional, de formação e empregabilidade na perspectiva de percursos integrados de inserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego do IIEFP*
- *Curso de formação 'educação de pares', prevenção do VIH/SIDA*
- *Curso de alfabetização*

A formalização das formações foi acompanhada por uma reflexão sobre o processo da formação a realizar no quadro da Associação e das suas intenções. Foram sendo constituídas uma linguagem e uma instrumentação concetual e técnica. Trata-se de uma composição de princípios e de ferramentas que permitem orientar e efetivar o trabalho. A produção de uma filosofia foi acontecendo e encontra-se nos escritos vários que narram e explicitam a sua ação, e numa série de metodologias de intervenção introduzidas e criadas. Enuncia-se uma prática cujo carácter formativo, que seria essencialmente indutivo e informal, é reconhecida e integrada como modo de trabalho.



Fotog. 2. Painel de azulejos sobre as traves mestras, ilustrados por cada núcleo da Associação

São de destacar três elementos que fundamentam: as traves mestras, os conceitos-referência e a filosofia de formação. Adiante serão ainda apresentadas as metodologias e ferramentas que especificam o trabalho em determinadas áreas. Às traves mestras correspondem a um conjunto de valores e princípios apresentados sob a forma de palavras-chave:

1. **Interculturalidade:** Respeitar e valorizar a minha cultura e a cultura dos outros

2. Estimular o diálogo, a **comunicação** = base do nosso trabalho
3. Estimular a alegria e a **boa disposição**
4. **Gender**: Estimular o desenvolvimento dos componentes masculinos e femininos que existem dentro de cada pessoa
5. Respeitar as **convicções políticas e religiosas** das pessoas
6. Estimular o trabalhar em grupo, estimular a **cooperação**
7. **Empowerment**: Valorizar as minhas capacidades e as capacidades dos outros; participar na reflexão e na tomada de decisão baseada na reflexão
8. Respeitar o **meio ambiente**, cuidar do material, do equipamento
9. Estimular a **criatividade**
10. Ser **persistente**: não desistir face aos primeiros obstáculos
11. Executar o trabalho com **qualidade, com eficiência e eficácia**
12. Ser **solidário**, sobretudo com as pessoas que tiveram menos oportunidades

Esta listagem que aparece com frequência mencionada nos escritos, é evocada nas reuniões internas ou no exterior, acoplada a documentos, relatórios e outros. Na página da internet, está associada aos documentos de apresentação, no ‘Quem somos’. O seu título, ‘Traves Mestras’ é uma clara alusão à materialidade da construção, como na edificação de uma casa, as traves mestras são aquelas que suportam e determinam toda a ação restante.

No decorrer das observações e das leituras dos mais diversos escritos produzidos no Moinho, encontram-se conceitos, distintos entre si, mas compondo um arcaboço teórico que se foi constituindo. São conceitos-referência que permitem uma linguagem e uma grelha comum de análise e de operacionalidade:

Conceitos-referência: *‘djunta-mó’, traves mestras, serviços de proximidade, análise swot, resiliência (Boris Cyrulnik, 2002), sinergia, empowerment = cooperação-comunicação-ação-reflexão, Interligação, tandem, fazer ‘com’ para que se partilhe o saber, cidadania participativa, abordagem sistémica, redes.*

Ao longo dos textos diversos, e de forma recorrente, vão sendo explicados e exemplificados na sua utilização através do trabalho que o Moinho tem vindo a fazer, são usados na narrativa histórica, apresentados e postos em relação com momentos marcantes do percurso efetuado. Aliás, por diversas ocasiões, a comunicação em eventos públicos, ou a publicação em revistas temáticas, pauta-se pela explicitação do entendimento de um conceito-referência, ilustrado pelo modo como é concretizado. É o caso, a título de exemplo, de:

*Mulheres imigrantes em Portugal*. 1994 (data atribuída). Documento policopiado.

*Uma cornucópia de interculturalidade no bairro do Alto da Cova da Moura, testemunho das experiências da Associação Cultural da Cova da Moura*. Comunicação apresentada no Congresso Corporeidade no Contexto Multicultural, na Faculdade de Motricidade Humana, 05 de Julho de 1997.

*Empowerment, desenvolvimento sócio-local para o 'empowerment'*. Comunicação apresentada para a Conferencia GICEA, CCB, a 21 de Setembro de 1999.

*Associação Cultural Moinho da Juventude*. Revista Formar. N. 40, 28-40. 2001.

Meersschaert, Godelieve (2004). *Uma reflexão sobre o contributo da PARCERIA Perit@s de Experiência/ Técnico@s no processo de 'empowerment' e na construção da resiliência*.

*Cova da Moura, lugar mestiço, manta de retalhos*. Revista Rede e Teia, jan. 2007.

Vários autores (2008). *Sabura, um projeto de afirmação identitária e comunitária da Cova da Moura*. Revista Aprender ao Longo da Vida. N. 8. 42-46. 2008.

*Sinergias e redes*. 2011. (documento policopiado).

Finalmente, e explicitamente, foi elaborada uma 'filosofia da formação', conjunto de princípios por que se deve pautar o trabalho. Ali percebe-se que toda a situação é considerada como potencialmente formativa. Afirma-se a reversibilidade de papéis entre quem aprende e quem ensina, o cruzamento entre diferentes tipos de saber, e, sobretudo, a priorização do envolvimento dos moradores em todos os momentos do processo. Clarifica-se também que a Associação se assume como espaço de formação, não só para os moradores, mas igualmente para os profissionais exteriores ao bairro, recrutados para a assunção de tarefas específicas. Estes princípios encontram-se no artigo publicado na revista Formar (2001, supracitado) e na página da internet:

1. Valorização da cultura de origem.
2. Desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos moradores.

3. *Desenvolvimento do Empowerment. O empowerment é suportado por quatro traves mestras: Ação, Reflexão sobre a Ação, a Comunicação e a Negociação.*
4. *A metodologia de base: a aprendizagem interativa.*
5. *Estreita interligação entre a prática e a teoria, ação e reflexão.*
6. *Todo o processo de formação é acompanhado por uma avaliação continua entre formandos, formadores e coordenadores do Projeto.*
7. *O envolvimento de pessoas "chaves" da comunidade constitui outra trave mestra na formação.*
8. *Ligação entre a formação e as restantes componentes da vida.*

### **Novas figuras profissionais (em Portugal)**

#### **Mães e pais de bairro**

Em 1993, através da Fundação Averroès, holandesa, a Associação tomou contacto com uma metodologia de trabalho com famílias e com crianças pequenas que não frequentavam a escola, criada pela Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Utrecht, também holandesa. A Fundação disponibilizou o material que foi traduzido, adaptado e implementado, através de um programa do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social que em 1997 financiou o projeto ‘O Pulo’. Partia-se da constatação das alterações das condições de vida dos imigrantes moradores, nomeadamente da falta de adultos que apoiassem e acompanhassem as crianças mais novas no seu quotidiano, uma falta na relação de vinculação entre as crianças e seus familiares. A metodologia partia também do pressuposto que algumas pessoas daquela comunidade, ‘mães’ e ‘pais de bairro’ poderiam ajudar a estabelecer esta relação através de um trabalho regular com as famílias nas suas casas.

Iniciou-se então uma intervenção com ‘mães de bairro’ que semanalmente passaram uma hora com uma criança (de idades entre 2 e 4 anos) e pelo menos um adulto da família para desenvolverem atividades – de conversas a jogos – que possam ser repetidas e continuadas ao longo da semana. A formação destas ‘mães de bairro’ foi sendo feita ao longo do trabalho, nas reuniões da equipa semanais de acompanhamento e aferição, e mensalmente, com o apoio de formadores externos. Durante os 3 anos em que decorreu este período experimental, 105 famílias foram acompanhadas.

Em 2001, através de uma nova candidatura ao mesmo programa Ser Criança, alargou-se o projeto a outros bairros similares – Estrela de África, 6 de Maio, Casal da Boba e Santa Filomena – para o que se estabeleceu com os Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social um acordo atípico para formalizar Gabinete de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – O Pulo.

Estabeleciam-se os objetivos gerais: fortalecer a relação Pais/Filho/Comunidade – formação parental; prevenir o insucesso escolar atacando as causas na sua raiz; revelar que a brincar se pode ensinar e aprender; criar serviços de proximidade valorizando o trabalho dos ‘pais/mães de bairro’.

Após o término do projeto, continuou este tipo de trabalho na Cova da Moura, O Pulo passou a ser mais uma das valências da Associação. As ‘mães de bairro’ são formalmente enquadradas na profissão de ‘agente de educação familiar’ (BTE, n. 6, 2012: 453).

### Mediadores socioculturais

Em 1995, através de financiamento comunitário, realizou-se uma formação de mediadores sociais e interculturais dirigida a 12 jovens. Era uma formação longa, com mais de 2000 horas de formação e comportava uma componente escolar, que conferia a obtenção do 9º ano – à época era escolaridade obrigatória –, e uma componente profissional na área referida. A ideia partia da experiência de uma instituição belga, o centro flamengo para a integração de migrantes – VCIM – que vinha desenvolvendo a mediação com pessoas das comunidades migrantes na área da saúde.

A preocupação presente no Moinho da Juventude em promover um diálogo entre culturas era central, neste caso entre vidas oriundas de meios rurais africanos e uma sociedade dominante, a portuguesa, e os contextos institucionais em que as primeiras vivem. Tratava-se de pensar que tipo de relações se podem estabelecer. A referência a autores como Claude Clanet (1994) ou Isabel Guerra (1993) (cit in: ACMJ, 1998: 4) permitiu esclarecer a perspetiva conferida ao trabalho destes profissionais da relação. Visava-se aquela que Clanet designou como ‘integração pluralista [segundo a qual] as várias culturas minoritárias coexistem diferenciadas no seio da cultura dominante, conservando o que lhes é específico’ (idem).

A formação apontava a possibilidade mediar em áreas diversas, como a cultura, a educação, a justiça e a saúde, mas incidiu, sobretudo, na mediação em contexto escolar, apoiando na relação entre as famílias e a escola. Os formandos estagiaram em escolas do 1º e 2º ciclo da Buraca e da Damaia, com um significativo acolhimento. Professores e mediadores salientaram os seus efeitos positivos na relação entre a escola e as famílias ao verem facilitada a comunicação e compreensão recíproca (ACMJ, 1998).

Um segundo projeto, em parceria com organizações de Espanha, Bélgica e Itália que também desenvolviam a figura de mediador, visava fazer uma análise do trabalho realizado na formação e verificar que desempenhos, prestações, dificuldades e que outras possibilidades se

afiguravam para os novos profissionais como para as instituições que as acolhiam. Permitiu concetualizar e sistematizar as experiências dos vários parceiros, bem como definir o perfil do profissional e desenhar um currículo para um curso respetivo. O resultado foi publicado num livro intitulado *O Mediador* editado pelo próprio Moinho da Juventude em 1998.

Entre outros aspetos, saliento os dois âmbitos principais da intervenção do mediador apontados no livro (anexo D-2):

*. dinamizador dos próprios coletivos de imigrantes a nível das necessidades específicas de educação, saúde, cultura e de apoio às famílias. O mediador é o defensor dos direitos do coletivo dos imigrantes e dinamizador cultural;*

*. interventor-ponte entre as sociedades de origem e de acolhimento, como intérprete cultural e não somente linguístico. Trata-se de uma figura igualmente válida para ambos os coletivos, facilitadora da passagem de informação entre a sociedade de acolhimento e a de origem.*

Na mesma publicação refere-se à consagração que saíra em 1998 da possibilidade de contratação destes profissionais, através do Despacho conjunto 304/98 de 24 de Abril, por parte das escolas. Com efeito, pelo menos dois mediadores formados no primeiro curso foram contratados pela escola EB n.1 da Buraca e alguns outros se lhe seguiram noutras escolas. Para isso contribuía a medida política dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, através da qual era possível recrutar pessoal especializado: psicólogos, animadores, mediadores, entre outros.

Esta dinâmica de formação e divulgação aconteceu em simultâneo com outras entidades que começaram em Portugal o mesmo trabalho de criação e promoção desta figura profissional, nomeadamente a Obra Pastoral dos Ciganos.

Havia como intenção formalizar e proporcionar o reconhecimento oficial da mediação sociocultural, pelo que se sucederam seminários e outros eventos de apresentação e diálogo sobre o enquadramento desta nova figura profissional. Por exemplo, em 2000 era apresentado um anteprojecto de lei, discutido em audição na Assembleia da República que contou com a participação dos jovens mediadores. Mantém-se presença e diálogo junto de diversos organismos oficiais.

Discute-se, em especial o estatuto e as condições laborais – as contratações nas escolas cingiam-se ao período letivo pelo que anualmente os mediadores ficavam vários meses sem trabalho – bem como o alargamento das áreas de intervenção, em especial para áreas de saúde e justiça (*vide* carta enviada pelos mediadores aos grupos parlamentares de Julho de 2001).



Outros cursos se sucederam. À data da escrita deste documento tinham sido realizados quatro cursos dirigidos a grupos de 10 a 12 jovens. Os projetos de intervenção social e comunitária também constituem possibilidades para contratação de mediadores, e dois integraram equipas do Instituto de Reinserção Social. Mais recentemente, em 2006, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras recrutou onze para realizarem o primeiro atendimento aos imigrantes que vão tratar da documentação. No entanto, salvo esta última situação, os vínculos contratuais são regra geral precários e vários dos mediadores passaram a trabalhar nas obras e nas limpezas (carta supracitada).

Outra questão que se coloca é o grau de escolaridade exigido. O Moinho da Juventude afirma que as habilitações, em especial de nível universitário, não são importantes para esta profissão. Perante as intenções do Alto Comissariado para Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI) de recrutar mediadores com a condição de serem licenciados, em 2009 foi enviada uma carta considerando-a uma opção discriminatória. No mesmo ano, no ponto de situação relativamente ao contributo do Moinho da Juventude, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, afirma-se o objetivo de desenvolver uma nova formação de mediadores, ainda que em condições por definir por falta de reconhecimento oficial:

*‘Encontra-se ainda por definir o referencial de formação dos mediadores socioculturais; questão a analisar superiormente entre coordenação, IEF, ACIDI e ANQ. O Moinho da Juventude, tendo experiência nesta área, apresentou uma proposta de formação de Mediadores, mas não conseguiu ainda um enquadramento para este pedido’. (ACMJ, 2009a: 4).*

Juntamente com outras entidades, a Associação é considerada entre os ‘grandes pioneiros na divulgação e aplicação desta estratégia [de mediação] em Portugal’ (Oliveira e Galego, 2005: 31) num estudo publicado pelo Observatório da Imigração. Acrescenta-se, ao facto de participar na criação da figura e de se manter persistente ao longo dos anos no processo da sua oficialização, reconhece-se que o Moinho: ‘apresenta uma particularidade, pois além de ter mediadores a funcionar em articulação com o bairro e com as escolas, apresenta-se também como uma instituição de formação’ (idem: 100).

Em 2012, uma nova conquista aconteceu ao ser publicada no Boletim do Trabalho e do Emprego, a sua inclusão como profissão no grupo dos ‘trabalhadores sociais’, no âmbito do Contrato coletivo entre a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – e a FNE – Federação Nacional da Educação – e outros:

*Mediador sociocultural. — É o trabalhador que tem por função colaborar na integração dos imigrantes e minorias étnicas, na perspetiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão e inclusões sociais, para tal colaborando na resolução de conflitos socioculturais e na definição de*

*estratégias de intervenção social; colaborando ativamente com todos os intervenientes dos processos de intervenção social e educativa; facilitando a comunicação entre profissionais e utentes de origem cultural diferente; assessorando os utentes na relação com profissionais e serviços públicos e privados; promovendo a inclusão de cidadãos de diferentes origens sociais e culturais em igualdade de condições. (BTE, n. 6, 2012: 453)*

#### Técnicos/as de Experiência e trabalho em *tandem*

Em 2004, no âmbito de uma pós-graduação sobre ‘Gerir projetos em parceria’ do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Godelieve Meersschaert (mais conhecida como Lieve), moradora no bairro e fundadora da Associação, escreveu um artigo intitulado *Uma reflexão sobre o contributo da PARCERIA Perit@s de Experiência/ Técnico@s no processo do ‘empowerment’ e na construção da resiliência.*

Neste artigo, a autora começa por apontar a dicotomização e hierarquia de saberes que, além de separar teoria e prática, investigação e aplicação, desvalorizam e retiram o poder das pessoas sobre as decisões que lhes dizem respeito, revertendo-as para os ‘técnicos’ formados académica e cientificamente para tal. Godelieve Meersschaert contrapõe a esta visão uma proposta de reabilitação da aprendizagem experiencial de alguém que viveu determinadas circunstâncias (dá o exemplo da pobreza ou de uma dada doença). Propõe ainda que o saber que advém da experiência vivida, conjugado com outro tipo de saber teórico, ou técnico, pode resultar numa aprendizagem social na realização de um trabalho.

O artigo tem como foco central a explicitação do conceito de ‘perito de experiência’ e de uma modalidade de trabalho em *tandem*, isto é, de um par constituído por este e por um técnico, sendo o último considerado como profissional habilitado academicamente.

A reflexão e fundamentação do ‘perito de experiência’ baseia-se no trajeto percorrido nos Países Baixos, iniciado em 1994, e onde se definiu como ‘pessoa que adquiriu a sua autoridade na base da sua experiência e não na base da aquisição sistemática de conhecimentos’ (cit in Meersschaert, 2004: 9). Em 2003, um Decreto-Lei terá estabelecido a possibilidade de empregar peritos de experiência na área da pobreza e da exclusão social. E em 2004, um outro Decreto-Lei define, ainda nos Países Baixos, como ‘perit@ de experiência’:

*‘pessoa que experienciou a pobreza, que refletiu sobre e equacionou esta vivência e a enquadrou e que, através duma formação, adquiriu atitudes, competências e metodologias para aplicar, duma*

*forma cabal, a sua 'experiência da pobreza equacionada' num ou mais setores da luta contra a pobreza' (p. 9)*

A pertinência desta figura encontra-se, segundo a autora, na possibilidade de 'empowerment' que numa comunicação da Associação Cultural Moinho da Juventude (1999) se considera:

*'processo segundo o qual os indivíduos e os grupos sociais ou comunidades vão desenvolver as suas capacidades e adquirir o poder de uma participação ativa: para terem mais influência ou para serem capazes de enriquecer as suas vidas e a sociedade em que vivem; para aumentar as suas capacidades de modo a ter influência nas pessoas que decidem sobre eles, numa aprendizagem crescente sobre eles próprios' (p. 2)*

É um processo que no plano coletivo se materializa através dos quatro eixos da 'aprendizagem social' (Wildemeersch e al, 2004, cit in Meersschaert, 2004: 7), a saber: ação, reflexão, comunicação e cooperação. Esta possibilidade de revalorizar a experiência vivida é também considerada como fomentando a 'resiliência' (Cyrulnik, cit in Meersschaert, 2004: 8), isto é, 'a capacidade de se realizar, de viver, de se desenvolver de forma positiva, de maneira aceitável, não obstante o stress ou a adversidade'.

O artigo aponta para várias áreas de intervenção: reintegração no emprego; luta contra a pobreza, gestão do orçamento; superação ou acompanhamento de doenças físicas e psíquicas; prevenção/tratamento da toxicodependência, alcoolismo, suicídio; acompanhamento de familiares, amigos toxicodependentes, alcoólicos; integração de alóctones (p. 9).

A sistematização apresenta uma síntese sobre o perfil da profissão e o processo de formação, sendo de destacar a especificidade das atividades que desenvolve (Vandenbempt e Demeyer, cit in Meersschaert, 2004: 11):

*Interpretar – aclarar o 'mundo vivido': [...] É tarefa d@ perit@ de experiência abrir o mundo das pessoas que vivem na pobreza aos que não são pobres e esclarecer os pobres como são 'percebidos' os valores, normas, comportamentos, escolhas e decisões dos pobres pelos não pobres;*

*Função ponte – mediar: desencadear a comunicação entre pobres e não pobres. Visto a dominância da perspetiva da classe média, é sobretudo necessário demonstrar a realidade da pobreza e a perspetiva dos pobres;*

*Apoiar: tendo em conta a sua experiência, @ perito@ de experiência pode apoiar os pobres no sentido de alargar a sua visão sobre a pobreza; pode apoiar na recuperação da autoestima;*

*Função crítica – função sinalizante: perante @s técnic@s, os gestores, os políticos que não se dão conta das repercussões de certas medidas para quem vive na pobreza;*

*Promover a acessibilidade: as organizações, tendo no seu quadro peritos de experiência, facilitam o acesso e a abertura dos seus serviços.*

Uma análise retrospectiva sobre o Moinho da Juventude leva a autora a observar o trabalho continuado de formação experiencial dos moradores no decorrer da dinâmica associativa e nos momentos de formação formal. Este artigo constitui um marco na sistematização e reflexão sobre conceitos e práticas, mas a realidade destes parece ser anterior nos dois planos, de efetivação e da sua nomeação. A aposta na parceria entre peritos de experiência e técnicos, ou seja, o trabalho em *tandem*, é referida como elemento que atravessou o percurso do Moinho. Em anos anteriores à elaboração deste artigo, o conceito de peritos de experiência aparece, por exemplo, por referência aos jovens responsáveis por grupos de desporto, dança, etc., em relatórios e outros escritos da Associação, em que são apelidados ‘peritos de experiência em formação’.

Trata-se, com efeito de uma ação que tem como base uma reflexão sobre as relações de poder – que se transfere para as atribuições de valor a diferentes tipos de saber – que é ali materializada tanto pelo modo como é desenvolvido o trabalho, como na procura de um léxico que lhe seja consonante.

A afirmação e constituição desta nova figura profissional integra-se numa reflexão que se apresenta como desafio ao nível de movimento social, de participação na tomada de decisões, e na produção de bem-estar e de vida económica (documento base The Missing Link, 2011). No entanto o processo não é fácil e tem percorrido diferentes obstáculos:

*‘não é uma parceria fácil [entre técnicos e técnicos de experiência], confrontamo-nos ainda com as consequências da herança da dicotomia da sociedade portuguesa: ‘os doutores e os não doutores’, as fronteiras deslocam-se para os ‘mestres e não mestres’. Mas o problema fica o mesmo... [...] ainda hoje encontramos resistência no aceitar da participação dos ‘peritos de experiência’ em reuniões oficiais de decisão. Mas constatamos que, no Moinho da Juventude, as reuniões semanais de cada um dos núcleos e dos Corpos Gerentes, são paragens de progresso pelo facto de contar com a presença de técnicos e de peritos de experiência para refletir e decidir em conjunto’* (Meersschaert, 2003: 2)

Dois projetos financiados pelo FSE, no quadro do programa comunitário Equal – DiverCidade e The Missing Link – permitiram aprofundar, consolidar, refletir e divulgar esta metodologia de trabalho de reabilitação da experiência vivencial. No primeiro projeto foram abordadas experiências de imigração, de pertença a grupos culturais minoritários, ou de pobreza. Foi realizada a primeira formação de peritos de experiência, em 2004, e criados dois documentos que constituíam uma adaptação à realidade portuguesa desta figura e da

formação requerida: Perit@s de Experiência – Guia de Apoio Formativo; Perit@s de Experiência – Manual de Formação; na sua conceção participaram pelo menos dois peritos de experiência do Moinho: Carlos Daniel Nascimento e Anabela Rodrigues. No documento de balanço da atividade da Associação, referem-se várias realizações:

- . *a parceria projeto DiverCidade: IEF, Centro de Emprego da Amadora, IQF, ACIME, SEF, Parceria envolvida no processo (Re)qualificação do bairro;*
- . *Validação do referencial de formação no âmbito dos procedimentos EQUAL em 2007;*
- . *Disseminação do produto em 2007/2008 por 4 entidades [Workshop aberto, realizado num auditório de Lisboa];*
- . *Envolvimento de 2 grupos parlamentares para o reconhecimento da figura “Operador/ Técnico da Experiência”. (ACMJ, 2010).*

O segundo projeto The Missing Link, ou O Elo que Falta, decorreu entre 2009 e 2011. Foi coordenado pela entidade belga De Link e envolveu entidades de seis países: Alemanha, Holanda, Bulgária, Hungria e Portugal, além da Bélgica. Pretendia-se capitalizar a experiência das entidades envolvidas para desenvolver ferramentas que apoiassem, por um lado, a formação de peritos de experiência e, por outro, a sua integração profissional numa perspetiva de trabalho em *tandem*, isto é, em par com um técnico.

Este último ponto, o *tandem*, constituiu um ponto central deste projeto. Era necessário constituí-lo como modalidade de trabalho, a partir de suportes conceituais e uma instrumentação própria. Requeria-se uma decomposição da hierarquia que marca, em geral, as relações entre situações profissionais e sociais distintas. Considerou-se, entre outros aspetos, a necessidade de momentos de monitorização regulares (*coaching*) e um maior tempo para explicitação e diálogo sobre o trabalho realizado em conjunto pelo par (notas de campo, nov. 2010).

A procura de reconhecimento oficial do perfil do perito de experiência e da formação profissional, a divulgação junto de entidades potencialmente interessadas, e a proposta da inclusão de peritos de experiência em áreas diversas (espaço-saúde, equipas de rua, equipas de pesquisa, etc., in: IBC, ponto de situação, 2009) mantêm-se como atividades permanentes por parte da Associação.

Neste processo, teve de ser alterada a designação de perito para técnico de experiência, já que em Portugal a nomeação de perito está reservada a quem tem doutoramento.

Foram, então, criados vários suportes documentais: clarificação concetual: *Conceitos-chave*; documento para formação: *referencial de formação do/a Técnico/ da experiência em pobreza e exclusão social – nível 3 (adaptado à modalidade de cursos EFA)*; documento de apoio aos formadores de peritos de experiência: *Train the trainer (Draft 09. 09. 2010, Fontys@Focus)*; documento de acompanhamento aos tandems: *Pacote de reflexão para tandems*; documentário 'The Missing Link', realizado por Fábio Wuytack (2011).

Outras mais figuras poderiam aqui ser apresentadas, onde o Moinho participou na sua criação e/ou afirmação. É o caso dos animadores interculturais, cuja primeira formação na Associação aconteceu em 1994, em que o processo de formação em sala era acompanhado por um exercício: durante a formação dos sete animadores, cada um teve a seu cargo o acompanhamento de dois jovens, à época pombos-correio (menores usados pelos vendedores para transportarem a droga aos clientes). A profissão foi formalmente reconhecida em 2005.

Os 'agentes de interligação' constituem ainda uma outra figura, diretamente ligada a uma perspetiva teórica – a teoria da interligação – que deu origem a uma metodologia de trabalho que atravessa grande parte da atividade da Associação, pelo que merece ser apresentada no ponto seguinte.

## **Metodologias e Instrumentos**

O arcaboço metodológico do Moinho não ficaria completo sem referir um conjunto de instrumentos, uma vez mais tanto teóricos quanto operativos, que foram criados ou adaptados e traduzidos para português.

Foram traduzidas e usadas duas metodologias para pensar e efetivar a melhoria do bairro a partir de uma dinâmica entre especialistas e moradores. São metodologias de participação coletiva na análise e definição de intervenção no espaço habitacional: Planing for real e Método Lens.

Em 1996 criou-se um grupo no Moinho da Juventude, os *Moving Spirits* que construiu uma maquete sobre parte do bairro para pensar com os moradores as possíveis transformações. Tony Gibson, um inglês autor do método *Planning for real*, realizou uma formação de três dias, assim descritas:

*'em conjunto com ele conseguimos mostrar aos 'profissionais' (autarcas, técnicos de serviços de saúde, professores'...) como é que os moradores, mesmo os que não sabem ler nem escrever,*

*indicaram sugestões para melhoramentos e definiram as prioridades: o que se faz ‘agora já’, ‘mais tarde’ e ‘muito mais tarde’. Os moradores definiram quais os projetos que podiam desenvolver sozinhos com as suas associações; em segundo lugar, os projetos que podiam desenvolver em conjunto com entidades externas; e em terceiro lugar, os projetos que seriam da responsabilidade de entidades externas, tais como a Câmara, o Centro de saúde, o Ministério.*

*O projeto decorreu com a participação ativa dos moradores, mas não foi sempre bem acolhido pelos autarcas que estranharam esta tomada de iniciativa por parte dos moradores mais humildes. Foram feitas ações a nível do embelezamento das ruas do bairro com flores e plantas; pintura de passadeiras; colocação de lombadas nas ruas, aquisição de um espaço para as vendedoras de bairro. Nem tudo se conseguiu, mas descobrimos nos moradores muitas potencialidades que até agora tinham tido pouca oportunidade para se manifestar.’ (ACMJ, 1997a: 5)*

Foi também usado o *Método Lens*, de origem holandesa. Este é mais voltado para a apreensão do significado que ‘condições de vida’, num processo próximo da investigação-ação e gerador de debate coletivo em torno das questões: 1. ‘qual é a apreciação que os moradores fazem do ambiente em que vivem e que possibilidades veem para poder viver nele ao seu gosto e de um modo gratificante?’ e 2. ‘que medidas considera apropriadas para diminuir a intensidade ou eliminar o efeito de elementos perturbadores no seu ambiente, e que meios existem para este efeito no próprio bairro?’ (1991).

### Planning for Real

Tony Gibson (1993). *Perigo vs Oportunidade, relatório sobre o desenvolvimento da comunidade de Meadowell*. Joseph Rowntree Foundation. 1998 (data da tradução).

### Método Lens

Attema, F. (1991). *Método LENS, guia para uma análise do futuro de um bairro ou de uma aldeia*. Deventer: Weson. – documento síntese que inclui a descrição de um processo ocorrido num bairro de migrantes da Bélgica em 1996/1997.

Em articulação com estes, o método DIP (em português, Planificação da Intervenção Orientada por Objetivos), foi também usado. Trata-se de um instrumento de apoio à dinamização de grupos para expor e analisar problemas, bem como definir modos de resolvê-los. Foi utilizado para pensar o bairro nas suas diversas dimensões, entre outras a socioeconómica.

## Método DIP

Peeters, Bob (s/d). *Notas de acompanhamento para o curso de formação de formadores 'planificação de intervenções orientadas para objetivos'*. Lovaina: South Resarch. 1998 (data atribuída da tradução).

'documentos de preparação para a introdução à P.I.O.O.' (planificação de intervenções orientadas para objetivos).

Documento síntese sobre o método e sobre as produções que daí resultaram na Cova da Moura.

No final dos anos 1990, o contacto com a Teoria da Interligação, de Johan Deklerck e Anouk Depuydt (1997) seria determinante para dar corpo a um novo modo de conceber a educação e qualquer outro trabalho de teor relacional. Esta teoria havia sido concebida enquanto 'quadro concetual para um projeto criminológico de prevenção', subtítulo do artigo.

Os autores partem de uma reflexão sobre a fragmentação da vida e definem a delinquência enquanto falta de ligação: de-link-ência', 'de-link' como ausência de 'link'. Tornar-se-ia agressor ou autor de crime quem estaria privado de algum tipo de laço ou ligação com o meio em que vivem. Contrariamente, quem tivesse ligação com o meio teria menores hipóteses de o prejudicar. A teoria da interligação preconiza, então, uma ação de incentivo à ligação a cinco níveis: 1. Consigo próprio; 2. com os outros; 3. com a matéria; 4. com o grupo, a sociedade e culturas; 5. com o universo e a natureza.

Com base nesta perspetiva e com o exemplo da sua aplicação em escolas do 1º e 2º ciclo da Flandres, Bélgica, a Associação desenhou o projeto, o Interligar, com o intuito de desenvolver a sua aplicação internamente, tanto preventivamente junto das crianças e jovens que recebe quotidianamente, como *a posteriori*, no trabalho com os jovens com trajetórias de violência ou criminalidade, e igualmente junto de instituições e profissionais que lidam com jovens: escolas, polícia de segurança pública, centros de educativos do Instituto de Reinserção Social.

No projeto couberam: ações de sensibilização junto dos profissionais das instituições envolvidas e apoio às escolas na implementação da teoria da interligação; o desenvolvimento de um processo de mediação entre a vítima e o agressor (jovem) e o incentivo para que este seja envolvido em atividades e iniciativas junto da sua comunidade, de modo a proporcionar-lhe a reparação dos danos e refazer o seu comportamento; formação de novos quadros das instituições envolvidas, nomeadamente o Instituto de Reinserção Social e a Polícia de Segurança Pública; a operacionalização da teoria no trabalho da Associação, em particular no



Jardim de Infância, ATL e nos grupos de apoio a jovens – apoio escolar, formação profissional e apoio às famílias.

Foi elaborado um documento que resultou da reflexão elaborada: ‘Exemplos de Boas Práticas’ em que são relatados modos de promover laços em cada um dos cinco níveis.

A teoria e os vários trabalhos produzidos seriam apresentados num seminário de dois dias que aconteceu a 18 e 19 de Abril de 2002, dividido entre o espaço da Associação (primeiro dia) e o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (segundo dia) e contou com a presença e um dos autores, Johan Deklerck, da Faculdade de Direito da Universidade de Lovaina e de Greet Wielemans, psicoterapeuta no centro belga de acolhimento de jovens, Elkeen.

A teoria da interligação passou a fazer parte da matriz do trabalho do Moinho. Mais tarde seguir-se-ia o curso para agentes de interligação (focando especificamente a área da violência doméstica e no namoro); um dos projetos de consolidação dos técnicos de experiência tem um título que lhe faz diretamente referência – The missing link – O Elo que falta.

Na senda da teoria da interligação, foi recriada uma caixa das emoções e traduzido o manual correspondente. Trata-se de um instrumento, material pedagógico, que tem como objetivo apoiar a verbalização das emoções e a uma comunicação afetivamente mais próxima com o outro. É composto por pequenas máscaras, desenhos, fantoches, figuras e propostas de uso. É passível de ser utilizada com adultos ou crianças e tornou-se, a partir dos anos 2000, de uso generalizado no trabalho socioeducativo realizado no Moinho, em especial com as crianças, com os jovens e suas famílias.

Referencial para reconhecimento de conhecimentos experienciais: No seguimento de uma procura de valorizar, operacionalizar e reconhecer conhecimentos obtidos pela via experiencial, o Moinho propôs-se a fazer a adaptação do Proxy, instrumento de reconhecimento e certificação de competência de agentes de ação educativa. Foi iniciada, no ano 2000, a tradução, adaptação e teste, a partir do modelo inglês, dando origem a um referencial, nos níveis II e III, em suporte papel e digital, disponível em manual, cd e on-line.

Emprego Apoiado

O apoio à integração no mercado de trabalho dos moradores corresponde a uma prioridade desde o seu início. A par da formação profissional, o apoio na procura ou na criação do próprio emprego fizeram parte das atividades no Moinho da Juventude. Depois do Centro de Apoio Jovem, em 1999 abria uma Univa – unidade de inserção na vida ativa – mais tarde designada como GIP – gabinete de inserção profissional. A relação com a Associação Nacional de Direito ao Crédito permitiu facilitar o acesso ao microcrédito para quem quisesse abrir o seu negócio.

Em finais de 2001, iniciava-se um projeto, financiado pelo FSE no quadro do programa comunitário Equal, cuja parceria o Moinho da Juventude integrou. Pretendia-se abordar o apoio à integração profissional através de uma metodologia criada nos Estados Unidos da América intitulada ‘Emprego Apoiado’ (*Supported Employment*) no início dos anos 1980.

Esta metodologia visava apoiar e acompanhar pessoas portadoras de deficiência ou com doença mental na obtenção e manutenção de um emprego através de percursos individualizados e flexíveis elaborados com a pessoa que procura emprego e de uma colaboração com entidades empregadoras e outras instituições de apoio social e comunitário.

Este projeto pretendia adaptar e sistematizar a metodologia e o processo de intervenção desenvolvido, e alargava-se o âmbito da abrangência além das pessoas com deficiência ou doença mental, para abarcar populações consideradas em situação de desvantagem.

Integravam o grupo de parceiros instituições inseridas em diferentes contextos de desfavorecimento: Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS); RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social; Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos; Associação de Mulheres contra a Violência; Rumos – formação e comunicação. Fizeram parte também as entidades empregadoras, nomeadamente AIP – Associação Industrial Portuguesa; AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa; bem como ainda instituições de enquadramento local ou nacional: as Câmaras Municipais de Amadora, Barreiro, Loures, Moita, Montijo, Sintra, Torres Vedras; e a Direção Regional de Educação de Lisboa. O projeto supunha ainda um trabalho de cariz internacional, em conjunto com outras entidades de Espanha e de Itália.

Na perspetiva do Emprego Apoiado parte-se do pressuposto de que todas as pessoas podem aceder ao mercado de trabalho. Desloca-se a identificação do problema do sujeito para as estruturas e instituições empregadoras e de suporte, centradas que estão na individualização dos *handicaps* e na avaliação das capacidades individuais, eventualmente colmatáveis por ações de formação. Neste sentido, afirma-se esta metodologia como uma mudança de paradigma:

*‘o Emprego Apoiado constitui-se como um movimento internacional de defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência e doença mental e de outros grupos em situação de desvantagem, em particular o direito a estudarem e trabalharem em contextos não segregados e a serem pagos pelo seu trabalho, o direito a escolherem e a tomarem decisões sobre as suas vidas, o direito a participarem e a contribuírem para a comunidade, promovendo as ideias de empowerment, diversidade e igualdade de oportunidades, tendo como objetivo a integração comunitária e o exercício pleno da cidadania’ (Relha, C. e outros, 2005: 25)*

A sua materialização tem em conta dois eixos principais de intervenção:

*1) o estabelecimento de Percursos Integrados de Inserção, construindo-se planos de que consubstanciem estratégias formativas integradas (em contexto laboral), flexíveis e personalizadas, coincidentes com as características, potencialidades e necessidades dos indivíduos e as oportunidades de emprego com vista à efetiva integração em mercado aberto/competitivo de trabalho;*

*2) o trabalho em Parceria/Rede de Intercooperação, por forma a permitir o desenvolvimento de uma abordagem integrada multidisciplinar, apostando no trabalho colaborativo com diversos agentes e estabelecendo-se dinâmicas comunitárias que apostem na ligação estreita com o meio empresarial e integrem redes de suporte naturais (Relha, Carlos e outros, 2005b: 3-4).*

É de sublinhar o acompanhamento individualizado antes, durante e após a inserção à pessoa em procura de emprego, dando primazia a um processo realizado em conjunto, entre a pessoa e o profissional. O técnico de Emprego Apoiado assume uma gama variada de funções: animação de um balanço de competências, apoio de planeamento – calendarização, esquematização de atividades, identificação de recursos –, ajuda em questões práticas como encontrar e gerir os transportes para chegar ao local de emprego, abrir uma conta bancária, apoiar na conciliação com a vida familiar – por exemplo encontrando um jardim-de-infância, etc. Cabe também ao técnico de Emprego Apoiado a negociação com as entidades empregadoras, envolvendo-as no processo de inserção profissional, em especial sugerindo a figura do tutor, definindo um plano individual de formação em contexto de trabalho, que irá acompanhar e avaliar. O técnico de emprego apoiado é, finalmente, um profissional que está atento e estabelece redes de parceria, não apenas com as entidades empregadoras, mas igualmente com recursos institucionais e outros, nomeadamente comunitários: transportes, organismos/organizações sociais, de recreio, de alojamento, saúde, entre outros.

Em Novembro de 2003, esta metodologia foi apresentada no Congresso Internacional – Participação, Emprego e Cidadania – organizado no âmbito deste projeto, na FIL (Feira Internacional de Lisboa).

Após o teste e a aferição da metodologia, foram elaborados quatro documentos que a enquadram, publicados na Associação Portuguesa de Emprego Apoiado; entretanto criada, assinados por elementos de vários parceiros entre os quais Carlos Relha, há vários anos coordenador de projetos no Moinho:

Relha, Carlos e outros (2005). *Percursos de Inserção Integrados (manual)*.

Relha, Carlos e outros (2005a). *Técnicos de Emprego Apoiado (manual)*.

Relha, Carlos e outros (2005b). *Trabalho em Rede (manual)*.

Relha, Carlos e outros (2005c). *Tutoria em Emprego Apoiado (manual)*.

No gabinete de inserção profissional do Moinho o acolhimento mantinha, à data da elaboração do presente texto, o uso desta metodologia.

### **Expressão artística e cultural**

O lugar às manifestações artísticas e culturais foi desde o início significativo no âmbito da Associação. O batuque começou nos momentos de espera na fila da água, quando as mulheres retomaram uma prática comum em Cabo Verde em épocas festivas. Elas formam uma roda e tocam a *tchabeta*, um pano enrolado que é colocado entre as pernas em que se faz percussão, e acompanham com cânticos, com frequência improvisados. As letras expressam vivências e sentimentos da vida de cada uma. Uma ou duas mulheres alternadamente vão-se deslocando ao centro da roda para dançar.

*‘Normalmente uma cantadeira improvisa longas melodias que falam da vida, das alegrias e das tristezas, louvando ou criticando alguém ou alguma figura conhecida; e o coro das outras mulheres repete as frases cantadas pela solista, numa alternância contínua, que ajuda a subir gradualmente a emoção. O clímax do batuque atinge-se quando a frase entoada pela solista se reduz a uma palavra e o coro responde energicamente, batendo com força nas tchabetas. É nessa altura – chamada ‘rabira’ – que a(s) dançarina(s) faz(em) a ‘dança do torno’, exibindo a sua habilidade coreográfica’. (www.moinhodajuventude.pt)*

O grupo de batucadeiras Finka Pé formalizou-se em 1988. Os familiares destas mulheres receavam a exposição. Tinham vergonha. A situação inverteu-se com o reconhecimento obtido em apresentações em Portugal e no estrangeiro:

*‘Os seus filhos tinham no início uma certa apreensão perante e a participação das mães nos batuques com portugueses presentes, é a complexidade da convivência de culturas. O*

*reconhecimento que o nosso grupo de batuque, Finka Pé, obteve pela sua atuação na Gulbenkian em 1993 e em Sevilha na Expo 92, despoletou um salto na autoestima, mas sobretudo uma aceitação da cultura dos pais pelos filhos. O grupo de batuque não é um grupo folclórico: a vida quotidiana está integrada na sua arte que é a arte do corpo enquanto vivência absoluta das suas emoções, dos seus pensamentos, sensações e problemas. Elas vão inventando novas canções perante as situações que vão vivendo. No dia 10 de Junho do ano passado, quando os skinheads mataram Alcindo Monteiro, exprimiram a sua dor e a sua revolta através do batuque: ‘racistas, tenham cuidado, nós não temos medo do escuro nem da lua’.* (ACMJ, 1996: 4)

Por ocasião da Expo 98, em Lisboa, o grupo fez parte dos convidados de Cesária Évora, ao lado das cantoras portuguesa e brasileira, Dulce Pontes e Marisa Monte. Estas fizeram uma visita ao grupo e à Associação.

A par dos espetáculos, alguns profissionais de áreas diversas começaram a interessar-se por este grupo. Jorge Castro Ribeiro, etnomusicólogo da Universidade de Aveiro, escreve um documento explicativo sobre a história de sincretismo entre a cultura europeia e africana do batuque em Cabo Verde (1994), e em 2006 participa num documentário sobre o grupo realizado pela mesma universidade. Em 1997, a jornalista Catarina Rodrigues realiza um documentário, *Mulheres do batuque*, sobre o grupo e as histórias de vida das mulheres que o integram. Seguem-se dois filmes, em 2009 e 2012, o primeiro que é a gravação de um ensaio geral na Escola Superior de Teatro e Cinema da Universidade de Lisboa, e o segundo um documentário de Raquel Castro sobre o grupo: *Finka Pé, contos de mulheres que dançam pela liberdade*.

Em 2003, porém, é dado um novo salto: Greet Wielemans, psicoterapeuta belga reconhece o valor terapêutico do batuque e usa alguns elementos num tipo específico de terapia, EMDR<sup>11</sup>. O grupo é convidado a realizar uma digressão à Bélgica e um dos pontos fortes é uma oficina organizada com esta terapeuta (diário da digressão):

*‘a cantadeira canta numa frase um problema ou uma alegria. As outras repetem. Esta partilha é terapêutica; • o alternar [dos dois ritmos que compõem a música] é também terapêutico: EMDR descobriu esta força a nível dos olhos, mas o mesmo efeito acontece com braços ou pernas. Encontra-se isto em muitos povos; • A dança é feita num círculo e a dançarina pode entrar em transe porque tem o apoio das outras’.*

---

<sup>11</sup> Eye Movement Desensitization and Reprocessing – que, em português, significa Dessensibilização e Reprocessamento através do Movimento Ocular. Trata-se de um método de dessensibilização e reprocessamento de experiências emocionalmente traumáticas por meio de estimulação bilateral do cérebro, a qual promove a comunicação entre os dois hemisférios cerebrais. ([www.emdrportugal.pt](http://www.emdrportugal.pt))

O batuque ganhou uma nova funcionalidade e as mulheres passaram a realizar quinzenalmente, ao domingo à tarde, sessões em que ensinam, a quem queira, esta prática. Deste modo, não só representam um valor artístico e identitário, estabelecendo uma ponte entre dois países basilares da sua existência que são Portugal e Cabo Verde, ou entre o seu passado e o seu presente, as suas gerações anteriores e as que se lhes seguem, como também lhe acrescentam um valor terapêutico e benéfico para a sua comunidade e para a restante sociedade. A sua participação em eventos, seminários ou festivais, passou a integrar mais frequente e conscientemente a componente não só de apresentação como de oficina e convivialidade no sentido de dar lugar a esta nova dimensão. Gisela Ramos Rosa expressava assim a sua convivência:

*'Com o corpo quebras todas as amarras  
e ao tocar dialogas com o tempo  
que te vê passar  
e o das raízes que em movimento se estendem pelo mundo  
Mulher tu és a voz de todas as mulheres  
Terra que fertilizas com os teus sons  
e ao tocares com as palmas a superfície dura de um batuque  
sublimas com as mãos todas as tristezas e diferenças  
teus lábios entoam cânticos desenhados por um contexto  
e contigo a dança ganha o ânimo que abrevia as aflições  
Mulher teus gestos reinventam paisagens  
teu sopro é alto e propaga-se a teus filhos  
Mulher aprendo com o teu batuque  
a tocar e a dançar em torno'  
Gisela Ramos Rosa, 01. 06. 2006*

O Kola San Jon é outra manifestação tradicional caboverdiana, com origem numa prática das ilhas de São Vicente e de Santo Antão, por ideia de uma moradora e elemento da direção que, em 1991 tomou a iniciativa. O Kola San Jon corresponde a uma celebração de São João Batista que em Cabo Verde tomou forma de uma romaria que percorre diversas localidades transportando o santo. É acompanhado por música tocada com tambores e apitos pelos chamados tamboreiros, e por 'navios', pequenos barcos em madeira levados por participantes com movimentos ondulantes. Crê-se que se reporta às caravelas, mas também à pirataria que ali acostava. Este cortejo atravessa, na Cova da Moura, as ruas do bairro e ao som da música, as *koladeiras* vão *kolar*, dança erótica que consiste em, de forma ritmada, juntar o baixo-ventre

com o do par. Apesar da nomeação ser apenas feminina, podem participar homens e mulheres. Por se tratar de um percurso que de origem era longo e demorado, é costume haver distribuição de comida e bebida. Para uma descrição mais detalhada ver a matriz elaborada para o património cultural imaterial, em anexo.

No primeiro ano do Kola San Jon, o percurso foi desenhado de forma a passar frente das casas onde havia moradores oriundos daquelas zonas. Conforme conta uma participante: ‘foi uma surpresa para as pessoas destas ilhas que saíram das suas casas lavadas em lágrimas ao ouvirem um som que não ouviam há anos’ (Anne Marie, notas de campo, Junho 2011).

No segundo ano da realização desta festividade, em 1992, reuniram-se 2000 pessoas no bairro. A celebração tornou-se uma prática anual a que se juntam outros grupos de música e dança do bairro ou de fora. A partir de 2005, o grupo do Kola San Jon passou a integrar as festas de Lisboa e, na noite de Santo António, percorre as zonas da Mouraria, Alfama, Sé, Baixa pombalina. Para além destas, tem participado em festejos e eventos culturais diversos, como, por exemplo, as festas da cidade de Amadora e Loures, a abertura da Expo 98, inclusão no documentário *Lisboa Africana* e foi, a convite do realizador espanhol, Carlos Saura, a Madrid para entrar no seu filme *Fados*. O documentarista português, Rui Simões, realizou uma pequena reportagem sobre esta ida do grupo do Kola a Espanha e, um ano depois, acompanhou o grupo numa viagem a Cabo Verde, documentou a vida daqueles que levam a cabo a festa, e o encontro entre as celebrações e os familiares da Cova da Moura e de lá: *Kola San Jon é festa di Kau Berdi*.

Trata-se de uma festa agregadora pelo cariz comunitário, identitário e cultural da sua realização que acontece desde a sua preparação, vários meses antes. Constituindo uma recuperação a partir dos países de onde são originárias as pessoas que tomaram a iniciativa, quase todas moradoras da Cova da Moura, também assume um teor político, já que se trata de uma manifestação, que – tal como o batuque – foi proibida em tempos coloniais, entre outros devido ao carácter erótico do *kolar*.

A participação coletiva na preparação e no próprio momento da festa faz de todo o evento um momento de socialização, nomeadamente para crianças, jovens e outras pessoas desconhecedoras que assim aprendem pela presença e acompanhamento do processo. Têm sido organizados momentos para que os tamborileiros mais velhos ensinem aos mais novos a tocar (Sr. Lella e Sr. Damásio). Em 2008, na carpintaria do Moinho, fez-se um ‘navio’ para as crianças e criou-se o *kolinha*, praticado ao nível do jardim-de-infância, com um grupo de 15 crianças, que desde então participam no cortejo pelo bairro, anualmente, em junho.

Com o apoio de duas investigadoras da Faculdade de Arquitetura da antiga Universidade Técnica de Lisboa e do Instituto de Etnomusicologia da Universidade de Aveiro, o grupo do Kola San Jon apresentou uma candidatura para a sua integração no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, que foi obtido em Outubro de 2013 (Anúncio n.º 323/2013). Pelo valor de que reveste este título, pelo esforço investido, e pelo conteúdo expresso na argumentação, transcreve-se o fundamento com que foi efetuada a sua inscrição:

*2.1. A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da identidade da comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura (Município da Amadora) em que esta tradição se pratica; 2.2. A importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial pela sua profundidade histórica, dimensão ritual e ancoragem social na respetiva comunidade; 2.3. A produção e reprodução efetivas que caracterizam esta manifestação do património cultural na atualidade, devendo ser salientado o papel de mobilização social e de reforço identitário que esta prática cultural desempenha no interior da respetiva comunidade; 2.4. A efetiva transmissão intergeracional desta manifestação do património cultural imaterial no âmbito da respetiva comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura, devendo ser salientado que na dinâmica da transmissão da prática assume lugar de crucial importância a própria Associação Cultural Moinho da Juventude, responsável pela iniciativa de proteção legal do “Kola San Jon”; 2.5. A importância de que se reveste o pedido de inventariação em apreço pelo facto de ter resultado de um processo despoletado pela própria comunidade do Bairro do Alto da Cova da Moura, tendo em vista a salvaguarda da tradição do “Kola San Jon” à escala local, com a participação ativa da própria comunidade; 2.6. As medidas de salvaguarda e valorização preconizadas pela Associação Cultural Moinho da Juventude para a tradição em apreço, designadamente as de âmbito cultural e científico. (p. 31066)*

Desde cedo que se constituíram grupos de dança e de música juvenis. Criaram-se grupos de dança tradicional *Estrelas africanas*, *Corações africanos*, *Tenterrem* e já nos anos 2000 *Ta kai ta rabida*. Ritmos advindos do *breakdance* e da cultura *hip-hop* deram azo a outras criações, ainda nos anos 1990. Alguns grupos encontravam no Moinho espaço para ensaiar e apresentar as suas obras. Por ocasião do ano contra o racismo (1997), dois grupos da Cova da Moura integram um disco *Musica com Cor*. As festas são pretexto para apresentações e desafios dos vários grupos que se vão criando.

O *hip-hop* assume um papel crucial na expressão e comunhão de sentimentos vividos perante, entre outros, a violência policial. Por mais do que uma ocasião foram baleados e mortos jovens do bairro por agentes policiais. Estes acontecimentos são fonte para várias músicas,



algumas presentes no site, como é o caso de *Pa nha rapaz, quero paz*, de Souldjah ou de *Não posso mais ver-te assim*, de Lord Strike e Thugz:

*‘As más notícias que preenchem*

*As manchetes dos jornais*

*O melodrama de um pai*

*Não ver o filho nunca mais*

*O medo de não saber aquilo*

*Que te espera na esquina*

*Ver futuro a fugir*

*às crianças pequeninas’*

Com o apoio de duas jovens finalistas de arquitetura que desenharam o projeto, e a doação pecuniária de um particular, um grupo de jovens reconstruiu o espaço jovem (de convívio) para aí fazer um estúdio de gravação com qualidade profissional, batizado com o nome de *KM: O céu é o limite*. A primeira sigla KM corresponde à designação de Kova M ou Kova da Moura, uma reapropriação juvenil do nome do bairro enquanto território ressignificado, provavelmente demarcando-se da negatividade com que é difundido o nome Cova da Moura, em especial na comunicação social.

A inauguração do estúdio de gravação aconteceu em 2008 e, partir de então, expandiu-se um trabalho que já vinha acontecendo, de oficinas e residências artísticas com jovens e grupos deste e de outros bairros. Através de um projeto *Putos qui ta cria* já se haviam iniciado intercâmbios de que resultaram, em 2005, dois cd's de música um dos quais gravados em Estrasburgo, França. Entre os géneros musicais predominam o da cultura *hip-hop*: *rap*, *beatbox*.

Um grande impulso foi dado a partir de um trabalho coordenado por Chullage, um *rapper* originário da Arrentela, que promoveu uma formação aprofundada em várias áreas da criação musical, da gravação e edição discográfica. Os músicos do bairro passaram a ser monitores dos mais novos e a promover espaços de encontro e criação musical. Uma residência artística desenvolvida em 2009, com jovens adolescentes, firmava esse tipo de trabalho que tem vindo a acontecer. A possibilidade de gravação e edição de discos, permite que nesse ano de 2009 saiam três cd's de música, correspondendo a três autores e compositores, dos quais um é integralmente gravado no *Estúdio KM*, como é muitas vezes designado.

A gravação de música passa a ser regular, quer para grupos do bairro, quer para outros que o solicitam. É de salientar, por exemplo, um cd de músicas infantis, cantadas pelas crianças de um centro infantil da Amadora, cuja gravação, edição e desenho da capa foram ali efetuados. Entre 2009 e 2013, contam-se nove cd's de música total (3) ou parcialmente (6) gravados neste estúdio, de autorias individuais ou coletivas.

Do ponto de vista da expressividade, ainda há a referir áreas como a dança, o teatro, e um trabalho alargado nas artes visuais: fotografia, filmes, pinturas murais e graffiti.

Com relação à dança, além de grupos mais ou menos pontuais ou estruturados, destaca-se o grupo *Wonderfull Kova M* criado em 2005 com a intenção de se centrar na dança contemporânea. Era inicialmente misto, contudo acabou por se tornar exclusivamente feminino. Em 2008, o grupo atinge o recorde de realizar oitenta e três atuações. Mas a projeção maior deu-se quando, em parceria com o Alkantara – organização que se dedica ao desenvolvimento das artes performativas – o grupo integrou uma formação em várias

dimensões da componente artística. Na divulgação no programa do Centro Cultural de Belém, foi apresentada a peça Íman:

*‘Desde o início de 2007, Alcantara promove um projeto artístico para jovens no Bairro da Cova da Moura, integrado no projeto Nu Kre Bai Na Bu Onda. Este é um projeto do Programa Escolhas de capacitação e desenvolvimento de competências em várias áreas artísticas, a realizar ao longo de três anos numa parceria entre a Associação Cultural Moinho da Juventude, a Junta de Freguesia da Buraca, a Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura e Alcantara. Na área da dança, este projeto ganhou vida no seio do grupo de dança Wonderfull’s Kova M, composto por jovens mulheres do bairro que se juntam semanalmente pelo gosto comum de dançar hip-hop e danças africanas. A direção artística foi entregue à coreógrafa Filipa Francisco que há anos desenvolve o seu percurso criativo na confluência da arte e da intervenção social. Depois de um ano de formação, Filipa Francisco, Wonderfull’s Kova M e convidados cocriaram Íman, um espetáculo que tem por base o imaginário individual e o património cultural das intérpretes’. (www.ccb.pt)*

A peça foi considerada pelo jornal Público como o melhor espetáculo de dança do ano. O grupo fez apresentações, além do bairro naturalmente, em diversas cidades do país e em Ramallah, Palestina, por ocasião de um festival de dança contemporânea.

As Wonderfull’s KM são atualmente um grupo autónomo, compondo e apresentando as suas próprias peças.

O mesmo projeto – *Nu krê bai na bu onda* – comportava, com outro grupo, o teatro. Durante três anos Pedro Carraca e Cláudia Gaiolas encenaram com o grupo uma peça intitulada *A mulher que parou*, registada por Tiago Rodrigues, que elaborou a seguinte sinopse:

*‘Uma mulher decide parar. Deixa de trabalhar no café do bairro, de correr no grupo de atletismo, de cozinhar, de dormir com o marido, de conversar com as amigas. Passa os dias sentada numa cadeira à porta da sua casa. Não sabemos se desistiu ou se apenas agora começou a lutar. O que acontece quando alguém decide parar? Como podem a família, os amigos e a comunidade reagir a alguém que, pura e simplesmente, parou?*

*Escrita para um grupo de intérpretes do bairro da Cova da Moura, esta peça é mais sobre uma comunidade do que sobre Marta, a mulher que parou. Como as tragédias gregas que estavam mais preocupadas com os benefícios e malefícios para a cidade do que com o destino dos seus heróis. Quem diz “não” e recusa qualquer compromisso com a sociedade torna-se um marginal ou um herói. E é na linha ténue entre estas duas categorias que podemos compreender a forma como vivemos’.*

A peça foi apresentada, em 2009, no espaço Alcantara, em Lisboa.

No entanto, o trabalho em teatro havia-se iniciado anteriormente e continuou para além deste. Nomeadamente, o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa que desde 2006, no âmbito do projeto DiverCidade, dinamizou a criação de um grupo, com jovens da Cova da Moura e do Zambujal, bairro vizinho. DRK, como se apelida este grupo, tem agora uma existência autónoma do Moinho da Juventude, integra a rede do Teatro do Oprimido de Lisboa, e tem como metodologia de base o teatro-fórum:

*Todas as criações partem da realidade dos membros dos grupos e abordam temas eminentemente sociais como a discriminação, a igualdade de género, o envelhecimento ou a apropriação da democracia. No Teatro Fórum, os espetadores podem intervir, propondo/atuando possíveis soluções para o problema apresentado. O palco transforma-se num espaço neutro para a exposição, discussão e análise de ideias, desenvolvendo a participação cidadã, pois todos têm direito a exprimir as suas ideias e vê-las contestadas pelos outros. Esta reflexão gera uma consciência comunitária direcionada para a resolução conjunta dos problemas. ([www.gtolfx.org](http://www.gtolfx.org))*

Fotografia e cinema também têm estado presentes. Em 2004, uma fotógrafa dos Estados Unidos, Susan Meiselas, a convite do Centro Cultural de Belém, veio realizar um trabalho em Portugal e propôs-se efetuá-lo sobre a Cova da Moura. Havia tomado conhecimento do bairro através de um folheto de divulgação das visitas efetuadas através do projeto *Sabura*, do Moinho da Juventude. Fotografou e regressou, mais tarde, com as fotografias impressas em telas gigantes e algumas máquinas fotográficas e impressoras de revelação oferecidas por uma empresa. Com um grupo de 26 jovens, organizou a exposição das fotografias pelas ruas do bairro, inaugurada por altura da festa do Kola San Jon, e orientou uma oficina de fotografia. A exposição das suas fotografias e das dos jovens, *Nós Kasa*, estiveram patentes em Lisboa, no CCB, e na Rússia.

Um dos jovens participantes já tinha o gosto por esta arte e costumava ser chamado a registar momentos festivos, como casamentos e afins. Passou também a ser a pessoa responsável pelo registo da imagem quando se elaborou um trabalho com os comerciantes locais no âmbito das visitas guiadas para um livro sobre as suas histórias de vida. Outro participante tem um especial gosto pelo arquivo, para o que veio a aprofundar algumas questões técnicas com o fotógrafo Pedro Lobo que passou algum tempo no bairro em 2009 e 2010, também a título gracioso, e é hoje um dos responsáveis pelo arquivo de imagem da Associação e de muitas pinturas murais que os jovens fazem no bairro e nas cercanias.

O trabalho em imagem – fotografia e vídeo – tem continuado através de projetos diversos, como uma produtora de cinema que, em troca do apoio na ligação entre a equipa de produção

e os moradores, para realização de um filme de ficção *A esperança está onde menos se espera*, de Joaquim Leitão, levou a cabo uma oficina de que resultaram seis filmes-documentários onde moradores expressam o seu ponto de vista sobre a vida no bairro e dos imigrantes africanos. No quadro de um programa de reabilitação urbana, a Iniciativa Bairros Críticos, com uma componente de desenvolvimento cultural, entre outros, ocasionou oficinas de jornalismo e vídeo.

As festividades são momentos privilegiados de mostra das criações. A celebração do Kola San Jon e o aniversário da Associação são anuais e certas. Têm-se vindo também a organizar festivais culturais em que participam grupos e dinamizadores do bairro e de fora. O cineteatro D. João V, na Damaia, já foi por diversas ocasiões palco para eventos organizados pelo Moinho, bem como o polidesportivo, um espaço ao ar livre, com um público numeroso. Desde 2012 vêm-se organizando festivais de maior duração e amplitude.

O Festival Kova M, dedicado, mormente, à juventude, foi inaugurado entre 2 e 7 de Abril de 2012 e, desde então, assumiu regularidade anual. Comporta atividades diversificadas como residências artísticas, debates temáticos, apresentação de documentários, exposição de fotografias, de pintura e escultura de várias pessoas do bairro, torneios de basquete, futsal, workshops de capoeira, kuduro, kizomba, batuque, etc.

### **Qualificação do bairro**

Conforme inicialmente referido, uma das primeiras ações, entre as que estiveram na origem da criação da Associação, foi a organização do saneamento básico da Cova da Moura. O acesso à rede local de água e esgotos realizou-se no quadro do sistema público, os moradores passaram a serem clientes e munícipes, pagando os respetivos contributos.

Embora a população se tivesse organizado numa Comissão de Moradores para definir os arruamentos, havia toda a infraestrutura e manutenção a fazer. Apenas duas ruas foram alcatroadas. A recolha do lixo doméstico também era um problema, por ser escassa. Houve várias tentativas de chamar a autarquia a resolver estas questões, entretanto os habitantes queixavam-se de uma ausência no atendimento. Com a Junta de Freguesia, definiu-se o espaço para a construção de uma escola do primeiro ciclo.

Os moradores construíam pequenas escadas, em zonas que faziam a passagem por ladeiras íngremes, fizeram vários pedaços de asfaltamento de ruas. De forma recorrente, organizaram-se ações de limpeza.

Mais tarde, entre os anos 1997 e 1999, desenvolveram-se cursos de formação importantes por terem sido constituídos enquanto espaços de reflexão coletiva sobre o bairro. Foram cursos de formações de formadores, e um curso de ‘economia de bairro’, recorreram às metodologias *Planning for real*, o *método Lens* e o *DIP* (supracitadas). Através do apoio de várias equipas dinamizadoras, levantavam-se e analisaram-se questões a resolver e foram elaborados planos para realizar uma intervenção correspondente.

Tratava-se de abordar dimensões de vária ordem, tanto no plano urbanístico, quanto no plano socioeconómico e cultural. Entre outros elementos procurava-se pensar que serviços de proximidade eram requeridos, bem como as alterações urbanas passíveis de realizar em tempos diferenciados (agora, mais tarde ou muito mais tarde) e com níveis diversos de autonomia ou dependência de entidades exteriores. Fizeram-se planos, por exemplo, para iluminação pública, passeadeiras, zonas de lazer e ajardinadas, etc.

O debate sobre o futuro do bairro tem sido uma constante por parte da Associação Cultural Moinho da Juventude, nomeadamente interpelando entidades do governo central e local. Paira a ameaça do seu desmantelamento para se proceder a um realojamento em prédios de habitação social construídos para o efeito, como aconteceu com tantos outros bairros da periferia de Lisboa. Apesar da legalidade das habitações, o terreno é de propriedade privada, pelo que a questão fundiária tem sido um dos maiores entraves para evitar o desmantelamento numa zona atrativa para a construção imobiliária.

Em 2000, a Câmara Municipal da Amadora encomendou um estudo de caracterização e diagnóstico sobre o bairro a uma empresa privada de que resultou, em 2002, um plano de pormenor elaborado, que propõe a demolição de 80% do bairro. Este momento marcou o reinício desta temática com área prioritária, senão para todas as associações locais, pelo menos para o Moinho da Juventude.

Em simultâneo, a Câmara apresentava em 2001 um pedido para considerar a Cova da Moura como ‘área crítica de recuperação e de reconversão urbana’, o que foi concedido e legitimado através do Decreto-lei 53/2003 de 11 de Dezembro:

*‘tendo em vista possibilitar a reabilitação e renovação urbana daquela área, de modo a inverter a progressiva degradação urbana, social e ambiental do Bairro da Cova da Moura e dotá-la de equipamentos e infraestruturas adequados, a Câmara Municipal da Amadora solicitou ao Governo que esta fosse declarada como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, o que através do presente diploma se concede’.*

O estudo suscitou a criação de uma Comissão de Bairro, em 2002, pela agregação das suas quatro organizações. Escreviam, desta forma, num abaixo-assinado:

*‘Contrariamente ao “Estudo”, os moradores consideram ser mais adequada a reconversão do Bairro respeitando a presente realidade de ocupação do espaço, e aproveitando o maior número de habitações existentes. Não aceitando a “espoliação” do património edificado com luta e sacrifício nem ver destruída a sua vida comunitária de relevante valor sociocultural.*

*Os moradores defendem que o seu bairro construído num “Djunta mon” não deve servir à especulação imobiliária que vem desumanizando e descaracterizando o nosso país, sendo que lutamos pela sua recuperação e reconhecimento como testemunho das competências e criatividade duma comunidade de enraizados valores, numa perspetiva de sustentabilidade para o contínuo desenvolvimento humano, tal como os exemplos dos bairros recuperados de La Boca, de Buenos Aires, e o de Hundertwasser, em Viena.’*

O Moinho da Juventude intensificou, então, a sua intervenção nesta temática. A articulação com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa foi uma aliança significativa. Vários grupos de alunos estagiários começaram a realizar trabalhos de campo e elaboraram propostas de qualificação. Recordo, à época, ouvir contar de elementos da direção, que após tantos argumentos de ordem antropológica, psicológica e outros, apresentados à administração central e local, apenas a apresentação das maquetes haviam tido impacto. Como se finalmente se vislumbresse alguma possibilidade física de qualificar o bairro.

O recurso a experiências, quer em Portugal, por exemplo do SAAL, ou do Brasil, com testemunhos de pessoas envolvidas na liderança do processo, foi também um elemento importante. Os testemunhos e as maquetes realizadas pelos alunos foram apresentados e debatidos num Seminário organizado pelo Moinho da Juventude a 18 de junho de 2005 e contou com a presença do Presidente da República Jorge Sampaio e do Secretário de Estado do Ordenamento do Território João Ferrão. Para a visita ao bairro que acompanhou o seminário, no mesmo dia da festa anual do Kola San Jon, o Senhor Presidente da República veio ainda acompanhado por oito ministros.

Discutia-se também se o conceito a usar seria de requalificação ou qualificação. Vários moradores e colaboradores da Associação afirmavam que, perante a anterior inatividade face ao bairro por parte da administração pública, em especial autárquica, não se tratava de requalificação, mas simplesmente de qualificação.

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC) – abreviatura de Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos –, publicada em Resolução do Conselho de Ministros (143/2005 de 7 de setembro de 2005), enquanto *Operação de qualificação e reinserção urbana de bairros críticos*, foi iniciativa da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, em conjunto com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que decorreu entre 2005 e 2012. Estava inicialmente prevista para durar dois anos, mas foi prolongada até meados de 2012.

Foi assinado um protocolo de parceria entre 26 entidades públicas e privadas, para a realização do plano de intervenção 2007-2011:

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)  
Instituto Português da Juventude (IPJ)  
Instituto do Desporto de Portugal (ISP)  
Polícia de Segurança Pública (PSP)  
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)  
Instituto Nacional de Habitação (INH)  
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)  
Instituto de Segurança Social (ISS, IP)  
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT)  
Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT)  
Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL)  
Instituto das Artes (IA)  
Instituto Português dos Museus (IPM)  
Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM)  
Câmara Municipal da Amadora (CMA)  
Junta de Freguesia da Damaia  
Junta de Freguesia da Buraca  
Santa Casa da Misericórdia  
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM)  
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca  
Associação Cultural Moinho da Juventude  
Associação de Moradores do Alto da Cova da Moura  
Conselho Local de Ação Social da Amadora  
Comissão Social de Freguesia da Buraca  
Associação de Pais da Escola EB1 da Cova da Moura



Apresentava-se como experiência inovadora que se propunha dar uma importância crucial às populações moradoras e suas associações nos vários bairros de Portugal (a IBC previa intervir também no bairro do Lagarteiro, no Porto e no Vale da Amoreira, na Moita), que pretendia abarcar seguindo alguns princípios:

- 1) Foco na inovação: os bairros críticos devem ser espaço de inovação social, económica e tecnológica;*
- 2) Mobilização com base em projetos estruturantes: cada operação deve incluir projetos âncora com elevado potencial de mobilização dos moradores;*
- 3) Foco na reabilitação: as intervenções devem permitir a melhoria das condições de vida das pessoas;*
- 4) Coordenação estratégica e participação comunitária: cada operação deve ter, por um lado, uma forte liderança intersetorial e, por outro lado, assegurar o papel da comunidade na sua conceção e implementação;*
- 5) Novas fontes de financiamento: as intervenções devem mobilizar também os recursos dos próprios moradores (iniciativa, trabalho, etc.) e apelar à mobilização de fundos privados no contexto de parcerias público-privado;*
- 6) Durabilidade de resultados: os projetos e os seus resultados devem prevalecer para além da intervenção. ([http://politicadecidades.dgotdu.pt/polis/Paginas/iniciativas\\_complementares.aspx](http://politicadecidades.dgotdu.pt/polis/Paginas/iniciativas_complementares.aspx))*

O protocolo definia oito eixos de intervenção:

1. Um bairro legal para todos
2. Cova da Moura – Nova Cova da Moura: um bairro qualificado e aberto ao exterior
3. Programas de intervenção imediata
4. Um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo
5. Um bairro com futuro para os jovens
6. Um bairro economicamente ativo
7. Um lugar criativo
8. Estar bem em rede

Neste processo foi crucial o papel desempenhado pela Comissão de Bairro (CB), composta pelas quatro instituições da rede associativa local – Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura, Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude e o Centro Social e Paroquial N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Mãe de Deus da Buraca (conhecido como Centro Infantil S. Gerardo). A acrescentar a todo o trabalho de intervenção e de debate sobre o bairro, havia iniciado um processo de resolução da questão fundiária através de processos de usucapião, segundo a qual:

*‘A posse do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo, mantida por certo lapso de tempo, faculta ao possuidor, salvo disposição em contrário, a aquisição do direito a cujo exercício corresponde a sua atuação: é o que se chama usucapião’. (Artigo 1287º, código civil)*

A assinatura do protocolo, que estabelecia o plano de intervenção na Cova da Moura, foi considerada como:

*‘responsabilização e comprometimento dos atores segundo uma lógica equitativa entre pares, este produto é considerado pelo GAT [Gabinete de Apoio Técnico] um ‘documento de compromisso entre atores’ especialmente entre a CMA e a Comissão de Bairro que surgem como os principais executores dos projetos na medida em que detinham um mais concreta visão para o bairro’. É resultado de ‘vontades negociadas’, marcado pela opção de espelhar a visão dos parceiros’. (Ramos e al. 2008: 38)*

Não cabe neste estudo a descrição em detalhe do processo complexo de como se organizaram grupos de trabalho, gabinetes e comissões de estudo, acompanhamento, e execussão para dar resposta a um projeto que induzia a uma qualificação simultaneamente urbanística e social do bairro.

Houve um conjunto de iniciativas empreendidas e concertadas entre as entidades locais (CB). A comunicação e articulação entre elas foi considerada entre os aspetos positivos que aconteceram durante a IBC (Ramos e al. 2008: 65; e Gestual, 2013: 4). Além do trabalho destas entidades – projetos vários de intervenção social, educativa, urbanística e outra – ocorreram melhorias que requeriam a administração central e ou local, nomeadamente ao nível de algumas infraestruturas, como a reconstrução do polidesportivo, a melhoria do sistema de recolha do lixo e de limpeza das ruas, entre outros.

No entanto, manteve-se a questão urbanística, de fundo, por responder. Em 2010, a Câmara Municipal promoveu a abertura de um concurso para a elaboração de um plano de pormenor, à qual obteve três propostas. Além da Câmara Municipal, o Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana e a Comissão de Bairro participaram no júri. Com o voto contra dos últimos, ganhou a proposta da mesma empresa privada que anteriormente havia elaborado um plano de pormenor. Nesta proposta, já não se tratava de demolir 80 [o que?], mas 60% do bairro.

A Comissão de Bairro apresentou uma declaração de voto em que apresenta uma apreciação e classificação por item, expressando a necessidade de valorização através de uma intervenção urbanística que envolva a participação dos moradores e, contrariamente, a recusa de

elementos pouco claros que permitam encontrar soluções decididas sem prévio acordo, de cima para baixo.

A Faculdade de Arquitetura (UTL), através do Grupo de estudos socioterritoriais urbanos de ação local (GESTUAL), desenvolveu um estudo intitulado *Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal: avaliação socio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico*. Um dos bairros considerados foi o da Cova da Moura, o que permitiu beneficiar de apoio na compreensão, discussão e questionamento de especialistas em arquitetura, engenharia, urbanismo e antropologia.

Nos debates a que assisti com moradores, dinamizados no âmbito do Moinho da Juventude (reunião na Associação em 2011 e Festival Kova M, 2012), evidenciava-se a perceção relativamente à intenção da autarquia em demolir o bairro ou parte dele, e vender terrenos para construção de imóveis. Apontavam-se vários elementos nesse sentido: o arrastamento por anos sobre o seu futuro, desacreditando e desmobilizando os habitantes; as verbas gastas em múltiplos estudos que resultam em parcas concretizações; a votação do júri do concurso; os sucessivos adiamentos da discussão do assunto nas assembleias municipais a que vários representantes das Associações locais e outros moradores se deslocavam, em vão.

Findo o programa Iniciativa Bairros Críticos, a CB organizou, em abril de 2012 um seminário: *Cova da Moura, que desígnio, que desenho* que contou com a presença de universitários e outros conhecedores em intervenção socioterritorial e urbana, propondo-se contribuir para o diálogo entre os atores chave e a transformação qualificante do bairro, mas uma vez mais faltaram os interlocutores fundamentais, municipais.

## **Práticas de formação**

### **Cidadania Participativa**

O projeto Cidadania Participativa corresponde a um trabalho de intervenção social e comunitária. O projeto continuou, mas a apresentação e análise aqui que lhe são feitas dizem respeito apenas ao seu primeiro ano de existência, 2009. No texto que o formaliza são sumariadas as ideias-chave, que passo a transcrever:

*‘O Contrato-Programa com o Governo Civil e com a Comissão para a Igualdade de Género concretiza um sonho de envolvimento de 2 grupos marginalizados no nosso bairro: a população mais idosa e @s (ex-)reclus@s, mobilizando os jovens para este objetivo. [...] A intervenção a ter lugar baseia-se na descoberta de capacidades adormecidas ou escondidas, revelando as potencialidades existentes, incentivando a complementaridade, encaminhando para a sinergia: “Um outro mundo é possível, se a gente quiser” (p. 3)’.*

Mais concretamente, o projeto visa toda a área do bairro, para o que foi dividido em sete zonas. Cada uma delas foi trabalhada por uma equipa territorial constituída por três pessoas – um/a estudante ou técnico/a académico da zona; um/a técnico/a de experiência ou agente de interligação da zona; um/a voluntário/a externo/a ao bairro – que envolveu idosos e ex-reclusos (moradores da zona respetiva) e abordou vários temas propostos. Desta forma, pretendia-se responder aos seguintes objetivos, estabelecidos no contrato-programa do projeto:

*1. Promover a cidadania no Bairro da Cova da Moura*

*2. Implementar a Teoria de Interligação em conjunto com os jovens (Delinquência = falta de “link”, ligação):*

*Ligação com o próprio corpo e as emoções*

*Ligação com a própria cultura*

*Ligação com a cultura dos outros*

*Ligação com os objetos*

*Ligação com a natureza*

*3. Promover a capacitação dos moradores do Bairro da Cova da Moura ao nível de 3 temas:*

*Promoção da igualdade de Género*

*Prevenção da Violência Doméstica e da Violência no Namoro*

*Participação cívica nos atos eleitorais (recenseamento)*

*e 2 grupos:*

*Valorização da população mais idosa*

*Interligação com @s reclus@s e ex-reclus@s*

Os idosos, os reclusos e as famílias mais carenciadas ou em dificuldade (este grupo posteriormente incluído como foco de atenção no projeto) eram acompanhados nas áreas em que se verificava necessitarem de apoio: legalização de documentos, acesso a cuidados de saúde, educação, mercado de trabalho, proteção social, entre outros. Foi realizada uma abordagem particularizada em função da situação pessoal e familiar, por exemplo, a marcação ou o acompanhamento de pessoas a consultas médicas, ou ajudar a pessoa a reunir os documentos necessários para a sua legalização.

Cada equipa de zona efetuou uma observação e análise da sua área de residência a partir da técnica *swot*, acrónimo em inglês para as dimensões: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A presença privilegiada, em cada equipa territorial, de um morador da zona respetiva, contribuía para um conhecimento aprofundado das pessoas, do lugar e suas dinâmicas. A partir de então foram estabelecidas metas para cada zona e desenharam-se propostas para eventos comuns, a realizar com todas as pessoas envolvidas no projeto.

Também contribuiu, para a proposta e realização de atividades, a presença de alguns voluntários que disponibilizaram o seu saber e trabalho: dois jornalistas que se propuseram fazer um livro com memórias do bairro, um fotógrafo que pretendia fotografar o bairro e cujas exposições, no Chiado e em Beja, foram motivo de visita e passeio de todos os envolvidos no projeto, uma estagiária em teatro que realizou ensaios para uma peça com os idosos sobre a história do bairro.

As atividades desenvolvidas foram de ordem muito variada, passando pela animação sociocultural valorizando pessoas, espaços, comércio de cada uma das zonas em separado ou em conjunto, ou dinamizando um dos temas propostos. Um grupo de formandos de um curso de Agentes de Interligação realizou o estágio neste projeto, integrando-se nas equipas de zona. No decorrer do curso, criou-se um grupo de teatro-fórum que encenou uma peça de teatro sobre a violência doméstica e no namoro. A peça foi apresentada em espaços públicos das zonas do bairro, e constituiu uma base importante para trabalhar as relações de género em debate coletivo entre os moradores.



fotog. 3: Apresentação do grupo de teatro-fórum *8 Vidas*, público e discussão.

Foram efetuadas melhorias urbanas no bairro através de processos comunitários. Em especial, e com o apoio da Junta de Freguesia que forneceu os materiais, foi possível fazer uma escada numa ladeira íngreme onde por diversas vezes houve quedas e acidentes. Reuniu-se um conjunto largo de moradores que fizeram a obra, seguindo a tradição do *djunta mon*. A recolha de testemunhos sobre a história da construção do bairro também passou a fazer parte do trabalho das equipas.

As equipas de zona foram apoiadas e acompanhadas pela coordenação do projeto que regularmente (no mínimo, mensalmente) se reunia com cada uma. Havia, sobretudo que atender aos casos individualizados, por vezes complexos.

Quinzenalmente toda a equipa do projeto se juntava para uma sessão de duas horas, aproximadamente, em que eram debatidos os assuntos do projeto, em especial as questões que se levantavam às equipas de zona, analisando e pensando em conjunto como lidar e resolver, e a organização de iniciativas comuns, como foi o caso de um churrasco em Monsanto, de uma excursão a Beja para ver a exposição de fotografias, das apresentações da peça de teatro-fórum em cada zona, ou de um festival gastronómico para angariação de fundos, simultâneo com a construção das escadinhas da rua B.

Apresentarei seguidamente uma leitura da dinâmica observada no decorrer deste projeto com recurso à terminologia desenvolvida por Sousa Santos (1993) e por Arriscado Nunes (1995), que distinguiram e definiram Estado e Sociedade Providência como duas lógicas distintas de proteção social. Procurei perceber os indicadores que apontam para cada uma das lógicas, uma de pendor mais administrativo e burocratizado e outra de cariz mais comunitário, potenciando relações e modos de agir existentes no bairro.

### **Sociedade providência**

Desenvolver o trabalho no quadro da rede social e de laços que constitui a vida comunitária tem sido um dos princípios norteadores da ação no Moinho da Juventude. A origem do bairro é identificada como processo de entreajuda no enfrentamento das dificuldades e na criação conjunta de soluções aos problemas e obstáculos. Numa contextualização do trabalho a menção é feita, no caso do projeto Cidadania Participativa, através da referência a estes laços com que foi edificado o bairro: ‘construir num ‘djunta mo’ uma habitação condigna para acolher a família que ficou em África. [...] Mais de 5000 moradores colocaram aqui alicerces duma comunidade’ (ACMJ, 2008).

A descrição da ação a desenvolver e a argumentação reportam-se às redes sociais de apoio. Por exemplo, a meta a promover com este projeto apareceu ainda em 2008, sendo descrita pelo objetivo de ‘apadrinhar, em *tandem*<sup>12</sup>, pessoas em situação de risco ou solidão (financeiro, psicológico) numa perspetiva de *empowerment*’. (ACMJ, 2009). Está-se, portanto, perante uma intenção de promover laços personalizados, similares a laços de parentesco (o apadrinhamento), assentes no carácter continuado do interconhecimento criado pela situação de vizinhança e, ainda, promovendo (através do *empowerment*) a capacidade de perceber e agir no bairro como uma unidade de pertença comunitária.

Pode assim, identificar-se um conjunto de características no trabalho desenvolvido que se reportam a uma atuação num quadro de sociedade providência, isto é, segundo uma lógica comunitária. Passo a sistematizar um conjunto daquelas que podem, talvez, ser consideradas as mais significativas.

#### . Recrutamento da equipa entre os moradores – residência

Como aparece na definição das intenções e na determinação das equipas, a escolha de trabalhar com pessoas do bairro é uma opção que representa uma condição e uma estratégia para cumprir os objetivos propostos, por exemplo o primeiro: ‘promover a cidadania no bairro’. Se o projeto define o seu público-alvo como sendo os grupos de idosos e de ex-reclusos, não é dada menor importância aos jovens, mesmo que na qualidade de profissionais: agentes de interligação ou técnicos de experiência. Há nesta atuação uma escolha por valorizar o fator vizinhança, pela residência no bairro, como, inclusive, na zona específica de intervenção. Esta particularidade constituiu um elemento importante dentro da própria equipa, referida com frequência nas reuniões em comentários do género: ‘muitas pessoas, se não fosse comigo, não se abriam. E naquela zona, às vezes preciso do sr. Teodoro porque a mim não me conhecem [...] para ir falar com as pessoas é melhor ir um técnico ou voluntário com um coordenador, é mais fácil porque ele já conhece o bairro’ (Sysa, notas de campo, 22. 08. 2009).

Estamos, portanto, a falar de um vetor de integração da solidariedade primária assente na relação de cooptação, isto é, de partilha de uma área residência e, geralmente, de partilha de

---

<sup>12</sup> conforme descrito anteriormente, o *tandem* corresponde a uma dupla formada por um técnico académico – psicólogo, assistente social, ou outro técnico de formação universitária – e um técnico de experiência. A dupla realiza o trabalho em conjunto.

uma vida de imigrante, sujeita a um conjunto de aspirações, condicionantes e vivências próprias.

O volume de trabalho exigido – de 24 ou 35 horas mensais – e a consequente remuneração não deixam que esta seja a condição profissional de cada um dos participantes. De modo geral as pessoas têm os seus trabalhos, que não raramente exercem no bairro, no comércio ou em serviços. As pessoas que trabalham no projeto mantêm, de certa maneira, as suas ocupações anteriores, a que acrescentam uma outra forma de estar no bairro e de participar na sua dinâmica.

#### . Função de mediação

No texto explicativo do trabalho dos agentes de interligação há um enquadramento do conjunto de dificuldades acentuadas com que se confrontam os imigrantes:

*‘Contratos a prazo, situações de ilegalidade, insegurança e acidentes frequentes na construção civil e nas limpezas, confronto com uma cultura diferente, ausência do apoio estabilizador dos pais e avós que ficaram nos países de origem, preocupações com familiares que vivem as consequências das guerras em Angola, Guiné-Bissau, são alguns dos fatores que incentivam uma fuga no consumo e posterior abuso de álcool e drogas, com as inevitáveis e conhecidas consequências nos dinamismos pessoais e sociais, aumentando a delinquência infantil e juvenil’.*

*([www.moinhodajuventude.pt/associacao/cursoAgentes.htm](http://www.moinhodajuventude.pt/associacao/cursoAgentes.htm))*

Por outro lado, o mesmo texto refere, adiante, as qualidades espontâneas de agir como 'mediadores informais'. Todo o trabalho de acompanhamento, de dinamização, de organização, é um trabalho de mediação entre vizinhos, familiares mas também – e talvez sobretudo – com instituições, todas aquelas que compõem o Estado Social, na resolução de problemas ou facilitação do acesso a direitos. Neste sentido, trata-se de potenciar e capacitar práticas de cuidado e acompanhamento já existentes na comunidade.

Estes dois elementos – recrutamento do essencial da equipa entre os moradores; e função de mediação – evidenciam uma estratégia que faz do próprio trabalho um processo de dinamização do bairro no seu conjunto, uns no papel mais marcadamente de recetores (idosos, nomeadamente) e outros com um papel mais ativo, potenciando capacidades e modos de agir já caraterísticos. Inclusive, contam-se entre os recrutados, três pessoas que são ex-reclusos, fazendo com que o próprio recrutamento faça parte do fator dinamizador. Outros elementos mostram sinais desta proximidade entre ‘destinatário e remetente’, em que a ação



se faz na consciência de se agir para o coletivo em que os benefícios e as dificuldades reportam a todos. Alguns deles são: desempenho em tempos e espaços que tocam a vida pessoal; o entusiasmo na referência ao ‘nosso bairro’; conhecimento profundo do ‘público’; indefinição entre o profissional e o ‘utente’; a vivência de vários momentos do projeto – reuniões, datas celebrativas – como rituais de comensalidade.

#### . Desempenho em tempos e em espaços que cruzam a vida pessoal

O trabalho de acompanhamento pessoal não se confina a um horário de tipo laboral, das 9h às 17h. Pelo contrário, não só pela natureza do trabalho como pelo modo complementar que em geral exerce na vida de cada pessoa, relativamente a outra atividade profissional, as suas tarefas são com frequência realizadas em horários extras. Fins-de-semana, finais de dia, ou a combinação de um dia da semana conveniente para cada elemento da equipa. Com frequência as pessoas conjugam a sua atividade no projeto com afazeres pessoais e familiares, ou relatam que durante o seu tempo privado estavam a passar numa rua onde mora um idoso ou qualquer outro morador para conversar com ele no quadro do projeto Cidadania Participativa.

Uma das dinamizações consistia em levar o grupo de teatro ‘8 vidas’, formado pelo grupo de agentes de interligação, a apresentar duas peças de teatro-fórum sobre violência doméstica e no namoro. Aconteceu nalgumas situações que a ocupação do espaço, no exterior, implicou um corte, momentâneo, da rua ao trânsito. Ora tal não teria sido possível sem um ambiente de informalidade em que os organizadores sabem que podem gozar desse espaço, por também ser um pouco ‘deles’.

#### . Conhecimento e entusiasmo: o nosso bairro

É grande o conhecimento que toda a equipa tem do bairro e dos moradores. Muito do conhecimento diz respeito a conhecimentos pessoais, que podem ter longos anos, por vezes identificados por famílias (é o primo de, ou o filho de ...), ou por gerações (‘ele é da minha criação, estou à vontade para falar com ele’ JS, notas de campo, 12. 08. 2009). Pelo contrário, uma moradora justificava que não conhecia nenhum ex-recluso porque ‘só tenho 2 anos no bairro’ (Simone, notas de campo, 22. 08. 2009).

A organização dos eventos ganha com o contributo que cada pessoa dá sobre a sua previsão de acolhimento de determinada atividade em função desse conhecimento. Por exemplo: para a organização do festival da gastronomia, foi apresentada uma proposta de folheto de

divulgação no bairro a discutir em grande equipa (do projeto). Algumas pessoas diziam, a partir de um conhecimento técnico: ‘um folheto nunca deve ter muito texto porque as pessoas deixam de ler’; mas outras, contextualizando o meio e as pessoas que o iam receber, contestaram: ‘mas as pessoas que estão paradas nos cafés gostam de ficar a ler e querem saber mais, por isso o folheto pode ter mais texto em consideração para com elas’ (Letícia, notas de campo, 23. 09. 2009). A opção recaiu em fazer um folheto com o texto mais explicativo.

Há igualmente um conhecimento das dificuldades que estão agora em posição de apoiar e intermediar. É o caso, em especial, da relação com as instituições oficiais como Junta de Freguesia, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Segurança Social, etc. Há como que uma solidariedade com os que seriam apelidados ‘utentes’, aqueles com quem trabalham, por já terem experimentado pessoalmente aquelas dificuldades: sobre uma das instituições que impõe uma série de exigências e obstáculos para passar um documento, entre outros cobrando uma quantia – ilegal –, várias pessoas da equipa comentavam, com a zanga de quem estava familiarizado com a situação: ‘eles são corruptos’ (Bibia, notas de campo, 12. 08. 2009).

Seria possível apresentar outros exemplos, como o trato das pessoas entre si pelo ‘nominho’, também designado ‘nome de casa’ e não pelo nome oficial, que consta na certidão, quer sejam pelas pessoas da equipa, quer sejam muitas das que apoiam.

#### . Indefinição entre o profissional e o ‘utente’

No seguimento destes aspetos referidos, nota-se que há com frequência uma confusão ou até reversibilidade de papéis entre quem é o profissional e quem é o ‘utente’ ou ‘beneficiário’, uma vez que muitos problemas que a equipa do projeto procura resolver ou facilitar são problemas que também dizem respeito individualmente aos membros da equipa. É comum, ao abordar-se uma qualquer temática no projeto, as pessoas comentarem por referência a situações pessoais que vivem ou conhecem (o meu irmão, o meu vizinho, a minha mulher, uma amiga, o meu pai, etc.). Neste caso, por diversas vezes assumiam o papel de ‘utentes’ cujo conhecimento ou prática para lidar ou simplesmente debater uma dada situação adquirem um interesse pessoal.

Inversamente, para resolver alguns casos, as pessoas recorrem a familiares ou outras pessoas do seu circuito pessoal, como uma pessoa que contava que o seu namorado havia desmontado o carro da sua mãe para o adaptar e poder levar aos tratamentos um senhor que anda de cadeira de rodas (Sysa, notas de campo, 06. 01. 2010). Para os eventos, era usual haver contribuições de familiares: uma mãe que faz um cuscuz para o festival gastronómico, a loja

de um familiar que oferece alguns ingredientes, uma pessoa que oferece o terraço da sua casa para os debates, etc.

#### . A vivência de momentos do projeto como rituais de comensalidade

Durante o ano de observação, coube a esta grande equipa organizar momentos de dinamização, por zona ou no bairro por inteiro. Vários deles têm por base festividades com origem em tradições caboverdianas recuperadas e que se realizam anualmente no bairro e fora dele, como a festa do Kola San Jon. Mais uma vez, ao organizar um conjunto de eventos, com a participação de pessoas que integram a equipa do projeto, está-se simultaneamente a ‘trabalhar’ para o projeto e a exercer um momento cultural e de convívio no qual já participavam antes.

Também ao nível de encontros regulares como as reuniões, em diversas ocasiões estiveram presentes namorados, netos, familiares ou outras pessoas trazidas pelos elementos da equipa. Há uma porosidade ao permitir-se levar, para uma reunião, entes queridos. No decorrer do trabalho, na sua organização, nos momentos de descontração, nota-se uma informalidade e intimidade que lembra os rituais de comensalidade em que se atualizam histórias, valores, onde se afirmam as fronteiras da familiaridade.

### **Estado providência**

No ponto anterior procurou-se mostrar uma diversidade de traços que manifestam uma dinâmica de tipo comunitária e de relativa informalidade, que se pode enquadrar numa relação de cuidado, de prestação, numa ótica de sociedade providência, em que predominam as unidades sociais vinculadas a uma partilha de identidade – a imigração e/ou a residência no bairro – e a laços baseados no interconhecimento mútuo. No ponto que se segue, procura-se sistematizar os componentes indicativos de uma dependência ao Estado Providência.

#### . Lógica de projeto (metas, calendarização, grupos alvo, etc.)

A estruturação do projeto foi claramente elaborada segundo uma lógica de submissão a um financiamento externo, como aliás acontece em grande parte dos apoios à intervenção social levada a cabo por IPSS's. São sobejamente conhecidas as suas componentes: os objetivos delineados com uma linguagem própria, uma proposta de atividade previamente desenhada

para um calendário circunscrito, levada a cabo por profissionais, legitimados através de diplomas, e dirigido a pessoas agregadas segundo alguma característica comum que passa a constituir uma condição perante a sociedade, um ‘grupo alvo’ seja ele: idade, residência, nível de escolaridade, situação perante o trabalho, condição social ou física, ou outra.

Embora o conteúdo desenvolvido no Cidadania Participativa se inscreva no trabalho que vem sendo realizado na Associação e apareça formulado no seu relatório de atividades da Associação inclusive em períodos anteriores ao deste projeto, este é formulado segundo os trâmites necessários para a obtenção de apoios pecuniários, como as intenções delineadas cuja concretização aparece em detalhe, incluindo dados de execução quantificados. Por exemplo lê-se, no que respeita ao trabalho com os jovens: ‘utilização da ‘caixa das emoções’ em 7 grupos de jovens; 4 músicas versando as 5 ligações da Teoria de Interligação; organização de 4 visitas de jovens do bairro a prisões; organização de 2 debates entre jovens ex-reclusos/as e grupos de jovens’ (ACMJ, 2008).

Há uma relação contratual que medeia a participação da maior parte das pessoas que integram a equipa, excetuando os voluntários que, aliás constituiu o grupo de participação mais inconstante ao longo do tempo em que decorreu a observação. Tal como referido acima, há um conjunto de colaborações feitas a título voluntário que, mesmo não integrando a equipa, vão acompanhando todo o processo. Falamos de familiares, amigos, e até os envolvidos – alguns idosos, por exemplo, que prestam este tipo de colaboração graciosa.

#### . Submissão a regras e procedimentos técnicos

Muitos dos problemas tratados, nomeadamente todos aqueles que dizem respeito à relação com as instituições estatais (saúde, segurança social, SEF, Junta de Freguesia, etc.), exigem procedimentos específicos, por vezes complexos. Várias vezes foram realizadas sessões mais ou menos formais – umas explicitamente pensadas enquanto sessões de formação, outras em que se convidava alguém que trabalha na área a participar na reunião para esclarecer questões e articular trabalho. Com efeito, trata-se de apoiar um leque significativo de assuntos, cada um deles, com exigências particulares quer a nível administrativo, quer a nível relacional, por terem implicações na vida das pessoas.

#### . Atribuição de responsabilidades por parte dos beneficiários

Mesmo que se trate de uma atividade desenvolvida pela Associação, os moradores sabem que há uma profissionalidade nessa ação, reconhecem-se na condição de utentes, assumem o seu ‘papel’ e atribuem a responsabilidade ao profissional sobre o encadeamento da ação. Quando houve hipótese de colocar os números das portas em azulejos, por exemplo, alguns reclamaram o atraso, que o sr. Teodoro justificava: ‘Tivemos o azar da avaria do forno, depois meteram-se as férias. Nos três ou quatro meses seguintes não conseguimos fazer e as pessoas ficaram à espera’ (notas de campo, 06. 01. 2010).

Esta posição de intermediário/mediador torna-se mais delicada e incómoda quando o problema não tem a resolução esperada e há, nem que por momentos, imputação da responsabilidade aos membros da equipa: ‘Normalmente a esquadra [a polícia] não vêm buscar a pessoa a casa à toa. Se vêm é porque fez alguma coisa. Eu disse-lhe [à pessoa visada] que não temos nenhum poder, não somos o SEF. Ela depois pediu desculpa’ (Emília, notas de campo, 09. 12. 2009).

#### . Integração na rede institucional estatal

Existe um conjunto de acordos estabelecidos entre o Moinho da Juventude e entidades estatais que acabam por tornar a Associação numa extensão destas, no sentido em que ela facilita a resolução de problemas a tratar com (por) essas entidades. É o caso do SEF, com quem se colabora para o apoio na recolha dos documentos necessários e no preenchimento dos formulários exigidos na legalização dos imigrantes. Perante uma dada quantidade de processos completos, estes são encaminhados para o SEF. É uma situação melhor para as pessoas que desta forma podem evitar as filas intermináveis e serem atendidas perto de casa por alguém que conhecem e que sabe como tratar com elas, mas não deixa de implicar da Associação uma lógica de prestação integrada no Estado Providência.

Estas articulações passam por uma formação realizada para que os futuros mediadores possam cumprir os respetivos requisitos. No decorrer das observações, o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) realizou uma formação junto de membros do projeto para que adaptem a sua atuação ao bairro mas também conforme o que ‘deve ser feito’. Estes formadores explicavam o seu trabalho: ‘Era melhor sermos nós a trabalhar com vocês [equipa do projeto] e dar-vos ferramentas para depois vocês poderem trabalhar nas zonas. Aquilo que é preciso é ‘arrumar gavetas’ para saber-se que tipo de mensagem dar. Vamos propor uma sessão [de formação] mais estruturada’ (notas de campo, 16. 09. 2009).

A integração nesta rede é importante para a Associação no sentido em que permite incidir onde é preciso. A propósito, algum tempo antes referia-se o desperdício de gastos numa área tão necessitada como a saúde pública, contando um levantamento sistemático ao bairro por uma equipa que detetou que no bairro só havia ‘14 toxicodependentes sérios’, por isso havia-se optado por fechar a unidade móvel de troca de seringas. ‘Aqui no bairro o álcool é um problema muito maior do que a droga. O tráfico de droga e de armas também é um grande problema.[...] Tanto dinheiro gasto! Nós sabemos quais são as coisas mais importantes a resolver aqui’ (Lieve, notas de campo, 22. 08. 2009).

### Identidade e tensões

Como é possível ver, as componentes relativas à sociedade providência, tal como as relativas a um Estado providência, estão ambas fortemente presentes e compõem uma forma híbrida, resultante do entrosamento das duas. Há claramente algo que remete para uma identidade comum que leva as pessoas do bairro a participarem com afinco, uma identidade baseada numa história comum, de colonização e de imigração, como bem o mostraram as conversas quando se falava sobre um possível teatro sobre a memória do bairro:

*‘Não se devia falar só do bairro, mas da imigração’ (Bibia, notas de campo, 02. 09. 2009);*

*‘Lucinda conta a sua chegada a Portugal e o confronto da imagem palaciana que tinha que se desmoronou quando o marido a trouxe do aeroporto até este pedaço de terra lamacento e abarracado: Isto é que é Portugal?’ (Lucinda, notas de campo, 05. 09. 2009).*

Esta história comum reifica-se no ‘nosso bairro’. Um inquérito aplicado em 2006 mostrou que cerca de 75% dos moradores da Cova da Moura habitam em casa própria, e que, 60% haviam-na construído. É um valor elevado que torna mais evidente a confluência numa identidade comum que é o bairro, materialidade criada pelos próprios.

A aspiração de ver cumpridos os direitos civis (perante a lei) e sociais, mas também de integração, constitui uma componente crucial de envolvimento das pessoas no projeto Cidadania Participativa: o acesso à proteção social e a uma condição de vida e de habitabilidade que ultrapassa o carácter individual, pois passa pela condição coletiva de vida social, cultural mas também arquitetónica e urbanística. Com efeito, num dia em que se reuniam ideias e propostas, muitas remetiam para uma urbanização que apela a uma vida saudável e convivial (notas de campo, 21. 10. 2009):

*‘Nós pensámos que falta iluminação nas ruas, sistema de higiene para os becos, calçar os passeios’ (Ana).*

*‘Arranjar as ruas da nossa zona: com a chuva só se veem pedras, é um riacho. Temos dois deficientes físicos de cadeira de rodas que nunca saem de lá e idosos isolados que quase não saem sem ajuda’ (??).*

*‘Temos conseguido alcatroar as ruas de maneira simbólica, usando restos do camião de cimento. É uma coisa que já se faz espontaneamente, à noite’ (Lieve).*

*‘na zona do café do Vitorino, ao lado das bancadas, pôr uma mesa tipo jardim para descansar, jogar às cartas [...] Trouxe um desenho de como poderia ficar a nossa ideia’ (Teodoro).*

O sentimento de hostilidade sentida contra os moradores nas instituições administrativas que deveriam dar apoio é comum, até pela identidade que é territorialmente definida: o bairro. Há uma partilha desta vivência que cria o ‘outro’, o exterior desta identidade e que neste projeto se torna visível pelo conjunto dos problemas a tratar e a intermediar com instituições diversas. Há a percepção que isso afeta as vidas individuais, por exemplo no que respeita à documentação, como à escolaridade ou à procura de emprego, mas também a nível coletivo, da comunidade daquele bairro.

*‘Temos de fazer a escadinha antes das eleições porque o presidente [da Junta de Freguesia] vai mudar.’ (Teodoro, notas de campo, 23. 09. 2009)*

*‘pensámos em melhorar as ruas. A CMA promete mas nunca mais faz’. (Lucinda e Domingas, notas de campo, 21. 10. 2009)*

*‘A Câmara assinou um contrato para arranjar as ruas desde 2007’ (Lieve, notas de campo, 21. 10. 2009)*

A implicação pessoal é muito significativa em prol deste bem comum e acaba por envolver, como se referia anteriormente, outros parentes, amigos ou outros que cozinham, fornecem bens, emprestam o carro para transportar o senhor com deficiência. Em alguns casos também se manifesta monetariamente, pois em várias ocasiões as próprias pessoas da equipa oferecem contribuições, por exemplo para o cabaz de natal a sortear.

Quando a ação envolve diretamente dinheiro, algumas pessoas da equipa implicam somas pessoais para facilitar ou adiantar pagamentos de outros, e, sobretudo, para prevenir incómodos com a vizinhança. Nota-se uma vez mais a porosidade entre o carácter profissional e a implicação pessoal.

Há uma tensão criada quando, não só os vizinhos reclamam a responsabilidade e o poder dos elementos do projeto na satisfação dos seus problemas, como atrás se referia, mas também quando tal acontece nos momentos privados. Alguns membros da equipa falavam do seu cansaço quando, em plena vida familiar, circulando na rua, eram abordados por pessoas que lhes falavam dos seus problemas. O próprio horário em que muitas vezes era desenvolvido o trabalho do projeto dava azo a essa confusão pois acontecia com frequência ao final do dia ou ao fim de semana, conforme o que havia a tratar, as atividades, mas também os horários possíveis e comuns para a pessoa do projeto e a pessoa que iria beneficiar do seu apoio. É como se assumissem um carácter permanente de profissional.

### Lidar com os problemas da sociedade providência

Arriscado Nunes (1995) propôs uma distinção na forma de relação entre sociedade e Estado providência de modo a permitir melhor analisar a função de cada uma destas componentes no cumprimento da proteção social. Para poder situar e avaliar o lugar que o projeto ocupa, cabe voltar aos problemas apontados por este autor e interrogar como se colocam na situação deste projeto.

O primeiro problema assinalava os espaços por abarcar numa rede de apoio baseada no interconhecimento, isto é, certas pessoas poderiam ficar em situação de isolamento por se encontrarem longe geográfica, afetiva ou temporalmente dos laços em que assenta a solidariedade primária. O segundo problema remetia para a possibilidade de se reproduzirem situações potenciais de desigualdade, hierarquias e exclusões, o que constituiria o polo oposto ao potencial emancipatório e humanizador destas redes comunitárias.

Ora, no que se refere ao projeto Cidadania Participativa, nota-se uma preocupação grande em fazer desta equipa, e do conhecimento que cada um dos elementos tem do bairro, uma possibilidade de abarcar, precisamente, os lugares vazios de apoio, as pessoas que estejam ausentes de redes de suporte: 'As equipas de zona são do bairro por isso mesmo, para poderem ir passando e ter essa proximidade com as pessoas' (Lieve, notas de campo, 12. 08. 2009).

A forma como se estruturou o projeto teve na sua base a procura em favorecer o conhecimento de cada morador que integra a equipa para identificar aqueles que estariam afastados de um qualquer sistema de apoio. A disponibilidade para permitir que as pessoas sejam apoiadas assume formas diversas, sobretudo, a atenção e escuta do que se passa com as pessoas da zona, o passa palavra, que geram tanto uma procura ativa por parte dos elementos



do projeto quanto o serem procurados por aqueles que requerem o seu apoio. Há também uma articulação com a assistente social do Moinho da Juventude de modo a combinar trabalho e cruzar conhecimentos. Tendo em conta as especificidades das situações as equipas identificavam as pessoas e passavam os ‘casos’ aos peritos de experiência de questões específicas. Foi assim, nomeadamente, com os ex-reclusos, considerados mais isolados e afoitos ao acompanhamento, até pela situação de ilegalidade em que são colocados após a saída da prisão: ‘Nós somos ex-reclusos, então estamos à vontade com eles. É melhor sermos nós a tratar [...] vocês, das zonas, só precisam de nos dar o nome, o contacto e a morada’. (João, notas de campo, 22. 08. 2009).

O leque de atuação do projeto goza de clareza espacial: o território do bairro. Para quem o conhece, sabe que geográfica e fisicamente ele é bem delimitado. Há um conjunto de fatores que definem de forma óbvia as fronteiras do bairro, quer de tipo topográfico – um morro – quer de tipo urbanístico – a delimitação por uma estrada de um lado e do outro a diferença de construções com os prédios do bairro em frente que diferem do edificado da Cova da Moura, é separado por hortas e até por vedações.

Assim como noutras prestações do Moinho da Juventude, são acolhidas e atendidas pessoas que não moram no bairro. No entanto, a maioria destas tem uma ligação forte ao bairro, pela residência de familiares, filhos que frequentam a escola ou o apoio à infância do Moinho, por já terem residido ali.

Pode, então, dizer-se que o desenho do projeto está pensado e realiza-se de modo a, precisamente, lidar com o primeiro problema apontado por Arriscado Nunes.

Quanto ao segundo problema assinalado, o risco de reprodução de hierarquias, desigualdades e exclusões, creio que a resposta se encontra novamente na própria composição da equipa. Se esta tem vindo a ser abordada principalmente pela via da pertença ao bairro ou mais concretamente a uma das zonas definidas, pode ter-se em conta outras dimensões que também integram o processo de formação da equipa de trabalho e foram pensadas para lidar e prevenir este risco, como a dimensão género.

Como noutros serviços do Moinho da Juventude, tem havido uma atenção especial dada ao género no recrutamento. Trata-se de contrariar a tendência cristalização da distribuição de tarefas em função do sexo, e de incentivar a que possam ser assumidas por pessoas de ambos os sexos. Esta preocupação é, portanto, anterior ao projeto Cidadania Participativa, estando expressas nas ‘traves mestras’.

No projeto em análise, embora a tendência para uma maior participação feminina exista, ela está longe de ser exclusiva, havendo uma presença masculina significativa. Se atendermos, por exemplo, aos participantes no projeto que moram no bairro, podemos considerar um grupo júnior, de jovens adultos, um grupo sénior e os agentes de interligação que tiveram uma participação iniciada a meio do ano, conta-se, durante o período de observação, vinte e uma pessoas e destas, sete são homens, distribuídos pelos três ‘grupos’. No grupo de pessoas exteriores, nota-se uma presença igualitária a nível de género nos voluntários, num total de seis. Já nos técnicos, a situação parece reproduzir a tendência de feminização da ocupação de cargos ligados aos cuidados.

Olhando para a divisão sexual do trabalho, nota-se por um lado que esta acontece de uma forma ‘tradicional’ no que se refere a algumas tarefas como sejam a construção das escadinhas em que, como é costume, os homens constroem a obra e as mulheres fazem a comida para os alimentar. Da mesma forma os grupos de música que tocam nos bares, nota-se a mesma tendência para que este seja um domínio masculino quase exclusivo. No entanto, no que se refere a novas atividades, como sejam o teatro ou a organização do festival gastronómico, estas primaram pela tendencial diversidade. Da mesma forma, e no seguimento do trabalho levado a cabo no Moinho da Juventude, manifesta-se – com consequências imediatas – o incentivo à participação masculina em tarefas de cuidado ao outro.

Assim como se pensa esta dimensão, pode também analisar-se o fator idade, qualificação escolar e profissional, cor da pele, antiguidade de residência no bairro, ou outros. A procura tendeu a promover a mistura. A diversidade de vidas estabelece a presença de uma diversidade de saberes, perspetivas e contributos que se fizeram sentir e foram visíveis sobretudo nos momentos de animação, mas que se tornam evidentes na reflexão sobre as situações de ‘atendimento’, evitando a cristalização de condutas socialmente sujeitas a preconceitos e prejuízos.

### **Curso EFA de agentes de ação educativa**

O curso de Educação e Formação de Adultos (tipologia de formação denominada cursos EFA) para técnico/a de ação educativa (TAE) foi promovido pelo Moinho da Juventude, que o coordenou e se ocupou da componente profissional/tecnológica, em parceria com a Escola Secundária D. João V, da Damaia, no que respeita à componente escolar, também chamada formação de base. Tratava-se de um curso de nível 3, que conferia equivalência ao 12º ano de

escolaridade, financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Fundo Social Europeu. O curso dirigiu-se a um grupo de doze adultos habitantes no bairro da Cova da Moura, ou de bairros limítrofes, em situação de desemprego.

Conforme se explica no capítulo 1, sobre metodologia, a análise aqui apresentada é elaborada a partir das notas de campo resultantes da observação realizada sobretudo durante as reuniões, bem como as respetivas atas e outra documentação recolhida. Assumi, neste curso, o papel de formadora de dois módulos.

Segundo o referencial de formação, técnico/a de ação educativa é o/a profissional que, no respeito de imperativos de segurança e deontologia profissional, cuida de crianças até aos 6 anos, durante as suas atividades, refeições e horas de repouso, vigiando e orientando comportamentos e atividades e cuidando da higiene, vestuário, alimentação e acompanhamento em passeios, excursões e visitas, e promovendo o desenvolvimento integral e harmonioso tanto de crianças com um desenvolvimento normal como de crianças com necessidades especiais de educação (p. 4).

A argumentação que sustem a realização do curso refere o enquadramento na Iniciativa Bairros Críticos, o recurso a metodologias participativas de modo a responder de forma integrada à resolução das preocupações e necessidades da Cova da Moura, tendo sido diagnosticados:

*‘níveis baixos de escolaridade, desemprego, falta de serviços de proximidade na área da educação de infância e falta de recursos humanos e materiais no acompanhamento da educação de infância e jovens. Verificou-se a existência dum grupo de auxiliares de ação educativa de nível 2 que pretendem adquirir o nível 3. Outro grupo, sobretudo adultos com idade perto ou na casa dos 40, com os filhos já crescidos, pretendem melhorar as suas habilitações literárias e envergar uma nova opção profissional’.*

*‘De acordo com a Iniciativa “Bairros Críticos” o curso de formação destina-se a pessoas em situação de desfavorecimento, sobretudo a imigrantes e descendentes de imigrantes desempregados, os quais irão desenvolver atividades de modo a se sentirem participativos no processo de Qualificação do bairro’ (Candidatura do curso, 2008).*

Foi intenção, nas recolhas efetuadas, conhecer o modo como se estruturava a formação formal. Tendo em conta um desenho pré-definido por um órgão oficial de âmbito nacional que é a Associação Nacional para a Qualificação (ANQ) que estipula a forma a dar ao curso, e a parceria estabelecida entre a Associação e a Escola, foi dada primazia na atenção ao modo como estas organizações se relacionavam e se articulavam, no sentido de perceber a dinâmica

entre entidades distintas. O ponto de vista dos formandos foi registado em situações pontuais, aquando da sua presença nas reuniões ou por via indireta, já que a coordenadora e a avaliadora tiveram contactos privilegiados com eles, transmitindo em reunião, em ata ou no relatório de avaliação, os seus testemunhos.

#### A orgânica do curso

O curso, de formação modular, repartiu-se entre as duas instituições onde decorreram as sessões de formação respeitantes a cada uma das componentes, tecnológica e de base como são formalmente designadas. A escolha dos seis formadores da componente de formação de base foi deixada ao critério da escola, que recorreu a seis dos seus professores. Esta componente ocupou cerca de 550 horas da formação que aconteciam diariamente entre as 18h e as 21h20, repartidas por sessões de uma hora. Os professores contratados para o efeito tinham já vários anos de experiência letiva naquela escola e dividiram entre si as três áreas de competências chave estipuladas no referencial de formação: Cidadania e Profissionalidade; Sociedade, Tecnologia e Ciência; e Cultura, Língua e Comunicação.

Já a componente tecnológica foi desenvolvida por formadores selecionados pelo Moinho da Juventude, perfazendo um total de 1175 horas para 28 módulos de formação e treze formadores, a que se acrescentava a realização de um portefólio reflexivo de aprendizagem, num conjunto de 85 horas que foram orientadas pela coordenadora do curso. Os formadores foram recrutados entre alguns que têm uma ligação anterior com o Moinho, no sentido em que têm vindo a trabalhar lá há vários anos, ou como uma professora cuja família integra os fundadores da Associação e as irmãs trabalham no Moinho, alguns que têm vindo a ser formadores em cursos ali desenvolvidos; e, finalmente, formadores novos, recrutados especificamente para o efeito.

As sessões relativas a estas componentes (tecnológica e portefólio) foram realizadas no espaço de formação no Moinho, diariamente entre as 13h e as 17h, pelo que cada sessão tinha a duração de duas ou de quatro horas.

Finalmente, após o término da formação em sala, decorreu uma formação em contexto de trabalho em diversas instituições educativas, durante o último mês do curso. Os formandos distribuíram-se entre vários locais de estágio, como é informalmente designado este momento, a saber:

Agrupamento de Escolas da Damaia (duas formandas): Jardim-de-infância da Damaia e Escola EB1/ JI Alice Vieira

Instituto Jacob Rodrigues Pereira de Lisboa (dois formandos)

Casa Pia de Lisboa (duas formandas e dois formandos)

Associação Cultural Moinho da Juventude (um formando)

Associação Solidariedade Social Vencer, Casal Popular da Damaia (um formando)

### A coordenação

O curso foi coordenado por uma psicóloga do Moinho da Juventude que, além da componente administrativa, assumiu o papel de acompanhar os formandos a partir das suas vivências consideradas difíceis e por vezes conturbadas, por exemplo, contando-se com três formandos com experiências de reclusão prisional; outros com percursos escolares por vezes considerados traumáticos. A coordenadora era designada também como mediadora, pois uma das suas funções consistia em procurar espaços de explicitação junto dos formandos mas também dos formadores, que permitissem uma compreensão mútua. Tal podia ocorrer no quotidiano, em situação de conflito, ou quando em reunião entre formadores se procurava perceber o motivo de algumas tensões. Segundo as apreciações efetuadas pelos formadores por escrito e oralmente, o papel de mediação foi essencial por ter estabelecido uma relação próxima e um conhecimento profundo dos formandos, que facilitou a resolução de problemas e o apoio aos formadores.

Embora a coordenação fosse formalmente assumida por uma psicóloga, a sua concretização, nomeadamente no que toca às decisões e acompanhamento das reuniões, era realizada em *tandem* com uma pessoa do bairro e elemento da direção do Moinho. Este elemento da direção trazia a filosofia de trabalho do Moinho, em especial no que toca à valorização dos recursos das pessoas, do bairro e da Associação, de que o conhecimento advindo da experiência de trabalho anterior com a população do bairro constituía um manancial importante de possibilidades, indicações, sugestões.

A coordenação tinha um momento importante, mensal, em que se reuniam os formadores, direção da Associação, a avaliadora externa e, por vezes, outros elementos convidados. Nelas transparece uma atitude experimental. Era a primeira vez que se trabalhava a par com uma equipa de professores da Escola para desenvolver um curso EFA em conjunto. Diversos elementos foram variando, como sejam o local das reuniões que durante algum tempo alternou entre o Moinho e a Escola, bem como a realização de reuniões separadas para cada um dos respetivos grupos de formadores, o que foi abandonado a meio do curso, passando estas a ser organizadas para toda a equipa e a acontecer prioritariamente na Escola, para

facilitar os professores. Nestas reuniões conjuntas o número de presentes variou entre dez e catorze pessoas.

Perante alguma inquietação e incómodo manifestado pelos formandos relativamente ao que se passava nas reuniões, foi feito o convite para que um ou dois participassem nelas. Tal aconteceu por três vezes, após o que uma formadora pediu para que os formadores tivessem um espaço próprio e privado em que pudessem falar e desabafar, sem a presença dos formandos. Os formandos deixaram então de ser convocados. Estes, por sua vez, também não manifestaram mais vontade em participar. Outros pedidos de formadores também foram atendidos, tal como um de supervisão, num momento em que as relações entre formadores e formandos estavam tensas.

A questão do crioulo, língua falada pelo conjunto dos formandos que ocupava um espaço significativo da comunicação entre eles, deixava os professores indignados, que não aceitavam que fosse usado o crioulo durante as sessões. No entanto, e apesar das suas reclamações, aquela língua aparecia recorrentemente. Esta temática da presença de duas línguas, atravessou todo o curso e passou, a dada altura, pelo convite feito pela coordenação a dois especialistas e investigadores na área da educação em situação de bilinguismo, ou de português como língua não materna. Estes vieram participar numa reunião em que narraram o seu trabalho e deram indicações sobre como lidar com situações similares. Durante todo o curso, não se chegou a um consenso sobre como lidar com o crioulo. Uma formadora, do bairro, assinalava que as suas sessões se passavam em crioulo. A avaliadora externa insistia sobre a necessidade de valorizar a língua materna. Entre os restantes formadores a situação diferia bastante, sobretudo quanto à permissão ou recusa total da presença do crioulo durante as sessões.

A avaliação do curso pode, praticamente, ser considerada uma parte da coordenação. A avaliadora esteve presente durante todas as reuniões de equipa, mantendo sobretudo uma atitude de escuta. Inquiriu formandos e formadores, observou sessões de formação, leu e analisou entre outros documentos, as fichas de avaliação preenchidas pelos formandos e pelos formadores. Sensivelmente a meio do curso, elaborou uma avaliação intermédia que apresentou oralmente e por escrito ao grupo. Por vezes, participou no debate das reuniões dando sugestões para solucionar alguns problemas, mas sobretudo recolhendo e sistematizando análises, desenvolvimentos, balanços do que emergia durante as reuniões. Esta formação, que agregou a Associação e a Escola, constituía-se como uma experiência. O relatório final apresenta-se como documento-memória de um trajeto e, sobretudo, de uma aprendizagem sobre o que aconteceu e o que se propõe que seja realizado numa futura iniciativa similar.

Os formandos

A diferença do número de formandos masculinos (sete) e femininos (cinco) foi intencional, podendo ler-se no documento de candidatura que a Associação:

*‘forma e emprega pessoas do sexo oposto àquele que normalmente é predominante em determinada profissão ou setor. Conseguiu quebrar a feminização do setor de educação (creche, jardim-de-infância, CATL) onde trabalham educadores e auxiliares de educação masculinos. Pretende-se dar continuidade a este caminho optando pela a formação de auxiliares masculinos e femininos, também para outras instituições [...] O Gender é uma das traves mestras da ACMJ’.*

As idades variaram entre os 20 e os 38 anos, com uma média de idades de 27 anos. Na sua larga maioria o grupo era formado por moradores do bairro e vários tinham também uma ligação estreita ao Moinho, pelo menos por via de um familiar implicado nalguma atividade que frequentava ou em que trabalhava.

Num trabalho realizado com eles numa das sessões do módulo sobre ‘modelos pedagógicos’, pedi que enunciassem recordações positivas e negativas da escola. É imediato o contraste entre ambos os elementos que, por sua vez, são bastante consensuais entre o grupo, a saber: ressalta que apenas três enunciaram algum aspeto positivo relativamente a algum conteúdo curricular: ‘algumas matérias que gostava’; ‘boas notas a matemática’, ‘tive bons professores em EVT (educação visual e tecnológica) que nos levavam a fazer visitas e depois nos faziam desenhar’. Negativamente, dominam as situações de humilhação e de castigo com reguadas e puxões de orelha. As situações mais extremas reportam-se a ouvir os professores comentarem ‘não há solução para esta miúda’; um rapaz que contava que, em criança, na hora da entrada ele costumava pular os muros da escola e faltar às aulas sem que nenhum adulto se importasse. Noutro caso, como recordação positiva, um rapaz narra um castigo que o obrigou a realizar um mês de jardinagem, que foi a maneira de o retirar da escola e descobrir uma área em que tem gosto. Os conflitos entre crianças é uma contraparte ao convívio, também muito referido: ‘brigas entre colegas, começam dentro da escola e acabam no bairro’.

A situação geral do grupo perante a escola está, portanto, carregada de uma tensão que é tanto maior quanto a Escola e o diploma que esta confere continua a ser condição para um reconhecimento e entrada no mercado de trabalho, bem como um meio através do qual esperam aceder a certos instrumentos para a sua vida em sociedade.

Durante as reuniões da equipa de formação alguns formadores referiram a motivação dos formandos para a frequência desta formação. Um referia a bolsa financeira ao final do mês

durante a temporada de quinze meses, outros referiam ser um ‘atirar o barro à parede, e ter um instrumento’. Durante a formação, no entanto, várias conversas surgiam entre os formandos sobre o contraste entre o currículo proposto, no que respeita à sua componente profissionalizante, dando conta da diversidade e riqueza de práticas pedagógicas, e da função que iriam efetivamente realizar no caso de se empregarem em consonância com a proposta do curso. Usavam-se então termos mais correntes: vigilantes, contínuos, auxiliares.

Nas reuniões em que estiveram presentes formandos em representação do grupo, eles manifestaram as suas intenções. Além de pretenderem aprender a trabalhar mais com os computadores, referem o domínio da língua portuguesa, em especial da capacidade de escrita.

Apesar desta aspiração, a descrença face a um processo de formação institucionalmente enquadrado é notória. Vários formadores o testemunham. A formadora de música contava como lhe era difícil fazê-los acreditar na validade do seu trabalho: ‘às vezes partilho as minhas experiências, mas não acreditam’. Outra formadora explicava o abuso que sentiam relativamente a uma situação de intervenção em contexto de trabalho: ‘pensam que estão a fazer trabalho de alguém. Não aceitam estar a trabalhar de borla’.

No entanto, manifestaram agrado pela experiência vivida no período final de estágio. Para vários era a primeira vez que se experimentavam de forma mais prolongada numa instituição educativa. Conheceram outras realidades como por exemplo tomar contacto com a existência de pessoas mudas, que até então desconheciam. Da parte das instituições a resposta também foi positiva, manifestando agrado com a sua prestação.

Dos doze formandos que fizeram o curso, dois não finalizaram o estágio. Por motivos pessoais deixaram repentinamente a formação no período final. Ficaram com o título escolar mas não obtiveram o diploma profissional. Um dos formandos foi chamado para trabalhar na instituição onde estagiou durante o período da colónia de férias. Esta foi a única situação de recrutamento de algum dos formandos no âmbito de uma instituição educativa, mas que não deixa de ser relevante pelo seu carácter inédito: ‘É a primeira vez que esta instituição contrata um homem para trabalhar diretamente com as crianças’ (relatório de avaliação, p. 24).

## Os formadores

Toda a formação foi atravessada por uma oposição entre a componente de base e a tecnológica, e entre os formadores correspondentes. A disposição e posicionamento face à estrutura e conteúdo do curso tiveram aspetos contrastantes no que respeita aos dois grupos de



formadores que foram, aliás, bastante referidos tanto pela coordenação como pela avaliadora externa.

Nota-se nos formadores da área profissional um maior à vontade em relatar e partilhar com a restante equipa o trabalho que desenvolvem com os formandos e a relação que criam com eles. Procuravam conhecer e perceber o modo como o grupo percebia a formação:

*‘o grupo neste momento apresenta uma postura mais formal perante a formação, existindo uma maior consciência da sua importância [...] menciona também o facto de ter gostado muito da sua prestação nas festas da cidade em que estiveram integrados nas atividades com o Teatro Maria Matos.’ (reunião 8, ata)*

*‘Maior parte quer fazer estágio [...] no bairro porque é mais cómodo. É bom estar fora para conhecer outras realidades, mas por causa dos horários, preferem que seja no bairro.’ (reunião 12, notas)*

Era possível, deste modo, conhecer para cada módulo os temas, as atividades e o tipo de abordagem com que iam sendo tratados. Uma leitura dos sumários induz a uma mesma atitude que enuncia um cuidado em comunicar o trabalho realizado com o grupo, pela descrição, por vezes detalhada, como seja: ‘Apresentação dos projetos para ocupação do tempo de forma saudável. Preparação de *check-list* para observação do trabalho das crianças. Planificação das atividades a realizar no CATL, JI, Creche e nas amas’ (sessão de 4 horas do módulo de planeamento de atividades – higiene e saúde, 12. 03. 2009).

Vários formadores da área profissional aproveitaram a ocasião de eventos da Associação (celebrações, atividade no âmbito do projeto Cidadania) ou fez recurso a uma ou mais valências (biblioteca, jardim de infância, berçário, sala de informática) para desenvolver alguma tarefa com os formandos. Outras foram realizadas noutros espaços do bairro ou fora dele (outros centros educativos do bairro, escolas, centros culturais, etc.). Em certos casos, dois formadores efetuaram um trabalho conjunto que articulou diferentes temas relativos aos diferentes módulos. Várias destas atividades tiveram origem ou foram relatadas no decorrer das reuniões.

A linguagem e o discurso usado pelos formadores-professores era distinta:

*‘Em STC [Sociedade, Tecnologia e Comunicação] estou a trabalhar os saberes fundamentais. Balanço: todos os formandos melhoraram exceto o J. No comportamento alguns continuam com atitudes em desacordo com a profissão, sobretudo o L e o I.’ (reunião 12, notas)*

Um modo de falar que fazia uso dos códigos específicos (por ex as siglas) que tornava difícil a compreensão a quem não estava muito por dentro do currículo, de todo o referencial do curso. Motivação, desempenho e comportamento constituem os principais focos de enunciação sobre os formandos.

Não há notas de articulação pedagógica entre módulos de cada uma das componentes, de base e tecnológica. Houve pelo menos duas tentativas. Uma primeira, com origem nos próprios formandos, e reforçada pela coordenação, que propuseram aos formadores da escola uma visita ao bairro e à Associação guiada por eles, mas a que não foi dado seguimento, os professores invocaram a dificuldade perante o horário noturno da formação, foram adiando e não realizaram a visita.

Uma segunda ideia era relativa à correção do português em textos produzidos no âmbito de visitas de estudo, cuja proposta era serem revistos com o apoio de um dos professores da Escola. Neste caso, os formandos recuaram e os escritos foram corrigidos dentro das sessões de formação com a formadora da componente profissional em cujo módulo se desenrolou a produção.

Outro dos temas bastante referido pelos formadores-professores eram as questões administrativas: as presenças nas reuniões e os pagamentos foram temas recorrentes. Um destes, em especial, atravessou todo o curso a levantar questões desse teor.

*‘Problema do horário das reuniões: é complicado à tarde estarmos todos os formadores presentes na reunião. Os professores da escola fazem um esforço para estar sempre presentes e do Moinho vem pouca gente e são sempre pessoas diferentes’ (reunião 11, notas)*

Tratava-se mais da reclamação pelo simples cumprimento, sem interrogação sobre o conteúdo, sentido e as condições desse cumprimento, cuja resposta veio de um dos formadores ‘do Moinho’:

*‘Do Moinho só faltou a T que vem sempre, por isso estão praticamente todos os formadores representados. Outro horário para as reuniões não dá porque nós trabalhamos noutros sítios e só podemos mesmo a esta hora [ao fim do dia]. Além disso os formadores da parte profissional vão mudando porque os módulos são de curta duração’ (idem)*

A condição laboral dos dois grupos de formadores é também distinta. Na escola, integrados na função pública, os professores estão acostumados a receber a remuneração mensalmente, o que não se verifica com a maioria dos outros formadores cujo recebimento está em geral sujeito à calendarização das entidades estatais financiadoras, em tudo diferente.

Com regularidade as reuniões de formadores começaram com alguma destas questões – presenças, atrasos, a calendarização – apresentadas assim, sob um modo que induz mais a uma atitude de retração e defesa do que reflexiva.

### Considerações pedagógicas

A distinção entre um trabalho escolar e um trabalho de formação, a necessidade de atender aos contextos e histórias de vida do grupo, o modo de abordar a relação entre teoria e prática, ou o uso de diferentes metodologias são temáticas que foram alvo de debate na generalidade das reuniões. Desde a primeira, preparatória, que antecedeu o início do curso, a coordenação introduziu a discussão sobre a distinção entre ‘aulas’ e ‘formação’, aludindo à diferença entre uma abordagem meramente transmissiva ou que atenda aos percursos de vida já largos de cada pessoa.

Tal manifestou-se de diversos modos, como o pedido aos presentes para narrarem ‘o que o próprio formador tem feito para haver participação. Esta ronda não é tanto para fazer uma avaliação dos formandos, mas para saber o que fez e resultou ou não resultou’ (coordenação, reunião 13, notas). Dos relatos e impressões surgiam conversas de análise de situações e problemas a partir do que se procuravam vias para lidar com eles e ultrapassá-los, se fosse o caso. Ao longo das reuniões foram apresentadas diversas sugestões nomeadamente de recursos disponíveis para tratar certos temas na formação.

Esta foi uma forma encontrada para procurar que o conteúdo das reuniões se deslocasse para algo que fosse passível de ser recriado, reformulado, isto é, para a ação empreendida pela equipa de formação no seu conjunto e por cada formador em particular.

A opção por uma avaliação ao curso que tivesse um cariz de acompanhamento concorria para a mesma intenção. A avaliadora esteve presente nas reuniões, dava conta da evolução dos processos, e realizou um exercício de avaliação final do curso com a equipa fazendo uso de técnicas dinâmicas, que foi uma forma de dar a conhecer um modo de proporcionar uma análise entre todos.

Contudo, uma vez mais o confronto de disposições pautou estes momentos da equipa e pôs em evidência o contraste entre o trabalho desenvolvido na Escola e na Associação. Considerei duas dimensões de análise que distinguem a atitude dos formadores de cada componente: a representação sobre os formandos e o seu contexto; o desenvolvimento pedagógico, no que respeita a metodologias e à relação com o referencial-chave. Iniciei pela segunda dimensão.

## Desenvolvimento pedagógico

Nos relatos e considerações observados entre a equipa, vão-se evidenciando modos de conceber a formação. Da parte da coordenação do curso, salienta-se a tentativa de fazer do espaço de formação um momento para se pensar a própria vida. Por outro lado, a conceção de uma ótica formativa que transparece nalgumas expressões: ‘insistimos muito na prática como base para a teoria’; ‘nós valorizamos metodologias ativas’; ‘o tempo que estão ali [em formação] é tempo de trabalho, é produção’; ‘o que o próprio formador tem feito para haver participação?’ (diversas reuniões, notas).

O modo como os formadores da componente profissional apresentam o seu trabalho é bastante diversificado. Alguns estabelecem ligação com valências e recursos, nomeadamente da Associação e do seu entorno profissional (na sua maioria os formadores têm vidas profissionais noutros locais). O tipo de trabalho desenvolvido é variado, passando pela articulação entre dinâmicas de grupo, experimentação, e momentos de sistematização (este último é apresentado como sendo o mais difícil de efetuar). As realizações no sentido do exercício prático em sala são generalizados, e há uma frequência significativa de participação em contextos ‘reais’. As visitas de estudo, inicialmente escassas, passaram a ser costumeiras à medida que o curso avançava. O mote geral parece ser uma preocupação em despertar o interesse e a motivação do grupo e conjugá-lo com um currículo pré-determinado. Por exemplo:

*‘estou a trabalhar no curso desde Abril sobre técnicas de animação. Fazemos muitas saídas, visitas. Tento também utilizar as valências do Moinho para trabalhar com eles. Noto que quando as aulas são mais dinâmicas a motivação altera-se, eles respondem muito bem. Por isso tento partir sempre da base dinâmica para desenvolver as sessões’. (reunião 10, notas)*

*‘25h de expressão musical não dá para nada, não consigo transmitir o suficiente. E informação escrita, dou pouca ou nada. Faço mais trabalho de terreno. É difícil, muito difícil, motivar o grupo. A solução que encontro é a experiência de terreno para a motivação. Procuro trabalhar com eles os materiais com que vão ter contacto no local de estágio, mas eles dizem que sabem... Fui à creche e pedi um xilofone, no jardim-de-infância não tinham. Construí alguns com eles. Lanço desafios e vou aplicando alguns conceitos.’ (reunião 13, notas)*

Houve formadores a requererem o contexto pessoal e familiar para contextualizar os conteúdos, houve módulos explicitamente pensados para que os formandos pudessem verbalizar e refletir sobre a sua história de vida, houve, sobretudo nos módulos iniciais,

formadores que cuidaram de criar um grupo e trabalhar as fronteiras entre a formação e as vidas pessoais. A introdução de figuras de mediadores para acompanharem o quotidiano da formação, em complemento à coordenadora, foi outro elemento com que se procurou atender às especificidades do grupo.

Houve resistências e conflituosidade do grupo de formandos face à formação, que duraram até ao final, mas ele conseguiu manter-se até o curso terminar (excetuando os dois referidos, no que toca ao estágio).

A julgar pelos comentários no decorrer das reuniões, os formadores da Escola parecem ter demonstrado menor abertura para tratar do sentido que os conteúdos e o curso tinham para os formandos. Apenas um dos formadores parecia procurar perceber o modo como o grupo encarava a formação. Foi também o mesmo que, no quadro da unidade ‘Cidadania e Profissionalidade’ e tendo em conta o ano de eleições municipais, debateu e incentivou os formandos a votar, que nalguns casos aconteceu.

Quer por via dos formandos que participaram nalgumas das reuniões, quer por via da observação e questionamento da avaliadora externa, nota-se que os modos de trabalho se mantiveram sempre elementares e ‘escolarizados’: ‘conteúdo mais unidirecional e distante na Escola, com predominância de metodologias expositivas e interrogativas, ou com recurso à análise de texto e fichas em grupos de dois, distante das experiências de vida dos/das formandos/as’ (Relatório de Avaliação, p. 14). Uma formanda transmitia uma mensagem em representação do grupo de formandos, que reclamava mais trabalho de língua portuguesa para domínio da escrita:

*‘Esperei que houvesse mais ajuda na língua portuguesa que não temos. O professor A dá-nos uma folha, discutimos isso, mas não chega, não temos orientações de como escrever bem. Ficámos a saber que o curso não dá muitas vantagens para entrar na faculdade.’ (reunião 11, notas)*

Notam-se algumas alterações que correspondem essencialmente a propostas: ‘a tentar variar as atividades. Eles estão fartos de estar sentados. Temos feito debates, trabalhos em grupos, em pares’. (reunião 13, notas). Uma leitura dos sumários demonstrou também uma mudança no tipo de trabalho realizado, nomeadamente por uma formadora. Se num primeiro momento, são inúmeros os sumários relativos a fichas e à sua correção ou, em alternativa debates e pesquisas na internet, no último trimestre parece haver uma viragem traduzida sobretudo naquele tipo de atividades. A saber, esta formadora, passou a chamar os formandos a envolver-se de modo menos passivo, como por exemplo, em inglês: ‘ir ao médico: estrutura e construção de diálogos; role-playing: apresentação dos diálogos’ (fev 2010); ou ‘leituras das histórias infantis produzidas pelos formandos’ (jan 2010); ‘elaboração de um currículo

segundo o modelo europeu' (mar 2010), entre outros. Ela tornou este curso uma experiência formativa para si própria, o que afirmou, na reflexão conjunta da última reunião: '[foi positiva] a necessidade de repensar constantemente a minha atuação enquanto formadora' (reunião 15, avaliação interativa, síntese).

No caso dos outros formadores professores, a situação parece ter permanecido idêntica ao longo do curso. Das várias ideias de trabalho verbalizadas, como sejam visitas de estudo, uma visita guiada pelo bairro orientada pelos formandos, e outras, apenas uma se realizou à Casa do Futuro (museu das tecnologias da comunicação).

As preocupações que estes formadores apresentaram no decorrer das reuniões têm a ver com a sobreposição de temas para diferentes áreas de competência: 'tentámos chegar a um acordo para abordar o tema de forma complementar. Por exemplo sobre o urbanismo falámos sobre situações concretas, como a elevação de passeadeiras, elevação de sinais, falámos sobre... Tive de articular com a I para não falarmos do mesmo' (reunião 11, notas). Traduzem-se assim as principais formas de articulação do trabalho entre este grupo de formadores.

Outra das preocupações manifestadas reporta-se aos parques conhecimentos que o grupo de formandos trazia em termos de cultura escolar e em que medida eles podem cumprir a atribuição de um grau de escolaridade, como se se tratasse de uma qualificação clássica: '12º ano, temos um programa a dar a um público que vem com conhecimentos ao nível de um 7º ano. Aqui, em 75 horas, não é possível trabalhar o que num curso de 12º ano se dá em 300 horas'. É uma preocupação que embate numa presença pouco 'escolar' dos formandos.

Às sugestões de uso de estratégias mais dinâmicas, a resposta é peremptória: 'Não vou fazer jogos [...] Tirar papelinhos de uma caixa'. Trata-se de uma atitude que se escuda em orientações superiores para prosseguir sem questionar o seu trabalho. A avaliadora externa expressa-o no relatório final:

*'os formadores/as da escola defenderam que deviam seguir o estabelecido pelo Ministério da Educação 'porque são disciplinas educacionais, com metodologias diferentes para formação de base e formação tecnológica''. (relatório de Avaliação, p. 14)*

#### Representação sobre os formandos e o seu contexto

Por parte da coordenação, a atenção reparte-se entre o contexto do bairro como um todo e sobre cada pessoa individualmente. O bairro é um foco que atravessa toda a intervenção que o Moinho realiza e que surge com recorrência nas reuniões com os formadores, quando se

procura perceber a dinâmica do grupo de formandos, ou estabelecer uma ponte entre as áreas de referência do curso e o trabalho a realizar na formação. Desde as primeiras reuniões, explicava-se ‘o trabalho realizado pelo Moinho, através dos peritos de experiência e a importância de trabalhar as histórias de vida de cada um, sabendo reconhecer quais os mecanismos que não deixam as pessoas avançar na sua vida, assim como a importância de uma reflexão sobre a vida pessoal e o que é importante alterar’ (reunião 3, atas).

O conhecimento anterior de muitos dos formandos, a aposta na pessoa tendo em conta uma história de vida própria que requer ser refletida e reinvestida, se possível neste curso, é outro dos focos da coordenação. Procura-se perceber em que ‘momento da vida’ se encontra cada formando, que elementos podem ser potenciadores, ou quais as sensibilidades a cuidar. A coordenação assumia esse papel de atender e realizar um acompanhamento e mediação entre formandos e formadores tendo em conta o percurso pessoal daqueles. A título de exemplo, referia-se que ‘Recebemos [no Moinho] muitos grupos em inglês. Isso pode ser uma motivação para eles [exercitarem o inglês]’ (reunião 11, notas). Ou ‘C no outro dia veio para um assunto de 5 minutos e acabei por ficar 1h30 com ele. O Natal está a mexer com eles’ (idem).

Este conhecimento e experiência anterior sobressaíam em caso de problema, como em conflitos que se criaram entre formadores e formandos. Perante uma situação narrada, debatia-se a exigência e a autoridade entre formador e formando, ao que a coordenação referia:

*‘O argumento da autoridade é um confronto que não leva a nada porque levaram toda a vida com pessoas que dizem que mandam nelas e que têm mais autoridade. [...] É preciso fazê-los ler em conjunto o contrato que assinaram em que se comprometeram a trabalhar. O tempo que estão ali é tempo de trabalho, é produção, eles ganham por isso, se não trabalham então não ganham’ (reunião 12, notas).*

Nos professores da componente de base, da Escola, embora a situação varie, predomina uma atitude distanciada face ao contexto e percurso de vida dos formandos. Há mesmo professores que manifestam descontentamento face a esta atenção dada por parte da coordenação. Dois deles, na sessão de avaliação, apontavam negativamente que houve uma ‘defesa de determinados princípios e de comportamentos dos formandos’, e um ‘desculpar de algumas atitudes menos corretas por parte dos formandos’ (reunião 15, síntese).

Um professor demonstrou atenção e procura de entendimento dos formandos, afirmando, entre outras observações afins: ‘noto que não se sentem falados, tratados como cidadãos’. O seu conhecimento sobre contextos de vida permaneceu, contudo, sempre indireto, por via dos

relatos destes ou de outros formandos. Ele contava que ‘tenho alunos que fizeram trabalhos sobre o Parque das Nações e a Cova da Moura. Eles contavam-me que...’. Mostrando-se o mais disponível e solícito, durante esta formação não levou a cabo a visita à Cova da Moura, ou aceitou integrar no seu trabalho sobre urbanismo uma reflexão sobre o processo que qualificação urbana em curso no bairro. Manteve, por isso, um conhecimento sempre obtido em segunda mão, através de outrem. O relatório de avaliação refere-o:

*‘A não participação dos/as formadores/as da formação base em atividades com os/as formandos/as é significativa das diferenças de conceções da formação, que se repercutem nas relações com os formandos/as e nas relações com a equipa da Associação’ (relatório de Avaliação, p. 17).*

Pelo contrário, predomina uma atitude de desvalorização e de negação, como se o trabalho de formação pudesse estabelecer-se no princípio da ‘tábua rasa’ sem merecer qualquer questionamento. O mesmo professor assinala, ao referir o urbanismo, que ‘é importante falar [...] na ideia de gregarismo, a integração no grupo que deve ficar unido... a união historicamente é uma defesa’. Um outro professor afirmava:

*‘o diário de Anne Frank. Eles sabem muito pouco ou nada sobre a 2ª Guerra mundial. Utilizamos aquele texto para trabalhar o diário. E aquela literatura é a nossa, se [os formandos] não tiverem ali outra literatura, não chega. Aqueles textos para eles são muito pouco úteis’ (reunião 13, notas).*

Pelo modo como vão descrevendo o seu trabalho, apresentando os conteúdos e suportes, verifica-se que percebem a formação como um espaço de contacto com uma ‘cultura geral’, de base ocidental e europeia, mesmo sabendo de uma ligação que falta para que aquelas referências e temas possam fazer sentido e ser apropriadas. Parte-se de um conceito que inferioriza e infantiliza os formandos, colocando-os num patamar de ignorância. Interessa conhecer se estão ou não motivados e se são participativos, mas pouco sobre o seu saber, ou a sua relação com o saber, com a instituição escolar e a sua vida:

*‘Têm falhas como não saber o que é um adjetivo ou um verbo. Incomoda-me a regra do outro lado que os obriga a ter esta formação. Esta é uma angústia. [...] Eu dei-lhes rudimentos de 5º ano.’ (reunião 13, notas)*

*‘têm 20 anos no BI [bilhete de identidade] mas só 10 na cabeça.’ (reunião 14, notas)*

Neste sentido, pode perceber-se porque, até ao final do curso, as principais questões levantadas por estes formadores eram relativas a comportamento. Uma vez que a abordagem dos conteúdos de saber estava entre a intenção de fornecer componentes de conhecimento que



lhês seriam ‘pouco úteis’, cabia ‘estabelecer e fazer cumprir regras. Definir o que não se pode fazer: o uso do boné em sala, entrar pelo portão dos carros e não pela porta normal; falar crioulo. Trata-se da formação deles enquanto pessoas’ (reunião 12, notas).

Da parte dos formadores da componente profissional, a situação difere, como também difere o seu conhecimento do bairro e da Associação. Pelo menos alguns trabalhavam ou já haviam trabalhado antes ali. Duas formadoras conheciam vários dos formandos, uma por ter crescido com eles no bairro e outra, educadora, contava: ‘têm sido encarregados de educação, voluntários, colegas, jovens...’ (reunião 15, notas).

É relevante o facto de duas formadoras terem afirmado na reunião de avaliação o quanto era importante a sua participação noutras atividades e projetos do Moinho e no bairro. Desta forma haviam adquirido sensibilidade e uma melhor capacidade de compreensão das pessoas com quem estavam a trabalhar. Uma delas afirmava:

*‘A minha interação com o bairro e com o Moinho já realizada em cursos de formação anteriores foi uma mais-valia para poder ter posto em prática as atividades neste curso’ (reunião 15, avaliação dos formadores, síntese)*

O modo como são referidos os formandos e a sua relação com a aprendizagem contrasta com a situação anterior:

*‘O primeiro impacto foi na [formanda] D, A, J que foram sempre muito pontuais, comprometiam-se e faziam... A surpresa na aprendizagem foi do CB que estava perdido inicialmente. Tornou-se uma pessoa que fazia, pesquisava, colaborava, mostrava e sabia. Fiz uma manobra [nome técnico, impercetível] e outros exercícios e todos tinham aprendido. Até o L, fez e sabia’. (reunião 15, notas)*

Com efeito, mais do que relativo aos conteúdos, diversos testemunhos destes formadores denotam um ajuste, sobretudo em termos das metodologias. Conforme referia uma formadora: ‘Eu não estou habituada a trabalhar nestes moldes, trazia as coisas muito estruturadas’. Em função do formador o trabalho apelava, como referência, ao que se passa em família, no bairro e na Associação, ou saíam para visitas e atividades no exterior, por vezes com intervenção dos formandos (dinamização de ateliers, organização de evento, relação com a instituição a visitar, etc.).

No entanto, embora as reuniões tenham sido atravessadas pelas conversas sobre o que é formação e como trabalhar num contexto similar, procurando um distanciamento relativamente à forma escolar lassaliana, remetendo as metodologias e os conteúdos em

formas estanques e unidirecionais conforme tem sido sobejamente descrita, não parece igualmente haver um questionamento sobre os conteúdos formulados no decorrer do curso.

Retomando a lógica comunitária e a lógica administrativa e estatal, a partir dos conceitos de sociedade providência e de Estado providência, não é difícil perceber que parece prevalecer a lógica administrativa, com maior incidência para o trabalho desenvolvido na componente base.

Existe, à partida, uma estruturação pré-definida segundo uma linha administrativa e normalizante, que limita outras formas de agir, pela via profissional (tecnológica) como pela via escolar (de base), que conferem as respetivas certificações. Há indicações precisas sobre o modo como deve ser promovido e organizado o curso, oficiais, definidas juridicamente, pela Portaria n.º 230/2008 de 7 de Março, e pelos documentos *Referencial de formação* e do *Referencial de competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário*, que comportam orientações de âmbito curricular, apesar da possibilidade de o ‘ajustar a cada adulto e a cada grupo nos seus contextos de vida, valorizando as aprendizagens significativas para o projeto de vida de cada indivíduo, a partir do reconhecimento pessoal dessas aprendizagens’ (2006, DGFV: 20).

Isto é, ainda que haja menção à possibilidade de ajuste e de alteração em função do público, há um conjunto de invariantes – estrutura do curso, número de horas de formação de cada componente, fragmentação das áreas de conhecimento, etc. – que são consonantes com os conceitos de forma (pedagógica) e organização escolares, nomeadamente como ‘modo específico de organizar os espaços, os tempos, os agrupamentos de alunos e as modalidades de relação com o saber’ (Canário, 2005: 62).

A partir das questões que emergiam, a coordenação do curso procurou suscitar a reflexão e realizar pontes com recursos e modos de pensar com uma lógica de teor comunitário ou, pelo menos, aproximada ao modo de conceber a formação criada pela Associação: introdução de uma pessoa do bairro, como figura acompanhante do grupo que exercia um papel mediador, procurar pessoas experientes em determinadas áreas (como foi o caso da equipa do bilinguismo), de modo a suscitar a criação de soluções. Foram sugeridos recursos disponíveis no bairro e na Associação, como sejam as maquetas do bairro feitas por estudantes de arquitetura e a própria equipa de trabalho e discussão sobre a qualificação do bairro, eventos a realizar no bairro e fora, entre vários. Constaram-se erros nos documentos orientadores que poderiam servir de mote para a reformulação e adaptação curricular, como foi o caso das repetições temáticas nos referenciais.

Conforme consta no documento de candidatura:

*‘A utilização do Instrumento de Reconhecimento e Validação Competências Informais dos Funcionários Auxiliares da Área de Ação Educativa permite aos formandos participarem na reflexão e reconhecimento das suas competências (...) a formação está integrada no âmbito da Iniciativa ‘Bairros Críticos’ que promove uma intervenção integrada e inovadora em que um dos fatores principais é o envolvimento ativo da comunidade (formandos) na solução dos seus problemas/necessidades. A parceria ‘Bairros Críticos’ – Equal, permite incorporar e desenvolver atividades, na formação, relacionados com produtos inovadores. O projeto é desenvolvido em parceria, de referenciar a Escola D. João V, as associações locais e os parceiros dos projetos Equal. Em termos específicos, a realização de estágios profissionais (previsto nesta candidatura) no âmbito da metodologia de Emprego Apoiado, o instrumento RVC, a participação no desenvolvimento de Serviços de Proximidade.’*

Havia uma intenção inicial de integrar o curso num ‘território educativo’ que ultrapassasse o ‘território escolar’. Essa dimensão foi em parte realizada no âmbito da componente profissional, cujo tempo de trabalho (períodos diários de duas a quatro horas), possibilitava trabalhos diversificados no tipo e em espaços. A disponibilidade de alguns formadores e da coordenação tornou passível a participação em eventos em que os formandos puderam ser interventores ativos. Alguns formadores recorreram a espaços e materiais, em especial do Moinho, ou do seu conhecimento pessoal.

Na sua maioria, foram usos circunscritos também a casos pontuais de visitas ou de pequenas experimentações. No entanto, fazendo o cômputo geral, esta foi a componente que mais abordou o contexto de vida dos formandos, quer a nível dos percursos pessoais, quer a nível do contexto do bairro e do seu tecido social e institucional; e concomitantemente, foi igualmente aquela que mais abriu as portas do bairro, levando o grupo de formandos a visitar, conhecer e experimentar-se em atividades e junto de entidades de um espectro social, geográfico e institucional alargado.

No âmbito da componente escolar parece prevalecer um modelo que segue, segundo Guimarães (2013: 75) uma política de modernização e de educação para a conformidade social, isto é, de aposta na educação como um direito social, apostando numa lógica de serviço público, tendo igualmente como finalidade a formação mínima da mão-de-obra. Do ponto de vista pedagógico assume uma conceção de educação que contribui para a harmonização de valores e para a rigidificação das formas de compreender o mundo (Guimarães, 2013).

Desta forma, os formadores professores assumem-se como transmissores de um conhecimento que se pretende universal e neutro, marcado pela exterioridade relativamente àqueles a quem se dirige mesmo que na consciência de que não ‘lhes serão úteis’ como referia um dos professores. Há uma atitude, por parte dos formadores da componente de base, de negação de qualquer tipo de questionamento que não seja no sentido do reforço da escola, tornando óbvia e natural a ‘dissociação das situações de aprendizagem escolar das situações sociais em que elas se inscrevem’ (Canário, 2005: 168). O ensino oferecido é assumido como um bem em si mesmo, de que se é portador. A principal preocupação consiste em fazer uma aproximação ao ‘programa do 12º ano’.

Sanz Fernandez (2006), num livro sobre *As raízes históricas dos modelos atuais de educação de pessoas adultas* analisou o modo como se foi desenrolando a alfabetização. Entre outros aspetos, refere o facto do ensino da leitura que ter sido durante muito tempo separado do ensino da escrita, referindo um autor, Pablo Montesino, que em meados do século XIX se queixava que:

*‘os bons professores, mesmo sabendo que se pode e deve ensinar a ler e a escrever ao mesmo tempo, não o praticam nas escolas, continuando a fazer como se fazia no século XVII. Como consequência deste semi-analfabetismo as pessoas que só sabiam ler eram pessoas preparadas para receber mensagens codificadas literariamente por outros, mas não o estavam para produzir mensagens. Neste sentido a alfabetização leitora era dirigida a um coletivo muito mais recetivo do que criativo. [...] na educação de adultos há uma constante que se repete de maneira periódica: alfabetizar os adultos é ensinar o mínimo e alfabetizar é sobretudo aprender a soletrar textos académicos ou escrever listas e assinar.’ (p. 29)*

Pelo modo como a Escola assumiu este curso, parece manter-se esta ótica, ainda circunscrita à leitura.

Uma vez que o panorama da esfera socioeconómica prima pela escassez e precariedade dos empregos, e pese embora os esforços empreendidos pela instituição promotora, creio ser pertinente dizer que o curso analisado acaba por ser mais gerador de indicadores estatísticos que ajudam Portugal a obter níveis de qualificação mais consonantes com os padrões europeus. Como os restantes integrados na Iniciativa Novas Oportunidades, integram uma perspetiva vocacionalista que não é nova, surge no início da década de oitenta em simultâneo com o grande aumento dos níveis de desemprego:

*‘A educação profissionalizante cumpre, no quadro do sistema educativo, várias funções: sob a égide de um ensino mais prático, ela apresenta-se como uma oferta suficientemente atraente para um número elevado de jovens, permitindo-lhes fazer face à desvalorização dos diplomas; ao*

*manter durante mais tempo um maior número de jovens na escola, a educação profissionalizante contribui para diminuir as taxas de desemprego juvenil; ao ter currículos que só formalmente permitem o prosseguimento de estudos, ela contribui para manter controlada a base social de recrutamento do ensino superior [...] Num quadro de desemprego estrutural de massas, de precarização dos vínculos laborais, do refluxo das bases keynesianas do chamado Estado de Bem Estar, o aumento da concessão de diplomas constitui uma estratégia de manutenção da hegemonia e do controle social.’ (Canário, Alves, Cavaco e Marques, 2012: 10)*

## **Síntese**

Este capítulo pretendia apresentar o Moinho da Juventude na evolução e intervenção em múltiplos domínios. O texto divide-se em duas partes, uma primeira trata da Associação como um todo e foi elaborada com base na recolha documental, ainda que o conhecimento pessoal pela observação participante – ou de participação observante, para usar um conceito de Mirna Montenegro (2003) – tenha mediado a análise e descrição. A segunda parte foi dedicada à visibilização dos processos através de um olhar detalhado sobre o quotidiano de dois projetos que representam modos diferenciados de abordar a ação e a formação.

Da história da Associação pode verificar-se uma atividade significativa que articula as capacidades e o potencial de pessoas ou instituições, do bairro ou do exterior, para resolver problemas do bairro e ampliar a sua área de intervenção. Sobressai a criação das suas próprias ferramentas de intervenção, em especial a partir do trabalho conjunto com instituições pares (que também atuam ao nível da intervenção) e com universidades/grupos de investigação de Portugal ou do estrangeiro. Neste sentido, assume-se como pioneira na introdução a nível nacional de metodologias de trabalho e figuras profissionais. A atividade formal de formação assume relevância, não apenas para proporcionar a profissionalização de moradores da Cova da Moura que trabalham nesta casa ou noutros locais, como se propõe formadora no âmbito das novas profissões.

Os dois projetos observados evidenciam modalidades distintas de articular a formação e a ação, se é que se podem distinguir. No Cidadania Participativa a formação acontece intrinsecamente associada às tarefas a realizar e às propostas que vão surgindo, quer dos participantes da equipa, quer de voluntários. O carácter de pertinência relativamente aos objetivos do projeto corresponde ao principal critério, e o modo como foi estruturado o trabalho permite articular uma lógica endógena e comunitária, com uma lógica

administrativa.

Já o segundo projeto observado, o curso EFA de agentes de ação educativa, diverge substancialmente do anterior, seguindo uma estrutura estabelecida pelo Ministério da Educação. É dada primazia à condição social e pessoal do grupo dos formandos, trabalhada essencialmente pelos formadores da área tecnológica. Com os formadores da Escola, professores, o entendimento foi pautado por uma tensão que atravessou todo o curso, deparando-se com um fechamento por parte dos formadores-professores que apelavam para uma lógica de serviço público e de conformidade social.

Creio que um dos principais reparos que este levantamento permitiu fazer foi a dificuldade que é o trabalho quotidiano de instituições com lógicas tão diversas. Mas, diz-se na gíria da intervenção social, ‘são as pessoas que fazem os projetos’. Uma das conclusões que se retirou desta experiência foi a necessidade de ser o Moinho a fazer a selecção dos professores que se propusessem como formadores de cursos ulteriores, priorizando a sua atitude para com os formandos e o bairro.

## Capítulo 4

### Como se vive e aprende no Moinho da Juventude

O presente texto pretende dar conta do modo como as pessoas que trabalham na Associação Cultural Moinho da Juventude a perspetivam e como se perspetivam nela. Estabeleci quatro questões que pretendi ver respondidas através de um inquérito elaborado para o efeito e que se encontra em anexo. São elas:

- . como se integram, as pessoas que trabalham na Associação, na dinâmica associativa?
- . que representações têm sobre o Moinho da Juventude enquanto organização?
- . que trajetos formativos atravessam o seu envolvimento na dinâmica da Associação?
- . como perspetivam o bairro e como veem o lugar que a Associação nele ocupa?

Procurei ter em conta a abordagem de três dimensões: a Associação Moinho da Juventude (história, projeto e funcionamento); formação (momentos mais significativos, aprendizagens, pessoas interlocutoras); o bairro (ligação bairro-Associação e situação atual). Sobre esta última, foram introduzidas questões sobre a (re)qualificação, assunto que está (esteve) em processo há vários anos e que põe em causa a sua existência futura, pelo que considerei importante abarcar. As respostas ao inquérito foram realizadas, após um ensaio prévio, entre Abril e Agosto de 2012, perfazendo um total de 55 pessoas inquiridas e tentou abarcar a diversidade de pessoas e das suas formas de participação.

Para analisar os dados recolhidos, tive em atenção algumas distinções que pareceram mais relevantes. A primeira tem a ver com a relação de residência no bairro, distingui entre pessoas que ‘são do bairro’, reunindo aquelas que têm ou já tiveram a sua morada no bairro, e pessoas que são de ‘fora do bairro’, ou seja, aquelas que nunca aí viveram. Considerei importante atender à questão de género. E distingui a condição entre voluntários (pessoas que prestam apoio regular, a título gracioso), trabalhadores (aqueles que são remunerados pela tarefa que aí desempenham independentemente do tipo de vínculo, não interrogado), estagiários (sempre

que a atividade acontecia no âmbito de um estágio curricular académico), bem como a de investigador, cujo trabalho desenvolvido na Associação acontece no âmbito, ou a propósito, de uma pesquisa científica. Estes são elementos indicadores que ajudam a contextualizar e a ponderar o peso da sua expressão. Serão alvo de análise específica e mencionados sempre que tal se verifique pertinente. Também foi importante incluir entre o grupo das pessoas inquiridas algumas que assumissem cargos associativos. Foram recolhidos testemunhos de nove pessoas com estes cargos, todas morando ou já tendo morado no bairro, das quais duas fazem parte da direção.

O texto que se segue está repartido em quatro partes. A primeira diz respeito à caracterização das pessoas que responderam. Em todo o texto, a partir da segunda parte, se procura analisar os relatos que as pessoas deram no inquérito. Estruturado a partir do modo como o inquérito foi pensado, inicia-se com a apresentação das pessoas inquiridas, após o que se segue uma análise relativa aos temas: Associação; atividade no Moinho e formação; Cova da Moura.

## **As pessoas que fazem a Associação**

### **Ser ou não do bairro**

Das 55 pessoas inquiridas, 35 são do bairro e 20 nunca lá viveram. De entre as que moram ou moraram no bairro, a sua ligação a este parece de uma grande consistência. Com efeito, as três pessoas que têm estadias mais curtas são três homens, por motivos pessoais diversos: Júlio, um jovem crescido na grande Lisboa que, ainda adolescente, fugiu de casa e após um período de vida na rua, veio ‘parar’ ao bairro com 15 anos, onde vive desde 2004; o Ermelindo, em trajeto de imigração que no início da sua estadia em Portugal viveu em vários lugares, tendo estabilizado durante cinco anos no bairro. Trazia já o hábito de dinamizar a juventude em torno de eventos musicais e da expressão plástica, que desenvolveu além das outras atividades que mantém até hoje na Associação, mesmo já não morando no bairro há cerca de oito anos. Finalmente o Renato, português ‘branco’, veio morar para o bairro em 2011 por escolha de um ambiente mais informal e humanizado, em oposição aos prédios, que considera estarem cheios de regras e onde predomina o anonimato.



As restantes pessoas deste grupo têm uma residência mínima de treze anos<sup>13</sup>, o que aponta para uma relação profunda e duradoura com o bairro, que é mantida por via dos laços criados, na sua maioria por consanguinidade. Excetuando cinco pessoas, a larga maioria do grupo das pessoas com relação de residência atual ou passada no bairro referem ter familiares diretos de várias gerações: filhos, tios, primos, irmãos, pais, netos. Como a imigração se faz por via da pessoa individualmente ou com o cônjuge e filhos, a mudança de residência, em família nuclear, está na origem de deixarem de ter familiares no bairro; a emigração dos filhos, caso recorrente, é outro motivo da ausência de família no bairro. No entanto, estas referem os laços com outras pessoas do bairro, que se mantêm mesmo após terem mudado de habitação. Outras apontam a casa que seus pais construíram e que é/será deles. Guardam, assim, uma relação à Cova da Moura ancorada num património herdado que além de afetivo, também é físico.

Quero ressaltar que entre as pessoas do bairro inquiridas, há três pessoas que são ‘brancas’: uma das mais antigas moradoras do bairro, Eliana, que veio do interior norte de Portugal, que integrou o grupo de portugueses que vieram na vaga do êxodo rural para as cidades e estrearam este, como tantos outros bairros autoconstruídos; o Renato, o morador mais recente já referido, e a Rosa que tendo vivido e criado família num ambiente socioeconomicamente favorecido, veio mais tarde a encontrar-se em Cabo Verde com o povo e a cultura daquele país, onde encontrou aquele que é hoje seu marido. Ao regressar a Portugal, em 1998, Rosa foi morar com este novo amor, na Cova da Moura e continuar o trabalho com as crianças caboverdianas, iniciado naquele país.

## Género e idade

O estudo abarcou pessoas dentro do leque de idades que vai, exatamente, dos 20 aos 69 anos. Conforme se pode ver na tabela 1, a maioria das pessoas são mulheres, os homens correspondendo a pouco mais do que um terço de todos os inquiridos, proporção curiosamente parecida quer se trate das pessoas com ou sem relação de residência com o bairro. A relação está de acordo com a feminização dos trabalhos nas áreas sociais, embora haja ali a preocupação em incluir os dois géneros, a que não será alheio o facto de ter inquirido a taxa relevante de um terço de homens. Já quanto às idades, também se nota uma

---

<sup>13</sup> Das pessoas que já não moram no bairro, nove não referiram quando saíram. No entanto, cremos que os dados não se afastarão das restantes.

certa homogeneidade entre os dois grupos, na medida em que predominam as pessoas com idades inferiores a 40 anos. Estamos, portanto, perante um grupo jovem, provavelmente associado a uma ainda recente (desde os anos 90) exigência regulamentar de atribuir determinadas tarefas profissionais a pessoas certificadas para o efeito, ou com níveis de escolaridade mínimos.

Nota-se igualmente que de entre as seis pessoas com cargos associativos que se disponibilizaram para responder ao inquérito, também três são de idade inferior a 40 anos. Quando foram aplicados os inquéritos, tinham acontecido eleições para a nova direção, que fizeram entrar novos e jovens elementos do bairro.

Não estão assinalados três elementos que indicaram ser suplentes. São de diferentes faixas etárias e esta condição, sinaliza a sua potencial disponibilidade para assumir outras funções, caso seja necessário.

idades	35 'do bairro'		20 de 'fora do bairro'		total
	mulheres	homens	mulheres	homens	
20-29	4 (1)	5 (1)	4	4	<b>17 (2)</b>
30-39	7	5 (1)	3		<b>15 (1)</b>
40-49	5 (1)		4	1	<b>10 (1)</b>
50-59	3 (1)	1		2	<b>6 (1)</b>
60-69	2	2	2		<b>6</b>
NS	1 (1)				<b>1 (1)</b>
Total	22	13	13	7	<b>55</b>

Tabela 1 – distribuição das pessoas inquiridas por género e por idade.  
Entre parêntesis estão contabilizadas as pessoas com cargos associativos.

#### Habilitações escolares e académicas

Pela tabela 2 percebemos que há uma aposta significativa numa qualificação ao nível universitário das novas gerações. Da população 'do bairro', dez têm no mínimo frequência universitária, cinco dos quais estão atualmente a estudar, acumulando os seus estudos com a sua atividade na Associação (uma delas é voluntária, os outros trabalham e estudam).

escolaridade	35 inquiridos 'do bairro'		20 inquiridos de 'fora do bairro'		total
	mulheres	homens	mulheres	homens	
nenhuma	1				<b>1</b>
até 4º ano	4	2			<b>6</b>
até 9º ano	8 (2)	5		1	<b>13 (2)</b>
até 12º ano	3 (1)	2 (1)	2	1	<b>8 (2)</b>
frequência universitária	2	1		2	<b>5</b>
licenciatura	4 (1)		7	2	<b>13 (1)</b>
mestrando/a	1	2 (1)	1		<b>4 (1)</b>
mestrado			1	1	<b>2</b>
doutoramento			2		<b>2</b>
Total	23	12	13	7	<b>55</b>

Tabela 2 – distribuição das pessoas inquiridas por género e por escolaridade.

Entre parêntesis estão contabilizadas as pessoas com cargos associativos.

Nos cursos escolhidos predominam, em ambos os grupos com ou sem ligação de residência com o bairro, os relacionados com intervenção social, por vezes explicitamente em contextos de vulnerabilidade: serviço social, intervenção social, reabilitação e inserção social, desenvolvimento social, psicologia forense e da exclusão social; outros remetem para a instituição educativa: ensino básico, educação de infância, ensino especial; finalmente aparece um leque de cursos em áreas diversas das humanidades e ciências sociais como sejam: filosofia, comunicação e cultura, gestão, arquitetura, economia, política social. Não será de estranhar que, entre aqueles que 'não são do bairro' predominem as habilitações de nível universitário. Tal corresponde, em grande medida, às exigências regulamentadas de profissionais com aquele grau de certificação para poderem desempenhar determinadas funções.

Várias pessoas mencionam o Moinho no apoio à escolaridade em idade adulta, que ocorre quer através do encaminhamento e informação sobre as escolas e datas em que se podem inscrever, bem como através da promoção de cursos com componente escolar. Em especial, todos os anos se realiza o curso de alfabetização. Recorde-se, nomeadamente, que muitas pessoas vieram de Cabo Verde sem nenhuma ou com uma parca escolaridade. No âmbito de uma oficina com jovens do bairro efetuou-se uma recolha de testemunhos de vida a pessoas emblemáticas, entre os primeiros habitantes. Foi um trabalho desenvolvido em 2006 no âmbito do projeto Sabura – projeto de valorização e promoção do património cultural do bairro. De entre os catorze testemunhos, a larga maioria tinha uma escolaridade em geral até

à 4ª classe. Faz então sentido o testemunho de Lucinda, aquando do inquérito: ‘quando fiz a 4ª classe [no Moinho] fiquei muito contente. Ajudaram-me. Eu tinha lutado tanto em Cabo Verde e não tinha conseguido’.

### Trabalho prestado

Todas as pessoas inquiridas são prestadoras de um trabalho à Associação com regularidade, pelo menos semanal. Se de entre as pessoas ‘do bairro’, a sua prestação se faz na condição de voluntário ou remunerado, é nas pessoas que não são do bairro que a dispersão se faz notar. As três mulheres voluntárias deste grupo apresentam situações muito diferentes entre si: a Anne Marie iniciou ainda nos anos 80 a sua colaboração voluntária na Associação, passou vários anos em situação remunerada e voltou, já reformada, a prestar voluntariamente apoio. A Elisa veio, por amizade, substituir uma pessoa doente num trabalho de catalogação bibliográfica, após o que decidiu prolongar e ampliar a sua participação que lhe ocupa atualmente dois dias semanais. Finalmente a Eunice, tendo conhecido há vários anos este bairro e esta Associação por ter vindo emprestar panos típicos de Cabo Verde, onde vive, resolveu oferecer um pouco do seu tempo no apoio pós-escolar às crianças, uma vez que está em Portugal para tratamento médico e sabendo que tal lhe faz bem.

Entre as pessoas do bairro, o voluntariado parece entrar numa lógica de troca, não sujeita a uma contabilização, mas tratando-se mais de um modo de relacionamento. É o caso, por exemplo, de Moisés que, reformado, foi fazer um curso profissional no âmbito do qual teve de fazer um estágio na área de informática. Escolheu o Moinho que não conhecia, mas era perto da sua casa. O estágio deu-lhe a conhecer esta casa de que gostou e onde encontrou um lugar para continuar a dar apoio em informática.

	35 inquiridos ‘do bairro’		20 inquiridos de ‘fora do bairro’		total
	mulheres	homens	mulheres	homens	
voluntário/a	2	5	3		<b>10</b>
trabalhador/a remunerado	20 (4)	8 (2)	9	4	<b>41 (6)</b>
estagiário/a				3	<b>3</b>
investigadora			1		<b>1</b>
total	22	13	13	7	<b>55</b>

Tabela 3 – distribuição das pessoas inquiridas por género e por condição na Associação.

Entre parêntesis estão contabilizadas as pessoas com cargos associativos.

#### Ser membro

Tal como referido acima, alguns mencionam que são, ou que familiares seus foram, membros fundadores. Noutros, desta geração que esteve na base da criação do Moinho, ser membro, enquanto condição formal, torna-se secundária. Algumas não se lembram se são, ou nem se lembram a que corresponde essa designação (Berta, por exemplo). Para os mais novos a situação é diferente, parecendo ter a noção clara de quando se tornaram membros, que normalmente corresponde ao momento em que se inserem numa atividade formalizada da Associação, enquanto formandos de um curso ou quando estabelecem um vínculo laboral. Tal acontece normalmente, mas não sempre, após um vasto percurso de ‘frequência’ de atividades no Moinho, em que por vezes assumem papéis de liderança. O trajeto de participação no Moinho irá ser desenvolvido posteriormente.

No grupo dos de ‘fora do bairro’ apenas 5 são membros. Destes, dois são-no desde que iniciaram a sua atividade voluntária do Moinho, no período inicial da sua história, anos 80 e início dos anos 90. As restantes três membros (mulheres) inscreveram-se no momento em que iniciaram um desempenho profissional específico, o que faz interrogar se assumiram a sua nova função numa perspetiva que além da profissional comporta uma dose de militância associativa.

#### Ligação em família à Associação

Os laços familiares à Associação merecem um destaque. Foi perguntado às pessoas se algum familiar frequenta atividades do Moinho. Apenas sete pessoas, das trinta e cinco que moram ou moraram no bairro, disseram que nenhum familiar frequenta atividades no Moinho, um deles tendo acrescentado ‘Já não’ (Nuno). Embora não tivesse desenvolvido, creio que terá a ver com a idade dos familiares, pois entre as atividades mais mencionadas estão as de apoio à infância, juventude, mas também aos idosos – que vão da creche (para bebés), ao apoio escolar (*Bem passa ku nós*, para jovens adolescentes em 2º e 3º ciclo), seguidas de outras como desporto, teatro, dança, música, grupo de batuque ou grupo do Kola *San Jon*, Espaço Intergeracional. A morada atual fora do bairro, associada à ausência de familiares ali

residentes, também pode afastar os seus familiares da frequência da Associação. Por outro lado, este 'Já não' do Nuno remete para uma situação em que houve, tal como poderá haver futuramente, procura de atividades desenvolvidas no Moinho da Juventude, conforme testemunham sobretudo jovens adultos que falam em 'oportunidades que surgem' (Filipa). Por contraste, nenhum inquirido não morador do bairro afirmou frequentar qualquer atividade. Nota-se, então, uma grande ancoragem da Associação no bairro. Pelos inquéritos obtidos, as pessoas que promovem a Associação têm, na sua larga maioria, familiares a quem são dirigidas as atividades.

A própria promoção no Moinho parece assimilar-se a um ato familiar. Apesar de os discursos serem muito individualizados, cada pessoa conta o seu envolvimento com o Moinho da Juventude sem fazer referência a familiares também ligados a esta casa, excetuando um ou outro caso em que assinalam que os pais participaram na sua construção ou que já eram membros. No entanto, quer quando mencionam outros familiares que frequentam o Moinho, quer por ocasião de algum relato de um momento específico, notam-se fortes ligações familiares dentro da Associação. Entre as 55 inquiridas, 12 pessoas afirmaram ter familiares que assumem alguma responsabilidade, prestam algum trabalho, independentemente de serem ou não remunerados, no momento em que foram auscultadas. Estes foram ditos espontâneos ou, em alguns casos, são informações do conhecimento prévio da investigadora. Apesar de não ter sido introduzida uma pergunta sobre a dimensão familiar na implicação com a Associação, há situações em que a ligação ao Moinho parece dar continuidade a um gesto que já foi de familiares entretanto idosos ou falecidos.

## **A Associação Cultural Moinho da Juventude**

### **Construir e construir-se (n)a Associação**

Através das respostas à pergunta sobre o modo como iniciou a sua participação no Moinho da Juventude, atravessamos praticamente toda a história desta casa, conforme se pode ver na tabela 4, que se segue.

Obras mais significativas (mencionadas nos trajetos pessoais)		
Anos 80	Anos 90	Anos 2000
<p>Grupo de batuque: batuque espontâneo na fila da bica de água</p> <p>biblioteca</p> <p>primeira sede</p> <p>compra e reconstrução da segunda sede</p> <p>‘atividades no bairro’</p> <p>1ªs equipas de futebol e dança</p>	<p>Núcleo de jovens: jovens responsáveis intercâmbios 1º grupo de RAP intercâmbios</p> <p>Desporto: grupo de basquete grupos de futebol (masculino e feminino)</p> <p>Cursos de formação: Mediadores interculturais economia de bairro mães adolescentes</p> <p>Grupo do Kola <i>San Jon</i></p>	<p>Creche familiar Berçário</p> <p>Estúdio de música e criação de cd’s</p> <p>Dança: Wonderfull KovaM Criação e participação em filmes</p> <p>Biblioteca muda de ‘mãos’</p> <p>Centro Intergeracional de apoio a Idosos</p> <p>Cursos de formação: Agentes de interligação, Peritos de Experiência</p> <p>Bairros Críticos (processo de qualificação)</p>

Tabela 4 – etapas da vida da Associação em que participaram as pessoas inquiridas.

Há pessoas que estão presentes nesta história desde os primeiros encontros, por exemplo, musicais: o grupo de batuque teve início espontaneamente enquanto as mulheres esperavam na fila da bica de água, antes sequer de se pensar em criar a Associação. Várias destas pessoas são ainda hoje participantes assíduas e ativas:

*‘No início foi duro porque no começo a Junta de Freguesia tinha oferecido uma sede na rua de S. Tomé. Depois fecharam a sala [...]. Fomos à Junta de Freguesia muitas vezes mas não nos queriam receber. Mas com a Lieve que é mulher batalhadora, comprámos esta barraquinha. Não havia nada. Com todos a ajudar um bocadinho... uns davam 500 escudos, uns davam comida, outros mão-de-obra... cada um levava um prato para comer e um banquinho para sentar. Por isso falamos do djunta mon’ (Lucinda).*

*‘Antes eu trabalhava aqui na construção... Esta casa aqui fui eu que construí desde a primeira pedra. Quando era preciso ajudar na construção do Moinho, também cá estava. Quando se começou a fazer a festa do S. João [Kola San Jon] é que passei a frequentar mais o Moinho. Conheço o Moinho de alto a baixo. Ia ajudando. Não recebia nada! Era outra época. Hoje o Moinho tem-me apoiado bastante.’ (Tomé).*

*‘O batuque veio desde o início. Algumas pessoas entretanto já morreram. Passámos mal para construir o Moinho. Fizemos espetáculos e o dinheiro era todo para ajudar a construir a Associação’ (Berta).*

*‘Iniciei a minha participação em 1988 ainda na rua de São Tomé e Príncipe antes de ser oficialmente uma IPSS. Fiz parte da direção e trabalhei durante dez meses, como OTJ [programa de Ocupação Temporária de Jovens]. Regressei em 1992 como monitora do ATL [atelier de tempos livres]’ (Neuza).*

A participação e o envolvimento que tiveram foram diversos. Depreendemos destes relatos que a Lucinda se envolveu na edificação da Associação de forma global, participando de reuniões, tomadas de decisão e outros e, claro, na construção do próprio edifício. Já Tomé parece ter estado mais envolvido no processo de construção, num processo de entreajuda coletiva, o *djunta mon*.

Mas de entre os ‘primeiros’ também se contam dois que são de fora do bairro, e que:

*‘Com voluntariado, primeiro através do conhecimento da Lieve e do Eduardo. Um voluntariado pontual no verão, em férias com um grupo de estudantes. Depois entrei no curso do Horizon<sup>14</sup>, no primeiro projeto financiado. Construiu-se o espaço jovem, havia muita formação na área da construção civil.’ (Jorge)*

*‘Pela amizade com a Lieve, fui conhecendo o bairro, as primeiras atividades da Associação nas quais pouco a pouco me fui integrando, assumindo cada vez mais responsabilidades na área da formação’ (Anne Marie)*

Se Anne Marie afirma, com orgulho, que está entre os primeiros membros da Associação, outros têm uma presença tão consistente nas atividades que nem se lembram se são ou não membros. Entre os mais novos, vários referem, com naturalidade que os pais eram ou são

---

<sup>14</sup> Programa da Comunidade Económica Europeia, como era então designada a União Europeia, que financiava projetos de formação profissional e escolar para jovens.



membros, que ajudaram a construir a Associação ou que participaram nas primeiras atividades.

Também há testemunhos de participação infantil e juvenil, do início dos anos 80. Desde logo porque não havia outro tipo de apoio à infância que não a escola neste bairro. O Ângelo comenta:

*‘Sem a Associação, não sei como é que isto estava, andávamos pé no chão [descalços], os nossos pais iam trabalhar e nós ficávamos por aqui largados. Só quem não mora aqui é que não sabe o que isso é porque o pessoal todo da minha idade e mais novos andámos todos aqui na Associação. Quem é que ia nos agarrar?’*

e conta a sua história pessoal:

*‘O Moinho era lá na minha rua, tinha um espacinho muito pequenino. Nós é que demos o nome de ‘Ninho de Jovens’. Sabíamos que era o Moinho mas queríamos dar um outro nome, mais nosso. Trabalhei lá, pinte, dei todo o contributo. Esteve fechado, depois tornaram a abrir. Eu vi a porta aberta e fui lá espreitar. Estavam duas monitoras a limpar e fiquei logo a ajudar a limpar’. (Ângelo)*

Noutra ocasião que não a do inquérito, o Ângelo comentava a história do bairro e da Associação: ‘todos aqui no bairro já deram o seu contributo para esta casa, todos já deram aqui a mão. Todas as pessoas já puseram do seu trabalho’ (notas e conversas, nov 2011).

Várias contam que em crianças participavam nas ‘atividades no bairro’, na biblioteca, no futebol: ‘[comecei em 1984] era voluntária na biblioteca’ (Ivone). Ou, por exemplo o Carlos conta como se iniciou a sua participação no Moinho: ‘Desde os meus 6 anos joguei à bola e dancei’ e, mais adiante na conversa, completa: ‘Eu ajudei o Moinho a conquistar as taças e a ser conhecido por mérito.’ Nesta afirmação ele inscreve-se na história desta Associação de uma forma ativa e não como mero ‘beneficiário’. Aliás, esta afirmação é feita num momento em que ele explica o espírito de ajuda mútua: ele explica que foi ajudado pelo Moinho num momento mais recente da sua vida, mas apresenta-o como um processo natural de intercâmbio, tal como ele ajudou há uns anos o Moinho a criar um lugar de reconhecimento.

## **Criar ou estrear**

Aparecem também testemunhos que denotam a estreia ou até mesmo a criação de uma dada atividade, como a Patrícia que conta com alegria que ‘Comecei no grupo de jovens adolescentes, com o primeiro grupo de dança e primeiro grupo de jovens e primeiro grupo de jovens a fazer intercâmbio. Tínhamos 15 ou 16 anos’. Ou a Laura, que diz ‘comecei a frequentar a Associação quando o Moinho abriu a sala de jardim-de-infância e a minha filha entrou nesse ano para uma sala do jardim de infância’.

O Telmo, por outro lado, conta a sua entrada no Moinho, em que sobressai a criação: ‘Com o basquete. Tínhamos um grupo e viemos falar com o Jacinto. Como eu era o mais velho, fiquei o responsável.’ Desde então, o Telmo tem vindo a promover o basquete, é treinador dos jovens, levando já no Moinho cerca de 10 anos (intercalados) desta atividade em regime de voluntariado, de que é coordenador geral. Formou-se e tem trabalhado na área da educação e da mediação, mas frequenta atualmente a universidade para aprofundar ‘Gestão do Desporto’.

Também é o caso do Ermelindo que se iniciou com ‘a participação num grupo de RAP. Era responsável do grupo até 1998, quando mudei [de casa para outro bairro]. Em 2003/2004 vim para trabalhar. Fui falar com a Lieve. Eu estava a fazer um curso de web design com o Emprego Apoiado, fiz 4 meses de estágio num bairro com população cigana. Em Setembro de 2003 fui para essa formação em contexto de trabalho. E em Janeiro de 2004, com o Edy e o Jorge, reconstruímos a sala. Foi preciso tirar a parede do meio, partimos outra parede e começámos a montar a sala de informática, com o Miguel. Eu vim abrir a sala de informática [de que é responsável e formador, até hoje]’.

Tal como o Carlos que ajudou o Moinho ganhando taças no futebol, e a Ivone que mesmo falando de quando era ainda criança conta que iniciou a sua participação em 1984, como voluntária na biblioteca, o relato sobre como se ‘inicia a participação no Moinho’ reporta-se a um momento em que há uma escolha pessoal, normalmente associada a uma tarefa que se leva a cabo e que se desempenha com alguma responsabilidade. É a iniciativa pessoal que sobressai: ‘em 2004 fiz um estágio profissional de auxiliar de ação educativa [no quadro de um curso realizado numa escola profissional] e desde aí fiquei sempre ligada’ (Cláudia); ‘treinava jovens com uma equipa de futebol em trabalho voluntário’ (David).

### **‘Percurso todo’ (ou parte) no Moinho**

O Nuno utilizou uma noção que transparece no relato de outras pessoas inquiridas. Ao interrogá-lo sobre o modo como se iniciou a sua participação no Moinho da Juventude, ele respondeu: ‘Fiz o percurso todo: estive no jardim-de-infância, no ATL, no desporto, fiz voluntariado (no secretariado), agora sou estagiário profissional pelo IEFP e ... [gostaria de ficar a trabalhar]’.

Com efeito, muitas das pessoas inquiridas iniciaram o seu percurso no Moinho enquanto crianças ou jovens, nomeadamente durante o período escolar, no ATL (hoje CATL) e apoio escolar, dando jus ao que Ângelo referia, sobre o facto de todas as crianças e jovens do bairro terem ‘andado no Moinho’. Algumas terão frequentado também o jardim-de-infância, outras terão frequentado atividades desportivas ou culturais (música ou dança). Mas não será por acaso que é o Nuno e não outros a mencionar esta noção ‘fazer o percurso todo’. Entre o primeiro momento de participação enquanto criança e/ou jovem, parece haver um período em que se ‘sai’ do Moinho que pode durar vários anos. O regresso acontece já na condição de um sujeito ativo, no quadro de uma escolha pessoal, mesmo que ainda em início ou procura de uma via profissional.

Ser utente ou ser responsável parecem muitas vezes confundir-se. A prática e necessidade de distribuir tarefas e responsabilidade nos mais jovens fazem com que estes, mesmo quando são ‘utentes’, considerem essa etapa na sua participação:

*‘Foi durante o 8º ou 9º ano que vim para o apoio escolar. Começaram logo a pedir para dar apoio aos monitores. Faziam com que passasse a jovem responsável. Tinha apoio mas também dava apoio e ajudava nas tarefas.’ (Sandra).*

Por vezes, é só ao longo da conversa que se percebe ter havido uma presença anterior, enquanto ainda ‘apenas’ se frequentava. E não é raro que esta menção a um percurso anterior se faça na constatação de que alguns colegas de trabalho atuais foram em tempos suas ou seus educadores, treinadores, formadores:

*‘... agora já conheço muita gente. A Helena, a Neuza, a Márcia, a Vera foram minhas monitoras’ (Sofia)*

### **Trajeto curso-trabalho e voluntariado**

Não é de desprezar o número de pessoas cujo trajeto de envolvimento na vida da Associação se dá com um curso profissionalizante promovido pela própria Associação que posteriormente

tem continuidade num trabalho remunerado na mesma instituição. Entre as inquiridas, sete pessoas tiveram um trajeto destes, das quais seis são ‘do bairro’.

Para quem não é do bairro, os trajetos de entrada dominantes oscilam entre o iniciar diretamente com um trabalho remunerado ou por via do voluntariado que se pode enquadrar ou não no âmbito de um estágio curricular. Isto é, houve duas pessoas que se ‘estrearam’ nesta situação, mas duas outras iniciaram-se através de um voluntariado proposto por um professor universitário.

O voluntariado é, aliás, uma importante porta de entrada, encontrando-se entre nove inquiridos do grupo dos que nunca viveram no bairro. De entre as 35 pessoas ‘do bairro’, 21 fazem ou fizeram trabalho de prestação voluntária.

### **Tempo de permanência ou ligação**

Como se pode depreender pelo que foi referido, a ligação a esta casa é significativa, para a larga maioria das pessoas ‘do bairro’ com um período superior a 6 anos. De entre as 35 pessoas inquiridas deste grupo, dez têm uma ligação que remonta ao período inicial da sua criação, durante os anos 80. A sua ligação era então de voluntariado ou de ‘frequência’ das atividades, estas últimas sobretudo enquanto crianças. Dez outras pessoas têm perto de 10 anos de trabalho nesta casa, independentemente do tipo de vínculo em que acontece; seis pessoas têm até cinco anos de ligação e três têm até um ano de prestação. Pode por isso dizer-se que se nota uma significativa estabilidade na prestação das pessoas do bairro para assegurar o trabalho desenvolvido na Associação. No entanto, parece haver uma entrada frequente de pessoas, nomeadamente através de estágios ou voluntariado.

Para quem não é do bairro, a situação inverte-se. Independentemente do modo como iniciaram o seu envolvimento nesta casa. O tempo de permanência predominante está entre os três e seis anos (acontece com sete pessoas). Quatro pessoas mantêm uma ligação igual ou superior a dez anos, das quais duas se iniciaram no ano 2000 e para as duas outras data dos princípios da Associação. Há também um grupo considerável, com presença inferior a dois anos, em que se encontram nove pessoas.

### **O que é a Associação**

O que é a Associação: é muito!

Através das duas perguntas: ‘O que é para si mais importante na Associação? Explique’; e ‘Qual é, na sua perspetiva, o projeto da Associação?’ procurei conhecer que representação têm estas pessoas acerca do Moinho da Juventude. Como o concebem? Algumas expressões, referências e conceitos são recorrentes nas respostas obtidas. Em primeiro lugar, um uso frequente de palavras como ‘tudo’ ou ‘muito’, como que para referir a abrangência daquilo que tem significado, do que é mais importante. Num primeiro momento de resposta, várias pessoas revelam, antes de mais, amplitude:

*‘Todo o trabalho. (...) É muito grande!’ (Eliana)*

*‘É muito!’ (Salvador)*

*‘Há muitas atividades e há sempre lugar para encaixar. Há apoio para tudo e não se vê, eu antes de conhecer não fazia ideia.’ (Anabela)*

*‘Tudo! O apoio à comunidade em tudo. A Associação é tudo. É importante tudo o que já fizeram para o pessoal daqui da comunidade e para quem não é daqui. E está à vista, vê-se’. (Ângelo)*

*‘Tudo o que está dentro do conteúdo do Moinho, porque esta Associação é algo do coração dos cabo-verdianos, dos habitantes da Cova da Moura em geral de todas as gerações. O que está à vista está à vista. Não conheço outra Associação com tantas vertentes como aqui. E pela maneira como trabalha’. (Teodoro)*

A atribuição de valor remete para uma primeira impossibilidade em definir patamares de importância pela força, pela densidade, pelo volume. Estas expressões, ao serem desenvolvidas, revelam uma surpresa em perceber a multitudine de áreas, trabalhos, de que se ocupa a Associação. Há um espanto ao observar-se a dimensão e quantidade da abrangência, conforme revelam os ditos: ‘muitas atividades’; ‘tantas vertentes’; ‘dá apoio em tudo’ ... outras remetem para o leque de abrangência: ‘dos bebés aos idosos’.

Nas respostas transcritas, tal indica o impacto pessoal sentido na vida de cada uma destas pessoas. Elas referem o trabalho – ‘ajuda’, ‘apoia’, ‘atende’ – com tantos, mas contam igualmente como a ‘entrada’ para o Moinho da Juventude lhes alterou o curso da vida.

Finalmente, o desenvolvimento destas expressões amplas também remetem para elementos de carácter mais qualitativo, a aprofundar adiante, e que definem a ‘maneira de trabalhar’ (Teodoro), como sejam a disponibilidade/oportunidade: ‘Há muitas atividades e há sempre lugar para encaixar’; a visibilidade e reconhecimento que afirmam Teodoro e Ângelo: ‘E está à vista, vê-se’; a dimensão cultural e identitária ‘esta Associação é algo do coração dos caboverdianos, dos habitantes da Cova da Moura em geral de todas as gerações’ e, finalmente, o modo como os profissionais se relacionam entre si: ‘repare na proximidade entre as pessoas que não parecem colegas, mas familiares’ (Teodoro). Esta ‘maneira de trabalhar’ é um dos elementos que mais se salienta em toda a entrevista e que nos poderão dar pistas sobre a própria construção da Associação.

O que é a Associação: ‘Para mim foi uma mais-valia’

A estas primeiras respostas ao significado que atribuem à Associação, não pode ficar alheio o facto de ali terem encontrado um espaço onde dar um rumo diferente às suas vidas pessoais. Outras responderam a esta questão afirmando desde logo o impacto pessoal:

*Aprendi muito com a Associação. Tive o emprego que gostava, tenho aprendido muito com as pessoas, com as crianças. Tem-me ajudado muito, não só a mim mas a muita gente. (Lúcia)*

*Gostei do apoio e da atenção que eles deram. Mostraram-me outros caminhos e que ainda há tempo para fazer coisas boas. Eu estava na parte do stand by. (Júlio)*

Retomarei as pessoas citadas acima que, apesar das suas histórias muito distintas entre si, têm em comum este facto de terem alterado as suas perspetivas de vida através do Moinho da Juventude.

**Elisa:** Elisa mora no bairro há trinta e quatro anos. Veio ainda criança de uma aldeia do norte de Portugal, como outros que vinham procurar a sua sorte na cidade. Mora numa casa construída pela sua família e sempre trabalhou fora do bairro, pouco convivendo com a população que ia aumentando, em especial a vizinhança oriunda dos países africanos. Em 2000 frequentou um curso de auxiliar de ação educativa promovida pelo Moinho da Juventude. Iniciava-se então um projeto no Moinho de apoio e formação de amas do bairro. Em 2005 tornou-se ama, no âmbito deste projeto agora chamado Creche Familiar. Desde então passou a conviver com as pessoas do bairro, quer pela equipa de trabalho que integra, quer pelas famílias de cujas crianças cuida.

*[a Associação] É muito grande, para mim foi uma mais-valia. Além de começar com pequeninos, também ajuda toda a gente. Aqueles que fazem asneira são mais ajudados e tornam-se grandes homens. (Elisa)*

**Salvador:** É um jovem senegalês de vinte e um anos, chegado há pouco tempo a Portugal onde veio encontrar o seu pai que já havia vindo há vários anos. Procurava o que fazer, trabalhos na construção civil ou na distribuição de publicidade. Não conhecia a Cova da Moura, até um colega do grupo de basquete, morador da Cova da Moura, o aconselhar a ir ao Gabinete de Inserção Profissional do Moinho. Foi aí que lhe propuseram um estágio profissional para fazer acompanhamento de crianças no Moinho. Abriu-se uma nova possibilidade que está a conhecer e que adorou. É também uma experiência a nível afetivo, pelo contexto que foi encontrar no bairro e na Associação:

*‘Como eu não estou cá com a minha mãe ou as minhas irmãs, foi a melhor coisa que me aconteceu. Parece que somos todos da mesma família!’*

**Anabela:** Anabela tem quarenta anos e não conhecia o bairro até, em 2009, vir fazer o curso de Agentes de Interligação na área da violência doméstica. Tem o 12º ano e é encarregada de refeitório. Através deste curso estagiou no projeto Cidadania Participativa, participando como ‘técnica de experiência’. Terminado o curso, manteve-se na equipa do projeto até que foi convidada a fazer a coordenação do projeto com outra colega. Continua a ser encarregada de refeitório, que articula ao final do dia com a coordenação do projeto. Conta como até a nível pessoal se transformou:

*‘Estou melhor como pessoa desde que estou no Moinho. Sou fechada e comecei a libertar-me. Uma vez vim a um jantar do meu cunhado no Coqueiro [um restaurante no bairro] e a minha irmã ficou espantada porque eu costumava ser fechada, ficar no meu canto caladinha, e ali vi-me sempre a falar com toda a gente. Ficou espantada!’*

**Ângelo:** Ângelo cresceu no bairro e conhece as pessoas que foram participando na construção dos vários espaços do Moinho. Fala nelas recorrentemente. Tem trinta e três anos e terminou recentemente o 9º ano. Conta que em criança ajudava na pintura do espaço e participava nas atividades do Moinho, como era usual com as crianças. Hoje insiste em afirmar que o Moinho é uma porta aberta e fala no apoio que lhe deu após um período avesso da sua vida:

*‘Já passei por muitas experiências na vida. [a vida] Ensinou-me que as coisas não são sempre como a pessoa pensa. Quando és novo, és influenciado. Depois começa-se a ver que não deu certo, deu errado. Já estive no faroeste, já sei que aquilo é mau. E sabes que vai chegar a um ponto em*

*que rebenta. É melhor ir embora logo. Eu estava na flor da idade, nos arreENTOS e fui logo 'dentro'... E é tudo mau, para ele, para os familiares diretos e indiretos... é tudo mau. Graças a Deus meti lá os pés mas saí logo. Não compensa. Com os anos de vida vamos vendo, já não sou nenhuma criança. Estou a fazer o que gosto: não se passa nada e afinal já passou o dia 'na descontra', sem problemas. Tenho a vida independente, moro sozinho. Tenho de fazer por mim. Tenho de saber o que é bom para mim. Já não tenho vida para roubar ou para o tráfico.'*  
(Ângelo)

**Teodoro:** Teodoro mora na Cova da Moura desde quando ainda não era bairro. Recorda a história da construção das casas: as hortas iniciais que iam dando lugar a casas, as primeiras barracas com materiais improvisados e as paredes em alvenaria que iam construindo por baixo desses tapumes para que a polícia não as deitasse abaixo, a entreaajuda entre moradores para construir as casas, etc. Num momento inicial esteve ligado à comissão de moradores. Era pedreiro e tornou-se responsável de obras. Trabalhava muito e com frequência fora de Lisboa, obrigando-o a períodos prolongados de ausência de casa e do bairro. Em 2007 acompanhou, e passou a integrar, o grupo do Kola *San Jon* que acompanhou numa viagem a Espanha para participar nas filmagens do realizador Carlos Saura para o filme 'Fados'. Em 2009, integrou a equipa do Projeto Cidadania Participativa, até hoje.

*'Comecei a dar mais importância à nossa terra em 2007 quando vi que podia contribuir. Levei a máquina de filmar, ficámos todos fascinados. Vimos as filmagens que fiz imensas vezes. [...] A Nancy conseguiu inscrever-me para eu ir a Espanha. Em 2008 fomos a Cabo Verde com o Kola. Em 2009 a Lieve conseguiu 'engatar-me' de maneira especial: disse que ia haver uma reunião com pessoas muito importantes e que gostava que eu estivesse. Afinal tinha-me posto no Cidadania Participativa. É um projeto lindo para quem pode dar sem estar a pensar que era 'só 75 euros'<sup>15</sup>. Eu percebi logo desde o início. Acabei por abrir os olhos e logo perceber. Comecei a caminhar dentro do Cidadania [projeto Cidadania Participativa].'* (Teodoro)

Embora o que mais valorizem na Associação seja diverso, o atributo que lhes dão é consequência da novidade que o seu atual envolvimento no bairro trouxe às suas vidas. Há uma promoção social ao desempenhar uma tarefa que dificilmente estaria nos seus horizontes se não houvesse uma casa como o Moinho da Juventude. Vemos vidas atravessadas pelo trabalho socialmente estratificado, condições de vida que estão entre os patamares mais baixos em termos de reconhecimento social. O Moinho vem abrir a hipótese de articular este lugar de onde vem a remuneração básica a uma função que lhes confere uma atividade de maior

---

<sup>15</sup> Referindo-se à verba mensal atribuída a alguns dos participantes do projeto Cidadania Participativa.



reconhecimento bem como a possibilidade de tomar iniciativa, ‘contribuir’, ser parte ativa de um ‘projeto lindo’. Várias pessoas falam em realização pessoal.

O Ângelo, depois de uma experiência no mundo austero do ‘faroeste’, encontrou ali um espaço de tranquilidade, onde sente que é uma pessoa necessária, e onde pode passar um dia trabalhando ‘na descontra’, isto é, sem medos. Os testemunhos da Elisa, do Salvador e da Anabela remetem para um nível mais relacional e afetivo, de convivência e bem-estar. Como refere a Elisa ‘viviam mas não conviviam’; abrem-se ao convívio com os vizinhos, com as pessoas em geral e redescobrem-se a si próprias de um modo diverso da pessoa ‘fechada’ que se consideravam. Finalmente, o Salvador remete-nos para a imigração, a perda de laços com a sua família, que ali encontram alguma compensação.

O que é a Associação: Apoiar, ‘nenhum outro sítio faria isso’

Ao definir o projeto da Associação, as palavras apoiar e ajudar são as que mais aparecem. Algumas expressões em que se integram parecem referir-se mais a uma disponibilidade abrangente, tal como atrás se referia com as palavras amplas de ‘tudo’ ou ‘muito’. É a Ivone que afirma a maior abertura: ‘Apoiar no que for preciso’. Ela sabe do que fala pois acompanhou todo o percurso da Associação desde o seu início, quando era apenas uma biblioteca informal em que era voluntária, ainda criança. Ela conhece o quanto a Associação se foi adaptando, em função das pessoas e outros recursos disponíveis e em função das necessidades sentidas no bairro.

Outras expressões parecem apontar mais para o âmbito do serviço, reforçando a expressão das ‘muitas vertentes’, isto é, apontam para a atenção dada na criação de espaços de atenção, de soluções, de serviço, para questões e problemas específicos desta população, ao nível, por exemplo económico: permitir alternativas para quem não consegue pagar, apoiar a regularização dos documentos dos imigrantes; adaptar os horários dos serviços em função das necessidades, ou criar espaços para atender a novas necessidades, como sejam a população idosa do bairro, ou situações difíceis, como sejam trabalhar com os rapazes que têm ou tiveram problemas com a justiça.

Associada a termos como ‘apoio’ ou ‘ajuda’ as pessoas usam uma linguagem de serviços para uma população carente, deficitária, necessitada, etc. No entanto, salienta-se uma ‘sensibilidade’ (Sofia) que ali é conferida à prestação de qualquer dos serviços, um carácter de especificidade desta casa, pois que nela se organizam os apoios oferecidos desta forma que lhe

é única. Conforme se havia referido a propósito da reflexão de Lucinda, também Amílcar menciona o mesmo exemplo:

*‘As pessoas vão trabalhar logo de manhã e as crianças ficam na Associação. Se fosse mais distante, não dava para ficarem cá às 6h, nenhum outro sítio faria isso’.*

Nota-se que esta menção, ao projeto ou ao significado da Associação enquanto estrutura de apoio, se encontra sobretudo nas pessoas que são do bairro, mas que associam a este carácter prestador de serviços sociais um carácter único. Este é um aspeto relevante, tendo em conta um sem número de dificuldades que se acrescentam e acumulam e requerem a ‘sensibilidade’ de que falava Sofia, ou seja de um cuidado e atenção em geral descurados no atendimento das grandes estruturas de serviço público.

A título de exemplo, no documentário ‘Os Lisboetas’<sup>16</sup> há uma cena que se tornou emblemática por apresentar a indiferença e falta de cuidado dos técnicos do SEF que atendiam os imigrantes que iam tratar do seu processo de legalização.

#### O que é a Associação: Projeto comunitário

Está relativamente generalizada a conceção da Associação Moinho da Juventude enquanto projeto comunitário, a julgar pelas respostas obtidas e em especial por aqueles que não são do bairro. Um quinto das pessoas inquiridas – três do bairro e oito ‘de fora’ – definem desta forma o projeto da Associação.

Algumas pessoas fazem referência ao facto de ser um projeto ‘para e pela comunidade’ (Ivo), ou ao facto do trabalho ser desenvolvido ‘com a comunidade’ (São e Sónia), isto é, ao facto de a equipa ser constituída por pessoas do bairro. A expressão do Ivo é aquela que mais claramente aponta para um protagonismo das pessoas desta comunidade. Nas outras pessoas este tipo de formulação não é tão evidente. Mesmo quando Jorge fala em ‘trabalhar em conjunto para um mesmo objetivo’, quando Telmo refere a horizontalidade porque ‘a Associação precisa de todos’, não se percebe qual o papel desempenhado pelos participantes

---

<sup>16</sup> Tréfaut, Sérgio (2004). Os Lisboetas. Produzido por FAUX.

nem quem são eles. É a Neuza que talvez mais claramente explicita que considera que o Moinho é:

*‘uma instituição social de pessoas para pessoas, envolver a comunidade em todas as valências e na tomada de algumas decisões. [...] Trabalha com a população do bairro ajudando na sua integração mas valorizando a riqueza cultural de cada pessoa. Aposta na formação e na capacidade de todos’. (Neuza)*

A Neuza parece integrar dois discursos distintos: um primeiro de origem mais endógena em que a comunidade integra a tomada de decisões e a prossecução do trabalho das várias áreas de intervenção (valências); e uma segunda em que a comunidade toma o lugar de público e não enquanto protagonista.

Palavras como formação, capacitação, motivação, integração, inclusão, desenvolvimento pessoal e social expressam esta ideia de abordar a comunidade a partir de um ponto de vista da sua relação com o exterior e de um ponto de vista da integração numa sociedade em que estariam fora. É neste sentido que percebo o conceito de projeto comunitário atribuído ao Moinho da Juventude, verbalizado sobretudo por pessoas também elas exteriores ao bairro:

*‘é um projeto de desenvolvimento comunitário de integração da população imigrante. Tem muitas vertentes. É um desenvolvimento pela melhoria das condições de vida a nível das infraestruturas, objetivos, o desenvolvimento da economia local (por exemplo o Sabura) e o desenvolvimento social e pessoal, mas não individual, em comunidade’. (Joana)*

## **Maneira de trabalhar**

Maneira de trabalhar: oportunidade, disponibilidade, novidade

O lugar que cada um dos atores ocupa na cena da Associação aparece de uma forma mais evidente quando se referem ao próprio funcionamento e a uma maneira de trabalhar que parece ser própria a esta casa. É uma particularidade que corresponde não tanto ao conteúdo do trabalho, mas à forma como ele é desenvolvido, às relações, decisões e prioridades que se estabelecem.

Um dos elementos que definem aquilo que alguns designaram a ‘maneira de trabalhar’ constitui-se como oportunidade, disponibilidade e novidade. Várias pessoas, sendo ou não do

bairro, falam da Associação Moinho da Juventude enquanto espaço de oportunidade. Filipa e Cláudia são duas jovens adultas que o afirmam:

*‘Oportunidade de fazer voluntariado, fazer estágio, entrar nas atividades. Não há tantas barreiras. [...] trazer o máximo de informação possível e criar uma independência do bairro: há um mundo lá fora’. (Filipa)*

*‘As oportunidades que disponibiliza às pessoas, nomeadamente na área de trabalho. Foi o Moinho que me favoreceu o emprego e a muitas pessoas do bairro [...] investir na formação pessoal. Na formação de mediadores é que comecei a pensar de forma mais rigorosa em ir mais longe’. (Cláudia)*

Elas remetem as oportunidades ao acesso ao que é novo. A novos universos que passam a constar no seu horizonte. São possibilidades, podem experimentar-se em atividades e responsabilidades diferentes, por exemplo ambas participaram em grupos de dança, música e teatro, em que tiveram de ocupar-se de um grupo, criar peças, contactar com outros grupos, apresentar em salas e perante públicos diversos, viajaram para vários países.

É transversal a ideia de possibilidades até então nem vislumbradas. Daí a relevância da informação e de saber que ‘há um mundo lá fora’ [do bairro]. Cláudia refere-se por um lado à oferta de trabalho, mas também ao investimento em si mesma, para além das margens estreitas do imaginário de escolaridade com que se cresce.

Cláudia fez dois cursos profissionais, um de auxiliar de educação através do qual foi para o Moinho fazer o estágio, e depois o curso de mediadora intercultural no Moinho da Juventude. Ela conta a abertura que aqui sentiu ao lhe terem criado a possibilidade, o desejo e a esperança de continuar a investir numa formação académica e num outro caminho profissional. Hoje é formada em serviço social, um trajeto que foi desenhando, acompanhada pelo Moinho, à medida que os seus horizontes se iam alargando.

A oportunidade também está associada à disponibilidade do Moinho em acolher e promover novas ideias e propostas, isto é, enquanto espaço onde é possível a iniciativa. Por exemplo Renato, recém morador na Cova da Moura, encontrou na Associação a oportunidade de se integrar no bairro. Da sua experiência, diz: ‘O Moinho dá oportunidade às pessoas que sabem de desenvolverem as suas ideias de projetos’.

Ivo, estudante estagiário, descreve uma iniciativa em que está envolvido com Joana há seis meses, proposto pela Faculdade de Arquitetura, de acompanhar, analisar, discutir e apresentar

propostas (sobre) a qualificação do bairro. Passaram então ambos a participar nas reuniões da qualificação do bairro. Simultaneamente, cada um integrou outras equipas de trabalho da Associação para desenvolver atividades relacionadas com o urbanismo. Joana assinala o quanto este caráter de disponibilidade e de oportunidade acontece ‘não só para a população como para as pessoas envolvidas na organização’ e é reiterada pelo jovem Ivo:

*‘A organização e a capacidade de deixar as pessoas terem iniciativas. É muito dinâmica neste sentido. E a capacidade de agarrar iniciativas de fora e trazer para cá: – foi o que me aconteceu e foi muito fácil – muito informal e sem contrato. Nós dissemos: temos esta ideia. E disseram-nos, então vamos fazer. É raro ser assim noutros lados’.*

Assim, oportunidade e disponibilidade são duas facetas de uma mesma ‘moeda’. Oportunidade em participar, em aceder a atividades, pessoas, empregos, ambições até então fora do ‘alcance’ imagético, mas disponibilidade na própria organização em acolher e levar a cabo iniciativas individuais ou organizacionais que advenham ou não do interior do bairro. Para quem não é do bairro, esta disponibilidade é também uma oportunidade de realização, acedendo a um território de forma facilitada e apoiada.

Para os profissionais, este é um desafio por vezes muito estimulante:

*‘Uma coisa maravilhosa: a Associação está sempre muito à frente. É aquela coisa da Lieve de saber o que se está a passar noutros países e adaptar para aqui’. (Vânia)*

Outras pessoas referem, a propósito, a novidade. São sobretudo pessoas do bairro de uma geração maior, perto dos 60/70 anos, aquelas que sempre moraram no bairro e que encontram no Moinho um espaço onde se deparam com o novo. É de salientar o lugar que, neste aspeto, Lúcia atribui à formação:

*‘Cada vez que vamos a uma formação é uma coisa nova’. (Lúcia)*

*‘Vamos vendo coisas que não tínhamos visto. Vi muitas coisas no Moinho que não eram do meu conhecimento. Vi muitos progressos. Estou mesmo satisfeito com isso’. (Tomé)*

Um dos aspetos que caracterizam o projeto da Associação é, assim, constituir-se como uma ponte entre o bairro e o seu exterior, que funciona em vários sentidos. Para pessoas que queiram propor iniciativas, para pessoas que queiram participar nas atividades (regulares) ou nas iniciativas propostas, para os profissionais conhecerem, experimentando e participando nelas. Nas pessoas que, não participando, podem usufruir apenas observando. Pode então

retomar-se a expressão de alguns jovens – Ângelo, Carlos, Filipa – que a designam como uma ‘casa de porta aberta’.

Maneira de trabalhar: como se relacionam

O modo como são abordadas as particularidades desta Associação passam em grande medida por uma maneira de estar. Desde logo é apresentada como sendo ‘uma instituição social de pessoas para pessoas’ (Neuza). Há um caráter humanizado, personalizado que parece salientar-se entre aqueles que a descrevem. Teodoro fala em tom entusiástico:

*‘Repare na proximidade entre as pessoas que não parecem colegas, mas familiares. Entre eles e para fora transparece sempre boa disposição.[...] A convivência é o que me fascina mais, estou sempre a reparar nela’.*

A alegria e boa disposição são características afirmadas com orgulho. Nancy, por exemplo, refere-se a elas como algo que ensina, quando vai contar aos mais novos. A par desta disposição que se faz sentir internamente, estão o diálogo e sentido de união (Dália), entreajuda e a comunicação (Vânia).

É uma maneira de estar que se constitui como base para possibilitar o esforço conjunto e assim encontrar soluções para realizar determinados trabalhos. O ‘*djunta mon*’ é uma expressão popular em crioulo que expressa precisamente o ato de trabalhar em conjunto para um mesmo objetivo, isto é, ‘juntando as mãos’.

Várias pessoas inquiridas falam com nostalgia de um tempo passado em que o ‘*djunta mon*’ era a marca central daquela instituição, referem que atualmente se perdeu bastante deste espírito de entreajuda, consideram ser um princípio mais falado do que concretizado. Jorge, por exemplo, fala do projeto da Associação na perspetiva do seu desejo, no entanto, aponta a sua concretização localizada em certas pessoas:

*‘Uma atividade comunitária onde as pessoas trabalhassem todas em conjunto para o mesmo objetivo. Ainda existe muito este espírito por parte de algumas ou muitas pessoas’.* (Jorge)

Apesar disso, internamente parece haver um sentido de união, de trabalho em conjunto, o que é uma grande ajuda quando há que lidar com situações difíceis, mas também quando os recursos são escassos:

*‘Nos corpos gerentes é uma decisão conjunta, não estamos sozinhos, tentamos tomar uma decisão benéfica para todos’ (Nancy)*

*‘O mais importante é o ‘djunta mon’, conseguimos mobilizar muitos recursos internos, como outras associações não conseguem. As pessoas juntam-se para pensar como podemos fazer. Por isso a comunicação também é muito importante. (Vânia)*

*‘[...] a dinâmica das atividades, a explosão de ‘atividades’ em função das necessidades de resposta, a implicação das pessoas, incluindo voluntários. É como se houvesse um chamativo.’ (Anne Marie)*

A comunicação é pautada pela diversidade das pessoas que se encontram face a uma tarefa. Artur, crescido no bairro, dinamizador de jovens, músico e auxiliar na creche, fala do enriquecimento que é trabalhar com pessoas diferentes entre si. Já Vânia, assistente social, refere o *tandem*, estrutura de trabalho do Moinho que sugere que um profissional/um ‘técnico’ e exterior ao bairro realize o seu trabalho em par com uma pessoa do bairro, que pode ser menos escolarizada mas ser conhecedora na vivência da imigração e do que é ser morador naquele contexto:

*O empregar pessoas diferentes, de várias etnias, de pensamento diferente, de várias realidades e perspetivas. Isso faz com que aprendamos todos uns com os outros. Se fossem só pessoas do bairro, não seria a mesma coisa. (Artur)*

*[...] O trabalho em tandem é uma mais-valia. A experiência particular do meu tandem. Ele ajuda-me a perceber certas coisas e além disso sei que tenho alguém comigo, sabemos que estamos disponíveis um para o outro’. (Vânia)*

Para o exterior, a proximidade ao contexto, às pessoas com quem e para quem se trabalha é uma das primeiras referências. É significativa a importância dada, não só à facilidade com que se acede ao contexto de vida e à própria família daqueles para quem se trabalha, mas à noção que assim se pode ter do modo de existência.

Mas o contrário é também mencionado. Filipa é a mais explícita ao criticar aqueles que, não sendo do bairro, não ‘circulam’ nele, ficando nos gabinetes e não conhecendo aqueles para quem trabalham:

*‘Algumas pessoas sinto que não estão mais à vontade porque não estão em contacto com o público e ficam mais fechadas lá dentro. Não estão à vontade. Vêm trabalhar com um público mas não o conhecem’. (Filipa)*

## Esbatimento das hierarquias profissionais

O que até aqui se vem dizendo, aponta já para uma característica do trabalho nesta Associação, de que as equipas de trabalho integram pessoas com diferentes graus de escolaridade, diferentes tipos de vínculo a esta casa, diferentes tipos de responsabilidades face à tarefa em causa e diferentes relações com o bairro. É frequente, numa reunião de trabalho, participarem em simultâneo e em conjunto os profissionais ‘técnicos’ com as respetivas qualificações, profissionais com cargos de auxiliares ou afins, voluntários, estudantes no quadro de estágios académicos, etc.

Já foram aqui apontados vários testemunhos em que pessoas que ocupam lugar de profissionais já receberam ou recebem apoio para situações pessoais ou familiares. Isto é, há uma reversibilidade de papéis, significativa nomeadamente no que se reporta às pessoas que têm ou tiveram uma relação de residência para com o bairro – de lembrar que entre os inquiridos encontravam-se sete pessoas do bairro com níveis de estudos universitários, três dos quais são mestrandos e que ocupam atualmente lugares profissionais de técnicos superiores.

Mas não só. Anabela e Salvador que nunca moraram no bairro ‘beneficiaram’ dos programas oferecidos pelo Moinho – um curso de formação de Agentes de Interligação e do Gabinete de Inserção Profissional, respetivamente – para aí se tornarem profissionais, sem que essa fosse uma intenção inicial.

O esbatimento das hierarquias é assim parte desta relação entre aqueles que trabalham para a Associação, com reflexos internos, já referidos, bem como externos, na relação com aqueles que procuram ajuda. Este é pelo menos um aspeto significativo referido por Vânia, assistente social:

*‘Também acho importante a proximidade aos moradores que procuram ajuda. Quando olho outras assistentes sociais, vejo que não trabalham assim. Dividem muito claramente as pessoas em profissionais e utentes e aqui não é assim. [... O Moinho da Juventude] É onde os moradores procuram ajuda, as portas estão abertas, a maioria das pessoas sente-se igual entre si, não há pessoas superiores. É onde podem aprender direitos e deveres e ter uma ajuda inicial para ter o empurrão que precisam para o empowerment (dar condições à minha vida pessoal) de famílias, jovens, crianças, etc. O Moinho é um ponto de encontro para pessoas que precisam. Com muita naturalidade as pessoas vêm cá’. (Vânia)*



Tal não quer dizer que não haja uma consideração especial relativamente aos ‘profissionais cursados’, é o que está subsumido na referência à sua ‘qualidade’ enquanto profissionais reconhecidos, por exemplo: ‘Homens e mulheres, bons profissionais e todos simpáticos’ (Moisés).

Deste reparo não estará ausente a comparação com outros profissionais de organismos públicos (ou não) em que são recebidos de forma anódina, indiferente e muito pouco colaborativa, mesmo que com exceções individualizadas.

Não será também ausente o facto de se assumir esta Associação com os serviços que materializam o cumprimento das promessas da modernidade (Sousa Santos, 1994). Além da generalidade dos inquiridos falar das ofertas nas mais diversas áreas – alimentação, saúde, apoio à infância, juventude, terceira idade, ex-reclusos, apoio na oferta de emprego, oferta formativa, atividades desportivas e musicais, etc. – é o Telmo quem claramente afirma que o projeto do Moinho da Juventude é:

*‘Conseguir fazer na Cova da Moura aquilo que o Estado não consegue fazer. Providenciar as coisas básicas: ATL, documentação, etc. Por isso é que o Estado e a Câmara Municipal ajudam o Moinho’.*

#### Maneira de trabalhar: visibilidade e reconhecimento

A visibilidade do trabalho desenvolvido, atravessado por um atributo de transparência, é algo referido com frequência: ‘O que está à vista está à vista’ (Teodoro). Para quem viu crescer a Associação, os contrastes entre o que (não era) e o que é hoje são muito relevantes, a que se acresce o reconhecimento social.

*‘É importante tudo o que já fizeram para o pessoal daqui da comunidade e para quem não é daqui. E está à vista, vê-se. Tornou-se das maiores associações de Portugal’.* (Ângelo)

*‘O Moinho está muito bem visto em Portugal e no Reino Unido. É a Associação com mais nome, a mais forte é o Moinho’* (Júlio)

*‘Eu ajudei o Moinho a conquistar as taças e a ser conhecido por mérito’.* (Carlos)

*‘É um bom exemplo porque tem muitos projetos e é muito conhecido no estrangeiro’* (Tânia)

Há uma consciência de que existem patamares diferenciados de reconhecimento, e uma grande satisfação em participar na sua conquista, mas também em observar que se integra num trabalho que ocupa um lugar importante no panorama das referências de instituições deste género.

Maneira de trabalhar: dimensão cultural e identitária

A dimensão cultural e identitária ocupa um lugar importante:

*‘O Moinho veio dar-nos força’ (Moisés)*

*‘Entre os bairros cabo-verdianos, a Cova da Moura vai à frente’ (Tomé).*

*‘[O Moinho da Juventude] Está no coração de todos os cabo-verdianos e de todos os moradores da Cova da Moura em geral’ (Teodoro)*

*‘[O projeto da Associação é] Minimizar os aspetos negativos da exclusão social e proporcionar oportunidades à população imigrante.’ (Cláudia)*

Entre as referências identitárias que aparecem, encontram-se o bairro [e sua população], os cabo-verdianos e sua cultura, e os imigrantes. O bairro e sua população ocupam a referência central, como por exemplo em Moisés que fala na construção das casas, assinalando como foi importante, há quase 30 anos, terem criado uma organização conjunta, uma voz coletiva que permitisse tratar das questões que se reportam ao domínio público de saneamento básico, eletrificação das casas, acesso a água canalizada, etc., a que se junta desenvolvimento de áreas como o apoio à infância, à saúde, à formação, à cultura, em que os moradores começaram a trabalhar, a partir da necessidade de resolver os problemas deste bairro que então se construía, nos anos 80.

População e bairro são as palavras que mais aparecem, muitas vezes associadas: a ‘população do bairro’. Por vezes estão apenas subentendidas, como quando o Júlio explica o horário de abertura da creche:

*‘As pessoas vão trabalhar logo de manhã e as crianças ficam na Associação. Se fosse mais distante, não dava para ficarem cá às 6h.’*

Esta distância-proximidade da creche / Associação tem a ver com a proximidade de casa. O facto da Associação acolher as crianças tão cedo, à hora das famílias terem de sair para o trabalho, permite que sem desvios significativos, possam sair à hora suposta e deixar a criança entregue, sem que esta também tenha de fazer trajetos em transportes, como seria se a creche estivesse localizada fora do bairro.

A expressão de Tomé ‘bairros cabo-verdianos’ remete para o cruzamento da noção ‘população do bairro’ com outra ‘bairro cabo-verdiano’, isto é, unidade territorial habitacional ‘bairro’, como outros marcados pela referência identitária de pertencer à comunidade dos cabo-verdianos que edificaram e habitam certos bairros. O restante discurso de Tomé, complementado por outros, reporta tanto para a diversidade de propostas, atividades, criações, autodefesa/sustento na relação entre Associação e bairro, são os tais ‘progressos’ de que fala Tomé: ‘Vi muitas coisas no Moinho que não eram do meu conhecimento. Vi muitos progressos. Estou mesmo satisfeito com isso’. Mas também e, em especial, está a dimensão afetiva de ligação a uma cultura de origem, relativa a Cabo Verde e a tudo o que lhe está associado: história, língua, modos de vida, práticas musicais, rituais, etc. A ancoragem num espaço delimitado onde é possível manter estas práticas de vida – lembre-se o grupo de batucadeiras Finka Pé e o grupo do Kola *San Jon* – é fator de satisfação e orgulho. É Teodoro que refere, a propósito do Kola *San Jon*:

*‘Fizemos uma coisa boa, o melhor que pudemos, sabendo que estamos a continuar uma tradição da nossa terra e que estamos a fazê-lo muito bem... que estamos a ensinar a outros a nossa história e que não deixamos esquecer as nossas tradições’ (Teodoro)*

Além de Cabo Verde, há no bairro muitos moradores que são originários de outros países, às vezes até de vários em simultâneo, especialmente africanos: Angola, Guiné, São Tomé. Mas também há moradores portugueses, brasileiros ou dos países da Europa de Leste. Talvez por isso várias pessoas falem no bairro como polo agregador de ‘muitas culturas’.

É curioso observar que são sobretudo pessoas que não são do bairro que mais destacam o trabalho cultural como uma dimensão da sua atividade, ao definir o projeto da Associação:

*‘Promover e divulgar a cultura dos residentes’ (Simone);*

*‘O facto de se encarar a cultura como um fator de crescimento e de desenvolvimento [...] a defesa dos valores culturais não apenas como forma de afirmação da comunidade, como para evitar o mergulho no vazio que resulta da ausência destas referências’ (Amélia);*

*‘As pessoas trabalham na Associação respeitando as origens e capacidades de cada indivíduo’  
(Elisa)*

Elisa é ela própria estrangeira em Portugal. Imigrante de origem europeia, oriunda de um contexto socioeconómico elevado, mas ainda assim imigrante. O tom individualizado que imprime ao seu discurso poderá estar relacionado com o facto de ela própria sentir que a sua condição de estrangeira é um fator presente que considera beneficiar o trabalho que desenvolve ali. Outras situações há deste tipo, entre as pessoas inquiridas, o que não é um dado a negligenciar.

No que respeita à valorização cultural, é de considerar, portanto, que não se trata apenas de um trabalho cultural no sentido dual – cultura de Cabo Verde vs. cultura portuguesa – mas antes de uma multiplicidade de diálogos interculturais em função do património das pessoas e dos seus interesses.

É de destacar, a propósito, a condição ‘negra’ da maior parte da população do bairro e de todos os significados e consequências que advêm nas relações de vida social, laboral, etc. É Amílcar que aborda esta particularidade num contexto que se mantém racista. A abordagem faz-se por comparação com outras instituições onde eles, jovens ‘não éramos bem vistos por sermos negros’, ou falando da cumplicidade de ser uma pessoa do bairro a apoiar na resolução de alguns problemas, uma vez que partilham do facto de ‘ser negro e morar na Cova da Moura’ (Amílcar).

Maneira de trabalhar: traves mestras

Recordam-se as traves mestras, já apresentadas no terceiro capítulo:

1. **Interculturalidade:** Respeitar e valorizar a minha cultura e a cultura dos outros
2. Estimular o diálogo, a **comunicação** = base do nosso trabalho
3. Estimular a alegria e a **boa disposição**
4. **Gender:** Estimular o desenvolvimento dos componentes masculinos e femininos que existem dentro de cada pessoa
5. Respeitar as **convicções políticas e religiosas** das pessoas
6. Estimular o trabalhar em grupo, estimular a **cooperação**
7. **Empowerment:** Valorizar as minhas capacidades e as capacidades dos outros; participar na reflexão e na tomada de decisão baseada na reflexão

8. Respeitar o **meio ambiente**, cuidar do material, do equipamento
9. Estimular a **criatividade**
10. Ser **persistente**: não desistir face aos primeiros obstáculos
11. Executar o trabalho com **qualidade, com eficiência e eficácia**
12. Ser **solidário**, sobretudo com as pessoas que tiveram menos oportunidades

Em tudo o que se enunciou anteriormente, pode verificar-se que vários dos aspetos de ordem relacional, nomeadamente a interculturalidade, a comunicação, boa disposição, cooperação/colaboração, emergem de um discurso que parece ser espontâneo, isto é, em apreciação da dinâmica interna da Associação. Outras pessoas referem explicitamente as traves mestras na qualidade de linhas orientadoras, ou destacam alguns princípios ou valores, como estando entre o que consideram como mais importante:

*‘[...] as traves mestras que são o nosso objetivo que temos de cumprir no dia-a-dia’ (Flor).*

*‘Todos os projetos, toda a intervenção que fazemos tem valores que são os das traves mestras: valorizar a cultura, autonomia, cooperação, etc. que determinam a forma como cada técnico se posiciona’ (Raquel).*

*‘A Associação aposta no desenvolvimento das competências pessoais, sociais e profissionais dos habitantes e funcionários, através da participação ativa dos mesmos nos seus processos, projetos, etc. Empowerment’ (Hélia).*

*‘[...] O que está resumido nas ‘traves mestras’ com enfoque para o empowerment’ (Amélia).*

*‘Alguns dos princípios (traves mestras) – empowerment, gender, interligação’ (Rui).*

Curiosamente, estas afirmações são quase exclusivas a pessoas que não são do bairro, dando a entender que as traves mestras constituem um instrumento que, por um lado, assume um papel norteador, ao *‘determinar a forma como cada técnico se posiciona’* para usar as palavras de Raquel; e por outro lado parece também ser agregador no sentido em que as pessoas mencionadas afirmam rever-se, acreditar, nos princípios assinalados nas ‘Traves Mestras’. Isto é, este documento parece ter uma repercussão importante para quem ingressa no Moinho da Juventude, pelo menos, na qualidade de trabalhador remunerado. Como se a partir daí pudesse constituir como que uma gramática em que irá contextualizar o seu trabalho.

## **Transformações na Associação**

Como forma de conhecer o modo como as pessoas perspetivam esta Associação, as pessoas foram interrogadas acerca das mudanças a que assistiram, após o que se pediu para definir que melhorias foram introduzidas e que perdas aconteceram. As respostas indicam um balanço claramente positivo. Algumas pessoas falam de uma forma triste e saudosa das transformações, pelo ambiente que já não é o mesmo e por áreas de ação que perderam força.

Quatro pessoas referem a ausência de mudança dizendo que a sua essência se mantém desde o início. Pela tonalidade com que explicitam o restante discurso, creio poder dizer-se que se dividem, entre uma permanência com caráter positivo voltado para uma filosofia associativa, intacta, e outras duas que referem a permanência enquanto falta: ‘Não assisti [a mudanças]. Houve crescimentos, novas experiências, projetos. Mas a instituição em si tem-se mantido mais ou menos idêntica (Sónia).

#### Transformações na Associação: crescimento permanente

Salienta-se uma evolução marcada pelo crescimento permanente. As pessoas ‘do bairro’, que assistiram, cresceram, e/ou participaram em todo o seu processo de criação e de construção, são quem mais refere o contraste entre o que foi e o que hoje é. Usam-se expressões poéticas e metafóricas:

*‘Uma casa pequena tornou-se uma mansão. Umas pessoas vão e outras vêm’ (David).*

*‘Cresceu como uma árvore que dá muitos frutos e continua a crescer’ (Lucinda).*

*‘O Moinho foi crescendo comigo e com a população, começou com uma pequena biblioteca e agora é o que vemos’ (Ivone).*

*‘Começou do nada, hoje em dia estamos na boca do mundo’ (Ángelo).*

*‘Criaram tudo. Isto era ‘txada’ – lixeira. Era lama e mato. O Moinho não era nada, agora é uma cidade. Antes disso, isto era tudo lama. Foi um espírito divino que apareceu neste bairro. Mudou muito, mudou tudo’ (Tomé).*

Outro dos elementos mais referidos para afirmar a evolução é a criação que se tem verificado de novas valências e as novas populações que são alvo de atenção e intervenção. A criação das creches – quer a Creche Familiar que contempla as amas em suas casas, quer a Creche Árvore –, a atenção dada aos idosos através do projeto Cidadania Participativa e do Espaço

Intergeracional, bem como o Gabinete de Inserção Profissional são as abrangências mais sinalizadas. Mas também são referidos os acompanhamentos aos ex-reclusos e a forte intervenção no processo da requalificação do bairro. Além dos novos públicos, são apontados outros fatores de alargamento, por exemplo de horários e de disponibilização de refeições, como acontece no CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres). Dália, hoje voluntária neste espaço que frequentou em criança, nota a reestruturação organizacional: ‘Antigamente não era CATL, era só ATL. Agora servem jantares...’ [o CATL passou a englobar não só as AEC’s, como também o desporto].

Ao longo da conversa foram mencionadas outras novas atenções : as marmitas de refeições que são levadas a casa de pessoas do bairro, a aquisição de uma carrinha que permite transportá-las, o acompanhamento dos processos de legalização de imigrantes através da integração da iniciativa ‘SEF em Movimento’<sup>17</sup>, o alargamento do número de salas de jardim-de-infância e do CATL, o apoio e encaminhamento de casos de violência doméstica, as iniciativas de âmbito musical e de outras artes como sejam as oficinas de hip-hop, as residências artísticas, os festivais, a gravação e edição de cd’s, etc. Os cursos de formação não ficam de fora, como diz Elisa: ‘Há sempre novos cursos e iniciativas’. O alargamento é permanente e expressa-se também através do espaço e dos equipamentos:

*‘Mudança física: o edifício. Há mais espaços para mais atividades. Há mais atividades. O Moinho foi crescendo e crescendo também fisicamente’ (Ermelindo).*

A expansão das iniciativas que a Associação se propõe integrar ou desenvolver acarretou um crescimento exponencial em trabalho, espaço e pessoas envolvidas. Algumas pessoas também apontam um acréscimo de poder: mais poder de intervenção e maior capacidade para dar resposta. Aliás, são dois homens que construíram as casas onde hoje habitam, no bairro, que apontam o alívio sentido que se deveu à ação da Associação no momento em que o bairro se erguia:

*‘Ganhou-se boa vontade e liberdade do povo. Antigamente juntava-se a cambada da choldra, a polícia, e a gente não podia estar na rua. Levavam pessoas presas e deitavam as casas abaixo. O*

---

<sup>17</sup> ‘SEF em Movimento’ é um ‘projeto assenta num princípio fundamental que é o da simplificação da vida dos cidadãos na sua interacção com o SEF, destacando-se o atendimento e acompanhamento privilegiado de grupos vulneráveis de cidadãos, que têm maiores dificuldades de deslocação ao Serviço, contribuindo para a sua integração na sociedade. [...] fruto da cooperação entre o SEF e o Instituto de Reinserção Social e desenvolvido em estreita colaboração com Associações de Imigrantes e autarquias locais. Esta colaboração resultou já, por exemplo, na regularização da sua situação documental em território nacional de vinte jovens estrangeiros internados em Centros Educativos do Instituto de Reinserção Social e no tratamento documental de 15 cidadãos estrangeiros residentes na Cova da Moura, onde se deslocou o SEF, tendo trabalhado em colaboração com a Associação Moinho da Juventude’ (2006: [www.sef.pt](http://www.sef.pt)).

*Moinho não deixou. Agora nós podemos estar à vontade, o Moinho defende. Eles mandavam a casa abaixo, que nem eram casas, eram barracas, agora não há barracas. Eles [a polícia] agora já têm outro respeito. Mesmo se a CMA agora mandar abaixo, têm de dar casa noutro lado. No princípio o bairro era clandestino mas agora já paga contribuição [autárquica] com o esforço do Moinho. Os moradores foram a força disso tudo’ (Tomé).*

*‘A estabilidade do bairro. [...] O Moinho mandou calar o presidente da CMA’ (Moisés).*

Outras pessoas referem o poder, associado a um reconhecimento, que o Moinho foi conquistando:

*‘Tem cada vez mais força para poder representar muito bem o bairro’ (Selma).*

*‘Mais poder de intervenção, ganhou peso junto das instituições como a Segurança Social e outras. Ganhou ... pela luta’ (Rosa).*

*‘Maior visibilidade e logo maior responsabilidade de todos os colaboradores’ (Neuza).*

*‘A vida da Cidadania Participativa foi alargar mais o nível da documentação [isto é, legalização da condição de imigrante] e tantas coisas que não tinham sido possíveis antes, pelo envolvimento total da Associação. Por isso temos tido grandes resultados. No primeiro aniversário, em 23 de Janeiro de 2010 foram entregues documentos a pessoas que nunca tinham tido. Ninguém esquece esse dia. O Ministro da Administração Interna entregou a [Autorização de] ‘residência’ a pessoas que não reuniam nenhuma condição para ter. Havia pessoas que nunca antes tinham tido documentos: o Alcides, que não ouve, desde criança morava no bairro e nunca tinha tido documentos porque tem de se ter subsistência, habitação e segurança social. Outras que há oito anos não tinham. Foram pedidos feitos pelo Moinho, alegando os Direitos Humanos’ (Teodoro).*

Outras tomam consciência das limitações no poder da Associação. São homens da ‘nova geração’ que assinalam os limites da atuação da Associação. Referem-se em particular à intervenção policial, apesar do diálogo que tem vindo a ser promovido com a PSP, referindo que ‘os que vêm cá falar com o Moinho são só os chefes, não são os da carripa [corpo de intervenção] que vêm cá atuar’ (Júlio). A requalificação é outro dos temas em que os limites da capacidade de ação se evidenciam, apesar do reconhecimento da mobilização de intervenção que tem sido realizada: ‘O Moinho tem uma costela do Estado. Há certas limitações. A CMA em termos de retaliação desvaloriza por completo as Associações. O plano de pormenor revela isso, eles questionam até a necessidade de haver equipamentos



sociais no plano de pormenor' (Amílcar). De certa forma, a dependência dos financiamentos exteriores, estatais ou de fundos europeus, apontada como fragilidade e perturbadora das lógicas internas, também constitui uma consciência dos limites do poder.

#### Transformações na Associação: profissionalização

É positiva a profissionalização de pessoas do bairro e a progressiva capacidade que a Associação ganhou ao longo do tempo de dar resposta a situações complexas. O aumento do número de funcionários, inerente ao crescimento em volume das atividades promovidas, é também positivamente apontado entre outros pela sua diversidade, conforme tem vindo a ser política na Associação: 'O empregar várias pessoas diferentes, de várias etnias, de pensamento diferente, de várias realidades e perspetivas. Isso faz com que aprendamos todos uns com os outros. Se fossem só pessoas do bairro, não seria a mesma coisa' (Artur).

É consensual, senão unânime, o benefício do alargamento e de tudo o que tal significa e acarreta, em termos de acréscimo de afirmação e de defesa de um património que são o bairro e as pessoas que o fazem. No entanto há custos. Em primeiro lugar internamente, na relação entre as pessoas. Sucedem-se expressões saudosas de um momento em que sendo pequena a estrutura, havia maior proximidade: 'A nível humano já não há aquele sentido de quase família. Perdeu-se entre os colaboradores. Era um por todos e todos por um. Tinham muito amor à camisola' (Rosa); ou 'Perdeu-se o contacto entre as pessoas. Estamos todos tão atarefados e cada um no seu projeto ou valência, que inevitavelmente isso acontece' (Artur).

Estes sentimentos convivem com uma comunicação, que escasseou ao vivo mas, que se multiplicou por via das novas tecnologias e que alguns consideram frias e de que outros se queixam pela sobrecarga de informação que não conseguem seguir: 'A comunicação é complicada por ser uma instituição muito grande. As pessoas não têm tempo para ver todos os mails, outros não têm mail, outros não veem, outros só veem o que tem a ver com o seu trabalho. O Moinho é uma casa muito grande, às vezes recebo 30 ou 40 mails internos num dia' (Vânia). São várias as pessoas que apontam uma deterioração das relações que em alguns casos se tornam conflituosas e acusatórias: 'Quando há algo de bom as pessoas não falam contigo. Vêm falar só quando há algo de mal' (David).

Ermelindo e Sandra, que ocupam lugares de liderança e direção, descrevem a perda: 'Dispersão: não podemos acompanhar tudo ou quase tudo o que acontece' (Ermelindo); 'Se a direção dos núcleos fosse coesa ... a comunicação por vezes não é muito fácil. A Direção

junta-se com as equipas para formação, avaliação, mas não sei se chega para perceber o que faz falta' (Sandra).

*'O vínculo à Associação mudou. Antes, toda a gente que era do bairro conhecia quem estava no Moinho. E agora há muita gente do Moinho que não sabe quem é do bairro e quem não é, e vice-versa. Também há gente que vem cá trabalhar e vai-se embora e pronto, sem mais vínculo' (Amílcar).*

As relações que se estabelecem internamente relacionam-se com o tipo de relação com o modo como as pessoas encaram e lidam com esta 'casa' e o que lá vão fazer. Conforme o refere Amílcar, isso é visível no bairro tal como nas pessoas que lá trabalham. Se por um lado ele havia lembrado que a Associação *'se estendeu no bairro'*, por outro nota que isso não resulta linearmente num aprofundar ou alargar da dinâmica comunitária. Parece haver uma falta de (re)conhecimento entre o bairro e a Associação. Também Telmo se queixa da perda nesta relação com a população: *'As pessoas do bairro usam o Moinho mas não se identificam com o Moinho. Vê-se pelo número de sócios. Havia sócios efetivos que apenas podiam ser moradores. Depois mudou-se essa regra e é representativo, significa algo'* (Telmo). Estamos perante transformações organizacionais, de teor associativo, ao nível dos novos utilizadores e residentes. Em todo o caso, está em causa a dinâmica associativa no âmbito do bairro, interroga-se em que medida se atribui à Associação um valor de recurso dos moradores na mera qualidade de utentes, de beneficiários de uma oferta e menos na qualidade de sócios implicados num projeto criado e a criar.

A questão, levantada de outro modo mas similar, apresenta-se pelo lado de quem trabalha na Associação. Apelidados de funcionários ou de trabalhadores pelos inquiridos, aparece sobretudo nos mais velhos a queixa pela perspetiva profissional e laboral que se sobrepõe a um trabalho de ordem implicada e generosa.

*'O vínculo das pessoas é totalmente diferente, são vínculos laborais, mais precários. As relações das pessoas são diferentes, são mais frias, mais fechadas, mais cada um no seu canto. Sinto por isto que seja uma coisa minha, faz parte de mim. Não estou aqui a fazer 8h e vou-me embora' (Jorge).*

*'Perdem-se projetos, por exemplo não foi para a frente o das mães adolescentes e faz muita falta. Antes havia mais voluntários a levar a coisa para a frente. E as pessoas mais antigas estão mais cansadas' (Lucinda).*

Trata-se de um outro tipo de relações das pessoas que fazem a Associação, marcadas por um contrato laboral que se oferece aos profissionais recrutados sendo ou não do bairro, mas que também respeita, na senda de Lucinda, à própria agenda da Associação, progressivamente marcada por uma lógica de financiamento.

Ao falar das pessoas ‘mais antigas’, Lucinda situa claramente a questão ao nível geracional, distinguindo-a dos que iniciaram a Associação, que criavam e trabalhavam a título voluntário. Uma certa independência da Associação estava assim relacionada, pese embora a ausência de financiamento, com a boa vontade das pessoas que levaram para a frente atividades definidas.

#### Transformações na Associação: institucionalização

Na pergunta sobre as melhorias que as pessoas viram acontecer na Associação, a tónica assenta num serviço prestado de forma cada vez mais profissionalizada e institucionalizada. É possível notá-lo tanto ao nível do conteúdo, havendo inúmeras referências ao número de funcionários, à diversidade de apoios sociais prestados – a quem ‘não pode’, a crianças, a idosos, a quem procura emprego e formação, na própria oferta formativa, no alargamento dos horários de abertura, na melhoria dos espaços e equipamentos. Também é utilizado um vocabulário de âmbito laboral: dar resposta, rigor, exigência, qualidade da prestação, certificação, qualidade, gestão e organização, coordenação, etc. É uma linguagem que denota uma apreciação de ordem mais técnica, dentro de uma lógica instituída, normalizada.

Pode dizer-se que há uma lógica institucionalizada composta por uma profissionalização progressiva das pessoas que desenvolvem o trabalho e do modo como as atividades são promovidas. São apontados, nesta linha, o financiamento que decorre essencialmente de projetos e de protocolos com outras entidades, nomeadamente Estatais e supraestatais, com exigências e normatividades próprias. É neste sentido que se compreende Rui, para quem uma das melhorias da Associação tem sido ‘Mais capacidade de resposta às exigências solicitadas pelos promotores, instituições financiadoras. Mais organização e gestão da ACMJ [Associação Cultural Moinho da Juventude]’. Também Ermelindo refere esta dependência do financiamento externo, tendo em conta a evolução do Moinho da Juventude:

*‘Financiamento. Não acredito que esteja em falta agora. Há sempre a eminência de poder falhar. No final do projeto há sempre a questão de saber o que fazemos com os jovens com quem trabalhamos ou com o coordenador. Há também muita coisa que podemos fazer sem dinheiro.*

*Mas o edifício, o trabalho com as adolescentes, o Pulo, aqui também a sala de informática, ficam ao abandono se não houver dinheiro' (Ermelindo).*

Trata-se de um compromisso com atividades, ofertas que se foram desenvolvendo de cariz mais continuado, que não se deveriam coadunar com interrupções à mercê do financiamento. Há compromissos, prestações que se instituíram em função das disponibilidades financeiras que, no entanto, vivem (cada vez mais) sob a pressão da incerteza.

Para além dos financiamentos de projetos, há financiamentos permanentes que têm vindo a apresentar exigências que se tornam ameaçadoras. O caso mais referido a este nível foi o do número de crianças que condiciona o financiamento atribuído ao jardim-de-infância e às creches. Sofia, entre outras pessoas explica: 'Temos sempre crianças que saem, ficamos com vagas e às vezes não temos onde ir buscar crianças. Agora estamos com crianças a mais, mas às vezes é uma dificuldade. Isso até pode pôr em causa um emprego'. Numa população em que os movimentos migratórios têm uma intensidade considerável e onde se vivem situações de vulnerabilidade social muito significativas, esta pressão eleva-se e incorre no risco de perverter a preocupação e dinâmica comunitária, para ser sobreposta pela preocupação pela manutenção do número de crianças. Como assinala Tânia, uma das principais dificuldades da Associação, atualmente é 'conseguir mais crianças. Sem crianças isto não avança'.

Não obstante, e no seguimento de Ermelindo que afirma e concretiza: 'muita coisa que podemos fazer sem dinheiro', tal situação convive com uma criatividade e adaptação permanentes. São sobretudo pessoas que não são do bairro que salientam a constância da iniciativa, a resolução de problemas com escassos recursos (Joana, Elisa, Vânia, Anne Marie, Simone): 'a capacidade de fazer muito com pouco, a capacidade e facilidade em resolver e inventar soluções' (Anne Marie). Valorizam e aproveitam a capacidade de ação, por entre as condicionantes: 'Passar da teoria à prática: quando foi organizada a festa do Kola [san Jon], lidei com a equipa de coordenação e foi preciso resolver problemas que pareciam complicados. [Aprendi ao] Ver como resolvem isso (Joana)'.

Antes de terminar esta componente a propósito de uma lógica institucionalizada, refira-se ainda as realizações enquadradas em dispositivos regulamentados e de segurança. Foram referidos, como exemplo, a cozinha que se enquadra nas normas de higiene e segurança alimentar, ou polícia de segurança pública 'Agora eles ajudam-nos a fazer atividades, a levar os meninos à praia, acompanham as festas' (Lúcia). Em contrapartida, é um compromisso que retira a facilidade e flexibilidade para a utilização dos espaços, como à 'cozinha nova, perdeu-se a acessibilidade à cozinha. Podiam-se fazer atividades com as senhoras da cozinha, mas agora já não se pode entrar lá' (Filipa).

Transformações na Associação: certas pessoas fazem falta, a juventude também

É sentida a perda de várias pessoas que ocuparam lugares de liderança: ‘figuras que eram referência, eram pessoas simples que se davam muito bem com a população’ (Cláudia). Faleceram, emigraram, procuraram novas experiências, ou saíram em conflito. Estiveram entre os que criaram um modo de relação, de intervenção e encarnam o símbolo do modo ‘antigo’ de ser da Associação.

Uma destas pessoas é apontada com especial destaque. Integrou a direção da Associação e deu rosto e forma a uma equipa de trabalho com a juventude do bairro. São assinalados não apenas a sua falta mas igualmente a falta de um trabalho consistente e visibilizado com uma população que hoje obtém parca atenção. Telmo está entre os que interroga:

*‘A ligação com os jovens. O peso das atividades dos jovens e nas linhas orientadoras. Os mais velhos dizem sempre Moinho da Juventude, hoje as pessoas dizem só Moinho... e isso quer dizer alguma coisa. Há jovens que não vêm porque não temos nada para lhes oferecer. O que move o Moinho são os jovens, mas há poucos aqui no Moinho e estão dispersos’ (Telmo).*

Ainda que a alteração também tenha sido originada pelas mudanças nas linhas financiadoras que deixaram de priorizar os jovens como público-alvo, as duas faltas aparecem claramente associadas pela liderança e dinâmica que imprimiu em vários daqueles que hoje trabalham no Moinho:

*‘O núcleo de jovens era enorme, fazíamos muitos intercâmbios. As pessoas mudam ... eu fui para Setúbal (estudar na ESE), outras começaram a trabalhar ... são opções. A equipa fazia matinés para angariação de fundos para os intercâmbios; acampamentos a 30 euros com escolhas e opções das pessoas. Hoje temos muita gente a trabalhar mas a dinâmica alterou-se por completo’ (Sandra).*

Outra falta que se sente é, apesar de tudo, de haver mais gente para trabalhar no Moinho. Novamente é apontada a restrição dos financiamentos:

*‘com os cortes orçamentais não sei até que ponto vai influenciar. Já se nota no pessoal, recorre-se muito a estágios profissionais’ (Beatriz);*

*‘[a Associação] É grande demais. Aceita todos os projetos, faz candidaturas por todos os lados. Todas as pessoas estão sobrecarregadas. Acho que devia fazer menos e melhor. Às vezes*

*investimos muito em coisas que depois não avançam. Para quê, então? Talvez agora comecem a dizer não! Também aí está a mudar' (Vânia).*

A sobrecarga de trabalho é uma queixa de várias pessoas. Em especial são pessoas de fora do bairro que referem a responsabilidade, a par da falta de reconhecimento ou de justiça na relação com o trabalho.

*'O meu trabalho não é reconhecido por ninguém, além dos meus utentes, até porque ninguém sabe o que faço. A direção só sabe o que faço quando precisa para alguma coisa e pede sempre em cima da hora [...] [A gestão dos] recursos humanos não existem nesta casa. Desde que trabalho aqui nunca tive um aumento. E vejo pessoas que recebem por cada um dos projetos em que trabalham. Outras vezes dizem que quem está a recibos verdes não recebe as férias e depois sabe-se que há quem receba. Pessoas que não têm nem um pouco da responsabilidade que eu tenho e ganham mais ... por aí uma pessoa sente-se injustiçada' (Vânia).*

*'Relações interpessoais entre os colaboradores. Falta de comunicação, falta de apoio construtivo na equipa que reflete a atuação da direção que, em vez de construir, faz o contrário. As pessoas de fora – as do bairro, que procuram o Moinho – são bem tratadas. Mas as de dentro são tratadas como máquinas que quando se esgotam deita-se fora' (Sónia).*

*'Ambiente tenso entre necessidade, capacidade, possibilidade ou vontade de responsabilização. Centralismo e críticas: dificuldades ainda no reconhecimento do empenho das pessoas (Anne Marie).*

## **Formar e formar-se na Associação**

Uma parte significativa do inquérito procurava saber que trajetos formativos as pessoas identificam na sua passagem ou estadia no Moinho da Juventude. Foram introduzidas questões que estão longe de esgotar o tema mas que interrogam explicitamente sobre momentos, situações, pessoas que fizeram parte do processo formativo pessoal de cada um. Tendo em conta a consideração deste contexto associativo como propiciador de uma formação recíproca, por um processo de socialização, foram não apenas introduzidas questões sobre as aprendizagens mais importantes, mas também sobre como se situam face à formação

de outras pessoas, quer em situação clara de transmissor de um conhecimento, quer no âmbito socializante. Procurou-se desta forma salientar a reversibilidade dos papéis formativos característicos da socialização, em que o lugar de transmissor e de aprendente se vão alternando. Foram então introduzidas as seguintes perguntas:

*‘Na sua atividade no Moinho, o que ensina ou que conhecimentos transmite? A quem?’; ‘Na sua atividade no Moinho, quais são os momentos em que mais aprende? Com quem?’; ‘Em que é que a sua experiência de vida o/a ajuda na sua atividade?’;*

*‘Assinale 3 aprendizagens ou conhecimentos que adquiriu aqui no Moinho da Juventude e como os aprendeu’.*

Para analisar as respostas obtidas teve-se em consideração o contexto e, sobretudo as pessoas junto de quem ocorriam. Nota-se, por exemplo, a existência de atitudes e conteúdos diferentes no que se ensina quando os ‘aprendentes’ são crianças, jovens, adultos ou colegas.

## **O que ensino**

O primeiro elemento a salientar no que se refere à questão sobre o modo como as pessoas inquiridas falam do seu lugar de transmissoras, remete-nos para uma atitude coletiva de investimento pessoal, isto é, de incentivo para a tomada de iniciativa, para a descoberta e exploração do mundo, para a curiosidade e para a criação daqueles com quem lidam. Esta atitude verifica-se essencialmente a partir do trabalho com jovens e com adultos, já que com as crianças o foco parece estar no cumprimento da escolaridade e na preocupação com o ‘desvio’, para que ‘não se percam’, conforme referia Artur. Escolaridade e desvio parecem tornar-se como as duas faces da mesma moeda – ou se estuda, ou se envereda pela via da ‘marginalidade’.

É curioso verificar que o referido pelos inquiridos se reporta pouco a conteúdos específicos de uma prática, de um fazer e, sendo-o, são sobretudo mencionados pelas pessoas que não são do bairro (expressão plástica, corporal, quererem sempre aprender e saber mais, etc.). São alvo de maior afirmação aspetos relativos a modos de vida, a título pessoal ou coletivo: investir em si; desenvolver o que se gosta; respeito e responsabilidade; conhecer, afirmar e participar na história do bairro ou na promoção das tradições caboverdianas. Algumas pessoas apontam a globalidade da vida, há uma dimensão existencial e identitária que parece ser assumida com afínco.

Já internamente, sobre a relação entre colegas, apesar de ser a categoria menos referida, aponta-se para o trabalho em equipa, pautado por uma boa disposição e entreajuda, por vezes reforçando-se o carácter de reflexão e aprendizagem conjunta.

Pode então dizer-se que as pessoas assumem uma condição de ‘ensinantes’. Há como que um objeto triangular cujos vértices fazem confluír preocupações e apostas complementares: 1. ‘que não se percam’; 2. que estudem; 3. que invistam em si. São mensagens que têm um carácter individualizado, na medida em que se reportam à vida de cada um. Uma outra dimensão tem um carácter mais coletivo e identitário, que pode ser mais voltado para o bairro, para a ‘caboverdianidade’, ou ainda para a Associação Moinho da Juventude.

O que ensino: ‘que não se percam’, terem estudos completos, investir em si

Estar/Relacionar-se e assegurar a escolaridade parecem estar entre as grandes preocupações relativamente às crianças e aos jovens. Corrigir comportamentos, dizer ‘não’, ensinar valores e regras para que sejam autónomos, ou desenvolver competências a nível social e pessoal são exemplos de expressões utilizadas nas respostas. Também associarei aqui algumas respostas que se reportam a uma relação com o saber: ‘incentivá-las em ter atitudes de aprender e quererem saber sempre mais’ (Elisa) ou ‘refletirem sobre as atividades realizadas’ (Anne Marie).

Alguns inquiridos apresentam-se como exemplo, assumem um papel de autoridade e referência para os mais novos. Algumas destas pessoas tiveram trajetos sinuosos, passaram por situações de marginalidade e de ilegalidade. Desenvolvem agora outra via e pretendem a todo o custo evitar que a sua trajetória se espelhe no futuro dos mais jovens. Pretendem, a partir da sua história pessoal, poupar os mais novos em seguir os mesmos caminhos. Por exemplo, Carlos revela o seu desejo, na mesma ordem de ideias:

*‘[...] o que queria mesmo era trabalhar com os de 13/14 anos, que estão na idade de escolher, criar os seus grupos, abandonar a escola ou escolher cursos ... Não vou abandonar o bairro. Por mim levo a camisola e espero fazer esse projeto. Com 13/14 anos, se houvesse uma mãe que me puxasse para trás, eu ia. Mas não. Aos 21 anos fui preso. Por isso é que é uma idade mesmo decisiva. Eu gostaria de trabalhar com crianças nessa fase em que é preciso parar e conversar com eles. Porque vale mais uma boa conversa do que uma bofetada’.*



O percurso escolar é outro dos focos de atenção. Sendo a atividade de apoio à infância, complementar à escolaridade, uma área quotidiana e significativa do Moinho da Juventude, eram de esperar as referências neste sentido. Faz-se menção às tarefas de ‘apoio na realização dos TPC’s’, do apoio escolar, de acompanhamento geral a nível pedagógico, e finalmente – correspondendo ao objetivo do estágio dos estudantes da licenciatura em psicopedagogia – de acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais. O interessante está em observar os complementos que justificam essas tarefas. Nomeadamente temos três comentários distintos:

*‘Ensino às crianças tudo o que sei e que aprendi ao longo da minha vida, a terem estudos completos e a realizarem os seus sonhos’ (Ivone).*

*‘Trabalho com 4 crianças dos 0 aos 3 anos, vamos ensinando de tudo um pouco, a serem autónomos. Para quando forem para a pré [jardim de infância] já saberem algumas coisas’ (Camila).*

*‘Aos miúdos tento apoiar nos TPC’s, para que não desistam dos estudos’ (Beatriz)*

Conforme se dizia, assegurar o cumprimento da escolaridade está no centro das atenções, manifestando-se por exemplo por antever níveis seguintes, e pautada pelo receio de uma saída precoce: caso desistam, como é referido, ou caso não prossigam. É Beatriz quem mais refere essa preocupação. Ela conta, aliás, que foi a partir do apoio que teve no Moinho na sua própria escolaridade que decidiu enveredar pela profissão docente: ‘Aprendi muito aqui no Moinho e segui esta área profissional por causa do Moinho’ e, em particular, para trabalhar com as crianças do seu bairro:

*‘Por ter crescido no bairro e por ser do bairro. Isso é que me fez seguir esta área. Nem pensava em seguir o mestrado em ensino especial, mas fiz essa escolha para tentar perceber o porquê de tantas dificuldades destas crianças’. (Beatriz)*

Já Cláudia aborda a mesma questão, mas de uma outra perspetiva: ‘[ensino] *Que é necessário investir na nossa formação para no futuro termos melhor qualidade de vida.* Mais tarde ela explica, remetendo para a sua própria história: ‘Na formação de mediadores é que comecei a pensar de forma mais rigorosa em ir mais longe, em continuar a estudar e a formar-me [...] Nós (no bairro) estamos mentalizados de que quando chegamos a um certo nível, paramos. E aqui não. Incentivam-nos a continuar e a apostar em nós e na nossa formação’.

No testemunho de Ivone, acima referido, coexistem de forma independente os elementos escolaridade e sonhos pessoais. A realização dos sonhos parece surgir no âmbito de uma possibilidade de se constituir em sujeito de desejos e habilidades que merecem ser atendidos e alvo de iniciativas que os concretizem. Entramos assim no terceiro vértice que alguns designaram como ‘investir em si’. Este é um valor referido por várias pessoas, todas do bairro, que pautam o seu testemunho com expressões como estas:

*‘Gosto de saber o que as pessoas fazem para poder desenvolver e valorizar o que as pessoas fazem. [...] Incentivar as pessoas a fazerem coisas. A parte artística...’ (Ermelindo)*

*‘O meu objetivo geral é quebrar o sentido de dependência. Também trabalho com jovens, mas o meu trabalho é mais com as crianças ... se forem atrás, tiverem determinação, força de vontade e acreditarem que podem sonhar. Quebrar com o pensamento de ‘não vou fazer nada; não vou conseguir, não sei fazer’. Explorarem as suas capacidades e não terem medo de descobrir, não rejeitar o desconhecido’. (Filipa)*

São pessoas que encaram na Associação como espaço ‘oportunidade, disponibilidade, novidade’. Vivem-no para si e procuram relacionar-se nessa perspetiva com as pessoas que frequentam a Associação e as suas iniciativas. Situam-se como profissionais que dão aos outros estímulo e ferramentas que materializem as oportunidades. Neste contexto, ainda que não sendo de todo exclusivo, a parte da criação artística assume um papel preponderante por possibilitar a criação de obras, mostras ou outros projetos que são circunscritos no tempo. Isto é, permite realizar um trabalho, encontro, etc. que aconteça por um período limitado, sem exigir uma implicação exclusiva ou de longo termo.

O que ensino: a dizer o bairro

O bairro atravessa, desde há vários anos, uma turbulência quanto ao seu futuro, por se confrontar com a vontade de responsáveis políticos em dismantelá-lo e realojar a população em habitação vertical. Além disso, os seus moradores debatem-se em permanência com a má fama difundida pelos meios de comunicação social. Neste sentido, o que se ensina parece transformar-se numa atitude afirmativa:

*‘O lado positivo do bairro, a quem mora no bairro e a quem mora fora dele’ (Júlio)*

*‘Na música tento passar a realidade do bairro ao máximo de pessoas: jovens e adultos da sociedade em geral’. (Artur)*

*‘A Cova tem para mim uma representação diferente. A Associação sabe que eu digo sempre o que penso que se está a passar’. (Amílcar)*

*‘Nós todos no [Kova M] festival’<sup>18</sup> passámos mensagem: o interesse que temos pela população, demos dois dias de divertimento, reunimos as pessoas, reunimos amizades no mesmo recinto. Demos uma imagem diferente, porque as pessoas têm um pensamento negativo em relação à Buraca’. (Renato)*

Os quatro testemunhos são de adultos de perto de uns 30 anos. Estão empenhados em defender o bairro como pertença, em mostrar realidades do bairro que não são difundidas na comunicação social. Renato e Júlio assumem um discurso mais suave e valorizante, como o ‘reunir amizades’ e outros ‘lados positivos do bairro’. Já os discursos de Artur e de Amílcar assumem um tom mais assertivo, a sua defesa do bairro passa por afirmar as injustiças. Artur – tal como Amílcar – é músico e nas suas composições aborda as várias formas de injustiça social de que são alvo os moradores da Cova da Moura, como de outros bairros similares, nomeadamente onde se concentram populações negras.

Amílcar está muito empenhado em reivindicar o bairro perante a ameaça que não se define nem desaparece de desagregar o bairro. Ele inclusive renegoceia a sua identidade e atitude dentro da Associação, definindo para si próprio quando pode ou não exprimir tudo o que pensa. E é no contacto com os moradores que ele dá azo à sua expressão total, debatendo a sua interpretação e apelando à defesa do bairro.

Uma das fundadoras, novamente Lucinda, é quem parece fazer uma síntese, ao afirmar que o ‘Moinho é para a proteção da nossa comunidade’.

O que ensino: integrar-se na história da Associação e manter tradições de Cabo Verde

Voltadas para uma mensagem de ordem identitária, de pertença a uma comunidade e em sua defesa, encontram-se as dimensões de Associação e Cabo Verde. A dimensão da Associação foi a menos mencionada no quadro da mensagem expressa que se transmite, embora tenha força quando, inversamente, os inquiridos se referem ao muito que ali aprenderam. São duas as mulheres que perante a questão ‘o que ensina’ respondem por referência ao Moinho. A

---

<sup>18</sup> Kova M Festival: organizado pela Associação Moinho da Juventude de 2 a 7 de Abril de 2012, agregando manifestações artísticas (residências de músicos, exposição de fotografias, espetáculos musicais, workshop dança, etc.), de desporto (torneios de futsal), debates sobre temas sociais e políticos.

Nancy conta que ‘já tenho ido contar a história da Associação às crianças’; mas é Lucinda que afirma perentória:

*‘que o Moinho não é de ninguém, é nosso, é de toda a gente. Tem de se saber isso!’*

A outra dimensão tem a ver com o manter vivas as tradições de Cabo Verde. O Moinho da Juventude assegura algumas práticas comuns, como seja o Kola *San Jon* de que atualmente se prepara a candidatura a património imaterial em Portugal; mas também como é o batuque através do bem conhecido grupo de mulheres Finka Pé, para apontar os mais emblemáticos. É neste sentido que Lúcia responde: ‘Pelas festas que fazemos em Cabo Verde que temos acompanhado, são hábitos que na minha terra festejamos sempre e o Moinho não nos deixa esquecer a tradição e a nossa cultura’. O Moinho constitui-se assim como um bastião da memória e prática da cultura caboverdiana. Tomé testemunha a passagem entre gerações desta memória, ele conta:

*‘Há muitos putos que já entraram no grupo do S. João. A Lieve falou comigo para eu dispensar umas horas a ensinar porque já estou a envelhecer e os outros colegas também. Tudo isso é progresso’. (Tomé)*

Outros há que apontam o seu papel de transmissão desta cultura a nível do quotidiano, apontando como referência a ‘educação dos nossos ancestrais’ (Amílcar), traduzidas em práticas quotidianas que definem relações, prioridades, mas também momentos e festividades. É também nesta perspetiva que se percebe o testemunho de uma ama, a Elisa, que afirma: Elas [mães] falam crioulo com eles [os meninos] e eu falo o português’ ou seja, o facto de ela ensinar a língua portuguesa às criança, liberta as mães dessa responsabilidade para poderem lidar com os filhos na língua e cultura do seu país de origem.

O que ensino: tudo o que sei e aprendi ao longo da vida

Uma nota para o enfoque existencial, geracional, comunitário, contida nas expressões (coincidentes) de Teodoro e Ivone:

*‘ensino tudo o que sei e aprendi ao longo da vida’ (Ivone).*

É a globalidade da vida que se transmite com tudo o que ela comporta de vida individual e coletiva, associativa e cultural. De referir que estas pessoas estão fortemente comprometidas com o projeto da Associação, uma delas, a Ivone, assumindo um cargo da direção há vários

anos. É portanto toda a experiência pessoal, o carácter vivencial do seu percurso que ela toma como património de conhecimento a partilhar.

#### O que ensino: respeito

É expressão comum no bairro dizer-se que as novas gerações ‘já não respeitam os mais velhos’, sendo este um critério para avaliar a conduta de uma pessoa, em especial de um jovem. O respeito é um dos valores mais assinalados pelos inquiridos: ‘Fazer com que a educação dos nossos ancestrais não se perca, principalmente o respeito. Eu faço isso com os jovens. Isso e a cultura cabo-verdiana que tento passar e que não caia no esquecimento’ (Amílcar). Pelo que conheço e referi mas também pelos comentários, diria que a sua prioridade também remete para uma vivência de desconsideração e até de humilhação que têm na sua base a hierarquização social, económica, que assola a condição de imigrante negro, acentuada pela relação histórica recente de colonização e libertação entre países. É neste quadro que podemos escutar Teodoro:

*‘As coisas têm que ser resolvidas em paz e harmonia, respeitando todos, pequenos e grandes, sem consideração pelas cores, todos sendo respeitados por igual. Aqui somos todos diferentes. Uma pessoa que tenha menos cultura aqui vai sempre enriquecendo. (Teodoro)’*

#### O que ensino: saberes concretos

De um ponto de vista mais operativo, há alguns ensinamentos afirmados que se situam ao nível de uma prática, de um saber-fazer. Relativamente aos mais novos, várias pessoas contam que fizeram a ‘construção de uma árvore em material reciclado’ (Ivo), que trabalham a expressão plástica ou corporal, a capoeira ou a culinária.

O processo de procura de emprego tem sido alvo de grande trabalho no Moinho através do Gabinete de Inserção Profissional, no qual cabe a transmissão sobre o próprio processo da procura. É por isso que Juliana enumera o que ensina: ‘Elaborar currículos, cartas de apresentação, postura na entrevista, relação com a entidade patronal, técnicas de procura de emprego. Motivá-los para o emprego. Encontrar a área em que gostariam e onde possam adquirir competências’.

A informática é também requerida e afirmada. Entre os inquiridos, um é formador credenciado e permanente, os restantes fazem-no a título de voluntariado. O formador de informática assume diferentes funções e quando está muito ocupado, tornam-se importantes esses apoios gratuitos que mantêm aberta a disponibilidade de apoio. De destacar também a diversidade dos públicos que requerem atenções específicas:

*‘Ajudo o Ermelindo em coisas de internet, quando estão cá os ‘velhadas’, as pessoas mais velhas, e chamam para esclarecer e ajudar em internet, computador ... Aqui quando há formação de adultos, o Ermelindo pede para eu tomar conta e ajudar uma senhora que tem falta de óculos’.*  
(Moisés)

#### O que ensino: apoio em situações difíceis

Uma outra ordem de saberes concretos tem a ver com o apoio em situações difíceis. São de ordem social e tematizadas – violência doméstica, alcoolismo, solidão e carências materiais de famílias ou pessoas idosas, acompanhamento de (ex-)reclusos, documentação relativa aos imigrantes (legalização, autorização de residência, etc.), maternidade na adolescência. São questões que têm vindo a ser alvo de atenção específica no âmbito das formações e dos procedimentos.

Há pessoas mais sensíveis a certas questões que acompanham casos para apoiar na sua resolução, em geral por terem experienciado pessoalmente uma situação idêntica, podendo tornar-se ‘técnicas de experiência’<sup>19</sup>.

*‘Por exemplo nos doentes alcoólicos. [...] Há sempre quem não aceita mas há sempre uma maneira de deixar uma dica, uma palavra solta. Quem sabe se um dia a pessoa vai pegar nessa palavra. Identifico-me com o alcoólico em recuperação para poder falar’.* (Teodoro)

*‘Apoio os idosos dentro da zona e às situações de violência doméstica, encaminhando para as diversas instituições que há. [...] Por exemplo há certas perguntas que podem ser incómodas que não faço por já ter passado pela situação. Ajuda a não fazer os mesmos erros que outros fazem, dá sensibilidade.’* (Camila)

---

<sup>19</sup> A procura de reconhecimento desta categoria profissional em Portugal leva a que em vez de perito se designe o profissional como técnico de experiência, alegando-se que a categoria de perito se aplica apenas a doutorados. Na Associação, optou-se por utilizar a designação compatível com o reconhecimento em Portugal, mesmo que seja a designação de ‘peritos de experiência’ aquela que é usada nos países onde foi primeiramente edificada, concetualizada e formalizada esta categoria profissional.

*‘Direitos e deveres. Quem está comigo não sabe como funciona o sistema e nos serviços as pessoas [profissionais] aproveitam-se disso. São coisas muito básicas mas que ajudam as pessoas a se orientarem na própria vida, para o seu empowerment’. (Vânia<sup>20</sup>)*

O que ensino: aos colegas

Internamente, a relação entre colegas ou entre núcleos e o acolhimento de novos colegas são apontados com frequência como contexto de transmissão. Parece-se então materializar-se a difusão da ‘maneira de trabalhar’ que haviam referido na caracterização da Associação. Segundo os dizeres, transmite-se empatia, convivência, entreatajuda, alegria, atitude de diálogo na resolução de problemas, colaboração e respeito. Passa-se aos novos o que se viveu. Como nos diz Beatriz:

*‘Convivência com os colegas. Quando vim para o ATL sentia-me estranha, mas agora já não nos sentimos só colegas, somos mais do que isso, para além de colegas’.*

A dimensão da equipa é a maior referência, quer em termos de passar a outros como trabalhar em grupo, quer retirando o cunho de haver alguém que ensina a outros para, ao invés, assumir a ocasião da equipa para o apoio, a aprendizagem e criação mútua e conjunta:

*‘Responsabilidade, partilha, saber trabalhar em grupo, respeitar o outro, saber dar opinião e saber ouvir. Isso é o que passamos. É o que temos de batalhar constantemente com os jovens, as crianças e em equipa’.* (Sandra)

*‘Trabalho com colegas, temos ideias, juntamos tudo, cada pessoa diz do seu e acabamos por aprender umas com as outras’.*(Sofia)

*‘Enquanto coordenadora de Cidadania Participativa construímos em equipa vários conhecimentos acerca de temas variados como a participação em atos eleitorais, a presença de violência doméstica ou a organização de atividades lúdicas, como visitas e construção de uma obra no bairro’.* (Simone)

*‘Partilhar o ponto de vista sobre a questão da qualificação do bairro devido aos meus estudos e ao meu estágio ser para a Faculdade de Arquitetura. Tivemos de debater, apresentar sugestões’.* (Ivo)

---

<sup>20</sup> Vânia não é técnica de experiência.

## O que aprendo

O que aprendo: com a vida

Uma vez mais, as pessoas que têm ou tiveram uma relação de residência com o bairro apresentam um caráter existencial com um impacto que não é comparável com as referidas por quem numa ‘foi’ do bairro. Tendo em conta a disparidade entre os relatos de ambos os grupos, optei por fazer um descritivo separado.

Assim, em primeiro lugar, o modo como os trajetos pessoais se evidenciam nas opções de vida – de estudos, de profissão, de implicação na Associação, de atitudes – constitui um elemento a salientar. É em função da vida que se teve, de experiências concretas, de observações e reflexões sobre alguns aspetos/fenómenos sociais que se opta por determinada profissão, área de intervenção.

Neste sentido, parece que a vida se constitui numa fonte de aprendizagem que se observa sob três formas distintas: o contraste, a observação/inquietação e o testemunho pessoal. São fenómenos que marcam pela negatividade, por aquilo que se pretende apoiar na resolução, contribuir para promover um rumo diverso.

Apelidei de contraste a situações em que os aprendentes remetem para experiências más que viveram e que agora encontram oportunidade de criar um espaço diverso desse. São experiências de maus tratos a que foram sujeitos na escola, noutros serviços públicos, na atribuição identitária feita por outros em que os próprios não se reconhecem. O contraste pode também acontecer pela vida pessoal que pode tornar-se calma e descansada, face a outros ‘momentos agrestes’ da vida, para usar as palavras de Ângelo. Assim foram várias respostas à pergunta ‘Em que é que a sua experiência de vida o/a ajuda na sua atividade?’:

*‘vi as dificuldades que tive, vi as estratégias que tiveram comigo que eram muito ‘isto é assim e assim, vais fazer isto’, impunham muito e diziam que ‘se não fizesse era porque era burra ou isto ou aquilo’. Rotulavam muito. Procuro outras estratégias e formas de trabalho’. (Filipa)*

*‘[...] vivi isso com uma amiga: eu sou descendente de caboverdianos mas nascida e crescida cá. Ela branca mas nascida e crescida na África do Sul. Às vezes perguntavam-me como era África, eu não sabia e quem respondia era ela. Isso tem a ver com a minha área de formação’. (Juliana)*



*‘Estou a fazer o que gosto: não se passa nada e afinal já passou o dia ‘na descontra’, sem problemas. Tenho a vida independente, moro sozinho. Tenho de fazer por mim. Tenho de saber o que é bom para mim. Já não tenho vida para roubar ou para o tráfico. Já passei por muito’.*  
(Ângelo)

*‘Em tudo. Às vezes já conheço as pessoas. Quando faço intervenção já sei as sensibilidades. Eu sou mais um deles, só que tive mais alguma sorte na vida. Outros também já tiveram licenciatura e estudaram. Pelas minhas características, por aquilo que defendo, falam comigo abertamente. Também consigo pôr-me na pele porque já estive em situações semelhantes: ser negro e morar na Cova da Moura. Vejo também coisas que eram complicadas e que se foram resolvendo. Vou recorrendo a essa experiência de vida’.* (Amílcar)

O contraste constitui assim um polo de ação. Procura-se criar uma atitude de acordo com o que se defende, com a mudança que se pretende, criar um dispositivo de intervenção que se constitua como um alívio e uma possibilidade para ser diverso, em especial no sentido de assumir uma atitude de defesa e implicação para com aqueles para quem se trabalha, como bem explicitam Amílcar e Juliana.

*‘[a experiência de vida ajuda] Muito! cresci no bairro, sou descendente de caboverdiano e é por isso que nos procuram. Consigo compreender problemas, reações, forma de estar, porque é a cultura. Consigo fazer as pessoas perceberem coisas que lá fora lhes explicam de uma forma que eles não entendem e por vezes não as tratam bem. Consigo fazê-las estarem à vontade, não desconfiarem, perceberem que estamos a trabalhar com elas, em prol delas e não para o gabinete. Estas pessoas já vão com medo porque não são recebidas da melhor forma e é pior se não falam português’.* (Juliana)

Em determinadas ocasiões, a formação pode dar-se pela observação de fenómenos em que não se esteve envolvido senão numa perspetiva observadora atenta e reflexiva. A inquietação e o questionamento provocados por esta inquietação estarão na base de algumas opções, por exemplo de Beatriz e de Cláudia:

*‘Por ter crescido no bairro e por ser do bairro. Isso é que me fez seguir esta área. Nem pensava em seguir o mestrado em ensino especial, mas inscrevi-me para tentar perceber o porquê de tantas dificuldades destas crianças’.* (Beatriz)

*‘Ter crescido no bairro, ter sido uma observadora passiva em questões de criminalidade. Era crítica e continuo a ser. Acho que para mim é mais difícil entrar no mundo da droga, mas se eu*

*quiser é mais fácil entrar em termos de tráfico. Essa consciência adquiri através dessa experiência e se não fosse isso só teria análise teórica'. (Cláudia)*

Finalmente, o testemunho pessoal é passível de se constituir num corpo de conhecimento para apoiar a resolução de situações similares que acontecem com outras pessoas. A maioria destas situações está enquadrada no Moinho da Juventude numa perspetiva profissional que se apelidou de Técnico de Experiência. Mesmo sem lhe dar o nome, as pessoas assumem a sua condição de acompanhantes de outros em situações próximas: ter vivido situações de pobreza, violência doméstica, alcoolismo, maternidade na adolescência, ter sido vítima de racismo, ser morador de um bairro assolado pelo estigma social. Poder-se-ia também integrar nesta categoria outras situações relacionadas com o ser ou ter sido recluso ou o risco de entrar para o tráfico.

O testemunho pessoal passa por uma vivência conjunta que evidencia o seu significado quando a pessoa se torna um profissional nessa área. Várias pessoas referem o quanto é importante o conhecimento anterior que já têm das pessoas e das famílias que atendem para estabelecer uma relação, mas sobretudo a cumplicidade de saber o que significa 'ser morador da Cova da Moura'. Relembro a este propósito Amílcar, que dizia: 'consigo pôr-me na pele porque já estive em situações semelhantes: ser negro e morar na Cova da Moura'.

Ser do bairro constitui-se então como sua fonte de identidade que é atravessada pela cumplicidade mas também pelas relações de confiança. No caso da confiança, pode apresentar-se como vantagem o ser do bairro e o conhecimento mútuo que já se tem, como é o caso de Teodoro que conta:

*'Sempre respeitei todos, sempre a trabalhar [na construção civil]. Criei muita confiança com os outros e os outros comigo. Agora é muito mais fácil. Quando trabalhava cumpria sempre a palavra, sempre entreguei a casa no ato combinado, nunca deixei de pagar um trabalhador. E isso facilita muito'.*

Mas pode também dar-se o caso contrário. Carlos por exemplo conta que conhecendo todas as famílias e apesar do seu grande esforço para estabelecer uma relação com elas na qualidade de cuidador das suas crianças revela que *'se eu morasse fora daqui, o meu trabalho seria mais respeitado. De vez em quando distraio-me com os amigos e depois sabe-se tudo. O que se consegue durante uma semana perde-se em 2 dias. Gostaria de não ser daqui. Entrego-me no que posso e entrego-me de coração aberto. Mas ficam sempre com um pé atrás'.*

Várias pessoas revelam também a experiência geral da vida, que abrange a condição de familiar e cuidador em especial para quem trabalha na área da educação. Papéis diversos emergem como fontes de saber experiencial: ser mãe, pai, irmão, avó. Numa perspetiva mais social emerge o ser mulher e a riqueza do contacto com uma grande diversidade de meios: ‘Ter conhecimento de muita gente de diferentes quadrantes étnicos, culturais. Vivi em três países. Foi a convivência e a troca’ (Ermelindo).

Algumas figuras de referência também são mencionadas sobretudo para quem trabalha com crianças: pai e mãe, tias e avós, mas também mais que uma vez aparece a referência geral aos mais velhos e mais experientes. É de notar como profissionais certificados para o trabalho na educação de crianças, apontam a sua educação pessoal como fonte de inspiração para o trabalho que desenvolvem. Falam de ambos os pais, por vezes associados a uma religiosidade: ‘A educação católica que tive: o saber dar e saber receber, retribuir e passar valores: respeito, trabalho, humildade ... aquilo que os nossos pais nos ensinaram’ (Telmo).

Finalmente é de mencionar experiências anteriores, por vezes de carácter informal, como a culinária ou o cuidar de crianças. Algumas pessoas referem trabalhos similares ao que desenvolvem atualmente, que tiveram de adaptar, fossem ou não de carácter profissional.

Outras pessoas apontam princípios e modos de trabalho de carácter transversal:

*‘Acredito que se quisermos podemos juntos fazer muita coisa. Com 15 anos criámos uma discoteca. Estava uma casa abandonada cheia de terra. Tirámos a terra, levantámos o morro. Fazíamos matinés com grupos de música, dança, concursos. Eram matinés para virem os miúdos mais a família toda. [...] Em S. Tomé a minha formação era ligada à música. Também dancei hip-hop em Angola. Criei grupos e dei aulas de dança. Gosto de desenho e de informática. De informática gosto muito para agilizar os meus eventos, dá-me facilidade. Fui escolhendo o que queria aprender e junto as coisas no dia-a-dia. [...] Aprendi a fazer cálculo mental de quanto tempo combinado levo para fazer isto, aprendi isso nas obras. No final do tempo a casa tem de ficar pronta. Com os 12 anos em que trabalhei nas obras, ganhei a noção do que tenho de fazer’.*  
(Ermelindo)

*‘Na dança aprendi a responsabilidade e a pontualidade. Foi muito bom. A Sandra puxava muito por nós, não era pessoa de facilitismo. Ela dizia: ‘se não consegues vais tentando até conseguires’. Eu também puxo por eles assim. E aprendi a trabalhar em grupo e a explorar o mundo da criatividade’* (Filipa).

São momentos de vida repletos de sentido e aprendizagem em aspetos específicos, cujo significado só é atribuível pelo próprio, em função do seu trajeto mas também em função dos efeitos que produz esse novo objeto de conhecimento, seja ele a relação com o tempo, ou até a relação com a própria aprendizagem, fortemente mediada por aqueles com quem se vivenciou esse momento particular.

Passando à análise das respostas à pergunta ‘Em que é que a sua experiência de vida o/a ajuda na sua atividade?’ formuladas por quem ‘não é do bairro’, ressalta como primeira observação a emergência da individualidade que permite a criação de laços com o contexto ou com a atividade desenvolvida e, por outro lado, uma atitude de cariz mais profissional. Isto é, surgem com evidência características pessoais e vivências que vão ao encontro do trabalho desenvolvido, que permitem e facilitam o entendimento e até a cumplicidade para com aqueles com quem se trabalha. No entanto, a atitude geral, remete para uma presença de implicação essencialmente profissional, ainda que seja comum a satisfação e a identificação com a ‘causa’.

Olhando com maior detalhe para as respostas obtidas, verifica-se que aparecem vários relatos que se expressam em termos de formas de ser, apontam traços de personalidade e gostos individuais – ‘tenho o gosto por ir atrás, por chegar e ficar à escuta’ (Joana); ‘as minhas características que vêm da minha experiência de vida ajudam-me nas minhas práticas’ (Raquel); ‘O facto de ser muito curioso e experimentar diversas atividades dá-me uma boa capacidade de improviso e criatividade na minha atividade como educador’ (Gabriel) – ou princípios e valores com que orientam a sua participação e desempenho na Associação: ‘Toda a formação e valores de solidariedade e entreaajuda e de dar sempre sem esperar nada em troca. O ser amigo de uma criança ou adulto. Penso que isso é que me tem dado uma boa relação com crianças ou com adultos’ (Jorge).

Na mesma linha, outras pessoas apontam a experiência de vida (Josefa, Júnior, Rui). Também há quem aponte experiências com que identificam alguma similitude ou que ajudam a construir uma ponte com a experiência das pessoas com quem lidam na Associação. Ivo fala de duas experiências mais significativas: ‘Fui animador de crianças durante 4 anos e tive experiência de vida coletiva e de vida em grupo e isso com certeza ajudou muito’.

Certas pessoas apontam a experiência ou condição de se ser imigrante. Trabalham na Associação várias pessoas estrangeiras, ou com dupla nacionalidade, nascidas e criadas no estrangeiro. A sua vida em Portugal pauta-se por um conhecimento significativo sobre o que é ser-se estrangeiro. Mesmo que partindo de uma condição socioeconómica diferente daquela que é vivida pelas pessoas do bairro da Cova da Moura, há uma possibilidade de

entendimento mútuo e uma cumplicidade que daí advém. Algumas utilizam esta sua condição pessoal para estabelecer laços com as pessoas do bairro:

*‘Também cheguei a Portugal como imigrante (sou belga). As minhas condições de integração eram bastante diferentes das pessoas que eu encontro cá. Eu convivo com portugueses culturalmente bastante diferentes. Eu sabia ler e escrever e falar línguas e assim consegui um emprego interessante’. (Elisa)*

*‘Aqui eu senti-me sempre um bocadinho imigrante. Na Alemanha eu dizia sempre ‘sou alemã’. Quando cheguei aqui é que comecei a dizer que sou luso-alemã. E o facto de dizer que sou imigrante, ajuda-me na minha relação com as pessoas que me procuram, cria-se uma ligação’. (Vânia)*

Duas pessoas também assinalam que já ‘sentiram na pele’ a vulnerabilidade social:

*‘[...] havia um amigo em casa de quem eu fazia tudo. Eu estava sempre na casa dele. Passados 5 anos o pai dele ficou sem trabalho e passou a ser o contrário, ele vinha para minha casa, comia. Nunca se sabe o dia de amanhã.’ (Salvador)*

*‘Também na área da exclusão: por uma altura da minha vida também passei por isso.’ (Sónia)*

As experiências de âmbito profissional estão entre os relatos, surgindo pela ligação direta à atividade que agora se desenvolve, na animação, na investigação, bem como a nível do desenvolvimento de sensibilidades transversais: ‘o lidar com situações delicadas (a perda de familiares) e isso ajuda-me a lidar com problemas’ (Júnior); ‘uma experiência profissional muito ligada às questões da sociologia e da política, aliadas a práticas em que se tentaram os valores da cultura ao serviço da cidadania’ (Amélia).

A formação académica no que ela comporta de aprendizagem metodológica e processual é, curiosamente mencionada em dois casos, um deles para o negar e outro para o valorizar como fonte de aprendizagem de cariz mais técnico: ‘Eu não educo através de metodologias mas sim com os meus princípios e valores que se adquirem ao longo da vida’ (Josefa); ‘ensina a escutar e a colocar questões às pessoas para criar espaços para elas falarem’ (Joana).

O que aprendo: na Associação, Muito!

Contrariamente ao item anterior mais dedicado às experiências pessoais de vida, no que se refere ao que se aprende no contexto da participação nesta Associação, a diversidade parece caracterizar as aprendizagens e as circunstâncias em que acontecem. É o que emerge das perguntas ‘Na sua atividade no Moinho, quais são os momentos em que mais aprende?’ e ‘Assinale três aprendizagens ou conhecimentos que adquiriu aqui no Moinho da Juventude e como os aprendeu’.

Uma primeira categoria impõe-se relativamente a uma expressão recorrente nos testemunhos dos inquiridos: Muito! ou Aprendo muito! Esta é uma resposta imediata de várias pessoas, e reveladora de um espanto perante a imensidade da abrangência. Teodoro é disso exemplo:

*‘Muita coisa, muita! [...] Aprendi tanta coisa que nem sei explicar. Foi muito, muito ... e ... não é para explicar’.*

Não será demais lembrar que, como Tomé, outras pessoas fundadoras da Associação mantêm o espanto em ver a evolução desta ‘casa’ cujos primeiros tijolos colocaram e em cujas primeiras reuniões participaram reclamando água para a população, sem nunca imaginar a dimensão que viria a tomar e a multiplicidade do seu desenvolvimento. Tal poderá estar na origem da continuidade do dito por Tomé:

*‘Há uma exigência aqui que nem se pode explicar e as pessoas vão aprendendo conforme a cabeça dá. Há muitas pessoas cursadas no Moinho, pessoas aqui do bairro’.*

Por vezes este ‘muito’ parece situar-se numa equipa, pessoa, projeto através do que a pessoa inquirida mudou a sua vida, passando a assumir um modo de ser uma atividade radicalmente diferente daquelas que até então conhecia ou perspetivava, passando a desempenhar outro papel social e profissional no bairro, na sociedade e perante si própria:

*Aprendi muito desde que exerço esta atividade. [...] Estou melhor como pessoa desde que estou no Moinho. (Anabela)*

*‘A Margarida foi muito importante, e as 39 [que se candidataram] estão lá agora. Isso é muito importante, e temos muita ajuda da instituição [Moinho]. [...] Fui fazer o curso de Auxiliar Educativa, com a Margarida. Foi ela que arrancou com este projeto de Creche Familiar [amas]. Pediu ajuda à Segurança Social para nos pagar os ordenados, a Segurança Social veio visitar e ajudou no trabalho’. (Camila)*

Há ainda um enunciado da aprendizagem constante: ‘Aprendo sempre’. ‘Aprendo com todos’. ‘Aprendo todos os dias muito’. São expressões transversais a quase metade dos inquiridos, de

idade, gênero e condição perante o bairro, como se compusesse uma espécie de cultura da casa. Uma jovem técnica refere, entre as principais aprendizagens proporcionadas pela sua experiência no Moinho da Juventude, ‘Que é importante aprender todos os dias. Terminei a universidade há pouco tempo. Não sabia o limite entre terminar a universidade e o que ainda tinha para aprender’ (Raquel).

Não será abusivo dizer que, além de uma filosofia própria à casa, esta atitude de aprendizagem permanente decorre também da multiplicidade e complexidade de situações com que as pessoas se deparam e que carecem de atenção e resolução, que só é possível se encontrada em conjunto, articulando conhecimentos e recursos.

#### O que aprendo: na Associação, o trabalho

Quando se considera o que preenche o ‘muito’, isto é, a natureza das aprendizagens, distinguem-se diferentes categorias, umas de natureza claramente laboral, relacionadas com a organização do trabalho, a articulação com outros ou o trabalho em equipa, as tarefas mais relacionadas com uma perspetiva temporal do faseamento e os ciclos de atividade. Muitas destas aprendizagens relacionam-se com áreas específicas de trabalho com crianças e jovens, ou seja, com a figura de ‘educador’, ou então com o trabalho social, com adultos.

Também surgem categorias de outros âmbitos, nomeadamente em termos de disposições pessoais – autoconhecimento e novas qualidades pessoais desenvolvidas – bem como em termos sociais e políticos – aprende-se a conhecer e lidar com culturas diferentes mas também se toma consciência política sobre certos assuntos, voltados para a condição de povos recém-libertados, e da sua trajetória de luta pela independência, ou da condição de vida dos imigrantes.

No que se refere a aprendizagens de teor explicitamente profissionais, o trabalhar em equipa ocupa um lugar de primazia. Várias são as pessoas que mencionam o ter de aprender a trabalhar com outros, com pares. Estes outros referem-se de modo geral ao colegas, mas por vezes emergem algumas especificações dessa função, seja pelo aprender a trabalhar em *tandem*, que é uma tarefa mencionada igualmente por pessoas que desempenham, nesta dupla, o lugar de técnico de experiência, como no lugar de técnico ‘superior’. São mencionadas a importância do debate e troca de experiência, a paciência, a tolerância, a capacidade para ouvir e pensar sobre o que se ouve, tendo em conta que ‘a ponderação de várias abordagens

possíveis nos leva a considerar diferentes formas de lidar com os problemas [associada à] noção absoluta que os resultados não são garantidos nem imediatos' (Amélia).

O tempo ocupa um lugar de relevância. A experiência prolongada no tempo fornece, pela repetição, o conhecimento sobre o ciclo de vida dos projetos (Rui), a consciência e confiança sobre a resolução de certos problemas e ter uma visão de longo prazo (Tomás e Amílcar), a noção do tempo que se leva para realizar certas tarefas, cumprir objetivos (Flor, Ermelindo), mas também a capacidade de realizar determinados trabalhos 'em cima da hora' (Vânia e Elisa), de antecipar dificuldades (Telmo), de 'organizar o trabalho e o pensamento. Senão não é possível, com tanto trabalho e casos diferentes... a organização vamos aprendendo no meio do pânico' (Juliana).

No que se refere ao 'educar', é muito referido o lidar com um grupo de crianças e organizar atividades para elas. As famílias, o modo de se relacionar com elas, o perceber e estabelecer os limites da atuação de uns e de outros, constituem-se como pontos importantes que requerem trabalho. Já na área mais voltada para os adultos, naquele que apelidei de trabalho social, são referidos fatores de comunicação e relacionamento com o público, como sejam o 'estar, conviver, conseguir proximidade mas também distância' (Vânia). A questão tempo aparece novamente, associada à necessidade e à valorização da escuta do outro, daquele com quem e para quem se trabalha. O maior foco das aprendizagens situa-se, no entanto, no modo de olhar o outro: a sensibilidade, o respeito, o 'saber que cada um pode fazer o seu caminho' (Telmo) e situar-se

*'no atendimento com pessoas com culturas, religiões, posturas ideológicas completamente diferentes das minhas. Permitiu-me crescer enquanto pessoa: é possível fazer muito mais do que pensávamos. Quando te encontras com pessoas que em nada são iguais a ti, percebes o que é a diferença. Trabalhar em função daquilo que a pessoa quer e ir com ela e não por onde nós queremos (Juliana).*

Algumas pessoas refletem sobre a condição de 'trabalhador/a social', para conhecer e sensibilizar-se para a dimensão comunitária e aos princípios proclamados na Associação, como sejam o '*djunta mon*' (Simone), 'a própria filosofia da ACMJ e metodologias de trabalho: *empowerment*, participação ativa nos projetos, etc. (Hélia). Uma meta-reflexão aparece igualmente para valorizar o trabalho profissionalizado: 'Saber que somos importantes e que conseguimos sempre chegar às pessoas [...] Que sem os técnicos, nada funciona: eles têm o poder de mudar e de fazer crescer as coisas. Mas é verdade que sozinhos também não fazem nada' (Telmo). Um trabalho que tem, no entanto, a exigência de uma aprendizagem permanente, que assume um poder que pode ser determinante para a vida daqueles com quem



se trabalha (Raquel) e que tem, em simultâneo, limites evidentes: ‘Aprendi como é tão difícil mudar as coisas que nós queremos (Rosa).

No limiar entre o profissional, o amador, ou a simples curiosidade, encontram-se algumas aprendizagens concretas, como sejam: a realização e produção de um filme em vídeo, informática, artes plásticas, saberes relativos a nutrição e culinária ou ainda na construção: carpintaria, eletricidade ou as técnicas locais utilizadas pelos moradores na construção das casas na Cova da Moura.

O que aprendo: na Associação, a ser outro e conhecer o outro

As transformações pessoais, ao nível de modos de ser e de se relacionar, são fortemente enunciadas quando referidas. É geral a referência a uma maior e melhor disposição para o convívio, a comunicação, a confiança e a solidariedade, que é repartida entre os inquiridos, sejam homens ou mulheres, mais novos ou mais velhos, tendo ou não uma relação de residência com o bairro.

A distinção aparece marcada pelo género ao nível de traços de personalidade. São os homens, em especial os jovens adultos, que manifestam ter aprendido a ser mais calmos, dóceis, pacíficos e humildes. Inversamente, as mulheres dizem ter-se tornado mais determinadas, persistentes e assertivas. É como se os homens precisassem de disciplinar e domar uma impulsividade masculina e que, ao contrário, as mulheres adquirissem maior capacidade de afirmação.

Também marcada por um grupo, desta vez etário, de jovens adultos entre os 20 e os 35 anos, está um conjunto de disposições de valorização e aposta no trajeto individual de cada um. São jovens adultos que contam que aprenderam a aproveitar as oportunidades, ‘lutar pelos meus objetivos, não desistir e crer que posso alcançá-los (Artur); ‘investir na formação pessoal [...] E aqui incentivam-nos a continuar e a apostar em nós e na nossa formação’ (Cláudia), ‘olhar por mim’ (Ângelo).

Com maior peso masculino, mas não exclusivamente, a sensibilidade política é outra aprendizagem desenvolvida a partir do contacto com pessoas e projetos realizados no Moinho da Juventude:

*‘Interesse pela política e pelos assuntos da imigração, através do trabalho com o SEF’  
(Ermelindo)*

*‘aprendi a História de África e a luta de libertação’ (Amílcar)*

*‘Ser cidadã ativa, aprendi no Grupo de Teatro do Oprimido a não ficar parada a ver as coisas a acontecer e procurar solução para o problema’ (Filipa)*

Uma dimensão significativa que emerge nas respostas diz respeito à relação com pessoas de culturas diferentes. O convívio ali no Moinho mas também as viagens de intercâmbios e apresentações têm um peso importante no conhecimento de pessoas que têm origens de países diferentes. A multiculturalidade é valorizada. Mas são sobretudo pessoas de ‘fora do bairro’ que identificam saberes específicos sobre a cultura do outro: mesinhas, comida, língua, ‘*djunta mon*’ e

*‘Uma coisa que admiro muito que é o enfrentar as contrariedades com bom espírito [...] uma visão romântica do bairro, sobre o tirar partido daquilo que tens: o prazer que as pessoas têm em conversar, a alegria mesmo tendo poucos recursos. A cultura africana tem essa capacidade’ (Joana).*

#### O que aprendo: dinâmica organizacional

A concretização constitui-se como espaço em que cada pessoa se apropria, dá forma a e efetiva um conhecimento transformado em ação. Pode também a realização tornar-se uma obrigação de criar ou de atender a dimensões até então subvalorizadas, como é o caso da organização: ‘a carga de trabalho obriga-me a organizar o trabalho de forma mais eficiente e assim vou aprendendo’ (Hélia). A prática é lugar de erro e de experimentação:

*‘Aprendi a pôr a ideia em prática. Mesmo que às vezes não penses no resultado final, é o processo que é importante. E na segunda vez que fizeres, vais fazer melhor’ (Ermelindo).*

Os pares e outros interlocutores são referências inigualáveis. São pessoas, figuras de destaque, pelo facto de permitirem e facilitarem o acesso a novos universos – a leitura, a ética e paixão no trabalho, sensibilidade a problemas com a legalização dos residentes, etc.

*‘Vinha ter com o Eduardo, ele tinha livros sobre História de África. Ele indicava-me coisas para eu ler e conversávamos. Mesmo quando estava a estudar em Santarém vinha cá visitar o Eduardo e levava sempre um livro. Ele chamou-me, depois, para eu fazer a catalogação. E agora fiquei eu com a biblioteca. Lembro-me do pessoal dizer como ele tinha livros lá em casa. Tinha truques para nos pôr a ler, incentivava-nos. Quando eu lhe contei que tinha entrado para a*

*faculdade em Santarém, ele disse: “Tenho uma coisa para ti”. E deu-me a ler o Almeida Garrett: Viagens na minha Terra’ (Amílcar).*

*‘Com o Ermelindo comecei a ouvir problemas que não pensava que existiam, do SEF, para obtenção de documentação. Dois países unidos, Portugal e Cabo Verde, têm uma cláusula de ajuda mútua e mesmo assim há muita dificuldade em ter os documentos’ (Renato).*

*‘Aprendo muito com o Rui quando trabalho diretamente com ele. Aprendi ética de trabalho, paixão e responsabilidade e conseguir estar sempre à frente. Ele já está preparado para tudo o que possa acontecer. Aprendo com vários colegas quando temos espaço e tempo e oportunidade para trocar ideias, reflexão’ (Telmo).*

É também entre pares que se inicia o desempenho de uma nova tarefa e também é através da partilha de experiências que se consegue desenvolver a capacidade de reflexão:

*‘Aprendemos com os colegas todos com que partilhamos. Não é nas formações mas no informalismo com os colegas, por um desabafo e pelo experimentar’ (Telmo).*

As reuniões ocupam, nesta partilha, um papel determinante. As reuniões de equipa são amplamente referidas pelo seu caráter formativo, reflexivo e alivante. Como referem Vânia, Filipa e Patrícia ‘em reuniões de equipa, falamos com os colegas e refletimos’ (Vânia); ‘vemos situações em que não nos sentimos à vontade, em que temos dúvidas. Apoiamo-nos umas às outras. Através de várias cabeças procuramos uma solução’ (Juliana); ‘vamos ficando mais aptos. A partir de uma situação ou de um momento familiar, vão surgindo mais ideias’ (Patrícia). Por vezes esse trabalho tem o apoio de uma pessoa exterior à equipa de trabalho que a torna uma reunião com supervisão:

*‘Nas reuniões que tínhamos com o Paulo, porque falávamos dos problemas do gabinete, das situações que nos afligiam. Com ele procurávamos estratégias para as ultrapassar e melhorar’ (Juliana).*

Os projetos ocupam um lugar relevante, na medida em que se constituem numa estrutura de tempo limitado com uma dinâmica previamente definida em função dos temas e objetivos. Há figuras que novamente se destacam, como seja por exemplo no projeto das creches familiares cuja impulsionadora é lembrada anos depois de se ter reformado, por ter dado rosto e forma a uma iniciativa árdua. Havia amas informais no bairro, que recebiam crianças em sua casa em condições, por vezes, muito precárias. O projeto Creche Familiar veio possibilitar o acesso a um salário e a apoio para realização deste trabalho que passou a ser profissionalizado,

supervisionado e integrado numa rede de amas que retirou do isolamento o trabalho destas mulheres.

Os projetos incluem múltiplas dimensões, propondo-se tratar de alguns assuntos de forma acompanhada, através de uma equipa de pares ou multifacetada. São temporalmente situados e podem corresponder a etapas ou oportunidades que rompem com um carácter mais rotineiro da tarefa. Temos o testemunho de Artur, na perspetiva do utente. Isto é, ele foi um dos jovens que beneficiou de uma iniciativa estruturada por uma equipa num momento de viragem na sua vida de jovem adolescente: ‘através do Ser Criança (tinha uma bolsa, carpintaria, capoeira ...) aprendi muito’ (Artur). Temos também o testemunho de Ivo e da Vânia. Ela trabalhava em serviço social e participou nessa qualidade em projetos com outras instituições do mesmo âmbito.

*‘o grupo do Bem Passa Ku Nos possibilitou-me conhecer o funcionamento do grupo e poder perceber os valores que estão por trás’ (Ivo);*

*‘Nos momentos de supervisão, em projetos como o SAAI, porque são momentos de reflexão em que paramos e pensamos sobre o que estamos a fazer em reuniões de partilha com colegas (assistentes sociais). Por exemplo: alterações e implicações na prática da nova lei de nacionalidade, perceber como utilizá-la, etc.’ (Vânia).*

As reuniões e o encontro com pares ou equipas parecem então associados a uma formação no quadro de tarefas complexas. É através destes que parece acontecer uma formação que se reporta a questões complexas ou de um saber (e) fazer mais subtil. Muito baseados numa ótica de acompanhamento mútuo e de resolução de problemas com que os profissionais se deparam, estes momentos de partilha parecem coadunar-se com as comunidades de prática. Ainda que algumas figuras se destaquem pela liderança e por se constituírem como referência chave, a aprendizagem parece ser recíproca, passando não só pela resolução conjunta mas também pela observação de outras realidades e modos de fazer:

*‘Quando se trazem os assuntos na mesa eu fico sempre atento a ver o resultado. Estou sempre atento. Às vezes ponho um problema. Eu desconfio de como resolver a situação, mas vou ver o que é que fica deliberado resolver. São mais cabeças a pensar melhor. Deixamos o atalho e vamos pelo caminho certo. Hoje em dia é raro aparecer uma situação que me apavore porque já houve antes uma situação daquele género’ (Teodoro).*

Estas reuniões são de âmbito diverso, tendo sido mencionadas as reuniões de equipa, as reuniões de coordenação e outras em que participam diversos, senão todos, núcleos de

trabalho da Associação. As reuniões em que participam as equipas dos vários núcleos são particularmente apreciadas, pelo convívio que proporcionam, por possibilitarem o conhecimento de novos colegas, e por se conhecer o que vai acontecendo, ter uma dimensão global do Moinho da Juventude: ‘vemos a casa toda e construímos coisas’ (Sandra).

As reuniões conjuntas com todos os núcleos são referidas como sessões de formação. Contêm um tema central – como seja ‘é preciso uma aldeia para educar uma criança’ (reunião – formação) – ou uma tarefa a realizar, como o balanço anual e planificação, e alguém a orientar a dinâmica e os exercícios, isto é, contêm alguns ingredientes da ‘gramática escolar’ mas sobretudo são reconhecidas pelos próprios como momentos de (trans)formação.

Como Teodoro (acima), outros inquiridos do bairro referiram que nas reuniões se apreende ou confirma um saber. Isto é, o acompanhamento e confronto com outras pessoas que trabalham as mesmas questões, permite aferir trajetórias, conhecimentos, e permite confirmar que se ‘está no caminho certo’.

Neste sentido, o contacto com o exterior pode ser portador desse potencial de distanciamento e de reconhecimento de um saber ou reflexão. Vejam-se os casos de Sandra e de Ermelindo:

*‘Ter um bom conhecimento de informática ajuda muito. Se eu fizesse uma tese eu ia defender que a tecnologia de informação pode agilizar o trabalho social. Uma vez houve uma formação sobre isso na Bélgica e foi uma coincidência. Aí é que eu vejo que estou no bom caminho, que a ideia é importante’ (Ermelindo).*

*‘Também trabalho na escola e há um conhecimento da turma e da família que ajuda a dar a volta à situação’ (Sandra).*

A ligação ao exterior representa, aliás, uma fonte importante de aprendizagem, mesmo que em relação direta com a atividade que se desenvolve no Moinho da Juventude. Como principal referência estão os projetos através das suas parcerias, já referidos, bem como as formações e seminários ou congressos:

*‘Seminários e parcerias são interessantes para ter informação e ideias, mas tem de se adaptar sempre à realidade porque pode não funcionar num bairro’ (Hélia).*

*‘Quando estava cá a empresa da Alim, a senhora ensinou muita coisa nova e boa: postura, higiene, questão de alimentação e comidas novas’ (Tânia).*

*‘[Aprendo] Nas formações de que gosto porque me permite abrir horizontes, perceber o que se passa neste momento em formação, ver novos prismas, permite colmatar bastantes dúvidas’ (Juliana).*

*‘Quando temos formações, fazem-nos crescer como pessoas também. São coisas de que não temos conhecimentos e bases para ultrapassar a nível dos problemas pessoais ou profissionais’ (Artur).*

O exterior aparece igualmente pelo lado mais autodidata e quotidiano: ‘Também aprendo fora: vejo e pesquiso. Sou muito atento à informação principalmente na área tecnológica e na área cultural. [...] vejo muita televisão, eu estou sempre a absorver informação, isso é muito natural em mim, gosto de ver boas práticas’ (Ermelindo).

Finalmente, há a referir o sentido de disponibilidade e de oportunidade que a Associação Moinho da Juventude assume, manifestada por pessoas que o aproveitaram e gozaram. Pode ser uma simples casa aberta onde a pessoa se sente bem e decide ficar e manter uma relação de voluntariado, beneficiando do bom ambiente, da integração na rede de socialização do bairro que permite (Renato e Moisés), pela disponibilidade para usufruir de iniciativas, como sejam por exemplo dos computadores, da internet ou das aulas de inglês (Eunice, Moisés), ou o apoio que sentem para desenvolver iniciativas que se pretende dentro do ritmo e respeitando o momento da vida de cada um (Tomé, Camila): ‘Vi outros caminhos, vi que há outras coisas para fazer e que nunca é tarde’ (Júlio).

### **Atividade, como se aprende o trabalho**

Ao descrever o trabalho que desenvolvem no âmbito da Associação Moinho da Juventude, nota-se, desde logo o carácter multifunções que as pessoas desempenham. A julgar pelas descrições, é usual trabalhar-se em dois ou três domínios, não raro distintos no tema e tipo de tarefas desenvolvidas. Apenas metade das pessoas assume funções numa das áreas, incluindo-se aqui a maioria dos estagiários e voluntários inquiridos. Ou seja, para quem é trabalhador remunerado no Moinho da Juventude, é provável que tenha responsabilidades em projetos ou áreas diferentes.

Por exemplo, algumas das pessoas que trabalham no CATL, também são responsáveis ou monitores pelo grupo de basquete ou de dança; a mesma pessoa que gere a biblioteca também atende as pessoas no âmbito do SEF em Movimento (para legalização dos documentos exigidos ao imigrante), também apoia a coordenação do projeto O PULO (de intervenção

precoce junto de crianças e suas famílias), integra a assembleia geral e tem um papel ativo no debate sobre o atual processo em curso de decisão sobre a participação. Ainda é músico e dinamizador de debates sobre história de libertação, sobre políticas da imigração, entre outros. Uma das cozinheiras é responsável pelo economato, integra o grupo do Kola *San Jon* e participa na dinamização das respetivas apresentações, angariação de fundos, etc. que ainda acumula com a participação nos corpos gerentes da Associação.

A uma atividade profissional parece acumular-se uma atividade de carácter militante, voluntário. Ou seja, além da função profissional é comum a participação em atividades do Moinho que resultam de uma escolha pessoal e são realizadas a título voluntário. São de teor expressivo-artístico, como sejam a música, a dança, o desporto, o teatro, ou outras artes; ou têm um cariz organizacional, relativo aos cargos associativos e às lutas comunitárias pelas questões do bairro, em que tomam preponderância, desde há alguns anos, as questões da qualificação do bairro, da violência policial e do cuidado aos idosos.

Existe então uma colaboração com a Associação, por parte de vários dos seus participantes, que agrega atividades de carácter militante, expressivo e profissional, por vezes assumindo a mesma pessoa diversas atividades de cada tipo. Sobretudo parece haver uma conjugação de funções que incluem a sustentação económica com uma colaboração expressiva e política, ainda que estas fronteiras, da função económica e militante, não sejam estanques. Não só foi possível notar o quanto muitas pessoas se manifestaram profissionalmente realizadas nas suas tarefas, como assumiram um posicionamento político pelo modo e contexto em que acontece.

Ao carácter de multifunções que em geral assumem as pessoas que trabalham na Associação, soma-se uma subestimação das atividades desempenhadas. Apesar de se ter pedido uma descrição das tarefas desempenhadas em cada atividade, fui notando que várias não eram mencionadas. Por diversas vezes os inquiridos não sinalizaram atividades que eu sabia realizarem ou que soube *a posteriori*.

Também assinalaram atividades ou domínios em que assumem simultaneamente diferentes papéis, por exemplo de coordenador/a de equipa e de ‘executor’, como é o caso de Hélia que acumula a coordenação do Gabinete de Inserção Profissional com o atendimento, bem como ainda a coordenação e realização (em equipa) do programa Emprego Apoiado e ainda é par num *tandem*, no âmbito do projeto Cidadania Participativa. Não por acaso diz que entre as aprendizagens mais importantes, mas também aquela a que mais tomou gosto e saber, estava a organização do trabalho.

O caso de Ermelindo também é paradigmático desta multiplicação de tarefas, como acontece com as áreas de ação, cada uma delas incluindo a quase totalidade de tipo de tarefas que aí se podem realizar, conforme descreve o que desempenha sobre a informática, desde 2004 – ‘formador, programador, coordenador – dos cursos e da sala, gestão de equipamento’. Ou, no Estúdio de música, de que faz ‘gestão de equipamento e do espaço, apoio ao dinamizador de um projeto de capacitação artística (em 2010) em que fazia a coordenação por parte do Moinho; produção executiva e orientação do CD [de música, intitulado] *Susial Drama*. Fiz a capa’. Faz ainda atendimento no âmbito do SEF em Movimento, coordena a realização de um festival de música que já teve duas edições, elaborou uma intranet, gere e faz a manutenção do *site* do Moinho, ocupa-se de uma parte do arquivo fotográfico do Moinho e do bairro.

Mesmo uma investigadora presente, a realizar uma pesquisa no quadro de um pós-doutoramento, vive uma situação parecida: ‘Colaboração no processo de candidatura do Kola *San Jon* ao inventário do património imaterial de Portugal. [...] As investigações têm uma utilidade a longo prazo, não produzem resultados imediatos. Eu queria ter as duas vertentes. Por isso juntei o meu pós-doutoramento que é sobre qualificação, em antropologia: os valores investidos na autoconstrução. E juntei-o ao processo de candidatura do Kola’. Além destas duas atividades bastante distintas, ainda dinamiza uma tarde por semana o espaço intergeracional, com os idosos: ‘faço *tandem* com o Ângelo à 6ª feira no espaço intergeracional, e fazemos trabalho de zona [no âmbito do projeto Cidadania Participativa] mas à nossa maneira: não temos casos a acompanhar. O tema é a qualificação, o Ângelo mostra-me a zona e vamos pensando no que fazer para qualificar a zona’.

Até nos voluntários ou nos estagiários, é comum serem prestadores em mais do que uma atividade ou domínio, como o estagiário Gabriel que, curioso em expressão corporal, desenvolve a sua atividade na creche, no Jardim de Infância bem como no CATL, onde está como que ‘sedeado’; ou o Ivo que no âmbito da sua prática anterior de ateliers entre amigos ou com crianças, alargou a sua experiência para trabalhar com jovens e crianças, que acumula ao trabalho de arquitetura, integrando a equipa de Comissão de Bairro: ‘fizemos propostas, fiz o papel de técnico, apresentar projetos de pequenos melhoramentos imediatos para a qualificação do bairro’.



## **Aprender um ofício/uma tarefa**

### Formações e universidade

É de sinalizar, antes de mais, o facto de várias pessoas assumirem hoje uma profissão cuja formação e certificação foi obtida em cursos promovidos por e nesta mesma instituição. É o caso das amas, de auxiliares de ação educativa, de agentes de interligação, das cozinheiras e até de formadores que se certificaram através dos cursos de formação de formadores ali promovidos. Alguns dos que se referem à formação universitária através da qual adquiriram a capacidade e legitimidade para assumir determinadas funções, fizeram-no no seguimento de formações e atividades realizadas no Moinho. Como exemplo, a Cláudia fez ali um estágio como auxiliar de ação educativa, mais tarde a formação de mediadores interculturais, após o que ingressou no curso superior de serviço social; ou Beatriz e Sandra, cuja experiência no Ninho de Jovens, as fez optar por uma formação superior como professoras do 1º ciclo.

Reafirma-se, portanto, o carácter formativo num plano formal tanto quanto informal, que se torna determinante para a vida de pessoas, moradores do bairro e não só (veja-se os casos de Anabela), que ocupam, anos mais tarde, postos de trabalho enquanto profissionais habilitados e certificados, e se implicam na vida associativa.

Outras pessoas referem ações de formação promovidas pelo Moinho sem mais especificar, como se se tratasse de um longo percurso em que estas vão permitindo novas aprendizagens mas integrando um todo que se agrega ao convívio e à partilha de experiências. Assinale-se um conjunto de formações que várias pessoas mencionaram que, não sendo promovidas pelo Moinho da Juventude, acontecem no quadro de projetos, promovidos pelas entidades parceiras, no âmbito de uma temática circunscrita – emprego apoiado, SEF, alcoolismo e drogas, etc. – ou são incentivadas e estabelecem uma ponte de facilitação, por exemplo para realização do RVCC (reconhecimento, validação e certificação de competências) ou de outros graus de escolaridade.

Entretanto, vale a pena deter-nos um pouco sobre a descrição das pessoas do modo como aprenderam a desempenhar o trabalho que efetuam, isto é, analisar o lugar em que situam diversos contextos/interlocutores de formação. A partir das respostas, consideraram-se as seguintes categorias: curso profissional na escola, curso profissional no Moinho, formações no Moinho não especificadas, colegas, experiência de vida pessoal, experiência profissional anterior, sozinho, formação no âmbito de tarefas específicas, prática profissional no contexto do Moinho, universidade.

Ao levar em linha de conta os primeiros contextos/interlocutores de formação enunciados pelos próprios, o lugar ocupado pela formação académica, universitária (incluindo-se a frequência ainda sem diploma), é priorizado sobretudo pelos ‘técnicos’ exteriores ao bairro. Parece tratar-se de uma evidência de que a sua presença e atividade no Moinho da Juventude se deve à sua formação académica que reconhecem como preponderante para o trabalho que ali realizam. Entre as pessoas que têm uma relação de residência com o bairro, e apesar de serem dez as pessoas ‘do bairro’ inquiridas com formação universitária, apenas três mencionam claramente este contexto. Isto é, se entre os inquiridos ‘de fora’, metade apontam a universidade como primeiro locus de formação determinante para o que atualmente fazem, quanto aos ‘de dentro’, apenas um terço o referem e apenas uma pessoa lhe atribui o lugar primeiro, colocando-o após o contacto e aprendizagem com os colegas de equipa, ou formações pontuais, sobre temas específicos.

A naturalidade e recorrência com que as pessoas falam das ‘formações’ (realizadas pelo ou através do Moinho) leva a crer que se torna parte de uma rotina que é importante não apenas pelo que trazem de significativo para a pessoa, mas igualmente por serem espaços de encontro consigo, com os colegas, com uma questão e cria um hábito regular (auto)formativo – auto no sentido em que os próprios reconhecem e se apropriam desta regularidade transformadora de si.

#### Experiência de vida e aprender sozinho/a

Se o lugar de formação universitária está menos evidenciado entre aqueles que têm uma relação de residência com o bairro, o mesmo não acontece com contextos não formais ou informais de socialização. Um grupo considerável de pessoas ‘do bairro’ refere a sua condição de vida pessoal para explicar a tarefa que agora desempenha. Algumas pessoas herdaram e continuam uma atividade que conheceram desde o tempo em que eram crianças, aprendida com os seus familiares e outros adultos com quem conviviam. Acontece com algumas cozinheiras, algumas pessoas do grupo do Kola *San Jon*, e com quem trabalha com crianças: Nancy conta como aprendeu, por gosto pessoal, a cozinhar e a *kolar* (dançar segundo o modo tradicional do kola *San Jon*), e outros casos em que se aprende em contexto familiar uma atividade que se tornará profissão:

*‘Sempre gostei de cozinha. O Kola já está no sangue, é uma tradição da minha terra. Lembro-me de fugir de casa e ir para as festas’ (Nancy);*

*‘Eu tomava conta de crianças em casa, para além de que sou mãe’ (Laura);*

*‘A minha mãe já era ama. Fui aprendendo com ela e depois tive 5 filhos, por isso fui aprendendo (Camila);*

*‘Estive 2 anos a tomar conta dos meus sobrinhos’ (Carlos);*

*‘Já veio de pequeno: o meu pai sempre teve muita música, os meus tios tinham bandas, os meus primos compravam muita música. Eu gostava daquela coisa de pôr discos, de pegar, de mexer, ver a capa e como funciona. Comecei a fazer música desde 1994’ (Ermelindo).*

A valorização do trabalho individual de aprendizagem e das opções pessoais, ocupa igualmente um lugar importante. Considerou-se esta aprendizagem mais solitária quando a pessoa afirma uma autoridade sobre as escolhas que faz, na atitude com que trabalha, na iniciativa em definir o que e como vai realizar a sua tarefa. É uma condição de formação autodefinida, autónoma, que aparece com maior evidência em quem realiza voluntariado, ou quando a pessoa define e articula áreas de interesse pessoal. É o caso de Dália: ‘Tiro inspiração de revistas, procuro na internet ou nos programas de televisão infantis’; ou de Anne Marie: ‘exercícios corporais [que aprendo] com a minha professora de ginástica e com as pessoas com quem vou falando sobre este trabalho, e com leituras na internet e em livros de exercícios’. Mas está igualmente presente em pessoas que desenvolvem, no quadro da sua atividade profissional, uma área ou um modo de fazer próprio, personalizado, que assumem convictamente:

*‘Através de uma aprendizagem pessoal na área’ (Gabriel).*

*‘Aprendi em casa com os familiares – a minha avó, por aquilo em que ela acreditava: ‘temos de trabalhar, senão não há nada’. E aprendi com a minha forma de pensar.[...] Tenho de pensar que o tempo tem de dar para tudo. Tinha uma grande responsabilidade de o ter e estar com ele e também de conseguir fazer o que me comprometi a fazer. Desde o início da gravidez que me comprometi a não largar nem o teatro nem a dança’ (Filipa).*

*‘Senti que tinha espaço para experimentar. Experimento e vejo que funciona ou não. É muito importante para a minha formação. Tenho espaço para ter uma aprendizagem constante. Tenho leitura por trás em complemento. E acompanhamento do Paulo e dos colegas’ (Raquel).*

Esta atitude de reconhecer em si um carácter autodidata ou, pelo menos, de condição aprendente, associa-se ao sentido de possibilidade e de oportunidade que apela à iniciativa que ali sentem ter lugar. Gabriel e Filipa desenvolvem, ambos, atividades que criam e apresentam

com autoria própria. Pode também esta atitude relacionar-se à complexidade das tarefas desenvolvidas e à proposta da ‘maneira de trabalhar’ que implicam uma procura e reequacionar constante dos problemas e suas respostas. Para isso aponta o testemunho de Raquel.

### O lugar dos projetos

A prática quotidiana e o contacto com o grupo de colegas ou com alguns em particular com quem se teve uma relação de aprendizagem privilegiada são naturalmente lugares primordiais de formação. É na interação com os colegas de trabalho que mais se aprende individual e coletivamente, pela passagem de uma filosofia de trabalho e de um saber fazer, mas também na resolução de problemas, na articulação de recursos, no aprofundamento das questões e até no alívio pela partilha da preocupação e da responsabilidade. A propósito, é comum as respostas virem construídas na segunda pessoa do plural, assinalando que o trabalho é coletivo, elaborado em conjunto com os pares: ‘Fomos adequando a postura ao que ia surgindo’ (Juliana).

As equipas de trabalho, nesta perspetiva formativa, podem estar associadas a uma tarefa ou intencionalidade determinada e circunscrita a um dado período de tempo, isto é, a um projeto. Os projetos têm-se revelado, para várias das pessoas inquiridas, momentos e contextos privilegiados de formação. É recorrente a referência ao impacto que tiveram as equipas em que participaram ou os grupos de formadores ou de técnicos-pares. Algumas pessoas falam de projetos em que participaram ainda enquanto jovens, isto é, ‘público’ ou ‘utentes’, a partir do que parece ter-se operado uma mudança nas suas vidas (por exemplo Artur, Filipa, Sandra, Beatriz): ‘Aprendi com os técnicos, responsáveis dos grupos’ (Filipa); ‘Através do [projeto] Ser Criança aprendi muito’ (Artur). Mas é também na qualidade de profissionais, como já foi acima referido, que os projetos e as equipas têm impacto.

*‘No Bem passa ku nos – o trabalho com os jovens é muito complicado, são ‘carimbados’ e eles já têm isso. Mas foi a melhor equipa de trabalho que tive até hoje. Fazia-nos ter um trabalho redobrado mas com imenso empenho’ (Sandra).*

*‘Todos os anos vamos aprendendo mais uma competência. Acompanhei o projetos Putos Ka ta Cria (em 2010) e aí vi como se fazia um cd. É a experiência de ter participado um bocadinho em tudo’ (Ermelindo).*

Nos seus relatos, Sandra conta a mobilização impressa na equipa e Ermelindo fala de um trajeto de aprendizagens marcadas por vários projetos ao longo dos anos, como se de cada projeto saísse um novo saber. Ele dá como exemplo um projeto em que acompanhou e aprendeu a gravar, editar e produzir um cd de música, tarefas que desde então passou a assumir.

### **Participação em reuniões, seminários, intercâmbios**

Foi introduzida uma pergunta sobre a participação em reuniões mais amplas de encontro, no âmbito da atividade da Associação, com instituições e pessoas que não do bairro ou do Moinho. A participação, com voz ativa, de pessoas do bairro em reuniões e eventos onde geralmente apenas participam ‘técnicos’, profissionais, pessoas certificadas por via dos seus graus de estudos para desempenhar e falar sobre projetos e atividades junto de públicos ‘desfavorecidos’ é uma intenção da Associação. A densidade de participações de jovens e adultos neste tipo de encontros requeria encontrar um espaço próprio para que fosse interrogado, o que aconteceu através da pergunta: ‘Alguma vez participou em seminários, reuniões, intercâmbios no país ou no estrangeiro através do Moinho? Conte a sua participação e o que foi importante para si’.

De fato, a participação em encontros e reuniões no exterior, com outros grupos ou entidades, parece estar generalizada. As pessoas que não participam neste tipo de eventos estão no Moinho da Juventude há menos tempo, profissionais, estagiários e vários, mas nem todos, os voluntários. Algumas pessoas das mais antigas, embora escassas, afirmam ‘não fazer questão de ir’, mas mesmo estas, fazem-no após terem passado já pela experiência de representar e partilhar o trabalho do Moinho no exterior.

Nove das pessoas inquiridas responderam efusivamente: ‘Já fiz tantas! Dentro e fora do país’ (Ivone); ‘Em todos’ (Sandra); ‘Bués. Fez-me crescer muito’ (Ermelindo); ‘Muitos’ (Vânia); etc. Além de vários lugares de Portugal percorridos, de Porto a Olhão, foram sobretudo mencionados países europeus – Suécia, Noruega, Bélgica, Holanda, Alemanha, França, Espanha, Itália – e Cabo Verde. São viagens de intercâmbio de jovens, reuniões com os parceiros de um projeto, apresentação de espetáculos ou de participação em seminários. Em Portugal na região da grande Lisboa, além dos seminários, debates e reuniões, as pessoas inquiridas também falam na visita a exposições, como a ‘Falemos de Casas: projeto Cova da Moura e A House in Luanda: Patio and Pavilion’ apresentada no Museu da Eletricidade; ou noutros eventos como a receção ao Primeiro-ministro de Cabo Verde, na respetiva embaixada.

O contacto com outros países traz sempre a experiência de convívio, do contacto com outra língua, outros modos de viver, com a diversidade de histórias pessoais e coletivas, com outras paisagens, naturais ou urbanas. Recordam-se as pessoas presentes nesses encontros – sobretudo no caso de intercâmbios ou de reuniões mais prolongadas -, fala-se deste contacto com a emoção de um momento muito significativo. Nancy explica: ‘Nas viagens há alegria. Representar o Moinho, fazer parte desta família, é uma honra muito grande’.

Há como que um duplo sentido subjacente a estas viagens. A nível mais pessoal ‘o mais importante é a experiência de vida’ (Amílcar). Mas há também como que um encontro (renovado) com o Moinho da Juventude. Várias pessoas alegam, por exemplo, que um dos aspetos importantes é ‘defender o nosso trabalho e os nossos objetivos’ (Sónia) ou, como refere Ermelindo ‘aprendo, percebo que conheço mais o Moinho e que afinal o trabalho do Moinho não me passa tão despercebido como eu pensava’.

As reuniões no exterior ou os seminários, o confronto com outras instituições e entidades que desenvolvem com frequência trabalhos similares, permitem a troca de experiências, o ‘*sair de lá com novas ideias*’ (Rosa), o contacto com outras realidades. Há um olhar que se elabora e que ajuda a perspetivar a realidade social em que se vive o próprio trabalho. É Lucinda quem o refere:

*‘Conhecemos outra comunidade e ver o mundo de outra maneira. Pensava que aqui havia muitas dificuldades... e lá também fomos visitar as casas e vejo que há muita gente que sofre e precisa de apoio. Antes eu pensava que vínhamos de Cabo Verde, que éramos pobres. Agora vejo que somos ricos’.*

O contacto com outros modos de trabalhar está precisamente na origem das tais ‘novas ideias’ referidas, parecendo ser um dos elementos essenciais para o carácter experimental e inovador:

*‘Vamos buscar e conhecer novas ideias e projetos, isso é fundamental para que as coisas mudem aqui no Moinho’ (Jorge).*

*‘Ia em tandem, com uma das colegas do Pulo ou com o Teodoro (a hierarquia sente-se muito lá fora, por isso é importante o tandem). É sempre muito importante para mostrar a outros que estamos aqui e o que defendemos. Uma coisa maravilhosa é a Associação estar sempre muito à frente. É aquela coisa da Lieve de saber o que se está a passar noutros países e adaptar para aqui’.*  
(Vânia)

É também neste tipo de evento que se obtém reconhecimento do trabalho que se faz, que é possível reforçar o significado pelo intercâmbio e pelo reconhecimento que a interlocução permite. Ao falarem do seu trabalho, a partir da figura profissional, como ‘mãe de bairro’, ‘técnico de experiência’ ou em *tandem*, os participantes notam o impacto em si e nos outros:

*‘a hierarquia sente-se muito lá fora, por isso é importante o tandem’ (Vânia)*

*‘Fui como perito de experiência. Saí de lá enriquecido. Tirei dúvidas e desabafei. E foi a primeira vez que falei para uma plateia de 300 pessoas’. (Carlos)*

*‘fui a duas apresentações de trabalho como mãe de bairro e fui a formações. Noutros sítios há muita gente a querer fazer o nosso trabalho. Houve muitas perguntas para saberem como estamos com as famílias, como trabalhamos com elas’. (Patrícia)*

A participação em eventos no exterior, além de enriquecer a experiência de vida e o contacto com outras realidades de países e de modos de trabalhar, são momentos de encontro e reflexão com quem trabalha nas mesmas problemáticas. O encontro com a Associação assenta no reconhecimento de si enquanto profissional e da casa que se representa, mas igualmente no que proporciona de contributo para a Associação, de formação, consolidação e criação, ou adoção, de novas ideias e estratégias para experimentar e utilizar no contexto da Cova da Moura.

### **Cursos de formação**

Uma vez que o Moinho é entidade credenciada para organizar e desenvolver ações de formação certificadas, tem havido uma oferta de formações que também se encontram disponíveis noutros locais e instituições. Várias pessoas obtiveram certificados profissionais e escolares no Moinho da Juventude, mesmo que em parceria com outras instituições: 9º e 12º anos; Certificado de Aptidão Pedagógica (também conhecido como CAP, exigido aos formadores profissionais), de ‘mediador intercultural’, de ‘técnico de ação educativa’, entre outros. Neste sentido, interrogou-se aos inquiridos em que medida consideravam vantajoso ou desvantajoso a frequência de cursos no Moinho, sabendo que os mesmos são promovidos por outras entidades exteriores ao bairro.

As respostas abarcaram aspetos primeiramente de ordem material, relativos a localização e preço, estes dois fatores confundindo-se. Isto é, na medida em que os cursos acontecem no local onde as pessoas já se encontram, há uma facilidade que se traduz em tempo de

deslocação e em poupança do custo dos transportes e de alimentação, sobretudo no caso de se viver no bairro. Para quem não é do bairro, a gratuitidade do curso é importante, por conhecer a exigência de pagamento usual noutros locais.

Quanto à relação criada, salienta-se o facto de num curso desenvolvido no Moinho haver o sentimento de se ‘estar em casa’, de ‘estar mais à vontade’, o que é importante inclusive para ‘expor dúvidas e dificuldades’ (Amílcar) que a torna mais ‘fácil para as pessoas daqui’ (Jorge). Tanto pensando nos outros formandos quanto pensando em si como formandos, este ambiente conhecido parece ser de agrado aos participantes. São momentos de pausa e quebra de rotina que permitem conhecer num ambiente de maior informalidade os colegas. Vânia comentava que ‘Foi engraçado porque era com colegas, era bom estar aqui ao sábado e almoçar aqui’.

Embora se reconheça que os cursos são pensados para o público da Cova da Moura e do Moinho da Juventude, as formações são abertas a serem frequentadas a quem é de fora, o que é um elemento valorizado. Várias pessoas que não são do bairro referem este aspeto, talvez pela surpresa da mistura de públicos que leva Raquel a comentar: ‘no CAP houve diversidade de formandos, a experiência é mais rica do que se fosse fora’.

Com efeito, algumas qualidades da formação realizada no Moinho da Juventude devem-se à ‘casa’ que a coordena e desenha, pela ‘aplicação da filosofia da ACMJ na prática, em cada formação. Experiência e conhecimento que a ACMJ tem adquirido ao longo dos anos’ (Hélia). Estes são para os inquiridos fatores que se cruzam e alimentam com a:

*‘sensibilidade a questões que possam existir na vida da pessoa. Aqui não é formação e depois ir embora, aqui há uma relação mais contínua, olha-se a pessoa como pessoa e não como número’ (Telmo).*

Há uma preocupação com o contexto, com o percurso da pessoa durante e após a formação. Aliás, o período pós formação é bastante referido pelo apoio em procurar para os formandos uma empregabilidade que se coadune com o título obtido:

*‘O percurso é integrado: há um encaminhamento pós-formação para um emprego ou para mais formação’ (Telmo).*

A contextualização ou adaptação ao público e meio em que acontece dá-se, segundo os inquiridos, pela escolha de formadores e pelo seu trabalho em equipa, o que, para Anne Marie, confere qualidade à formação, permite a atenção à equipa de formandos tanto



individual como coletivamente, pelos métodos práticos, ativos. Eliana, por exemplo, complementa a impressão sobre a sua experiência com a de outras pessoas: ‘As informações que tenho é que aqui a formação é diferente. As pessoas são bem servidas. Há pessoas que vêm cá fazer cursos e além de aprenderem com aula teórica, praticam. A Margarida punha-nos a tomar conta dos bebés’.

Ocupam um lugar central de apreciação: a atenção ao grupo a quem a formação se dirige, durante e após a formação, bem como a escolha dos formadores e as metodologias de formação, com uma forte preocupação em concretizar os conteúdos da formação.

Respeitante ao conteúdo, é Cláudia quem refere o sentido que se cria pelo facto de ‘frequentar a formação e simultaneamente estar perto do tema real que é trabalhado na formação’. Parece desde logo assegurada a pertinência da formação.

Para além de todas estas questões de alguma forma internas à formação, há a considerar igualmente o seu lugar no panorama do mercado de formação e de certificados generalizado. Flor é a única pessoa a apontar o carácter institucional, ao referir a vantagem nos cursos do Moinho por este se constituir como ‘oferta também como Centro de Formação’.

Não obstante, várias pessoas discutem o diploma e o seu valor, as opiniões dividem-se. Algumas pessoas debatem-se com o preconceito que recai sobre tudo o que diz respeito ao bairro Cova da Moura:

*‘os cursos são a mesma coisa, mas se forem a escolher uma pessoa que fez o curso aqui ou noutro sítio, mesmo que seja da mesma instituição, nunca vão empregar o da Cova da Moura. Já senti isso, diziam que os cursos feitos no Moinho não eram cursos’ (Patrícia).*

*‘Chegando a uma empresa com um diploma tirado na Cova da Moura ou fora, Lisboa ou até na Damaia, é diferente. Na empresa dizem logo que o diploma da Cova da Moura ‘é dado’. Se foi tirado fora dizem: ‘a pessoa esforçou-se e fez por obter o diploma’ (Carlos).*

No entanto outras creem que um diploma obtido por um curso realizado no Moinho da Juventude tem um valor idêntico a um diploma equivalente obtido noutra qualquer instituição. Associam a isso o facto de serem feitos em parceria e integrando formadores externos, devidamente credenciados e reconhecidos.

A globalidade dos inquiridos demonstra um reconhecimento e valorização desta oferta formativa, que passa, para alguns, pelo sentimento de uma trajetória que conquista espaço no panorama institucional e político:

*‘Fazendo aqui é mais benéfico porque é uma afirmação do que o Moinho é capaz, capaz de desempenhar qualquer função desse tipo’ (Teodoro).*

Esta afirmatividade não impede o enunciar das vantagens apontadas em realizar cursos fora do Moinho e, mais precisamente, fora do bairro. Conhecer outros ambientes, outras pessoas, outras experiências são os motivos mais apontados por aqueles que notam vantagem na realização de um curso no exterior. Beatriz é a mais assertiva: ‘nos dias de hoje eu não faria nunca uma formação aqui porque fiz toda a minha vida aqui. Passei cá a minha vida. Trabalhei, tirei cursos, ... Agora tenho o desejo de sair e ficar numa escola fora daqui’. Ela reconhece o quanto aprendeu ali, mas dá agora prioridade a encontrar novas realidades.

Quem assinala esta necessidade de sair, fala no comodismo e no ‘à vontade’ em demasia que por vezes se cria pelo ambiente familiar entre colegas ou entre vizinhos – até por ser difícil, apesar das tentativas, encontrar formandos que não sejam do bairro ou do Moinho.

*‘A relação que se pode ter com pessoas de outras instituições. A minha formação foi em Xabregas, aprendi imensa coisa fora da formação, no café. O facto de ser fora permite aprender imenso. Aqui temos o teórico mas não temos a outra aprendizagem com os colegas porque são os mesmos’ (Juliana).*

*‘Para quem é do bairro e vai fazer o estágio aqui, nunca vai perceber a questão da pontualidade, de trabalhar com pessoas diferentes. Aqui não há o mesmo rigor. Numa empresa em Lisboa tem de apanhar o comboio, entrar a horas, trabalhar. E até para comparar com o que fazemos’ (Ermelindo).*

*‘Conhecer outro tipo de mentalidades ajuda a que a pessoa evolua’ (Artur).*

Há ainda a referir que num contexto circunscrito, uma formação que aconteça neste meio pode dar azo a que se *‘transportem para dentro da formação os problemas do bairro’* (Telmo). Há, ainda, uma dependência que as pessoas do bairro criam relativamente ao Moinho, sabendo da disponibilidade e regularidade com que abre novos cursos de formação e se dispõe a apoiar as pessoas nas suas dificuldades: ‘As pessoas estão sempre à espera de mais um curso. Dependência: ficam muito dependentes da instituição, não conhecem o mundo, não andam à procura, não andam para a frente, ficam dependentes do que o Moinho tem, ou não tem, para lhes oferecer’ (Telmo).

## Sobre o bairro da Cova da Moura

Um trabalho desta natureza não ficaria completo sem abordar o bairro e deslocar o olhar sobre a associação a partir deste ângulo. A dimensão territorial e coletiva que a Cova da Moura constitui, afinal, o primeiro elemento agregador. Requeria-se uma abordagem e contextualização mínima. Desta forma, foram introduzidas algumas perguntas para dar conta do quarto e último objetivo que aponta para conhecer o modo como as pessoas perspetivam o bairro e como veem o lugar que a Associação nele ocupa.

Foram interrogadas as perspetivas sobre o bairro: o que faz com que alguém seja ‘do bairro’? A partir de que episódio(s) se pode descrevê-lo? Qual a relação das pessoas da Associação com o bairro: é diferente a atuação de quem é do bairro ou de quem não é? Há quem diga que o Moinho é um ‘ pilar’ do bairro. Concorde? Porquê? Numa abordagem mais ampla, foi introduzido o questionamento sobre o futuro do bairro e o processo de qualificação que estava previsto há vários anos, debatendo-se o realojamento da população ou a realização de melhoramentos urbanos e sociais neste. Para terminar o inquérito, e reunindo as duas dimensões – bairro e associação – uma questão sobre perspetivas futuras.

### Ser do bairro

Ter nascido e crescido na Cova da Moura, se os próprios ou os familiares construíram casa é a situação mais óbvia e objetiva para se ser do bairro. Pode considerar-se também a condição de residência, mas este passa a ser um critério falível. Com efeito, o fator tempo torna-se determinante, tanto numa linha diacrónica como sincrónica. Por exemplo, havendo quem ali tivesse crescido mas já não viva ali, as justificações para se considerar do bairro são distintas:

*‘Nós todos [somos do bairro]. Já são quatro gerações – quatro décadas – não cabemos todos aqui’  
(Amílcar)*

*‘muita gente não vive cá mas passa cá mais tempo do que outras pessoas que moram. É o tempo que se passa cá e as relações que se tem com as pessoas. O viver aqui é relativo, é o meu caso, saí do bairro em 1996, mas trabalho cá e tenho cá o meu pai, passo cá a vida’ (Juliana)*

De alguma forma as dimensões cruzam-se, requerendo-se no passado e no presente, um volume importante de tempo e que tem como marca o sentir o bairro e sentir-se parte dele: a

convivência e o apreço pela comida, o cheiro: ‘tem de gostar de conviver, poder passar nas pessoas e cumprimentar, sem aquela coisa do ‘não te conheço’ que se tem lá fora’ (Patrícia); ‘Quando se é do bairro, conhece-se o bairro inteiro, anda-se na rua, cumprimenta-se. É o sentido de comunidade, é uma família muito grande’ (Dália); ‘É quem inala o cheiro, é quem gosta e se sente bem. Basta estar cá, que fale bem da Cova da Moura, que sinta e viva o bairro. Há miúdos aqui que não sentem o bairro’ (Telmo).

O tempo passado é portanto um tempo em que se estabelecem relações prolongadas e que levam a que:

*‘Quem é do bairro é quem é em prol do bairro’. (Amílcar)*

*‘As pessoas do bairro são aquelas que ajudaram a construí-lo e não a degradá-lo’ (Beatriz)*

Transparece alguma rivalidade em relação a novos moradores e, sobretudo, a pessoas que fazem uso considerado nefasto, ligado a tráficos, consumos ilícitos e roubos, que podem até nem viver ali: ‘isto é uma família... Era. Deixou de ser desde que vieram os de fora vender. Desde que se começaram a alugar casas e quartos a pessoas de fora’ (Eliana). Por isso toma ainda mais peso o critério de ‘defender o bairro’, afirmado por vários e, neste sentido, a pertença sentida e atribuída a quem trabalha no Moinho, já que se passam muitas horas e se trabalha para tal. Conforme afirma Artur: ‘Respeito e amor pelo bairro. Há pessoas que nasceram aqui mas que não têm amor pelo bairro e há pessoas que não nasceram aqui mas que têm muito amor’.

Em contraste com uma vida exterior está a comunicação e o estigma. ‘Quem é do bairro é fechado, tem receio quando tem de sair do bairro para tratar de um assunto seu. O olhar não é direto... conseguem interagir melhor dentro do bairro. Quem vive fora do bairro consegue circular de forma mais livre, expressar-se também, mas são mais fechados pela individualidade’ (Cláudia); ‘vou ao cabeleireiro [na Buraca] e estão sempre a falar mal e põem as culpas do que acontece na Cova da Moura’ (Eliana).

É diferente a atuação de quem é do bairro ou de quem não é? As opiniões dividem-se, entre as que encontram diferença e as que não encontram, ainda que a maioria tenda a considerar que são distintas as maneiras de lidar com as pessoas e face ao trabalho. Considera-se, em primeiro lugar, as diferenças culturais, quer pelo crioulo - ‘não consigo conversar com algumas pessoas’ (Anne Marie) – como do conhecimento geral das pessoas e dos seus modos de vida. Mesmo algumas pessoas que vêm trabalhar para o bairro, dizem ser necessário um tempo inicial: ‘como é uma aldeia, é preciso entrar e conhecer as pessoas. Quem é de fora precisa

duns meses' (Ivo). É um tempo requerido também para lidar com a ideia de trabalhar num bairro tido como 'perigoso' e sentir-se a si próprio em segurança.

No entanto, mais que o conhecimento, parece ser a sensibilidade e a atitude com que se está presente e com se desempenha a atividade: ser do bairro pode conferir mais sensibilidade e maior facilidade na interação e comunicação. Pode ganhar-se uma confiança e à vontade. E, para quem considera não haver diferenças na atuação, atribui maioritariamente à entrega ao trabalho e ao projeto do Moinho: 'Toda a gente está no Moinho tem amor à camisola. Sinto isso. Toda a gente tem entusiasmo' (Camila); 'Todos têm a mesma postura, quem é de cá ou não é de cá não está aqui apenas por ser um emprego. Estão cá porque gostam e por fazerem aquilo em que acredita' (Sónia).

Ao mesmo tempo que se considera que o trabalho é exigente, requerendo pessoas 'talentosas e competentes' (Teodoro), há elementos distintivos de quem é ou não é do bairro. Há o reconhecimento de que 'muitas pessoas que estão cá e só ganham o seu dinheiro cá no bairro' (Artur), que a disponibilidade, pelo tempo que se está no bairro é diferente, já que para uns a presença e a participação na vida quotidiana é constante enquanto para outros são apenas 7h do seu dia, findas as quais, terminou-se a sua presença (Nuno). Essas horas passadas no bairro, sendo fechadas entre paredes (gabinetes), podem impedir uma proximidade e conhecimento das pessoas para quem trabalham (Filipa).

Finalmente há uma atitude de 'valorização e respeito pelo bairro' (Ivone) inerente a quem lhe pertence, que passa pela implicação numa vivência coletiva que afeta apenas, ou mais fortemente, quem ali habita: 'para quem vem, se é recebida por uma pessoa que já conhece, tem mais confiança e tem mais abertura' (Graça). Por outro lado, 'há coisas que se passam cá que não afetam as pessoas porque não são de cá – a requalificação.... discriminação, problemas com a polícia -, não sabem o que é passar por isso' (Artur). Quando se fala da disponibilidade ou da abertura com das pessoas do bairro, tal remete para a cumplicidade na partilha da familiaridade com singularidades da vida, umas violentas como as referidas, outras não, antes experiências mais positivas de entreajuda e de modos de vida, que marcam profundamente e são difíceis de entender por quem não vive lá.

Finalmente, há quem considere que se pode gerar, para quem ali mora, confusão entre a sua vida comunitária e pessoal, e o trabalho na Associação (Ermelindo). A porosidade das fronteiras entre atividade pessoal ou profissional constituem tanto uma força como um ponto frágil. Neste trabalho torna-se evidente o caráter existencial, individual e coletivo, que requer lidar com a delicadeza de sentimentos diversos que se misturam. O trabalho em *tandem*, segundo Flor, é a via pela qual esse ajuste e equilíbrio de qualidades é feito. Por outro lado,

diz-nos Juliana que ficam a ganhar as pessoas que procuram apoio na Associação: ‘A carga que as pessoas trazem faz com que vêm com uma postura diferente de vida. Isso é enriquecedor porque vai trazer um modo de vida diferente. Ao cruzarem-se podem partilhar e crescer. Quem aproveita são as pessoas com que trabalhamos porque têm acesso às várias perspetivas. Elas complementam-se se souberem comunicar’ (Juliana).

## **O que é o bairro**

*‘o que o bairro ensina é que todas as pessoas são importantes’ (Laura)*

Flor, em algumas palavras, resumiu o que muitos dos inquiridos foram dizendo: ‘é um bairro jovem, alegre, com muito dinamismo. É como se fosse um pequeno pedaço de África. Embora não tenha nascido em África, assim foi-me transmitida a cultura das minhas origens’. A informalidade, a convivência, o acolhimento, o estar na rua, associados a uma vivência de algo que se atribui a um modo de ser africano ou caboverdiano é uma caracterização muito comum entre os inquiridos. As pessoas sentem que ali podem aceder a um espaço onde a dimensão cultural é forte, pelas origens que se mantêm como referia Flor: ‘temos bons cafés onde se pode ouvir boa música africana tocada ao vivo’ (Patrícia); ‘o potencial cultural é do que mais gosto e tento contribuir mais. Fico a ver a música. No Bairro Alto vejo aqueles bares minúsculos a fazerem um dinheirão. Estes de cá são tão bons ou melhores, como o do João Roque [comerciante na Cova da Moura] que tem uma banda de S. Tomé, tem ambiente calmo, ninguém fuma, tem música tradicional, eu até queria cantar lá com a banda’ (Ermelindo). As festividades, pela frequência, pelo que representam como modo de ser alegre, intenso e caloroso, e como momento de celebração são referidos como um ‘postal’.

O segundo elemento com que as pessoas mais se referem ao bairro para o caracterizar é a entajuda, o espírito de vizinhança, companheirismo e proteção. Abundam, nos episódios narrados, histórias que relatam episódios de solidariedade. É uma marca emblemática da criação do bairro:

*‘Quando vim morar para aqui, não tínhamos luz, água, estrada. Isto era só montes, buracos muita lama. Era uma casinha aqui, outra acolá. Para fazer a minha casa tive de ir buscar água numa lata que trazia na cabeça para fazer a massa. Tínhamos candeeiros de petróleo. Djunta mó, não tínhamos dinheiro e foi com entre ajuda que fizemos a nossa casa’ (Lúcia).*

No quotidiano e perante algum problema a proximidade das relações entre vizinhos parece manter-se, ‘quando acontece uma coisa, sabe-se logo, juntam-se todos para dar apoio. É como uma família’ (Dália):

*‘O bairro é um sítio onde nos conhecemos todos. Podemos ter um problema mas se eu precisar de alguma coisa, vou ao vizinho e peço. Se ele não me vir por 2 ou 3 dias o vizinho vai-me procurar. Se precisar que olhem pelo meu filho ... as pessoas ajudam-se muito como aconteceu no início do bairro. No meu prédio já não acontece isso’ (Nancy).*

*‘Estava na estação de comboios e o cartão não estava a funcionar. Não sei de onde surgiram não sei quantos passes para eu passar. As pessoas corriam também o risco de perder o comboio que estava parado. Foi uma situação fantástica que duvido que me acontecesse em mais lado nenhum’ (Raquel).*

A maior preocupação dos inquiridos prende-se à perda destas características fundadoras que vêm perder-se numa jovem geração, que sendo motivo de orgulho pelo cariz jovial e dinâmico desta comunidade, também lhe são imputados problemas como sejam a conflituosidade e a criminalidade, nomeadamente ao nível de assaltos e envolvimento no tráfico. Os novos moradores, aos que vieram alugar casas ou quartos já depois do bairro estar edificado, despertam rivalidades, atribui-se-lhes uma menor valorização da história do bairro e dos valores que lhe serviram de base.

A vivacidade é outro traço com que é retratada a Cova da Moura. Já foi referida a sua vertente cultural, mas faz-se notar igualmente a nível económico e urbano. É Lucinda quem aponta que ‘tem de tudo um pouco para nos sentirmos bem’ e Dália reforça: ‘parece um centro comercial porque há restaurantes, cabeleireiros, telemóveis, agência de viagens... quem cá mora não precisa de sair’. A atividade económica revela-se importante também para quem dinamiza esta atividade, ‘o bairro é fonte de rendimento para muitas famílias que a nível informal se autossustentam’ (Cláudia).

Em termos do espaço público, de qualificação urbana, é cuidada igualmente por muitos moradores: ‘cada pessoa vai melhorando, fazendo uma coisinha quando pode... embora agora não possamos fazer nada porque a CMA não deixa’ (Lúcia). Várias pessoas falam neste aspeto para descrever o bairro, contam como foi possível tratar espaços comuns como fazer limpezas, construir escadas numa rua muito íngreme, alcatroar buracos provocados pelas chuvas, pintar muros, etc. ‘a CMA gosta de mandar mas não gosta de cá vir, nem para desentupir a vala. É sempre o C. que faz isso [...] cada um tem de fazer algo pela zona onde

vive’ (Renato). Tal não impede, apesar disso, que sejam apontados problemas nomeadamente da degradação, sujidade e falta de habitabilidade de algumas casas.

Toda esta atividade torna o espaço autossuficiente. A comparação com uma aldeia, pelo ambiente familiar, ou com uma cidade, pela urbanização ali presente, são apontados com frequência. Em qualquer caso, parece unânime a identificação de um território demarcado por uma identidade própria e um modo de vida que se foi delineando. O caráter autossuficiente tem o seu reverso, nomeadamente em termos do encerramento de diversos moradores que, ‘fazem disto a sua cidade, saem só par ir fazer compras’ (Ermelindo). Tal não impede que se possa considerar, como Joana, ‘o potencial de uma cidade centrada nas pessoas, que aqui é quase palpável’.

Também são apontadas situações problemáticas: sujidade, falta de iluminação, degradação geral do bairro, entre outros.

As relações com o exterior, diminutas para alguns (Ermelindo e Filipa), passam muito pela presença no bairro de pessoas que não moram ali<sup>21</sup>. O elevado número de referências às qualidades de acolhimento e receção, ou a menção à vinda ao bairro de grupos para o conhecer (lembre-se o Roteiro da Ilhas, programa de visitas guiadas a estudantes, profissionais, ou de simples curiosos), fazem crer que se estas presenças – que fomentam a vinda espontânea em lazer, a passear ali ou para ir a restaurantes ou bares – se tornaram habituais. Assinalado é ainda ‘um fluxo enorme de pessoas que cá viveram e vêm visitar’ (Ermelindo, Ângelo), umas emigraram voltando mais tarde a encontrar familiares e amigos, outras apenas mudaram de residência e podem passar ali bastante tempo. No quotidiano, sobre aqueles que não são do bairro, Nuno é categórico: ‘vêm para o tráfico ou vêm trabalhar’.

A imagem que se cria, pela comunicação social, como pela presença em lugares ou eventos fora do bairro, são igualmente um grande polo de caracterização. A participação do então Presidente da República, Jorge Sampaio, nas festas do Kola *San Jon*, ou da participação anual do mesmo grupo nas festividades dos santos populares, em Lisboa, são motivos de regozijo:

*‘houve festas em que estive cá o Presidente da República. Nesse dia sentimo-nos mesmo em cima. Este é dos melhores bairros problemáticos. O pessoal do Kola já esteve no Rossio e em vários lugares a apresentar o bairro’ (Sofia)*

---

<sup>21</sup> Não se trata de conhecer quais as relações que o bairro e os seus moradores empreendem com o exterior, mas antes de ver, a partir da caracterização do bairro, que menções são feitas à presença ou à relação com o seu exterior.



A imagem que passa, quer pela boca das pessoas comuns, por vezes das zonas limítrofes: ‘vou ao cabeleireiro [na Buraca] e estão sempre a falar mal e põem as culpas do que acontece na Cova da Moura’ (Elia), como pela comunicação social, naturalmente bastante mencionada, pois ‘qualquer coisa acontece e vem a comunicação social’ (Graça). Mas ela o é por outro tipo de informação, mais dignificante e mais consentânea com o que pensam e vivem as pessoas. Como episódios, Júlio e Beatriz, apontaram dois contactos distintos:

*‘As pessoas conhecem a Cova da Moura pelo negativo ou pelo Moinho. Quando fomos acampar conhecemos um senhor que meteu conversa e ele disse: ‘eu conheço o Moinho da Juventude’. E graças a isso os miúdos fizeram uma aula de surf: uma aula costuma ser 20 euros e eles pagaram 1 euro cada um’ (Beatriz)*

*‘o trabalho com a RTP [programa com Catarina Furtado como apresentadora, 2008] foi um dos trabalhos que mostrou o que é o bairro. Foram apresentados os trabalhos do Artur sobre os ex-reclusos, o meu sobre os trabalhadores e estudantes, etc. Houve também atuação da polícia mas muito má e aí começou a revolta e o pânico. Mostrou-se a revolta das pessoas com coisas que se passaram: os rapazes mortos, o rapaz que contou o que sofreu na prisão, o sofrimento da mãe, dos amigos, a mãe que até hoje não sabe porque mataram o filho, a revolta dos amigos e familiares’ (Júlio)*

Trata-se da importância de meios de comunicação dirigidas a massas de gente, tal como a experiência cinematográfica que se vem repetindo, e que foi referida pela realização de um filme de ficção que foi rodado na Cova da Moura, com alguns atores dali, que teve distribuição comercial:

*‘A Esperança está onde menos se espera’. O retrato melhor é o próprio filme [de Joaquim Leitão, 2009]. Retrata mesmo como se vive aqui. O realizador conseguiu mesmo passar isso, está de parabéns’ (Renato)*

### **Qualificação urbana do bairro**

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC) – abreviatura de Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos – teve a responsabilidade de desenvolver o processo em três bairros: o bairro do Lagarteiro, no Porto; o Vale da Amoreira, na Moita; e a Cova da Moura, na Amadora. Era um programa da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, em conjunto com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana,

que decorreu entre 2005 e 2012. Estava inicialmente prevista para durar dois anos mas foi prolongada até meados de 2012.

A IBC assumia-se como modelo de gestão inovador, reunindo nas equipas executivas os representantes de oito ministérios e as entidades governamentais ou não governamentais com intervenção local. No bairro da Cova da Moura, constituiu-se uma Comissão de Bairro, composta pelas quatro instituições da rede associativa: Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura, Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude e o Centro Social e Paroquial N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Mãe de Deus da Buraca (também conhecido como Centro Infantil S. Gerardo).

As pessoas definiram a qualificação do bairro referindo-se a: legalização – uma vez que os terrenos permaneceram de propriedade particular, previa-se uma solução para a situação -, a melhoria a nível da estrutura física tanto das habitações como dos espaços públicos. Parece ter sido consensual que algumas casas não tinham condição de habitabilidade, mas tratava-se de um número reduzido de construções que careciam ser identificadas para reduzir a incerteza sobre quais seriam alteradas ou mesmo removidas. Os espaços públicos tiveram hipótese de ser melhorados, limpos, arranjados, embelezados com pinturas de grafitis, fornecidos com bancos de jardim, canteiros de hortas, etc., como aconteceu em diversas situações (Ivo, Filipa).

A metodologia foi muito mencionada pois havia a promessa de um processo participado e conjunto. Por isso, além de ideias que apelavam a ações concretas – recorrer a mão-de-obra do bairro para as obras de melhoramento; fazer uma casa piloto para debater o modo como se ia passar, tratar da iluminação do espaço público, entre outros – apela-se à escuta dos moradores, ao respeito pelo esforço físico e financeiro na construção das casas, a um processo realizado para e pelos habitantes, levantamento e valorização das qualidades.

Contudo, ao apreciar o modo como realmente aconteceu (os inquéritos foram realizados quando se terminava a IBC), o discurso geral manifesta desconhecimento e confusão sobre o que se ia passar, e zanga com um processo que se verificava estar subjugado a interesses políticos e privados que, no essencial, corresponde a que ‘mandar abaixo’ (Nancy) para fazer ‘prédios lucrativos’ (Elisa), passando pela observação de ‘mais um projeto com mil e um dinheiros que não vai dar em nada’ (Telmo).

À data desta conversa com os inquiridos, passavam sete anos desde o início da IBC e estavam em cenário três hipóteses: ‘deitar abaixo, uma parte do bairro, ou quase isto tudo’ (Dália). Na dúvida sobre as restantes duas, a hipótese de realojamento parecia tornar-se a solução mais

real, pelo menos para parte da população do bairro, mas temida por motivos vários: pelo fim de uma comunidade marcada por uma história conjunta de luta e esforço; pela injustiça perante uma comunidade que construiu as suas próprias casas – ‘estar a ir para um prédio e pagar renda?! e o dinheiro que gastei aqui? Não concordo’ (Eliana), ‘Há casas que não têm condições e há outras que foram construídas com o esforço das pessoas e que têm condições. Acho que se devia preservar as que têm condições. Nem as beneficiar nem as prejudicar, apenas deixar-lhes aquilo a que têm direito’ (Jorge); mas igualmente por temer as zonas isoladas ‘vão pôr num descampado onde não há cafés e às 21h está tudo fechado’ (Ângelo) para onde são relegadas outras populações que se quer afastar dos centros urbanos.

O processo é descrito como muito lento, conturbado, confuso, que deixa as pessoas sem saberem o que vai acontecer, atravessado por muitas reuniões que resultam em poucas ações concretas. A CMA aparece como fomentando um debate controlado, parcial em defesa de interesses próprios. E a perceção é generalizada em torno de ‘oportunidades que se estão a perder’ (Joana) e do ‘tanto dinheiro gasto’ (Ermelindo).

As expectativas iniciais de processo participado saíram goradas. As pessoas que fizeram parte do grupo de discussão que revelou ‘a consciência crítica dos mais jovens. A maturidade política, impressionou-me muito na primeira reunião do bairro, na discussão do documento e na procura de soluções, apesar dos problemas’ (Joana), mas Amílcar, que fez parte deste grupo comenta a ‘falsa participação dos outros parceiros, por imposição da CMA. A CMA promove um debate mas toma as decisões que lhe interessam’. As reuniões com a população do bairro são tidas como mais informativas do que de escuta e debate, além de extenuarem as pessoas pelos adiamentos sucessivos. Em 2009 o tema da qualificação estava agendado para ser discutido em reunião de Câmara. Um grupo de moradores queixava-se de terem ido seis vezes e que sucessivamente a ordem de trabalhos era alterada à última hora e adiada a discussão que lhes dizia respeito. A intencionalidade destes atos é notada: ‘cansaram a comunidade e agora que é uma altura importante, as pessoas já não querem participar em reuniões, discutir. Foi uma estratégia utilizada’ (Sandra).

O aspeto mais positivo é salientado por vários: ‘houve uma coisa boa: as associações aqui do bairro começaram a falar-se’ (Telmo), ‘a Comissão de Bairro foi uma vitória!’ (Ivone). O trabalho realizado no âmbito do processo de qualificação é atribuído às associações que, várias pessoas referem ‘as associações têm feito muito nos últimos anos’ (Ermelindo, Elisa, Anabela) ou ‘só foi bem usado o dinheiro que foi atribuído às associações, o resto foi tudo dinheiro deitado fora’ (Teodoro).

No entanto, as últimas propostas apresentadas punham em dúvida a pertinência de manter as Associações, que punha em causa não só os empregos futuros, particularmente dos inquiridos uma vez que grande parte tem ali o seu sustento, como a dinâmica e serviços prestados no bairro, construídos ao longo de décadas.

### **No bairro, o Moinho**

No seguimento do referido, são expetáveis as apreciações que assinalem a centralidade do papel da Associação Moinho da Juventude. No momento em que se punha em causa o futuro do bairro, esta emerge como aquela que ‘traz a comunidade toda junta’ (Dália), ‘tem mais voz para defender o bairro’ (Júlio) e que ‘impede a destruição do bairro’ (Amélia, Cláudia, Hélia, Inês). A ameaça de não a contemplar na qualificação do bairro suscitou receios: ‘se o Moinho for abaixo, as outras casas vão a seguir’ (Graça).

Ela aparece como grande sustentáculo que se torna ponte de intermediação para ‘fazer chegar a voz das pessoas onde é preciso’ (Neuza) e, inversamente, para ‘outras instituições oferecerem a sua atividade no bairro’ (Júnior). E há resultados evidentes dessa imagem construída, que é aquela que se consegue contrapor à imagem de drama social com que a comunicação costuma referir-se ao bairro. Lembrando o que referia Beatriz: ‘as pessoas conhecem a Cova da Moura pelo negativo ou pelo Moinho’.

Enquanto importante prestadora de serviços, e pese embora o referido, não escapa a existência de algum sentido de dependência:

*‘Para muita gente é ter a papinha toda feita. As pessoas têm de aprender a viver sem estar sempre a recorrer, dar um passo por si só, mas não se mexem porque sabem que isto é um centro de apoio’*  
(Patrícia)

Apesar da generalidade das pessoas considerarem que o Moinho se constitui como pilar do bairro, manifestam também haver moradores que vivam ali muito afastados da Associação (Joana), por opção, desconhecimento ou até em resultado de conflitos.

Vários inquiridos reivindicam ainda que o Moinho é uma casa criada pela comunidade, por pessoas e, como tal, são elas e não a instituição, que são os pilares do bairro.

## Daqui a 10 anos

Conforme se disse anteriormente, para terminar o inquérito, apresentou-se a pergunta: Daqui a 10 anos, qual pensa que vai ser a sua ligação a esta Associação? É, em primeiro lugar, notória a ligação afetiva que se quer, no mínimo, manter.

Em larga maioria, as pessoas manifestam a vontade em continuar ou aprofundar a atividade e a relação. Anabela refere que ‘às vezes é cansativo, mas gosto muito e tem sido produtivo. É gratificante porque se consegue ver o positivo’. O Júnior, que foi durante uns meses estagiário, diz: ‘este tempo que passei marcou-me imenso e vou tentar encontrar projetos e continuar por cá’. Por outro lado, há uma confiança e um conhecimento progressivo que antevê: ‘vou sentir que o Moinho é a minha casa. Depois de 13 anos a trabalhar com o Moinho, vou-me sentir mesmo à vontade’.

Por outro lado, a precariedade da condição dos financiamentos (numa lógica de projeto ou, para atividades permanentes, em função do número de utentes) e as notícias sobre a qualificação do bairro, à data da realização dos inquéritos, faziam pairar uma ameaça quer sobre os postos de trabalho quer sobre a própria Associação. Daí o desejo: ‘que esteja a viver no bairro e a trabalhar aqui no Moinho’ (Inês) e a várias respostas do tipo ‘não sei’, é ‘difícil saber’, ‘quero ficar mas não sei o que vai acontecer’. A vontade em manter a ligação afetiva está, aliás, diretamente ligada a essa incerteza. Há também quem pareça estar a responder diretamente à ameaça:

*‘independentemente de como estiverem as coisas, isto vai continuar. Vamos dar as mãos e seguir. Há que incentivar isso cada vez mais’ (Jorge)*

*‘vai ser ainda mais forte porque vai de certeza continuar a crescer’ (Ivone)*

*‘Já lutei muito para chegar até aqui, as lutas fazem parte da vida, como tal seja o que for que o destino nos reserva cá estaremos de “pedra e cal”. Só espero pelo que nos espera’ (Rosa)*

Há, entre o grupo daqueles que constituem a ‘jovem geração’, um desejo em fazer outras experiências. A perspetiva de ir para outro país é formulada por vários: ‘estou a pensar sair e viajar, apanhar outros ares’ (Filipa), ‘Estarei em Cabo Verde, espero, mas terei boa ligação com o Moinho’ (Amílcar). Há uma pré-disposição para ir viver noutro lugar, apoiada por conhecidos que o fizeram: ‘Posso não estar aqui durante 10 anos e voltar aqui e ficar estupefacto. Como amigos que frequentaram o Moinho em pequenos e agora estão fora. Quando vêm cá, vêm cá ver as coisas novas’ (Ângelo).

Apresentam a aspiração a outros horizontes profissionais que a experiência no Moinho e os estudos que empreenderam possibilitam, ou ainda a reflexão sobre a atividade profissional, pela vontade de aprofundar uma determinada área, ou pela obsolescência da sua presença nela:

*‘Se tiver outras propostas, vou desligar-me. Ligação afetiva vou ter sempre. Devo muito ao Moinho.’ (Cláudia);*

*‘vou ser só sócio, já não vou trabalhar cá, vou ser só sócio’ (Nuno);*

*‘Espero continuar a participar na associação, embora quisesse fazer um curso de auxiliar de geriatria (Flor); ‘Quero especializar-me na área das dependências, mais na parte do álcool. Não sei se eles querem desenvolver esta área. Se sim, muito bem. Se não, vou para outra casa ou vou criar uma. Mas essa é a minha área de futuro’ (Juliana);*

*‘Acho que tenho de estar fora do Moinho. A atividade que desenvolvo tem de ser feita por alguém mais novo do que eu, com os jovens e na informática. Daqui a 10 anos tenho de estar fora’ (Ermelindo).*

Há aqueles para quem a questão parece nem colocar-se: ‘Que pergunta! Para sempre!’ (Ângelo). Habitam no bairro e a sua vida confunde-se com a do Moinho, pelo que há uma continuidade que parece óbvia e natural: ‘estarei sempre ligada a esta família’ (Neuza); ‘Espero que o Moinho resista aos tempos difíceis e faça ainda mais. Espero contribuir e ser útil com tudo o que aprendi aqui. Devolver tudo o que de bom me deram ao longo destes anos todos’ (Artur). ‘estarei aqui’ (Teodoro).

Finalmente, para as pessoas que são de ‘fora do bairro’ o futuro perspectiva-se quer na ausência de previsões, quer na certeza de que não se estará a trabalhar no Moinho. Podem então sobressair valores ou aprendizagens que atravessam a sua estadia: ‘Espero, pelo menos, manter vivos os valores que me trouxeram até aqui’ (Amélia); ou ‘vou olhar para trás e ver que aprendi muito nos anos que cá trabalhei. Poderá haver uma ligação em termos de seguir qual o trabalho que está a ser feito’ (Hélia). Várias referem a presença em visitas regulares, por exemplo nas festas (Vânia), ou manter-se em voluntariado (Anne Marie, Gabriel).

## Síntese

Finda a descrição detalhada e longa da conversa-inquérito com as pessoas que trabalham na Associação Cultural Moinho da Juventude sobre o modo como a perspetivam e como se perspetivam nela, cabe agora organizar uma síntese que permita dar conta da tarefa a que me propus.

Relativamente à integração na dinâmica associativa, podem distinguir-se grupos de pessoas com implicação distinta.

Fazem parte dos fundadores pessoas de várias gerações. As que eram já adultas, integraram o grupo daqueles que decidiram criar a Associação, envolveram-se na sua construção e mantiveram-se sempre próximos e participantes, até hoje. Beneficiaram da sua criação pela melhoria de condições de habitação – pelo acesso ao saneamento público e pelo descanso de poderem construir as suas casas sem a ameaça permanente de serem deitadas abaixo por ordem da polícia, mas também pelo progressivo trabalho de qualificação do bairro – pelo apoio na realização da escolaridade, formação profissional e criação de emprego. Mantêm a entreaajuda individual e coletiva com que pautaram até hoje a sua relação com a Associação, por vezes nem se lembram se são membros. Têm alguma tristeza relativamente a uma jovem geração que vê no Moinho da Juventude mais um empregador do que uma Associação de defesa da população do bairro.

Dos fundadores também fazem parte pessoas que eram crianças ou jovens, à época. Têm uma ligação de âmbito familiar, pois os seus pais construíram as suas casas e a Associação. Numa altura em que a infância naqueles contextos ainda era pouco institucionalizada, as crianças passavam muito tempo em brincadeiras na rua e acompanhavam os seus familiares na vida comunitária. A maneira como falam da sua entrada na Associação, mesmo que ainda muito novos, é a partir de uma posição de sujeitos ativos e interventores na edificação da Associação. Contam que ajudavam a limpar, ajudavam na biblioteca, que eram responsáveis de jovens, criaram a equipa de basquete e, até, que ajudaram o Moinho a ser reconhecido pelas taças em futebol cujas equipas integravam. Vários tiveram, outros assumem atualmente cargos associativos. O rumo das suas vidas, sobretudo profissional, deve muito ao Moinho da Juventude: uns fizeram opções de estudo e profissionais relacionadas com a vivência anterior que tiveram no bairro e na Associação; outros reencontraram ali um espaço acolhedor após uma trajetória em vias ilegais de tráfico ou roubo que os levou ao confronto com a justiça. O seu discurso pauta-se por uma oscilação entre uma relação como que incondicional e

intemporal à Associação e um cansaço relativamente a uma ilusão que desfizeram ao perceber que a Associação não era idílica nem que a relação das pessoas do bairro com a Associação seguia o curso linear da emancipação e da autonomia.

A partir da metade dos anos 90, já estava criada e consistente a Associação. Diversas pessoas iniciaram-se nela através de um curso de formação ou de um voluntariado. Apenas cinco pessoas do bairro, entre as inquiridas, iniciaram a sua atividade diretamente pela via laboral remunerada. A Associação promoveu cursos de formação profissional e entre os respetivos formandos foram recrutadas várias pessoas que ainda agora trabalham na Associação.

Outras pessoas iniciaram o ‘percurso todo’ para usar a expressão de alguns: frequentaram o ATL (Atelier de Tempos Livres, em que se passava metade do dia, quando a escola ainda só assegurava meio dia), passaram pelo Apoio Escolar, acompanhamento para os níveis pós primeiro ciclo; alguns fizeram desporto, participaram em grupos de dança ou de música, fizeram colónias de férias, intercâmbios; mais tarde fizeram estágios ou cursos de formação, até, finalmente, ocuparem um posto de trabalho remunerado. Alguns ainda chegaram a frequentar o Jardim de Infância.

A sua participação na Associação dá-se, então, em iniciativas previamente organizadas num contexto cada vez mais profissionalizado e institucionalizado. Hoje falam a partir de um posto de trabalho que têm ou que esperam vir a ter, que lhes dê sustento. Aqueles que fizeram estudos universitários optaram por áreas que se relacionavam com a sua intervenção no Moinho. Noutros casos, acederam a outras áreas de trabalho que não as limpezas ou o comércio, através de cursos promovidos pela Associação – mediação sociocultural, agentes de ação educativa, etc.

A sua implicação parece estar relacionada com o modo como vivenciaram o trajeto, as oportunidades que tiveram e aproveitaram, o espaço para criar e aceder a outros ‘universos’. Além de terem descoberto as possibilidades de envolvimento e intervenção (Sandra, Telmo, Cláudia), a criação e iniciativa coletiva (Ermelindo, Filipa), a consciência política e necessidade de defesa de uma causa (Amílcar, Artur), apostam também na sua trajetória pessoal. Se por um lado adquiriram afirmação e segurança para levar em frente ações complexas, por outro têm a energia e vontade de percorrer outros territórios geográficos, institucionais, ou áreas de interesse. O desejo de viajar e procurar fazer vida noutro país é um dado. Filipa, Ermelindo e Amílcar referem-no com veemência. Mas também há aqueles que se dispõem a realizar uma trajetória profissional fora do Moinho.



O confronto com as limitações de um sonho em que se acreditou, em possibilidades e poderes bem mais ambiciosos do que aqueles em que se viram, quer do ponto de vista do poder interno e externo, quer na capacidade de intervenção em elementos, como sejam por exemplo o insucesso escolar das crianças, sujeitos a fatores supraestruturais, levam várias pessoas a desejar um afastamento. Diversas são as pessoas que referem que, daqui por dez anos (a última pergunta do inquérito), esperam ter um menor envolvimento, apenas sob a forma de voluntariado.

Há um sentimento que oscila entre o reconhecimento do quanto a Associação lhes permitiu acessos e realizações que seriam impensáveis de outra forma e, por outro lado, a vontade de aproveitar e continuar o ‘mundo lá fora por descobrir’ de que falava Filipa. Há, naturalmente, pessoas que asseguram um vínculo estreito com o Moinho, que perspetivam manter no futuro. Embora várias sejam de diferentes faixas etárias, predominam as pessoas com idades acima dos quarenta anos:

De entre aqueles que nunca tiveram relação de residência no bairro, Rui e Anne Marie mantêm-se firmes, após uma dedicação de longos anos. Os mais novos, de entre este grupo, iniciaram o seu percurso na Associação através do voluntariado, de um estágio, ou por amizade. Apenas uma pequena parte entrou diretamente para um posto remunerado – quatro, em vinte pessoas – sem antes passar por uma etapa de aproximação e conhecimento recíprocos. Os estágios curriculares, as visitas proporcionadas por professores universitários que incentivam a um voluntariado, ocupam aqui um lugar importante. Algumas pessoas também afirmam a amizade com pessoas do Moinho ou com a própria instituição que foram ‘acompanhando’ à distância, com ou sem algum trabalho gracioso.

Com maior ênfase, atribuem aos estudos, sobretudo à universidade, a fonte para realizar as tarefas que agora cumprem. Sentem-se realizadas e identificam-se com a ‘causa’, apontam a metodologia de trabalho – em especial os princípios de *djunta mon* e *empowerment* (Vânia, Rui, Hélia); bem como a abertura à novidade e criatividade para solucionar problemas (Ivo, Joana, Anne Marie) – como uma aprendizagem e como orientação para o trabalho que desenvolvem. No entanto, nota-se o peso da sobrecarga e, nalguns casos, a incerteza quanto ao futuro.

O seu comprometimento relaciona-se com o trabalho que desenvolvem. A sua perspetiva é de âmbito profissional e/ou político, mas não existencial no sentido pessoal-individual. Valorizam o trabalho que promovem e a prática geral da Associação, mas veem-na como uma aprendizagem de valores e de modos de fazer que transportarão para outro lugar, tal como o afeto que manterão relativamente a esta casa que procurarão acompanhar e visitar. Nalguns casos, sentem a discrepância entre a exigência e responsabilidade do trabalho relativamente à

situação laboral, de reconhecimento e salarial. A precariedade dos vínculos contratuais e a consciência do final dos financiamentos do Fundo Social Europeu contribuem para esta noção de desligamento futuro: '[daqui a 10 anos] Espero, pelo menos, manter vivos os valores que me trouxeram até aqui' (Amélia) .

No que respeita ao segundo objetivo traçado para o inquérito, sobre as representações que têm sobre o Moinho da Juventude enquanto organização, a primeira observação vai para o espanto. Tanto pessoas que estiveram na Associação desde o seu início, quanto pessoas que vieram recentemente, qualquer que seja a sua relação com o bairro, é geral a surpresa perante o tanto que ali se vem realizando de pensamento, de trabalho, de enfrentar, e tantas vezes conseguir, resolver situações complexas. O volume de áreas e de pessoas abrangidas, e dos espaços físicos de uma Associação que se iniciou por uma pequena biblioteca informal tornam muito visíveis a evolução.

É notório o impacto que a Associação teve e tem no bairro. Várias pessoas puderam, através dela, aceder a uma nova vida profissional, emocional, económica, cultural. São impactos de âmbito individual com grande significado a nível social, isto é, são evidentes as consequências da Associação em termos de melhoria e/ou de reequilíbrio (pensando nas pessoas que estavam em circuitos de ilegalidade e que ali obtiveram um lugar e condições para viver) da vida de algumas pessoas e suas famílias.

E são multifacetadas estas consequências. Entre os elementos muito valorizados está a prioridade, sem exclusividade, de preencher os postos remunerados por pessoas do bairro. Neste sentido, a Associação perspectiva-se, para as pessoas inquiridas, como uma instituição de apoio à comunidade do bairro, pela oferta de serviços com a especificidade de ser prestada com sensibilidade às características e vivências das pessoas que fazem a comunidade e, por outro lado, de ser um projeto comunitário.

Pode considerar-se a sensibilidade em relação aos modos de vida e às necessidades próprias das pessoas que ali vivem, por exemplo em termos de horários e calendarização do acolhimento das crianças, distribuição de refeições, entre outros; mas também se trata de atender às vivências de ordem mais subjetiva, tendo em conta um contexto de pobreza em que algumas pessoas vivem ou viveram e o racismo a que são submetidas, nomeadamente em momentos que dizem respeito a situações de sobrevivência, como sejam a procura de emprego ou a cíclica senda na obtenção da documentação oficial requerida aos imigrantes.

A caracterização da Associação como projeto comunitário deve-se, em primeiro lugar, ao sentimento de que se mantém o carácter endógeno. A direção e diferentes áreas de intervenção são assumidas por pessoas do bairro que tomam decisões e ‘trabalha com a população ajudando na sua integração mas valorizando a riqueza cultural de cada pessoa’ (Neuza).

A ‘maneira de trabalhar’ que os inquiridos descreveram apoia à explicitação sobre como se materializa este ‘projeto comunitário’. Passa pela disponibilidade em acolher ou promover iniciativas várias. Ivo e Júlia, por exemplo, dinamizam com a Associação propostas que apresentaram e de imediato foram assumidas e integradas no curso das atividades. Para os jovens do bairro, esta abertura e disponibilidade ocasionou não só a oportunidade de participar em atividades e aceder a universos até então desconhecidos, como também a possibilidade de apresentar propostas e experimentar-se em situação de responsabilidade e de iniciativa. A novidade tem lugar e os contactos com organizações pares e universidades constituem momentos privilegiados de trocar experiências, instrumentos e conceitos. A procura da visibilidade para o exterior e o reconhecimento que daí se obtém são elementos importantes de valorização do próprio trabalho.

A comunicação, sentido de união e de entreajuda entre quem trabalha no Moinho, independentemente da responsabilidade ou do nível de escolaridade, são muito valorizados, integrando até os princípios que enformam a filosofia da Associação, designadas por Traves Mestras. As reuniões de equipa e entre núcleos são por isso muito importantes, nelas se equaciona e debate a resolução das tarefas e problemas. Parece então haver um sentimento de se trabalhar em conjunto, a partir de um modo de fazer construído coletivamente. A alegria e boa disposição fazem parte dos elementos fortemente valorizados. Este modo de relacionamento acentua o sentido de proximidade e de humanização patente na satisfação manifestada. Pelo contrário, um trabalho mais fechado nos ‘gabinetes’ sem permitir uma ligação próxima na Associação mas sobretudo no bairro é mencionado por alguns jovens como atitude demasiado ‘técnica’: ‘vêm trabalhar com um público mas não o conhecem’ (Filipa).

Aliás, o carácter endógeno faz-se também sentir na falta de uma definição clara entre utentes e profissionais e a proximidade das relações são disso reflexo. No entanto, a Associação debate-se com uma progressiva institucionalização, por via de um crescimento procurado para responder às necessidades do bairro e a uma exigência administrativa sempre crescente, imposta pelas medidas de financiamento, e que incute novas lógicas de funcionamento, que passam entre outros, por um afastamento entre os profissionais e os utentes.

As transformações notadas apontam assim para o apreço e o valor que representam para a população, para esta poder beneficiar da diversificação e ampliação das ofertas e oportunidades, em que as próprias participaram e/ou assistiram. Mas convive, por outro lado, com uma dimensão e uma institucionalização que dificulta a familiaridade e o sentido de união, que mantendo-se presente, não tem a mesma força. A própria direção tem dificuldade em gerir e manter-se perto e atenta a todos os núcleos. A pressão do financiamento é importante, obriga a uma corrida permanente a candidaturas e perturba a própria atuação:

*[dificuldades] Uma estratégia bem definida e a necessidade de financiamento via projetos – há um objetivo claro de melhorar o bairro mas depois às vezes é pouco claro como é que isso é feito e que estratégias se desenvolvem (Simone).*

Dois pontos fortes da Associação remetem para um caráter coletivo e identitário. Dizem respeito tanto à promoção da interculturalidade, com primazia para as práticas e tradições de Cabo Verde, como à defesa do bairro. Estes dois elementos são motivo de regozijo para quem é do bairro e a Associação tem assumido um papel preponderante no debate e procura de soluções relativas ao bairro.

No que respeita ao terceiro objetivo, de conhecer que trajetos formativos atravessam o seu envolvimento na dinâmica da Associação, a própria experiência de viver no bairro constitui um elemento formativo determinante. São observações, inquietações, experiências pessoais e sociais que, em contraponto com o que vivem na Associação, levam várias pessoas a optar por uma dada área de estudos, por um posicionamento no modo como levam a cabo a sua tarefa e a sua integração na Associação. Provavelmente associada ao caráter relacional do trabalho ali desenvolvido, as pessoas mencionam os valores de respeito e de educação transmitidos pelos ancestrais, sobretudo os seus pais, em geral enquadrada pela religiosidade católica.

A experiência em contextos informais, familiares ou comunitários, é referida como fonte de aprendizagens de tarefas que são mais tarde revertidos para a profissão, em especial o cuidar de crianças, música e a culinária; também aí se definem competências transversais como por exemplo: responsabilidade e pontualidade, trabalhar em grupo e explorar a criatividade (Filipa) ou a capacidade para ficar à escuta (Júlia), para improvisar (Gabriel). São de referir experiências pessoais de algumas pessoas que não sendo do bairro, relativamente aos moradores, sejam ou não colegas na Associação, partilham com quem é do bairro a vivência de ‘ser estrangeiro’ em Portugal ou a passagem por situações de vulnerabilidade social.

Através deste conhecimento gera-se como que um sentimento de compreensão e de cumplicidade relativamente ao que vivem os moradores do bairro.

A menção à capacidade de realização em coletivo é também recorrente. As experiências que foram tendo no próprio Moinho permitiram ensaiar ideias, iniciativas e responsabilidades. Já no curso da atividade que atualmente desenvolvem no Moinho, as aprendizagens situam-se a três níveis: primeiramente aprender a lidar com o outro, em que se incluem o conhecimento do outro, o convívio, a confiança, o estabelecer uma boa relação e equilibrar proximidade e distância. Num segundo nível encontra-se o que tem a ver com a organização do trabalho, e sobretudo as ferramentas conceituais e metodológicas que dão sentido e orientam a ação. Trata-se da gestão da tarefa imediata em articulação com a equipa, enquadrando-a nos princípios e instrumentos da Associação, sendo mais nomeados o *djunta mon* e o *empowerment*. Finalmente, a consciência sobre questões de âmbito social e político que se adquire e desenvolve a partir do contacto com as realidades vividas pelas pessoas do bairro e pelas situações a resolver, particularmente as que advêm de um sentido de injustiça e levantam questões ao nível dos direitos humanos, da imigração, da relação entre países marcada por uma história recente de colonização, das relações de poder entre instituições ou entre organizações associativas e Estado.

Ao nível da dinâmica de trabalho, sobressaem como formativos os momentos em que se reúnem as equipas ou mesmo o conjunto das equipas que compõem a Associação. São momentos em que se discutem temas ou modos de fazer, se convive entre colegas e se conhecem os novos, são ocasiões para redimensionar o trabalho de cada um e de cada equipa no todo do projeto e da intervenção Associação. Os projetos, na medida em que se focam numa área e envolvem pessoas especializadas / conhecedoras numa ação conjunta, permitem o aprofundamento, a troca e aprendizagem de temas que são assim apropriados e podem ser revertidos posteriormente no trabalho do Moinho. A participação em reuniões, seminários, intercâmbios no exterior do Moinho e em representação deste também constituem momentos privilegiados de consolidação e confrontação de um modo de pensar e fazer através do que se obtém reconhecimento. Também é neste tipo de encontros que se conhecem novas ideias passíveis de serem importadas e adaptadas para o trabalho na Associação e no bairro.

No que respeita à formação formal, um número significativo de pessoas exercem a sua profissão após uma profissionalização que teve lugar através de um curso promovido pelo Moinho da Juventude. De entre aqueles que frequenta(ra)m a universidade, quem não é do bairro refere-se ao percurso académico como principal fonte de aprendizagem para o trabalho que agora realiza, o que estará associado à consciência de que o seu recrutamento exigia essa

certificação. Para quem é do bairro, a referência à universidade surge entre outras fontes de aprendizagem para o desempenho da tarefa, parecendo denotar uma apropriação da universidade e de algumas disciplinas em função de interesses específicos. Várias pessoas também referem a certificação escolar e outros cursos profissionalizantes obtidos, incentivados pela Associação.

As 'formações' parecem fazer parte do quotidiano de quem trabalha no Moinho, independentemente de serem ou não certificadas. De modo geral, além da facilidade pela proximidade física à habitação ou ao local de trabalho e da familiaridade do contexto, as formações são valorizadas pelos inquiridos pela qualidade dos cursos ali promovidos, expressos em diferentes elementos: escolha e exigência da equipa de formadores, procura de adaptação ao público a quem se dirige, pertinência do tema, e, muito destacado, o acompanhamento pós- formação no sentido de procurar a integração dos formandos no mercado de trabalho. Em contrapartida, várias pessoas apontam um certo descrédito atribuído pelas entidades empregadoras a um diploma obtido naquela instituição. Outras pessoas apontam o enriquecimento e a (boa) exigência que representa, para quem é do bairro, a frequência de cursos em entidades exteriores, pelo contacto com outras realidades.

## Capítulo 5

### **Construir e construir-se (n)uma associação de bairro**

*‘A prática de formação seria aquela que torna formativa toda a prática’*

*(Bernard Honoré, 1992: 41)*

Caracterizar e analisar o caráter formativo da Associação Cultural Moinho da Juventude, foi o mote seguido para a realização de toda a recolha de informação que até agora se tem vindo a apresentar, tendo em conta os três eixos definidos:

- como se cruza a formação de caráter formal, não formal e informal,
- como se relacionam as dimensões individuais e coletivas,
- que articulações se estabelecem entre uma lógica de teor comunitário com uma lógica de âmbito estatal e administrativo.

A leitura da informação reunida, após uma primeira abordagem de natureza mais descritiva, requer uma análise que permita perceber a conceção e os elementos que tornam a Associação um espaço formativo. Para realizar esta reflexão, foram primeiramente usados três conceitos que permitem evidenciar três níveis de análise em questão correspondentes ao dispositivo de formação, à organização Moinho da Juventude, e aos indivíduos em formação. São eles: a formação-ação, a organização aprendente, e a formatividade.

Numa perspetiva organizacional, as reflexões de Sousa Santos (1993 e 1994) e de Arriscado Nunes (1995) sobre a relação entre Estado e sociedade providência facilitaram a leitura sobre a articulação entre uma lógica de teor comunitário com uma lógica de âmbito estatal e administrativo. O conceito de ‘instituição’ (Castoriadis, 1975, 1994, 2003), associado ao de ‘imaginário radical’, juntamente com o de ‘inéditos viáveis’ (Freire, 1975), possibilitaram a explicitação de uma gramática própria ao Moinho da Juventude.

## Formar a e na Associação Moinho da Juventude

A formação-ação emerge como dispositivo de formação subordinada a um projeto ou a uma questão a resolver, integrando-se, por isso, na vida da instituição em ‘tempo real’ da situação ou problema em causa: ‘O projeto em que se está empenhado é simultaneamente a finalidade e o suporte privilegiado da aprendizagem’ (Meignant e Jacq, 1987: 122). Constituir-se-ia como espaço em que é delineada a resposta, pelo que o grupo de formandos é heterogéneo, em função do contributo e participação de cada um no desenvolvimento do trabalho. Cabe, nestes termos, ao formador realizar as funções de acompanhamento plurifuncional (Le Boterf, 1987: 105): *concretização* (ajudar o grupo a nomear o que faz); a *pôr em relação* com recursos e centros de decisão pertinentes; *transmissão de conhecimentos* (não são apenas animadores mas trazem para o grupo conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos); *capitalização* (apoiar na elaboração do ponto da situação sobre o trabalho e o seu processo).

*‘A aplicação da filosofia da ACMJ na prática, em cada formação. Experiência e conhecimento que a ACMJ tem adquirido ao longo dos anos’. (Hélia)*

Nota-se a pertinência da formação-ação, ao verificar, desde logo, a procura de formadores que conheçam a Associação e o bairro e se proponham empreender percursos de formação por vezes incertos, por construir ou a alterar, com recurso a metodologias diversificadas, em especial ‘ativas’, sendo valorizada a sua articulação, em conteúdo e em forma, com aspetos da realidade vivida no bairro ou com o trabalho realizado pelo Moinho da Juventude.

Os temas são definidos pela pertinência que têm para o trabalho a realizar, que está na origem de apreciações sobre as vantagens das ações ali realizadas: ‘frequentar a formação e simultaneamente estar perto do tema real que é trabalhado na formação’ (Cláudia).

Mesmo no recurso a formações formais, de âmbito escolar ou profissional, não parece tratar-se de um mero processo administrativo, findo no momento em que a ação termina. Pelo contrário: ‘As informações que tenho é que aqui a formação é diferente. As pessoas são bem servidas. Há pessoas que vinham cá fazer cursos e além de aprenderem com aula teórica, praticam’ (Elia). Conforme afirma Telmo, ‘aqui não é formação e depois ir embora, aqui há uma relação mais contínua, olha-se a pessoa como pessoa e não como número’. Estes são aliás dos aspetos mais referidos, relativos às formações, a que se acrescenta a procura, *a posteriori*, de integração num posto de trabalho consentâneo com o diploma.



A própria construção da Associação passou por muitos cursos profissionais que constituíram oportunidade para que os formandos aprendessem pelo exercício real de uma tarefa. A edificação da estrutura física ganhou pelas formações na área da construção civil e afins (eletricidade, carpintaria), por exemplo, que permitiram criar espaços e construir as primeiras mobílias para o jardim-de-infância, ao mesmo tempo que os formandos aprendiam português e matemática na definição de medidas e elaboração de orçamentos. Uma parte considerável dos recursos humanos do Moinho, nomeadamente no que se refere aos moradores do bairro, foram profissionalizados por cursos promovidos por esta instituição. Conhecimento e diplomas permitiram conferir legitimidade e reconhecimento ao trabalho desenvolvido.

O valor que tal representa foi verbalizado por uma senhora entrevistada por Adriane Nopes, aquando do seu trabalho com moradores em favelas do Brasil: ‘Eu, a gente tem uma coisa que eu até me sinto orgulhosa. A minha família veio sem profissão e hoje todos eles têm profissão’ (2012: 22). O caso é semelhante com o que se passa com muitos dos formadores da Cova da Moura, bem como muitos dos imigrantes cabo-verdianos, santomenses e outros, que chegaram a Portugal com uma parca ou nenhuma escolarização. Para esta geração, bem como para as descendentes, a obtenção de diplomas é muito significativa. Aliás, em inúmeras ocasiões as pessoas inquiridas mencionam a obtenção de diplomas ocorrida no ou através do Moinho da Juventude.

A lógica do financiamento, mas igualmente a lógica de organização interna que se regula por objetivos e etapas, pode coadunar-se com a lógica da formação-ação. A este conceito associam-se os de projeto e de autoformação. Em diversas ocasiões, a realização de uma ação passa necessariamente por um processo explicitamente formativo. Pede-se o apoio de quem (pessoa individual ou entidade) tenha conhecimento do tema para estar presente nos momentos em que se reflete e decide um *modus operandi*.

As formações de âmbito não formal, de duração e formato variáveis consoante a pertinência para a questão em causa, são recorrentes. Das mais de cinquenta pessoas inquiridas, apenas cinco afirmaram não ter frequentado qualquer formação no Moinho e estas correspondem àquelas que efetuam estágios académicos ou que se encontram na Associação há menos de seis meses. No projeto Cidadania Participativa observado, houve momentos explicitamente de formação: um grupo de estudantes universitários fez ações de sensibilização sobre o ato eleitoral, a pretexto das eleições municipais e do incentivo à participação da população imigrante; uma equipa do Instituto das Drogas e da Toxicodependência promoveu ações sobre adições, apoiando a reflexão conjunta e formulação, da equipa do projeto, sobre o tipo de apoio a fornecer em pessoas nessa situação; um fotógrafo propôs-se apoiar a criação do

arquivo fotográfico sobre o bairro e a Associação, para o que promoveu um processo de formação sobre fotografia e arquivo, em que retomou práticas fotográficas e de arquivo já iniciadas pelos participantes.

Noutro patamar de valorização do conhecimento e das práticas dos profissionais e de sua legitimação, foram efetuadas ações de formação de formadores, sob a coordenação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Até 2011 aconteceram quatro cursos destes, que atribuem o certificado de aptidão pedagógica e possibilitam aos profissionais do Moinho serem, por sua vez, formadores/as dos seus ofícios.

Outras formações surgem de propostas de ação, numa lógica frequente de projetos ou no âmbito de iniciativas governamentais que são ali implementados, como é o caso do programa Emprego Apoiado.

Percebe-se então, como além de um processo transmissivo concetual e procedimental, estes momentos constituem-se como espaços de verbalização e capitalização da experiência e dos saberes que vão progressivamente sendo criados, bem como de facilitação da relação do grupo com recursos pertinentes – para retomar as funções atribuídas por Le Boterf (1987: 104) a estes dispositivos.

## **Construir-se numa história e linguagem coletivas**

Através do conceito de ‘organização aprendente’, António Bolívar (2003) procurou analisar como se processam e consolidam mudanças no seio de organizações educativas, tendo verificado a centralidade daquilo que designou por ‘memória organizacional’. Esta é, seguindo a teoria proposta, depositária de uma unidade que agrega as aprendizagens individualizadas, tantas vezes adquiridas por via informal e tácita, por via da comunicação e elaboração, que dão lugar a rotinas, mantidas e acumuladas. Consideram-se, portanto, três níveis de memória: a individual, de saberes não partilhados; a memória coletiva informal, relativa a saberes criados em interação, por colaboração; e a centralizada que corresponde à cultura legitimada e formalizada, inscrita nos documentos.

Para o autor, a experiência acumulada e suas adaptações progressivas, assim como os novos projetos e desafios a desenvolver, constituem momentos de produção, de ordem diversa, isto é, conhecimentos memorizados que podem ser: declarativos (saberes técnicos, ‘saber que’), procedimentais (saber como) e de juízo (capacidade de interpretar, de ‘ajuizar’).

Perante as considerações dos inquiridos e reportando ao conceito de organização aprendente, nota-se que a construção da memória do Moinho da Juventude acontece tanto a nível interno, relativo à dinâmica do trabalho de grupos ou do todo da Associação, como ao nível da relação com o exterior.

Internamente, os momentos de reunião ou encontro com os colegas de núcleo ou de toda a Associação são elementos basilares. O trabalho em equipa está entre os mais referidos pelas pessoas para descrever os momentos em que mais aprendem no decorrer da sua atividade. É com os pares que se aferem modos de fazer, esclarecem-se dúvidas, analisam-se situações novas ou problemáticas até se chegar a uma definição de resolução.

*‘Nas nossas reuniões de equipa, porque vemos situações em que não nos sentimos à vontade, em que temos dúvidas. Apoiamo-nos umas às outras. Através de várias cabeças procuramos uma solução’. (Juliana)*

*‘Quando se trazem os assuntos na mesa eu fico sempre atento a ver o resultado. Estou sempre atento. Às vezes ponho um problema. Eu desconfio de como resolver a situação, mas vou ver o que é que fica deliberado resolver. São mais cabeças a pensar melhor. Deixamos o atalho e vamos pelo caminho certo. Hoje em dia é raro aparecer uma situação que me apavore porque já houve antes uma situação daquele género.’ (Teodoro)*

Juliana e Teodoro, como outros, falam nos encontros de equipa como espaço de segurança. Estas reuniões permitem obter a garantia de um modo de interpretar e de fazer que ultrapassa o individual, porque vai sendo construído por um coletivo, em partilha. Com frequência, há a participação de um representante da direção ou de alguém que faz supervisão. Em qualquer caso parece haver autonomia para serem tomadas decisões relativas ao trabalho. Alguns grupos estranhavam, aliás, quando alguma informação relativa à vida privada de certas pessoas que recebem extravasava para o exterior do núcleo, pois há como que subculturas com princípios e valores próprios.

Outro elemento constitutivo dessa memória coletiva encontra-se no trabalho em *tandem* – modalidade que sugere que um ‘técnico’ exterior ao bairro realize o seu trabalho em par com uma pessoa do bairro, um ‘técnico de experiência’. Desta forma trocam conhecimento e

potenciam a ação, já que um pode ser mais detentor das formas e técnicas académicas, e o outro é conhecedor na vivência da imigração e do que é ser morador naquele contexto.

*‘O trabalho em tandem é uma mais valia. [...] Ele ajuda-me a perceber certas coisas e além disso sei que tenho alguém comigo, sabemos que estamos disponíveis um para o outro’.* (Vânia)

Os projetos representam um momento em que as pessoas mais permanentes trabalham com aqueles que vêm apoiar numa tarefa específica. Desta forma é possível a apropriação de saberes que passam a dar azo a mais uma capacidade da Associação. Como conta Ermelindo: ‘Todos os anos vamos aprendendo mais uma competência. Acompanhei o projeto Putos Ka ta Cria e aí vi como se fazia um cd’. Atualmente são vários os cd’s de música gravados, produzidos e editados no Moinho da Juventude.

Os encontros regulares de todas as pessoas que fazem a Associação também são mencionados. Algumas falam em momentos de formação, outras de reuniões para reflexão ou balanço, outras ainda de convívio. Com efeito, nas ‘formações entre todos os colaboradores, estamos todos juntos, porque às vezes passamos semanas em que não nos vemos. É bom o convívio e sabermos o que se passa nos outros núcleos’ (Nancy). São ocasiões festivas ou de reunião, ou ambas em simultâneo, em que se reencontra a identidade do coletivo que é a Associação, se reencontram os colegas, se conhecem os novos, se conhecem as novidades ou se faz o ponto da situação sobre uma dada questão, enfim, são ocasiões para se reavivar a consciência do todo. Reafirma-se e atualiza-se uma história coletiva.

Finalmente, uma memória coletiva vivencial manifesta-se na travessia que vários fazem do Moinho da Juventude ao longo da sua história pessoal. É algo parecido com um ‘trazer no corpo’ a história da Associação: ‘transmito o que aprendi no Moinho, porque cresci aqui’ (Artur). A resposta ao que se transmite a outros torna-se óbvia porque desde a infância, o seu crescimento pessoal e o da Associação acompanharam-se mutuamente. Há uma geração de pessoas que colaboram, profissionalmente ou não, cuja trajetória infantil e/ou juvenil foi ali passada: das trinta e cinco pessoas do bairro inquiridas, quinze integram esta geração.

O contacto com o exterior é uma dimensão também importante para a constituição de uma memória coletiva. Os escritos, sejam de artigos, de narrativa na página da internet, de cartas expondo ideias, intenções ou indignações, acontecem em comunicação com um outro que é externo.

As relações com outras instituições são momentos para uma afirmação de si e da Associação como um todo. Por vezes podem coincidir com uma reunião-formação-convívio referida

acima, com todos os participantes na Associação, quando se trata de um evento que celebra um momento importante de um projeto, com frequência em parceria com outros organismos. Há então um acolhimento dos parceiros através de momentos ritualizados em que se mostra trabalho desenvolvido ou a desenvolver. Podem também ser momentos de discussão alargada de um tema, para o que são convidados outros agentes, como tem acontecido por diversas ocasiões durante a última década a propósito do debate sobre o futuro do bairro.

A participação em seminários, congressos, intercâmbios foram igualmente assinalados como espaços importantes para a apresentação enquanto entidade coletiva. Proporcionam a explicitação do que se faz, a partilha de experiências, o acesso a novas ideias. São, neste contexto, usadas várias palavras que sugerem o reforço da identidade e das convicções associadas, o contacto com a novidade e, também muito importante, o reconhecimento.

*‘É importante ver como trabalham e se organizam. Trazemos isso para melhorar o nosso trabalho e os projetos que temos. É sempre benéfico conhecer outra realidade que não a sua. É bom para ganhar outra abertura’. (Artur)*

*‘A troca de experiência é a coisa mais importante, ouvir os outros e dar o nosso ponto de vista é sempre uma mais valia e uma aprendizagem. Novos conhecimentos que vamos adquirindo, novos contactos que nos ajudam a formar como pessoas e como profissionais’. (Sandra)*

*‘Em cada intercâmbio e seminário aprendo que sou capaz de transmitir o que eu faço. Percebo que afinal o trabalho do Moinho não me passa tão despercebido como eu pensava. Ver que os problemas que temos são idênticos aos problemas noutros países: França, Bélgica, Noruega. Troca de experiência com jovens, técnicos, etc. E a satisfação da viagem e de participar em seminários em que oiço coisas novas, testemunhos sobre temas novos’. (Ermelindo)*

*‘A hierarquia sente-se muito lá fora, por isso é importante ir em tandem. É sempre muito importante para mostrar a outros que estamos aqui e o que defendemos. Uma coisa maravilhosa: a associação está sempre muito à frente. É aquela coisa da Lieve de saber o que se está a passar noutros países e adaptar para aqui’ (Vânia).*

Ao longo dos anos, foi sendo edificada uma ‘gramática’ própria à Associação. Trata-se de um conjunto de princípios orientadores que se foram estabelecendo, mas também de uma estrutura de pensamento e de ação apoiada em conceitos e em instrumentos concetuais de que as pessoas se apropriam, como as traves mestras, conjunto de princípios que compõem a filosofia do Moinho e definem uma metodologia própria. Sandra conta como teve inicialmente dificuldades em entender o modo de trabalho. Ao falar sobre o que considera

mais importante, responde: ‘A forma como operamos as traves mestras. O trabalho é de equipa mas também individualizado. E passar isso à comunidade. A forma como operacionalizamos é o mais interessante. Levei tempo a perceber isso. Sou de regras, não entendia. Aqui não somos tão acompanhados como achamos que deveríamos ser, mas essa autonomia dá-nos maior responsabilidade. Custou-me um bocadinho’. Através destes princípios encontrou um sentido para o modo de desenvolver o seu trabalho e de perceber a orgânica e o funcionamento.

A instrumentação também é muito importante. Por exemplo, o recurso à análise *swot* (acrónimo em inglês de um sistema de análise organizacional a partir de quatro elementos que em português são: potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças), para reflexão sobre uma qualquer situação, é recorrente e está naturalizada. Com frequência se ouve em contexto de reuniões, ou em conversas informais entre colegas, a referência a instrumentos como estes. Nas apresentações para o exterior é recorrente ouvir a terminologia própria.

As figuras profissionais criadas exercem igualmente um papel significativo. Além de valorizar um saber próprio e edificar um trabalho que, afastado dos cânones definidos pelo modelo escolar que atribui diplomas e títulos, confere um estatuto próprio a partir do qual as pessoas se apresentam. A propósito da sua participação em eventos públicos como colóquios, seminários e outras reuniões no exterior, várias pessoas apontam o estatuto a partir do qual representam o Moinho:

*‘Fui a duas apresentações de trabalho como ‘mãe de bairro’. Noutros sítios há muita gente a querer fazer o nosso trabalho. Houve muitas perguntas para saberem como estamos com as famílias, como trabalhamos com elas’. (Patrícia)*

*‘Fui como ‘perito de experiência’. Saí de lá enriquecido. Tirei dúvidas e desabafei. E foi a primeira vez que falei para uma plateia de 300 pessoas’. (Carlos)<sup>22</sup>*

Se esta ‘gramática’ é importante para as pessoas que são do bairro, ela não o é menos importante para quem vai trabalhar para o Moinho, normalmente na qualidade de técnicos. Hélia, coordenadora do Gabinete de Inserção Profissional, refere como os conceitos inscritos

---

<sup>22</sup> Conforme referido no capítulo três, ‘mãe de bairro’ e ‘técnico/a de experiência’ são duas figuras profissionais criadas a partir da adaptação de experiências noutros países. Para saber mais: <http://www.moinhoda juventude.pt>. A procura de reconhecimento desta categoria profissional em Portugal leva a que em vez de perito se designe o profissional como técnico de experiência, alegando-se que a categoria de perito se aplica apenas a doutorados. Na Associação, optou-se por utilizar a designação compatível com o reconhecimento em Portugal, mesmo que seja a designação de ‘peritos de experiência’ aquela que é usada nos países onde foi primeiramente edificada, concetualizada e formalizada esta categoria profissional.

nas traves mestras estão entre as aprendizagens mais importantes: ‘a própria filosofia da ACMJ [Associação Cultural Moinho da Juventude] e metodologias de trabalho, *empowerment*, participação ativa nos projetos, etc.’. Outras na mesma condição também o referem: ‘os objetivos da Associação. Revejo-me nos objetivos do projeto e da Associação e é isso que tento transmitir, sobretudo aos jovens, jovens adultos com quem trabalho’ (Sónia). A ‘gramática’ constitui-se então simultaneamente como elemento que confere um sentido próprio ao trabalho, mas também dá indicações concretas ao nível operativo. Para os técnicos que vão trabalhar para esta instituição, constitui-se num instrumento que permite unir as pessoas em torno dos princípios e da sua materialização, salientando-se o caráter ideológico e o fundamento para uma ‘maneira de trabalhar’ que se cria nas equipas de trabalho misturadas.

Do ponto de vista da ‘organização aprendente’ pode então dizer-se que a criação de uma linguagem própria, composta por figuras profissionais e respetivos suportes conceituais, ferramentas de trabalho, suporte legal, etc., permite dar um estatuto e uma narrativa que possibilita a pessoas, por vezes com pouca habilitação escolar, ocupar lugares que de outro modo lhes estariam vedados. Trata-se de construir uma estrutura simbólica e discursiva que atribui um estatuto e um reconhecimento pelos outros e, desta forma, permite às pessoas do Moinho da Juventude, independentemente da sua escolaridade, representar a instituição e ocupar um lugar de palavra em que podem ser ouvidos e entrar em diálogo com ‘outros generalizados’ (Mead, 1968 [1934]).

Finalmente, foi sendo desenvolvida uma simbologia que é ponto de afirmação da pertença a uma trajetória comum: há o logótipo, redesenhado por diversas vezes e inscrito em calendários, postais, bandeiras, chapéus, documentos; há o arquivo-memória, composto por vídeos, fotografias, testemunhos, músicas, pinturas, peças de artesanato, histórias de momentos marcantes (alguns publicados na página da internet, registados em documentos escritos, e muitos expostos nos vários espaços da Associação); há a homenagem de figuras em eventos, como Jacinto Varela e Eduardo Pontes, que ocuparam lugares de liderança cruciais, ou de outras, como do jovem Ângelo, abatido pela polícia, marcando o início de um conflito dos moradores e com aquela instância.

## O espanto e outras possibilidades de ser

O conceito de ‘formatividade’ foi criado por Bernard Honoré (1992) a partir das concepções existencialistas de Heidegger sobre o indivíduo como ser-no-mundo. A formatividade corresponde à condição, ontológica, de criar sempre novas possibilidades de ser, isto é, de advirem sempre novas existências de si no mundo. A produção de si realiza-se na produção do mundo, na medida em que é reveladora de um si fora de si, isto é, de um novo ser-no-mundo, projetado em novos sentidos e novas possibilidades de ser eu sendo outro. Neste sentido, a formatividade de um indivíduo é composta por dois elementos: um ‘poder-ser’, ou seja, a criação de possibilidades de ser-no-mundo a partir do que o indivíduo se pode experimentar em novos agires no mundo. Esta é uma formulação retomada diretamente do trabalho do filósofo inspirador. Honoré, no âmbito particular da formação, introduziu outro elemento: o ter-a-formar, que diz respeito a uma disponibilidade do indivíduo para se ‘deixar ser’, isto é, a disposição que o sujeito deve empreender para ser capaz de criar outros possíveis e experimentá-los. Tem a ver com um ‘pôr-se em forma para’, com um ‘formarmo-nos para’.

Uma leitura a partir do conceito de formatividade implica pôr em destaque as dimensões que a compõem, o “ter-a-formar” e o “poder-ser”. Isto é, a interrogação recai sobre que possibilidades de ser se criam e como acontece esse processo. Tomo como primeira abordagem uma expressão frequente entre os inquiridos ao serem questionados sobre o que consideravam mais importante na Associação ou sobre as suas principais aprendizagens do decurso da sua participação ali. A resposta imediata assumia um tom efusivo e de imensidão: ‘É muito!’ ou ‘É tudo!’. O seu contundente era intrigante. O que significaria? Porquê tanta insistência na mesma forma emotiva e surpreendida, mas certamente surpreendente para mim, investigadora?

Encontrei uma solução nas leituras de Honoré (1992) e de Josso (2002). Estes autores referem-se ao espanto no processo de formação. Christine Josso aponta como etapa da formação a suspensão dos automatismos quando ‘somos surpreendidos por uma vivência... interrompe-se uma lógica que deixa de nos permitir integrar o que se passa no que é conhecido, porque ficamos afetivamente perturbados, uma temporalidade foi quebrada ou porque um funcionamento foi interrompido’ (2002: 37). Bernard Honoré (1992:114) refere que há dois sentimentos vividos ‘quando na atividade se manifesta o nosso ter-a-formar, quando estamos tomados pelo possível: a alegria e a aflição, que são duas modalidades do espanto’.



Com efeito, o espanto constitui uma etapa de um processo formativo, coincidente com o confronto da efetivação do possível e ‘requer a virtude da coragem para ficar tomado com o que surge e apropriar-se dele’ (Honoré, 1992: 115). Por outro lado, diz-nos ainda Honoré, que ‘a esperança é o sentimento da inteireza do nosso ter-a-formar. A angústia vive-se na solidão. A esperança emerge com a figura de outrem’ (idem: 122).

Os autores falam na necessidade de uma explicitação reveladora de um processo de elaboração. Mas a situação contém grande profundidade, dificultando a compreensão e a verbalização:

*‘Vi muitos progressos. Estou mesmo satisfeito com isso. [...] Aprendi tanta coisa que nem sei explicar. Foi muito, muito ... e ... não é para explicar’. (Tomé)*

*‘Isto está aqui para quem quiser. Ajudou-me e espero que ajude mais pessoas como eu. Eu ajudei o Moinho a conquistar as taças e a ser conhecido por mérito. Há 20 anos tinha um treinador que agora é meu colega. Só depois de sair daqui é que vou perceber o que estou a viver. (Carlos)*

Tomé e Carlos referem a impossibilidade de formular a abrangência das suas vivências. É como se o poder-ser se tivesse antecipado ao ter-a-formar. Ambos notam como experimentaram possibilidades nunca antes pensadas. Durante o inquérito mostram-se conscientes de um conjunto de aprendizagens que fizeram ali, mas sabem que estas são circunstanciais, que o verdadeiro sentido formativo está no contacto com possibilidades de ser contrárias às que seriam de esperar, numa perspetiva societal, marcada pelas hierarquias sociais, económicas, académicas. Trata-se de um novo sentido de vida tanto individual como coletiva que está em causa, que põe em causa o determinismo social. Um coletivo em que foi possível, dos primeiros tijolos e das primeiras reuniões para obter água canalizada, passar por inúmeras vivências e convivências, participar de iniciativas antes inimagináveis para aquela população do bairro, ricos em experiência e convívio, reconhecidas e requeridas nacional e internacionalmente.

O seguimento que é dado a estas expressões – ‘É muito!’ ou ‘É tudo!’ – é diferenciado. Algumas pessoas apresentam metáforas para sinalizar este outro sentido, que é um sentido coletivo:

*‘Era um botãozinho, desabrochou’. (Eunice)*

*‘Era uma casa pequena agora é uma mansão’. (David)*

*‘O Moinho é uma luta. Cresceu como uma árvore que dá muitos frutos’. (Lucinda)*

*‘Outro mundo é possível se a gente quiser’. (Nancy)*

Lucinda e Nancy apontam já claramente no sentido de uma possibilidade de ser outro, um outro devir coletivo, político e social. É aí que se encontra a interrupção dos automatismos que Josso refere. O que era ‘expectável’ de um ponto de vista social e simbólico seria que uma população pobre e negra se subjugaria a um destino de exploração e vulnerabilidade social. Esse destino não é negável, mas abriu-se outra possibilidade de vida.

Entre a geração ali ‘criada’, Cláudia e Filipa refletem sobre esta interrupção dos automatismos, interrupção de uma expectativa parca, de fechamento e isolamento, e sobre as aberturas que se lhes ofereceram:

*‘Formação, investir na formação pessoal. No curso de mediadores é que comecei a pensar de forma mais rigorosa em ir mais longe. Nós [no bairro] estamos mentalizados de que quando chegamos a um certo nível [de escolaridade], paramos. E aqui não. Incentivam-nos a continuar e a apostar em nós e na nossa formação.’ (Cláudia)*

*Oportunidades, tive várias oportunidades: intercâmbio, cursos, ter participado em atividades como a dança, a ginástica, o ‘Ben Passa Ku Nós’, a parceria com o Alcantara<sup>23</sup>, com o espetáculo Íman que nos levou a vários países e várias cidades de Portugal. [Hoje procura dar o mesmo aos jovens com quem trabalha, para] Quebrar com o pensamento de ‘não vou fazer nada; não vou conseguir, não sei fazer’. Explorarem as suas capacidades e não terem medo de descobrir, não rejeitar o desconhecido [...] há mundo lá fora por descobrir’. (Filipa)*

Como elas, várias pessoas afirmam a abertura, a disponibilidade para o que é novo. É neste ponto que se verifica o valor do conceito ‘ter-a-formar’, de Honoré, em complemento ao ‘poder-ser’. Antes de ser possível definir os possíveis, é preciso que se acredite neles. Como afirma o autor: ‘cada um, saindo de si mesmo, é posto em relação com o que não é, aí e agora, sustentando a possibilidade de um entre-nós em que se dá a interformação. Trata-se de abrir o desvendar do ter-a-formar’ (Honoré, 1992: 178). A interformatividade, enquanto disposição em coletivo para o novo, acontece pela reciprocidade do processo em que se interpela e se é interpelado por outros. Desta forma é possível definir possíveis ao criar e realizar, mas também integrar da criação de outros e desta forma dispor-se a ser ou a participar de um trabalho de autoria, de definição e concretização de possíveis.

---

<sup>23</sup> Organização de Lisboa que se dedica ao desenvolvimento das artes performativas.

Pela profundidade dos processos em causa, o seu faseamento requer um tempo longo, e faz sentido em termos geracionais de criação de disposições e de criação de possíveis. Para Ermelindo, uma das aprendizagens mais importantes foi ‘pôr a ideia em prática. Mesmo que às vezes não penses no resultado final, é o processo que é importante. E na segunda vez que fizeres aquilo, vais fazer melhor’. Ele referia-se a grupos artísticos ligados à dança e música, mas esta disposição ajudou-o noutras áreas:

*‘Eu trabalhava nas obras, mas estava cansado e queria deixar aquele tipo de trabalho. Então fui fazer um curso à noite de web design e em Setembro de 2003 fui para essa formação em contexto de trabalho. Em Janeiro de 2004, com o Edy e o Jorge, reconstruímos a sala. Foi preciso tirar a parede do meio, partimos outra parede e começámos a montar a sala de informática, com o Miguel. Vim abrir a sala de informática. [Em 2012, a minha atividade na informática era de:] formador, programador, coordenador do curso e da sala, gestão de equipamento’. (Ermelindo)*

Pela análise realizada, creio ser evidente a complexa articulação entre modalidades de formação formais, não formais e informais, que passa pela afirmação e constituição da Associação Moinho da Juventude enquanto dispositivo de formação, marcado pela pertinência e uso do conhecimento, coletivizado, materializado em sucessivas formas de ser/intervir-no-mundo.

É uma complexidade que se caracteriza por um modo original de conceber a relação com os outros, com o tempo, com o fazer e com a palavra. Estamos, pois, em presença de uma formação que se concebe, mais do que num sentido imediatamente técnico e praxeológico, no domínio existencial para cada uma das pessoas envolvidas, para a própria instituição e para a comunidade do bairro.

### **Da produção do Moinho, fazer(-se) obra num *djunta mon***

*‘Qualquer obra prima relata a criação da sua própria arte e é por  
isso que goza desse título: obra prima’  
Michel Serres (1993)*

Os testemunhos recolhidos sobre a atividade no e do Moinho estão marcados por uma dimensão praxeológica significativa. A realização concentra e efetiva a razão de ser e de estar na Associação. Num levantamento do termo ‘fazer’, nos inquéritos recolhidos, destacam-se de imediato um conjunto de expressões que enunciam a preponderância do ato da concretização, explicitando o sentido, o modo, ou o foco da ação. Parece ser aí que se dá a articulação entre o individual e o coletivo, entre os percursos de vida que se encontram, interpelam e combinam:

*‘Incentivar as pessoas a fazerem coisas [...] Acredito que se quisermos podemos juntos fazer muita coisa.’ (Ermelindo)*

*‘fazer muito com pouco, capacidade e facilidade em resolver e inventar soluções.’ (Anne Marie)*

*‘passar da teoria à prática [...] o Ângelo mostra-me a zona e vamos pensando no que fazer para qualificar a zona.’ (Joana)*

*‘é possível fazer muito mais do que pensávamos. (Juliana)*

*‘Vi outros caminhos, vi que há outras coisas para fazer e que nunca é tarde.’ (Júlio)*

*‘Estão cá porque gostam e por fazerem aquilo em que acreditam.’ (Sónia)*

*‘cada um tem de fazer algo pela zona onde vive.’ (Renato)*

*‘As pessoas juntam-se para pensar como podemos fazer’. (Vânia)*

A ação é um dos elementos mediadores de cada indivíduo com o outro e do coletivo, o meio através do qual se elabora uma pertença, um ‘nós’. Assim, a formação confunde-se com o fim, instrumental, da ação. Um caráter pragmático atravessa e orienta o gesto. Como assinalava Gohn (2008: 67), a respeito dos Movimentos Sociais, ‘fruto de um trabalho de colaboração, coesão, com ações propositivas. Movimento é o resultado e não o foco inicial da ação coletiva (...) substituindo a ‘cultura da espera’ pela ‘cultura da resolução, do fazer’.

Do ponto de vista da formação, lembre-se a dimensão epistémica da relação com o saber formulada por Charlot, B. (1997: 81). Parece central um tipo de relação epistémica com o saber que se pauta pela praxis. Ser capaz de fazer, pôr em ação, de que o modo de construção do edificado no Moinho e no bairro em geral é representativo. Trata-se de dominar uma atividade, em que ‘o produto da aprendizagem não é separável da atividade [...] é um domínio que se inscreve no corpo [considerando que este] corpo é o sujeito empenhado no movimento da existência, que habita o espaço e o tempo’ (idem).

Honoré (1990) refere-se à obra por referência ao ‘ser-obra’, à ‘inteireza do agir humano enquanto um cumprir [...] a obra é também caracterizada pela Obra que a leva a cabo (*mettre en oeuvre*), isto é, que transporta em si mesmo o agir da realização’ (p. 197-198). O autor acentua a tónica na dimensão processual que se revela, o envolvimento da pessoa que, ao

realizar a obra, se realiza enquanto pessoa implicada e ativa no mundo. Adiante, Honoré acrescenta, sobre a obra de arte, uma dimensão de abertura e de interpelação do mundo que acontece através da dela: ‘a obra permite aceder à obra que está na obra. A obra de arte é um convite à atenção pela constância da sua influência desvelante. [...] ela abre um campo de litígio e, deste modo, acorda a atenção adormecida’ (1990: 219).

Neste sentido uma obra apresenta esta dupla vertente de revelar o agir que deu origem à obra, com uma inerente realização da própria existência daqueles que a criam, através da implicação no agir. E, segunda vertente, a obra enquanto criação é indutora de uma nova atenção, põe luz em questões e problemáticas esquecidas ou adormecidas, como parece revelar o autor. Com efeito, o conjunto de propostas e de ações empreendidas no Moinho da Juventude revelam processos prolongados de um agir orientado para encontrar e criar soluções para problemas sentidos na vida dos moradores no bairro.

Ao analisar a existência que se cumpre através da atividade exercida no Moinho, nota-se uma grande articulação entre as dimensões individuais e coletivas. Do ponto de vista individual, o carácter existencial do cumprir-se sobressai na realização de sonhos, sejam eles a aquisição de uma profissão (foram assinaladas por cozinheiras ou amas, por exemplo); perceber a importância do acreditar, com persistência e determinação – são sobretudo os mais novos que apontam para si e para aqueles com quem trabalham a importância que teve para eles a possibilidade de investirem em si, nos seus objetivos, na sua formação, nos desejos; a conquista de uma vida ‘descansada’ em que adquirem a capacidade de cuidar da própria vida, sobretudo para quem teve uma juventude conturbada, com problemas judiciais. Outros falam de um contacto com outro tipo de realidades – abrir horizontes, adquirir novas ideias, ver que há novos caminhos para trilhar, ou mesmo áreas de interesse que puderam desenvolver, em que puderam investir-se (história de África, música, política, informática, criatividade, igualdade de género, práticas e celebrações tradicionais de Cabo Verde...).

O carácter social e coletivo do trabalho ali desenvolvido leva várias pessoas a referirem a influência que tem na sua abertura ao outro: comunicação, convívio, confiança ou solidariedade são elementos referidos de forma recorrente.

As reflexões feitas pelas pessoas têm este carácter mais amplo do desenvolvimento de si, numa continuidade de ‘obras’ que atravessam, do que por referência a uma atividade específica. ‘Fazer’, ver ou participar com outros em sucessivos ‘fazer’ parece ser o elemento que materializa um trabalho sobre si que passa pelo acreditar, o tomar conhecimento desses caminhos e horizontes, e até tomar consciência das oportunidades, parecem constituir-se como ferramentas conviviais ou justas, conforme apresenta Ivan Illich, na medida em que

‘responde a três exigências: é gerador de eficiência sem degradar a autonomia pessoal, não suscita escravos nem mestres, alarga o raio de ação pessoal’ (1973: 27). Ou seja, permitem aceder e realizar outras formas existenciais de si, isto é, o fazer enquanto obra permite a descoberta de si enquanto ser-obra, enquanto ser que se experimenta e desvela noutros ‘ser no mundo’.

A dimensão coletiva da obra abre sobre um sentido comunitário e sobre a possibilidade de lidar e agir em situações que individualmente não seria possível. Este sentido parece estar bem presente para aqueles que vivem ou viveram no bairro, surge em formulações que apontam o valor da Associação, por exemplo em termos da assunção de um poder. A recordação da importância que tem sido ao longo do tempo a edificação do bairro mantém-se presente: ‘sem a Associação não teríamos esgotos, água canalizada, ruas alcatroadas, iluminação’ (Flor); ou ‘ganhou boa vontade e liberdade do povo. Antigamente juntava-se a cambada da choldra, a polícia, e a gente não podia estar na rua. Levavam pessoas presas e deitavam as casas abaixo. O Moinho não deixou’ (Tomé). As pessoas referem o seu contributo para a construção de um projeto conjunto que a Associação representa: a angariação de fundos que reverte para trabalhos diversos (festival gastronómico, no âmbito do Cidadania Participativa, as primeiras atuações do grupo de batuque, etc.), ou os prémios que conquistam em encontros desportivos, que ajudaram ao reconhecimento do Moinho.

Este reconhecimento acontece, aliás, também no sentido contrário, pois ‘sem a associação seríamos um bairro estigmatizado’ (Flor). Bairro e Moinho ocupam o lugar das ‘obras’ maiores intrinsecamente ligadas: ‘Na associação as pessoas querem fazer algo pelo bairro’ (Beatriz); ‘dar uma vida com dignidade’ (Ivone); ‘Unidos numa coisa que interessa a todos’ (Artur). Como afirma Paulo Freire, ele permite a cada um ‘reconhecer-se como homens na sua vocação histórica e ontológica ... na luta contra as condições de desigualdade’ (1972: 73).

Talvez seja este sentido, aliado à perceção das evoluções da Associação – do embelezamento dos espaços edificados e verdes, ao alargamento da capacidade e das áreas de intervenção (por ex, junto de bebés e idosos) – e ainda aliado à pertença a uma equipa de menor escala, a da equipa de projeto ou de zona, que permitem o confronto na resolução de problemas de grande complexidade, como foi o caso do Cidadania Participativa.

Alguns participantes no projeto fizeram um balanço do seu percurso neste projeto:

*‘Eu aprendi muito: – que o trabalho que fazemos precisa de muito tempo, sobretudo quando temos poucos recursos; – levanta questões; – é difícil o trabalho com os ex-reclusos, precisa de ser muito integrado; – precisávamos de supervisão para discutir certas coisas: violência, família, etc.;*

*– escrever sobre o trabalho com ex-reclusos [...]; – preparar a saída da pessoa reclusa; até os ex-reclusos precisavam de um grupo de auto-ajuda com apoio; – o trabalho com o Centro de Saúde é frustrante; – o nosso trabalho levanta questões éticas’.* (notas de campo, jan. 2010)

*Houve uma fase em que íamos falar com a comunidade e as pessoas não queriam, mas agora já pediam mais encontros. Foi muito bom trabalhar em equipa e ter peritos de experiência porque foi mais fácil chegar às pessoas. Sentir o apoio da equipa para chegar às pessoas. Corrigir passos mal dados: pequenos momentos menos positivos, a história dos azulejos, o SEF. Com os reclusos: quando saem têm pequenos planos de vida, mas depois não seguem e por vezes os próprios técnicos desmarcam. Depois estão outra vez lá dentro e não se fez nada. (idem)*

É a dimensão coletiva, já referida, que dá um sentido e ajuda a acreditar na possibilidade de resolução de situações que tantas vezes são urgentes e complexas, conforme referiam duas outras participantes: ‘Aprendemos um com o outro, no convívio. Adaptar as coisas que são boas, partilhá-las e fazer em conjunto’; ‘Fizemos muito. Podíamos ter feito mais, mas são as pessoas que têm de nos abrir a porta e não terem medo’ (idem). É um processo ‘saturado de relações humanas: projeto de partilha de uma organização’ (Boutinet, 1987: 107), a complexidade das situações é destrinchada aos poucos, junto de todos aqueles com que se trabalha – das instituições e seus técnicos, ex-reclusos, idosos e outros, com toda as vivências subjetivas que os acompanham – em conjunto e percebida como ‘negociação quase permanente’ (idem). O trabalho conjunto sustem um lugar formativo de *promessa* e de *aventura*:

*‘Promessa de admitir que o outro se encontra aberto para formas que não lhe conheço. E aventura de um caminho conjunto e incerto. O empenho num agir em realização com outros é acompanhado de um consentimento no ter-a-formar vivido na esperança, sempre que é resolvido.’* (Honoré, 1992: 151)

É de salientar que a materialização de ideias é uma possibilidade que se oferece tanto para as pessoas do bairro como para as do exterior. Vários foram os técnicos e estagiários que o referiram com admiração e sinalizando positivamente esta característica invulgar: ‘A organização e a capacidade de deixar as pessoas terem iniciativas. É muito dinâmica neste sentido. E a capacidade de agarrar iniciativas de fora e trazer para cá. Foi o que me aconteceu e foi muito fácil, muito informal e sem contrato. Nós dissemos: temos esta ideia. E disseram-nos, então vamos fazer. É raro ser assim noutros lados’ (Ivo).

No que respeita à segunda vertente da obra, relativa à dimensão interpelante, de abertura de um 'campo de litígio' este pode ser analisado tanto ao nível do bairro e dos seus moradores, quanto a nível mais amplo junto das organizações nacionais e internacionais e respetivos técnicos com quem trabalha em parcerias, que podem ou não ser formalizadas, ou seja, numa perspetiva mais estrutural, de uso de um espaço público, através da participação no debate e na procura da legitimação de uma instrumentação passível de ser utilizada noutros contextos, de que as figuras profissionais são emblemáticas. A abertura à comunicação social integra também este carácter interpelativo.

## No bairro

A nível do bairro, a influência da Associação espelha-se em múltiplos aspetos, de que as produções apresentadas no terceiro capítulo são representativas, pela súpula do seu trabalho, bem como nos projetos observados. Ela encontra-se ainda nos testemunhos sobre as vidas pessoais dos inquiridos. O impacto pode ser organizado em quatro áreas: infraestruturas urbanas, dinamização social, cultural e artística, perspetiva qualificante, promoção anímica. São áreas distintas apenas por uma questão de clarificação e entendimento, pois na realidade elas estão, na sua maioria, imbricadas umas nas outras.

Infraestruturas urbanas: desde os primeiros arruamentos, ao saneamento básico, iluminação pública, embelezamento dos espaços (pinturas murais, placas toponímicas, ajardinamentos, etc.), higiene do bairro (interpelação dos organismos com a responsabilidade na matéria, organização recorrente de limpeza no bairro), criação de equipamentos locais de apoio.

Dinamização social, económica, cultural e artística: valorização e animação de espaços públicos e do comércio local (restaurantes, cabeleireiros, mercearias e outros), as festividades, leituras, apresentações musicais, teatros, debates realizados em terraços, largos e casas comerciais, ou ainda as visitas guiadas, do projeto Sabura que percorrem, visitam, comem; promoção de manifestações culturais, sejam de cariz tradicional, relativa aos países de origem, ou não (Kola San Jon, festivais gastronómico, da juventude, torneios, etc.); introdução de temas, por exemplo questões de género, violência no namoro, urbanismo, sistema policial, entre outros, para debate através de iniciativas como a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha pela paz, sensibilização para o recenseamento e o voto, oficinas sobre questões ambientais.



Perspetiva qualificante dos moradores, bem como para técnicos, estudantes, voluntários que aí colaboram: promoção de líderes que surgem de modo endógeno; criação coletiva de soluções imediatas e de longo prazo para problemas; promoção de uma ‘maneira de trabalhar’ própria participativa e de partilha de experiências e saberes; primazia para a valorização de conhecimentos, habilidades, áreas de interesse; perante situações de conflito, opção pela manutenção do diálogo entre as partes e acerto da ação a empreender; promoção de cursos e formações diversas, muitas delas permitindo a obtenção de certificações escolares e profissionais.

Promoção anímica: auto-estima a nível individual, familiar e comunitário; valorização de uma pertença à cultura de origem, ao bairro e à Associação; constituição de espaços para a reflexão sobre as vivências pessoais e sociais; autorresponsabilização dos implicados; abertura ao outro e à diferença; disponibilidade para a iniciativa e a criatividade, para a formatividade individual e em grupo; promoção de uma disposição para o futuro, através da afirmação da persistência – de que o conceito de resiliência, muito referido na dinâmica associativa, é representativo – e da celebração das conquistas. Acrescenta-se, ainda, a mudança do curso de vida de pessoas conseguiram graças à atividade do e/ou no Moinho, como foi assinalado no terceiro capítulo. Para os 26 funcionários que já não vivem no bairro – que se incluem entre os 66 do bairro<sup>24</sup> – a mudança de residência não estará alheia a condição económica estável que o seu posto de trabalho lhes permitiu.

Cabe, a propósito, lembrar Illich, que refere a imprescindibilidade de ‘defender valores essenciais: sobrevivência, equidade, autonomia criativa ... a equidade requer a partilha simultânea do poder e do ter’ (1973: 31).

#### Em organizações nacionais e internacionais

A nível das organizações públicas ou privadas com quem estabelece relações, o Moinho da Juventude exerce uma influência de âmbito diverso que podem ser pensadas a partir de três pontos: formação, direta ou indireta; (re)criação conjunta e disponibilização metodológica e instrumental; e responsabilização e participação no debate público.

---

<sup>24</sup> Recordo que agrupei na categoria ‘ser do bairro’ aqueles que moram ou já moraram, uma vez que estes mantêm uma relação afetiva, social e familiar, na Cova da Moura.

No que respeita à formação, esta ocorre de modo direto quando se verifica, desde logo, a quantidade de estudantes que individualmente ou em grupo vêm realizar estágios académicos dentro da Associação e que rondam, anualmente, os trinta. As visitas guiadas ao bairro e à Associação que são requeridas, na maioria por instituições educativas, como universidades, centros de formação e escolas, ou de intervenção social, contabilizando-se, por ano, várias centenas de visitantes. Os cursos de formação promovidos no Moinho da Juventude são abertos a quem não seja do bairro, ainda que não seja fácil trazer pessoas de fora para estas formações, tornou-se uma intenção pela perceção da abertura que trazia a outras realidades. Vários projetos incluem a formação noutras organizações (por exemplo, o projeto *Proxy*).

A formação também acontece de modo indireto, pelas pessoas que após terem trabalhado na Associação levam as suas aprendizagens para as organizações e equipas que integram posteriormente. É de salientar a transitoriedade de muitos técnicos que é advém da lógica de financiamento por projetos. Por vezes ela é superada pela continuidade de colaboração conjunta em trabalhos diversos ao longo de vários anos, intervalando com outros trabalhos que esses profissionais vão assumindo noutros lugares.

Esta formação indireta acontece ainda por via dos profissionais formados ali, como os mediadores ou os técnicos de experiência, que levam novos modos de trabalho. Um técnico de experiência, com uma trajetória de liderança com jovens no Moinho, contratado para trabalhar noutra instituição educativa contava:

*‘No colégio trabalhamos com jovens entre os 14 e os 30 e poucos anos. Trabalhamos lá há dois anos e meio, fomos contratados depois de ter morrido lá um educando com uma facada. Quando chegámos lá foi complicado porque estávamos apreensivos. Mas correu tudo bem porque crescemos num bairro e numa escola semelhantes, passámos pelos mesmos problemas e isso facilitou-nos para perceber a língua deles. [...] Foi muito difícil à equipa técnica aceitar-nos como colegas porque achavam que não tínhamos formação para fazer aquele trabalho. Tivemos de conquistá-los, mostrar que éramos uma mais valia. Durou uns meses de adaptação e eles perceberam que o sentido do tandem para os jovens era claro e fica o trabalho mais conseguido. Agora sentimos que somos úteis. Em tandem fazemos o planeamento de atividades, vemos se funciona, se não funciona. As assistentes sociais e psicólogos já nos procuram porque como conhecemos família, irmãos, conhecemos a história dos educandos, torna-se mais fácil detetar falhas. Nós perdemos um pouco o preconceito de que são superiores e eles perdem o preconceito de que somos inferiores’ (notas de campo, nov. 2010).*

Um dos estabelecimentos em que estagiaram os formandos do curso EFA observado recrutou para a colónia de férias um deles, homem, assinalando que era a primeira vez que recrutavam

figuras masculinas para o trabalho com crianças. Alguns formadores deste curso também notaram o quanto haviam sentido uma necessidade de mudar o modo como trabalhavam com o grupo, a partir do contacto com outros projetos da Associação ou pelas reflexões suscitadas nas reuniões de equipa. Outras situações resultam de intercâmbios realizados, como uma instituição educativa, parceira belga de um projeto sobre educação em contextos de multiculturalidade apontou ter alterado algumas das suas práticas após a visita à Associação. Uma das inquiridas contava também a curiosidade de pares, em seminários e reuniões, sobre o seu trabalho como mãe de bairro, ela dizia: 'Noutros sítios há muita gente a querer fazer o nosso trabalho. Houve muitas perguntas para saberem como estamos com as famílias, como trabalhamos com elas' (Patrícia).

(Re)criação conjunta e disponibilização metodológica e instrumental: a larga maioria dos projetos são realizados em parceria formal ou informal com outros organismos. Muitos conceitos, instrumentos e metodologias foram adaptados e recriados em parceria e não raramente com aqueles que estiveram na sua origem (como o 'Planning for real' ou a teoria da interligação) e com outros para quem também era novidade. O trabalho que esteve na base desta adaptação e recriação passa diversas vezes por um processo de contextualização, experimentação, análise e sistematização. A síntese final pode ser acompanhada de relatos sobre o trabalho em diferentes países ou áreas de trabalho, uma vez que a teoria da interligação, os mediadores socioculturais, o emprego apoiado ou o trabalho em *tandem* podem ser utilizados em diferentes áreas e contextos de intervenção. A sua publicação em livro, na internet, em documentário ou outros suportes e o relato em eventos públicos, permitem a sua divulgação e disponibilização para outros.

Creio ser possível dizer que este trabalho de produção metodológica e instrumental se enquadra na 'pesquisa participante' que, como refere Brandão (2006: 32), enquanto alternativa solidária de criação do conhecimento social, ela inscreve-se e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória. O autor apresenta este tipo de conhecimento em duas dimensões, numa primeira, pelo facto dos agentes sociais populares deixarem de ser abordados como meros beneficiários passivos da pesquisa e da promoção social, mas antes como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa; e numa segunda, por estar integrada em trajetórias de organização popular (idem: 31).

Com efeito, verifica-se que a produção metodológica e instrumental constitui-se como processos de construção de conhecimento em que, inclusive, estão envolvidas universidades e seus grupos de investigadores. O reconhecimento desta condição ao nível da criação por parte

do Moinho da Juventude começa a notar-se, por exemplo, ao ser chamada a divulgar a sua intervenção em instituições académicas portuguesas como sejam o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, o Instituto de Ciências Sociais ou o Instituto de Educação (Universidade de Lisboa), a Escola Superior de Educação (Instituto Politécnico de Leiria), ou o Centro de Ciências Sociais (Universidade de Coimbra). Foi a sua tomada de consciência que levou Telmo a referir, no inquérito, que:

*‘Urge pensar o que vai ser o Moinho no futuro. Espero que consiga expandir os seus contextos de intervenção e as suas metodologias para outros no mundo: África, Ásia, América Latina ... porque pode ter de encontrar outra estratégia e outro desenvolvimento, talvez através da ONU ou do IPAD’.*

Responsabilização e participação no debate público: a análise da documentação revelou um volume intenso de produção escrita, referida ao longo deste trabalho. Agrupei uma parte significativa sob uma categoria que designei por ‘escrita de afirmação/reclamação’, que inclui cartas, abaixo-assinados (ex: abertura da saída sul da estação de comboios); memória do percurso do projeto; *dossiers* de divulgação de notícias e documentação que testemunham o percurso de um trabalho (qualificação do bairro), textos e *power-point* de afirmação do próprio ponto de vista com apresentação de propostas de solução para o problema.

Por exemplo, a creche, foi aprovada e estava prevista a sua instalação em unidades amovíveis provisoriamente ao que se seguiria a construção de um edifício para o efeito assumida pela Câmara Municipal. A este propósito foi elaborado um documento de oito páginas intitulado ‘Odisseia das crianças e pais do Alto da Cova da Moura’ (nov. 2002) em que se apresenta a cronologia do processo, de que segue o resumo pelas etapas assinaladas:

*‘para obter a instalação e abertura do Centro de Acolhimento de Crianças no Alto da Cova da Moura no quadro do Programa Interligar (Luta Contra a Pobreza) em que as Unidades Amovíveis são instaladas pela Câmara Municipal da Amadora e a gestão do Centro é da Responsabilidade da Associação Cultural Moinho da Juventude.*

*1ª fase: a CMA propõe e assume a responsabilidade da instalação de quatro unidades amovíveis para o Centro de Acolhimento de Crianças. A abertura da Creche (Centro de Acolhimento de Crianças) está prevista para 1/12/2001.*

*2ª fase: a CMA assume a responsabilidade da instalação de quatro unidades amovíveis para o Centro de Acolhimento de Crianças mas no quadro do URBAN II. A abertura está prevista para 1/10/2002.*

*3ª fase: a CMA assume a responsabilidade da instalação de quatro unidades amovíveis para o Centro de Acolhimento de Crianças. A abertura está prevista para 1/12/2002.*

*4ª fase: a CMA informa que se estiver tudo a correr bem, só no dia 2 de Abril de 2003 o Centro de Acolhimento de Crianças estará pronto ...'*

A creche foi inaugurada a cinco de maio de 2003 nas unidades amovíveis (contentores) que tinham validade oficial de cinco anos. A não construção de um edifício para os substituir foi entretanto justificada no quadro da discussão sobre a qualificação do bairro e da necessidade de um plano de pormenor. E em 2013, realizava-se uma manifestação com a presença de crianças, familiares e educadores, junto às instalações camarárias com o seguinte intuito (até ao início de 2014 a situação continuava por resolver):

*'Dia de 21 de Março de 2013 apresentaremos ao Presidente da Câmara da Amadora o plano da concretização do nosso sonho: a construção duma creche em adobe, projetada em articulação com a natureza e de modo a respeitar o ambiente, aproveitando as águas pluviais (SAAP) e usando painéis térmicos e solares. A construção deste equipamento irá valorizar os conhecimentos de construção dos moradores do bairro e proporcionar trabalho para os pais e os familiares, envolvendo toda a comunidade numa iniciativa pensada de raiz para as suas crianças' ([www.moinhoda juventude.pt](http://www.moinhoda juventude.pt)).*

A insistência na responsabilização das entidades envolvidas parece ser um traço da atuação. Ela é em geral acompanhada de uma afirmação do trabalho realizado, dos valores defendidos e das intenções. Nestes casos, trata-se de questões concretas por resolver.

Também se inclui uma participação de âmbito público mais geral. É o caso da participação em campanhas de recenseamento eleitoral, em conversas e manifestações sobre questões de imigração, racismo, urbanismo, educação em contextos de multiculturalidade e bilinguismo (como aconteceu durante o curso EFA), o envolvimento em redes e encontros sobre associativismo, desenvolvimento local ou democracia. Por exemplo, durante o Cidadania Participativa, além do incentivo ao recenseamento eleitoral feito com o apoio de estudantes universitários, uma das reuniões de toda a equipa (out. 2009) do projeto recebeu e foi em parte dedicada ao grupo 'Associativismo e Democracia Participativa' e contou com a presença, entre outras pessoas ligadas a associações como Solidariedade Imigrante ou Equívoco, de Rui

d’Espiney, que em Portugal conta com uma reflexão implicada e aprofundada sobre o assunto<sup>25</sup>.

## **Das relações com o Estado**

A chamada ‘nova questão social’ sofre, entre nós, de um Estado providência insuficiente e em retração. As lacunas da prestação estatal em Portugal são atenuadas e em alguns casos suportadas, segundo Sousa Santos (1994), por uma sociedade providência, uma solidariedade comunitária baseada em laços familiares e de vizinhança. Mas o crescimento urbano tende a fragilizar as redes sociais que enformam esta solidariedade comunitária. Num artigo de Arriscado Nunes (1995), sobre a relação entre Estado providência e sociedade providência, apontam-se duas vias pelas quais se pode estabelecer a relação entre as suas esferas: a articulação e a substituição.

Creio ser possível assinalar que, no caso presente, existe substituição sempre que uma intervenção acontece de forma adaptada às necessidades contextuais, de que são ilustrativos os horários do apoio à infância ou o atendimento à população idosa. Ela pode ainda encontrar-se quando toma a dianteira de fazer propostas, como o referencial de reconhecimento de adquiridos para agentes de ação educativa, ou quando lida com franjas de população afastadas dos serviços: o acompanhamento de ex-reclusos, o acompanhamento de crianças em idade precoce, o acolhimento e formação de crianças e jovens sucessivamente expulsas das escolas. O carácter de substituição corresponde por isso, em muito, a assumir as situações mais problemáticas, realizando um trabalho que se pauta pela urgência.

A articulação, essa, é densa e complexa. As parcerias com entidades públicas, de âmbito local ou nacional, parecem predominar face a outras parcerias, notando-se a forte integração numa rede institucional estatal. Muitos dos serviços oferecidos pelo Moinho correspondem a serviços que poderiam ser imputáveis ao Estado, correspondendo a um ‘devolver à sociedade civil competências e funções que assumiu e que agora parece estrutural e irremediavelmente incapaz de exercer e desempenhar’ (Sousa Santos, 1994: 80), em especial no que se refere às condições de bem estar. Não admira por isso que Isambert (1996: 105) refira o fenómeno de

---

<sup>25</sup> A súmula dessa reunião está, aliás, descrita em <http://movimentodoassociativismo.blogspot.pt/2009>.

‘osmose entre o público e o privado, [...] as associações vivem em grande parte de subvenções na base de ações reconhecidas ‘de utilidade pública’, mas fornecendo os intermediários indispensáveis para os distribuir em bons termos’.

Uma parte considerável do trabalho é dedicado a estabelecer, intermediar e agilizar a comunicação com órgãos estatais, intervindo para a melhoria dos serviços. A articulação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é paradigmático:

*‘As pessoas que vão ao SEF e têm dificuldades em expressar-se na língua nacional beneficiam dos mediadores pois conseguem discutir as suas dúvidas e dificuldades na sua língua mãe. A comunicação é mais profunda, o contacto humano é mais próximo e os problemas são mais facilmente resolvidos: toda a gente ganha. Desta maneira, divulgam a importância do mediador e difundem uma imagem positiva de um modelo inovador de trabalho social’. (ACMJ, s/d, Retrato 3)*

São mediadores formados no Moinho da Juventude e recrutados pelo SEF, que trabalham na ‘primeira linha’ de atendimento. E há ainda apoio na legalização a pessoas sem capacidade física, de tempo, ou outra, de se deslocarem ao SEF. Mas há também profissionais no Moinho da Juventude que ajudam, no âmbito do SEF em Movimento, na recolha de documentação de um número considerável de pessoas para fazer seguir pedidos conjuntos. Enquanto tal, os serviços do Moinho oferecem-se como proposta de melhoria e de multiplicação das respostas sociais. É um trabalho delicado, que coloca quem trabalha no Moinho na fronteira entre as pessoas e os órgãos estatais, como se pôde verificar no âmbito do projeto Cidadania Participativa, quando se deparavam com situações graves, como as que envolvem o risco de expulsão, de Portugal, de vizinhos.

Os serviços prestados na Associação pretendem melhorar as condições de vida dos moradores do bairro e, como tal, aspiram ao cumprimento das promessas da modernidade referidas por Sousa Santos (1994). No quadro do projeto Cidadania Participativa, a presença do IDT, da unidade móvel de saúde, e do SEF mostraram como se pode tornar obsoleta uma intervenção estatal sem considerar o contexto e o conhecimento das organizações locais, e que, pelo contrário, pode ser potenciada se articulada com elas. À centralidade do papel desempenhado por estas na efetivação de políticas sociais, acresce o risco destas lhes serem imputadas, nomeadamente nas situações de urgência.

É perceptível uma consciência coletiva sobre a ineficiência, ineficácia, e até incorreção, da prestação de entidades públicas, locais ou centrais. Por outro lado, o trabalho conjunto, como foi o curso EFA observado, realizado a par com a escola, cujos formadores se mostraram

relutantes em flexibilizar e alterar as suas práticas sob uma argumentação de ordem administrativa, revela a complexidade num trabalho de encontro regular, quotidiano, entre lógicas e critérios de intervenção muito distintos.

Outro exemplo é o do processo da qualificação urbana do bairro que envolveu uma multiplicidade de órgãos públicos, entre os quais se contam sete ministérios. Segundo o relato de elementos da direção, depois da apresentação infrutífera de argumentos de ordem psicológica, sociológica, antropológica, o Moinho da Juventude só obteve escuta por parte de órgãos estatais quando demonstrou a possibilidade de reabilitação urbana do bairro a partir da apresentação de maquetas elaboradas por estudantes de arquitetura em trabalhos de final de licenciatura. Conseguiu-se, desta forma, ver reconhecida a proposta ao mostrar a possibilidade de concretizar o projeto em detrimento de um realojamento em bairros sociais, solução generalizada na erradicação de bairros desta natureza. O programa Iniciativa Bairros Críticos (IBC) decorreu e terminou. Os inquiridos guardam uma memória de uma experiência dolorosa, de uma dúvida permanente sobre o futuro do bairro, tanto para as habitações como para as associações, do esbanjamento de dinheiro, da degradação progressiva do espaço urbano do bairro (seguindo a exigência, que se julgava provisória, do programa de não proceder a alterações), de uma repressão policial acentuada e a despropósito que se fez sentir inclusive dentro dos espaços da Associação, de desconsideração e desmobilização dos moradores, debatendo-se contra os interesses privados e públicos, da especulação imobiliária.

Paradoxalmente, os aspetos positivos referidos sobre este processo apontam para o diálogo das organizações locais entre si, através da Comissão de Bairro, que usaram com pertinência o único dinheiro ‘bem gasto’ e, internamente, para uma união e mobilização renovada entre moradores e membros da Associação em torno de um projeto. Num balanço elaborado pelo grupo de estudos Gestual, da Universidade Técnica de Lisboa, consta, relativamente à sucessão de equipas, que tem a ‘virtude de assegurar que os técnicos não se apoderem do processo, mantendo-o na mão dos atores locais’ (Gestual, 2013: 3).

Com efeito, esta parece ser a simultânea vantagem e desvantagem de uma parte considerável do trabalho realizado com entidades públicas. O mesmo documento aponta também que a ‘dinâmica associativa local e as suas parcerias extra IBC geraram propostas e sinergias que extravasam os ritmos de funcionamento do setor público, este revelou dificuldade em acolhê-las’ (p. 4). A aliança com equipas recetivas e ágeis na criação de um trabalho conjunto permite dotar o Moinho de uma capacidade técnica e de argumentação singulares, como aconteceu, neste processo, através de núcleos de investigação e professores de faculdades de arquitetura e urbanismo portuguesas e estrangeiras. O espaço de autonomia depara-se, com recorrência,



com a fixidez e lentidão das entidades públicas, mesmo quando o Estado se propõe agenciar soluções, através de medidas concretas, calendarizadas, com atribuição de recursos.

É uma autonomia limitada, igualmente, por outras questões – o drama do financiamento paira: a incerteza do financiamento total ou parcial de projetos novos ou da sua continuidade; as condições do financiamento permanente resultante de acordos com a Segurança Social, que exigem um número mínimo e máximo de crianças, difíceis de assegurar quando se lida com uma população marcada pela precariedade e o trânsito (a Cova da Moura mantém o seu carácter de primeiro abrigo para imigrantes recém chegados); os ritmos de pagamento distintos dos ritmos por exemplo da função pública (que deixavam zangados os professores-formadores do curso EFA), serão de gestão difícil. Vários inquiridos referiram a questão pecuniária como o maior problema da Associação:

*Há sempre a eminência de poder falhar. No final do projeto há sempre a questão de saber o que fazemos com os jovens com quem trabalhamos ou com o coordenador. Há também muita coisa que podemos fazer sem dinheiro, mas o edifício, o trabalho com as adolescentes, o Pulo, aqui também a sala de informática, ficam ao abandono se não houver dinheiro' (Ermelindo).*

Numa conversa informal com Emília, uma ama que também participou no Cidadania Participativa, interroguei sobre como sobrevivia o projeto sem verba, ao que ela respondeu: 'o projeto faz-se na mesma. Quanto há dinheiro aparece muita gente, somos muitos e é melhor. Quando não há dinheiro, somos menos, fazemos o que podemos, mas o trabalho tem de ser feito' (notas de campo, fev. 2012).

Parece então haver uma implicação pessoal que extravasa o carácter remuneratório da tarefa realizada. Trata-se de atividades que têm origem nos laços sociais e os recriam. Será, então, esta mobilização voluntária que dá continuidade, que sustem o Moinho da Juventude nos seus momentos de maior vulnerabilidade, e, não menos importante, que afirmarão os saberes resultantes da partilha com técnicos anteriormente presentes, e mantém o carácter endógeno do trabalho.

Neste sentido, é redutor, conforme aponta Laville (1997: 79), afirmar a dependência das associações relativamente ao Estado:

*'não submetidas à lei do lucro, mais atentas a expressões minoritárias, as associações podem ter sucesso onde o Estado e o mercado não conseguem. [Além disso,] considerar que as associações são subsidiárias relativamente à intervenção estatal não corresponde verdadeiramente à realidade, como exemplo temos os sistemas de segurança social que se inspiraram em parte em*

*modelos de ação forjados pelas associações enquanto eram associações de socorros mútuos, no séc. XIX'*

É ainda necessário referir, a propósito da atenção e do carácter endógeno, no cumprimento de serviços dentro de uma lógica das funções do Estado, que se constituiu ali um sistema pericial (Giddens, 2002) próprio e protegido:

*'Os técnicos não percebem como é ser tratado lá fora [...] Quem é do bairro está aqui porque quer, enquanto que isto, para um técnico, pode representar só um posto de trabalho' (Amílcar)*

*Cresci no bairro, sou descendente de cabo-verdiano e é por isso que nos procuram. Consigo compreender problemas, reações, forma de estar, porque é a cultura. Consigo fazer as pessoas perceberem coisas que lá fora lhes explicam de uma forma que eles não entendem e por vezes não as tratam bem. Consigo fazê-las estarem à vontade, não desconfiarem, perceberem que estamos a trabalhar com elas, em prol delas e não para o gabinete [de inserção profissional]. Estas pessoas quando vão ser atendidas lá fora já vão com medo porque não são recebidas da melhor forma e é pior se não falam português. (Juliana)*

Há uma afirmação de cumplicidade para com as pessoas que estes profissionais atendem, baseada na partilha vivencial que vai no mesmo sentido do observado no projeto Cidadania Participativa: a sua condição de profissionais beneficia em compreensão e cumplicidade com o facto de serem, ou terem sido, também eles, beneficiários dos serviços que agora prestam. O modo como o fazem é acrescido desta partilha, que está no cerne do bem comum para o qual se mobilizam.

Desta forma, o trabalho da Associação distingue-se, articulando-se a prestação estatal, na medida em que é integrado, local e socialmente próximo, multiplica alternativas de serviços, é dinâmico, propõe novas soluções, e goza de uma sensibilidade e cumplicidade ali geradas; constitui-se, face a 'situações limite', como um 'inédito viável' (Freire, 1972).

## Uma ‘gramática’ própria

*‘A sociedade, como algo sempre já instituído, é autocriação e capacidade de auto-alteração, obra do imaginário radical como instituinte, que ganha vida como sociedade instituída e imaginário social’ (Castoriadis, 2003 [1988]).*

Castoriadis (1975) propôs o conceito de instituição para pensar a capacidade de uma sociedade ou grupo de fazer advir alteridade, de transformar a ordem, a composição das relações. Através de um imaginário instituinte opor-se ao instituído, isto é, de imaginar e criar novos conjuntos de significados que permitem representar, dizer e fazer o mundo de um outro modo. Conforme refere o autor:

*‘A sociedade instituída nunca consegue exercer o seu infrapoder como absoluto. Quando muito – é o caso das sociedades que devemos chamar tradicionais – pode chegar a instaurar uma temporalidade da aparente repetição essencial, sob a qual opera, impercetivelmente e em períodos muito longos, a sua ineliminável historicidade. Como absoluto e total, o infrapoder da sociedade instituída (e, por trás dele da tradição) está pois votado ao fracasso’. (Castoriadis, 2003: 119)*

O trabalho que tenho vindo a apresentar conflui para o entendimento sobre o modo como se vai edificando e consolidando um processo emancipatório, assente na ‘aprendizagem de formas novas de relações sociais’ (Mészáros, 2005: 65). A inscrição de uma ‘gramática própria’ do Moinho, através, nomeadamente, das traves mestras, das metodologias e das figuras profissionais criadas, enformam essa capacidade de instituir um representar e dizer o mundo, bem como um fazer, espelhado na dimensão praxeológica referida. Ela ocorre num terreno ancorado numa ordem instituída e dá-se em e pelo diálogo com ela, numa linha similar ao exercício que Canário (2007b) propõe de ‘criatividade coletiva’. Para este autor, ‘o autogoverno e a autoeducação, promovidos pela interação entre pares, numa base igualitária, não podem ser dissociados e, tanto a emancipação social, como a educação dos trabalhadores, não podem ser senão ‘obra deles próprios’, ou seja, uma criação autónoma que se opõe de modo radical e rompe com a ‘heteronomia’ instituída’ (p. 16). A dimensão instituinte do Moinho ficaria, porém incompleta sem serem apontadas outras vertentes que se estabelecem pelo: lugar da palavra, lugar do outro e lugar do tempo.

## Lugar da palavra

Paulo Freire (1972) caracteriza a conscientização profundamente assente na *praxis*, considerando: por um lado, os indivíduos ‘como seres do quefazer, ‘emergem’ dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo em seu trabalho’ (p. 173); e, por outro, o ‘diálogo como encontro dos homens para a ‘pronúncia’ do mundo é uma condição fundamental para a sua real humanização’ (p. 192). Ele afirma, também:

*‘Se os seres humanos se não tivessem tornado capazes, entre outras coisas, por causa da invenção da linguagem conceitual, de optar, de decidir, de romper, de projetar, de refazer-se ao fazer o mundo, de sonhar; se não se tivessem tornado capazes de valorar, de dedicar-se até ao sacrifício ao sonho por que lutam, de cantar, de decantar o mundo, de admirar a boniteza, não havia porque falar da impossibilidade da neutralidade em educação’ (Freire, 1971: 69)*

Iniciei, acima, uma abordagem sobre como linguagem e história coletiva constituíam pólos significativos de como se construir enquanto coletivo dotado de uma identidade própria. Como afirma Laville (1997: 67), qualquer associação tem por característica de assentar numa relação interpessoal e de operar a passagem da esfera privada para a esfera pública. Este é talvez o elemento pelo qual insisto na atenção à pronúncia do mundo, um domínio que estará entre os mais marcados pela hierarquia e desigualdade social. O discurso é um lugar de construção de uma consciência e posição social, como bem mostrou Spivak (2010) em *Pode o subalterno falar?*. Concordando com Paulus (2013: 96), ‘para conseguir [tomar a palavra], deve existir um espaço onde se aprende esta relação com a palavra, que é uma relação com o poder’.

Observo, na Associação, uma multiplicidade de espaços e formas de comunicação. Eles revelam, antes de mais, escalas diferenciadas de encontros e formas narrativas. As reuniões internas, de equipa e de todo o Moinho permitem a cada um situar-se e expressar-se em assuntos de ordem diversa, que vão da vida pessoal às questões laborais. As notas sobre o projeto Cidadania Participativa deram conta de uma circulação entre os papéis de beneficiário e de profissional, dado que os temas respeitam a assuntos da vida do bairro e, logo, concerne a pessoas que lhes podem ser (muito) próximas. É o lugar para a debater em torno de uma questão central e recorrente: ‘o que podemos fazer?’, a que Lucinda e Teodoro aludem:

*‘Quando se trazem os assuntos na mesa eu fico sempre atento a ver o resultado. Estou sempre atento. Às vezes ponho um problema. Eu desconfio de como resolver a situação, mas vou ver o que é que fica deliberado resolver. São mais cabeças a pensar melhor’. (Teodoro)*

*‘Todos juntos é que vamos sempre aprendendo qualquer coisa. Um dá uma ideia, outro dá outra...’ (Lucinda, notas de campo, Maio de 2009)*

A resposta envolve aspirações, dificuldades, frustrações, desejos, alegrias, conquistas, que podem ser coletivos porque comuns (a vivência da discriminação racial, por exemplo), mas que são vividos e sentidos individualmente, por cada pessoa integrante, a partir da sua trajetória. Ela pode assumir a forma de resolução de uma questão por inteiro, negociar a maneira de ser cumprida a tarefa ou ainda reclamar insistentemente a assunção das responsabilidades dos envolvidos (pessoas ou entidades).

Por outro lado, a possibilidade de oralidade entre os técnicos académicos e os técnicos de experiência constitui um espaço que tende a horizontalizar relações em geral fortemente desiguais. Os técnicos de experiência, integrantes mais permanentes na Associação, comparativamente com os outros técnicos, transmitem a dinâmica, e levam uma assistente social a dizer:

*‘aprendi muito com as mães de bairro que me ajudaram muito a perceber o que era o trabalho [...] aprendi a falar uma linguagem simples. Vejo as minhas colegas [assistentes sociais de outras entidades] que explicam aos utentes as coisas com uma linguagem que eles não entendem. Depois vêm ter comigo porque não perceberam e comigo sabem que consigo explicar de uma forma simples, que eles possam entender.’ (Vânia)*

As pessoas do bairro, por sua vez, passam a conhecer e a dialogar com a ‘tecnicidade’. É notório o uso de um léxico elaborado, teorizante e argumentativo.

*‘A mais importante e visível das crises é aquela que concerne o lugar do trabalho. [...] Hoje a separação opera-se entre os que podemos nomear especialistas (ou os profissionais) e aqueles que não têm quase qualificações, requerendo uma real formação, e que evoluem cada vez mais no setor dos serviços’. (Touraine, 2005: 108)*

As reuniões em pequena e grande equipa parecem, assim, assumir um lugar privilegiado para expressar, debater, discutir, decidir, mediar e traduzir, mas, igualmente, para experimentar novas relações identitárias *de* saber (Charlot, 1997). Elas são um lugar “‘entre’ – intervalo para questionar condições e experiências vividas na diferença para ultrapassar as separações onde elas se inscrevem e as delimitam, para as integrar em conjuntos novos’ (Honoré, cit Correia 1998: 36).

Já as reuniões e eventos de exposição ao exterior (reuniões restritas ou abertas, seminários, congressos, etc.), constituem-se como lugares de reconhecimento, de apresentação e afirmação de si: ‘o poder social de cada um não está presente em todos, requer ser revelado’ (Castoriadis,

2003: 192). Para tal, a estrutura discursiva e conceitual de que se reveste a ‘maneira de trabalhar do Moinho’, assume particular importância.

No entanto, elas não são sempre ‘felizes’. Não será por acaso que um dos conflitos que percorreu todo o curso EFA foi sobre o uso do crioulo. Trata-se de um silenciamento sobre uma língua e uma cultura, relegadas para um lugar menor que está longe de se reduzir à instituição escolar. O confronto com estas situações (como tem sido em todo o processo da qualificação do bairro) é um trabalho paulatino e persistente, que assume diversas modalidades e em que as formações, formais ou não formais, assumem um papel significativo, sempre que ‘o formado ‘sujeito’ toma em mãos as coisas, mas utiliza esta referência à formação para apoiar a sua argumentação e legitimá-la’ (Meignant e Jacq, 1987: 121), como vários dos inquiridos apontaram.

### **Lugar do outro**

São inúmeras as considerações sobre o papel que a interação com outros tem na aprendizagem, na formação de si. Grande parte do pensamento sobre a dimensão autobiográfica da formação, ou sobre o modo como se desenrola a formação em contexto de trabalho, são marcadas pelas relações que as pessoas estabelecem com os outros. É disso notório, por exemplo, a reflexão desenvolvida em torno da socialização de Charlot (1997), Dubar (1997) ou Canário (1999), para referir apenas alguns autores ligados às questões da formação e/ou da construção identitária. Conforme refere outro autor que tem sido referência ao longo deste estudo:

*‘é preciso estar próximo das coisas e do seu ‘próximo’ para se sentir parceiros na existência em formação. A proximidade indica algo diferente da distância, é um modo de viver numa relação que liga [...] O conceito de co-pertença é importante para dizer a minha experiência da maneira de ser em relação com toda a coisa e toda a pessoa no mundo numa espécie de parceria em que é preciso a existência de um para abrir o outro à existência. Pela formatividade, nós nos encontramos na existência’ (Honoré, 1992: 79).*

George Mead (1968 [1934]) criou o conceito de ‘outro generalizado’, determinante em trabalhos posteriores das ciências sociais. Para o autor, ‘a comunidade ou grupo social organizados que proporcionam ao indivíduo a sua unidade como pessoa podem ser chamados de ‘outro generalizado’. A atitude de outro generalizado é a atitude de toda a comunidade’ (Mead, 1968: 184). O outro generalizado corresponde, portanto, a uma abstração sobre a vida

e os indivíduos no meio em que se está inserido, permite antecipar e perceber comportamentos e códigos.

Inspirados em Mead, Berger e Luckman (1999 [1966]) teorizaram o ‘outro significativo’: ‘o indivíduo *identifica-se* com outros para ele significativos, é por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade’ (Berger e Luckman, 1999 [1966]: 177). Neste caso trata-se de uma relação com indivíduos próximos, com quem se estabelece uma relação personalizada, a partir da qual é possível fazer uma apreensão do social.

A confiança requer reconhecimento por outrem. A proximidade e continuidade na relação e no trabalho conjunto constituem, numa ótica do ‘outro significativo’, o que nomearei por ‘outros solidários’. São pessoas que encarnam a possibilidade, a sua atividade caracteriza-se pela materialização, permitem a ocorrência de identificação e diferenciação, e, nesse sentido, interpelam para a abertura e a formatividade.

Estas pessoas podem ser exteriores ao bairro, mantêm uma relação de confiança e de trabalho conjunto que torna possível realização de ideias e projetos, mas também podem ser do bairro, em especial as que ocupam lugares de liderança. A modalidade de trabalho que dá primazia à valorização e uso dos saberes individuais, independentemente do lugar onde foram desenvolvidos, para sua coletivização constitui uma âncora para a concretização desta relação com ‘outros solidários’.

Este conceito de Berger e Luckman permite, no contexto do Moinho da Juventude, compreender a importância de um trabalho feito pelos próprios moradores, na qualidade de outros significativos, reforçando o caráter de abertura sobre a possibilidade de realização, por outros terem já também realizado. Não será por acaso que o Ângelo refere que ‘no projeto Cidadania estou com pessoas de mais idade e aprendo, gosto de ouvi-los, ouvir a história deles, conhecer a vida deles. É com os mais velhos que mais aprendo, eles sabem mais da vida’ (inquérito). Ao ser questionado sobre a sua ligação futura à Associação, responde posicionando-se por referência a estes outros: ‘Que pergunta! Para sempre! Muitos senhores ajudaram a construir o Moinho. Eram mais novos, trabalharam...’. Pode referir-se também a referência que várias pessoas fazem daqueles que foram seus monitores, animadores, educadoras de quando eram ali crianças ou que são seus pares. Lembre-se ainda o caráter familiar que está presente em muitos dos participantes.

Está em causa a construção (em sentido lato) da Associação, a sua continuidade, e o contributo de cada um para um projeto coletivo, mas é também central a dimensão que Cláudia designou como ‘investir em si’, isto é, a capacidade de se pensar e dispor aos seus

próprios desejos, sejam eles de formação académica, de interesse num dado domínio, de ocupação profissional, de expressão cultural e artística, ou outra. A aventura pessoal é impulsionada, mediada, investida, por um outro significativo: a Sofia aponta a importância de, enquanto ama, ter como recurso outra ama na vizinhança mais experiente, e o Amílcar conta o quanto Eduardo Pontes foi estruturante para ele entrar no mundo da leitura, das bibliotecas e da história de África. É incontornável, neste sentido, referir Lieve Meersschaert, que muitos referem e que Nancy caracteriza como ‘o pilar do Moinho’.

Se os outros significativos são cruciais para qualquer indivíduo, ele é-o ainda mais quando se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade individual e social. São ‘pessoas-recurso de projeto nas fases de socialização [...] o essencial é ajudar as pessoas a tomar consciência da sua dimensão de ator social, no seu empreendimento de projeto profissional’ (Bonvalot e Courtois, 1986: 63). Fica, assim, ainda reforçada a importância da natureza endógena, comunitária, do trabalho.

Há ainda os outros significativos que são exteriores ao bairro. São pessoas diversas que trabalham por temporadas curtas, pontuais, ou que colaboram por um ou mais projetos, podendo prolongar-se por largos anos, fazem *tandem*, mantêm-se como voluntários. Criam uma relação que permite novas experiências, novos lugares e novas aprendizagens. Alguns, mesmo afastados, mantêm-se como recurso.

Estes outros solidários representam também o reconhecimento por parte de um exterior ao bairro, ajudam a fazer a ponte com um mundo, em especial, mas não apenas, a sociedade portuguesa, que se contrapõem ao acolhimento agreste.

Manifesta-se, com efeito, uma união das pessoas da Associação e do bairro relativamente a um ‘outro generalizado’, isto é, a um exterior que é a sociedade portuguesa, branca, hostil ao bairro e aos seus moradores. Trata-se de um outro generalizado porque emerge de múltiplas formas e atropela as vidas das pessoas:

*‘Quem fala mal disto é quem nunca cá conviveu. Esses ficam piores que a comunicação social. Mas é uma fama sem proveito: acontece uma coisa na Amadora e dizem que é na Cova da Moura, é só queimar’. (Ângelo)*

*‘Eu descendente de cabo-verdianos mas nascida e crescida cá. Ela (colega de escola) branca mas nascida e crescida na África do Sul. Às vezes perguntavam-me como era África, eu não sabia e quem respondia era ela’. (Juliana)*



*‘Depois do caso do Angoi (rapaz, morto pela polícia, em 2001) é que começaram a falar do bairro e depois queriam demolir o bairro. Fizeram muita fama [...]. Corre por aí que Cova da Moura é um mundo à parte, que não é uma pertença a Portugal. Os técnicos têm uma visão institucional mas não vivenciam mesmo o bairro. E as pessoas de cá também não abrem a porta completamente. A maioria das pessoas vieram viver para aqui depois da guerra de libertação. Os jovens daqui já experimentaram violência policial. Vais a Lisboa com os amigos e és revistado, veem nos nossos documentos que somos da Cova da Moura ... Os técnicos não têm isso na experiência de vida. Nunca passaram por isso.’ (Amílcar)*

São as pessoas anónimas que discriminam, que ‘falam mal’ ou fazem atribuições erróneas aos moradores, são os meios de comunicação social que divulgam essa imagem criminalizada do bairro, e os serviços, os públicos que vedam ou dificultam o acesso aos direitos sociais: escolaridade, saúde, documentação, e até liberdade. No curso EFA observado, a infantilização por parte dos professores, as suas considerações sobre os ‘alunos do Moinho, não de cá [da escola]’, que repetem, no curso, com outras situações anteriormente já vividas:

*‘os miúdos do Moinho’: ouvimos falar desta forma sobre os miúdos mais traquinas na Escola Preparatória da Damaia. Seria importante podermos transmitir à escola que não há ninguém, além do Moinho, que organiza atividades com os miúdos ‘mais difíceis’. Se não estivessem no Moinho, estariam pior!’ (reunião dos corpos gerentes, 26. 10. 2000).*

Há, portanto, um ‘outro generalizado’ que se constitui como um ‘outro hostil’, que desperta ações de comunicação e afirmação que contraponham a imagem difundida, mas também um aprofundamento sobre a história da relação entre Portugal e os países africanos, ou dos movimentos de afirmação negra.

Se é face a este outro hostil que toma valor o meio pericial protegido, a importância dos outros solidários reveste-se também do papel de canal de ligação para um exterior eventualmente solidário, por vias próprias ou do apoio e cumplicidade no afrontar o meio adverso.

## **Lugar do tempo**

Diversas abordagens críticas à escola vieram salientar o quanto ela se constituía como lugar que separa o tempo e o espaço para aprender do tempo e espaço para fazer. O mesmo aconteceria com a formação de adultos, subsidiária da forma escolar (lassaliana), marcada

pela sua ‘exterioridade’ temporal e institucional relativamente aos contextos (Correia, 2003: 22). Esta dimensão é central em formação:

*‘A apropriação do mundo, a construção de si, a inscrição numa rede de relações com os outros – o aprender – exigem tempo e nunca ficam terminadas. Este tempo é o de uma história: a da espécie humana, que lega um património a cada geração; a do sujeitos; a da linha que engendrou o sujeito e que ele engendrará. Este tempo não é homogéneo, é marcado por ‘momentos’ significativos, por ocasiões, por ruturas; é o tempo da aventura humana, a da espécie, a do indivíduo. Este tempo, enfim, desdobra-se em três dimensões que se interpenetram e se supõem uns aos outros: o presente, o passado e o futuro’. (Charlot, 1997: 91)*

Formar-se é ‘abrir um horizonte temporal de projeção do poder-ser – aceder a uma temporalidade’ (Honoré, 1990: 231). Esta é uma dimensão difícil, porque os calendários políticos e administrativos não são necessariamente em concordância com os ritmos pessoais e sociais dos implicados – não manifestamos continuamente a nossa formatividade; e porque esta temporalidade consta entre os aspetos sobre os quais não é fácil tomar consciência da importância e, até, prevalência em qualquer aprendizagem, como verificou Josso (2002).

No Moinho da Juventude, enquanto espaço formativo territorialmente situado, a proximidade entre conteúdos de formação e de vida, numa multiplicidade de áreas e objetos, facilita a coincidência dos tempos requeridos. A sua durabilidade possibilita o surgimento de ‘oportunidades’ e ‘iniciativas’. O largo tempo que conta já com trinta anos de existência permite inscrever o que acontece na Associação numa perspetiva ontológica individual e coletiva, permite o tempo para: a socialização, o encontro e comunicação com outros; ‘a reversibilidade dos papéis educativos’ (Canário, 2007: 25); a valorização dos ritmos de vida no bairro; ensinar ‘tudo o que sei e aprendi ao longo da vida’ (Ivone); o espanto; o recolhimento; a explicitação; a constituição de uma memória e pertença coletiva; perceber e lidar com dilemas e tensões; conceber, elaborar, experimentar, consolidar ferramentas e modos de trabalho; enfim, tempo para instituir.

## Moinho, lugar de formação

Sem mais alongar este texto, terminaria sintetizando aquelas que podem ser algumas linhas agregadoras, tendo em conta os eixos que nortearam este estudo. A Associação Cultural Moinho da Juventude faz confluir em si um potencial formativo assente em sete pontos:

1. Valorizar todas as formas e conteúdos de saber, promovendo a reversibilidade de papéis – formador, formando.
2. Adotar critérios de pertinência, com primazia para que as pessoas do bairro possam tomar o lugar de protagonistas e autores do seu fazer.
3. Articular, traduzir e mediar diferentes dispositivos de formação, que se pautam pela relação com ‘outros solidários’, apoio para lidar com os ‘outros hostis’.
4. Uma postura de *artesanão-bricoleur*: visibilizar o invisível e criar conhecimento edificante.
5. Tomar tempo para construir as suas próprias ferramentas e metodologias.
6. Enfrentar as adversidades, através do gerir incertezas e gerar coerências.
7. Ser, simultaneamente, um movimento pedagógico e um movimento social.

O período longo de tempo da existência do Moinho da Juventude, que atravessa já mais do que uma geração, a realização em grupos marcados pela diversidade dos integrantes e o lugar à iniciativa, tornam o Moinho um espaço de oportunidade e um dos principais processos formativos pauta-se pela disponibilização das pessoas (de si mesmo<sup>26</sup>) para novos/outros ‘poder-ser no mundo’.

Evidenciou-se a introdução de lógicas de funcionamento comunitário, em diálogo com lógicas de âmbito ‘especialista’ e administrativo, mesmo que frequentemente sujeitos a pressões por parte de outras organizações. Notou-se uma intensa relação da Associação com entidades estatais, que ocupam um lugar determinante no seu desenvolvimento em termos de enquadramento financeiro e institucional, mas igualmente de legitimação e de ação. O caráter inovador e de autonomia do Moinho da Juventude encontram-se na afirmação e no processo de legitimação da lógica endógena em todo o trabalho que ali se efetua.

---

<sup>26</sup> de si mesmo individualmente, mas também pode ser de si mesmo enquanto coletivo, que pode ser o coletivo Associação, bairro, ou dos imigrantes africanos ou negros.

Uma gramática própria parece constituir-se como matriz instituinte daquela que as pessoas que fazem a Associação nomearam como a ‘maneira de trabalhar do Moinho’, que passa pelo estabelecimento de uma relação: com o saber, com o fazer, com a linguagem, com o outro, e com o tempo.

*‘uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social, gerando transformações sociais a partir do facto de as camadas desfavorecidas terem acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas sobretudo condição de construir conhecimento, em termos de conteúdos, formas e usos’.*

*(Thiollent, 2006: 161-162)*

## Bibliografia

- Afonso, Natércio (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. Porto: Ed. Asa.
- Almeida, Basílio (2009). *Do(s) conceito(s) à(s) praticas de mediação sócio-educativa: alguns contributos para a clarificação de um perfil profissional*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Alves, Natália (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Educa e UI&DCE.
- Amiguinho, Abílio (2008). *A escola e o futuro do mundo rural*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- António, Clésio (2009). Escolas rurais em Portugal: abordagens a um movimento de base educativa. In: Rui Canário e Sónia Rummert (orgs). *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa. 107-118.
- Ardoino, Jacques e Lourau, René (1994). *Pédagogies institutionnelles*. Paris: PUF.
- Arriscado Nunes, João (1995). Com o mal e com o bem, aos teus te atém: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência. *Revista Critica de Ciências Sociais*, n. 42. 5-25.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1998/99). Migrações internacionais em Portugal: o que sabemos e para onde vamos. *Revista Critica de Ciências Sociais*, n. 52-53, 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro e Marques, João Carlos (2006). *Bibliografia sobre imigração em Portugal*. Oficina do CES nº 259.
- Barroso, João (2003) Formação, projecto e desenvolvimento organizacional. In: Canário, Rui (org). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora. 61-78.
- Barroso, João (2006). O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: Barroso, João (org.). *A regulação das políticas públicas de educação: Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa e U&DCE. 41-70.
- Beja Horta, Ana Paula (2008). *A Construção da Alteridade: Nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, FCT.
- Berger, Guy (1992). A investigação em educação: modelos sócio-epistemológicos e inserção institucional. In: *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, n. 3 e 4. 23-36.
- Berger, Peter L. e Luckman, Thomas, (1999 [1966]). *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Ed Vozes.
- Bernardo, João (1998). *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras Editora.
- Bolívar, António (2000). *Los centros educativos como organizaciones que aprenden*. Madrid: ed La Muralla.
- Bolívar, António (2003). A escola como organização que aprende. In: Canário, Rui (org). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora. 79-100.
- Bonvalot, Guy e Courtois, Bernadette (1986). *Projet et autoformation professionnelle. Education Permanente*. 86. 53-65.

- Boutinet, Jean Pierre (1987). Le projet dans le champ de la formation: entre le dure et le mou. *Revue Education Permanente*. 87. 7-17.
- Brandão, Carlos Rodrigues e Streck, Danilo, orgs, (2006). *A pesquisa participante e a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Brandão, Carlos Rodrigues e Danilo Streck (2006a). A pesquisa participante e a partilha de saber: uma introdução. In: Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck, orgs. *A pesquisa participante e a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras. 7-20.
- Brandão, Carlos Rodrigues (2006). A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck, orgs. *A pesquisa participante e a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras. 21-54.
- Canário, Rui (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, Rui (2003). A 'aprendizagem ao longo da vida', análise crítica de um conceito e de uma política. In: Canário, Rui (org). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora. Pp: 189-207.
- Canário, Rui (2005). *O que é a escola? Um 'olhar' sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Canário, Rui (2007). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In: Canário, Rui, org. *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: U&IDCE e Educa. 11-36.
- Canário, Rui (2007a). Aprender sem ser ensinado. In: Minguéns, Manuel (dir.). *A educação em Portugal [1986-2006]. Alguns contributos de investigação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Canário, Rui (2007b). Multiplicar as oportunidades educativas. In: CNE (ed.). *Aprendizagem ao longo da vida no debate nacional sobre educação*. 167-174.
- Canário, Rui, org. (2007c). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: U&IDCE e Educa.
- Canário, Rui (2008). Movimentos sociais e educação popular. Lutas nas empresas em Portugal após o 25 de Abril. *Revista Perspectiva*.v. 26, n. 1, 19-39.
- Canário, Rui (2009). Associativismo e educação popular. In: Rui Canário e Sónia Rummert (orgs). *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa. 133-154.
- Canário, Rui e Cabrito, Belmiro, org. (2008). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa.
- Canário, Rui (2013). Educação popular e 'questão social' na modernidade europeia. In: Danilo Streck e Maria Teresa Esteban (orgs). *Educação popular: lugar de construção social colectiva*. São Paulo: Editora Vozes. 334-347.
- Canário, Rui; Alves, Natália e Rolo, Clara (2001). *Escola e exclusão social*. Lisboa: Educa.
- Canário, Rui; Alves, Natália; Cavaco, Carmen e Marques, Marcelo (2012). *Iniciativa Novas Oportunidades - Genealogia de uma política de educação de adultos*. Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto, 19 a 22 de Junho.
- Castoriadis, Cornelius (1975). *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Ed du Seuil.
- Castoriadis, Cornelius (1994). Texte 13. In: Ardoino, Jacques e Lourau, René. *Pédagogies institutionnelles*. Paris: PUF. 119-121.
- Castoriadis, Cornelius (2003). *O mundo fragmentado, as encruzilhadas do labirinto*. Vila Nova de Famalicão: Campo da Comunicação.
- Charlot, Bernard (1997). *Du rapport au savoir: éléments pour une théorie*. Paris : Anthropos.

- Chené, Adèle (1989). A narrativa de formação e a formação de formadores. In: Nóvoa, António e Finger, Mathias (orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. 88-97.
- Correia, José Alberto (1998). *Para uma teoria crítica em educação*. Porto: Porto editora.
- Correia, José Alberto (2003 [1997]). Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In: Rui Canário (org). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto editora. 13-41.
- Correia, José Alberto (2008). A formação da experiência e a experiência da formação num contexto de crise do trabalho. In: Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (org.). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. 61-72.
- Cortezão e al (2000). *Nos bastidores da formação*. Oeiras: Celta.
- Cyrulnik, Boris (2002). *Un merveilleux malheur*. Paris: Odile Jacob.
- Dominicé, Pierre (1989). O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. Nóvoa, António e Finger, Mathias (orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. 51-62.
- Dubar, Claude (1997 [1991]). *A Socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- d’Espiney, Rui e Correia, José Alberto (2004). *Inovação, cidadania e desenvolvimento local*. Setúbal: ICE.
- Fernandez, Florentino Sanz (2008). Modelos actuais de educação de pessoas adultas. In : Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (org.) (2008). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. Pp. 73-96.
- Ferreira, Fernando Ilídio (2003). *Estudo do local em educação: Dinâmicas socioeducativas em Paredes de Coura*. Dissertação de doutoramento em Estudos da Criança. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Ferreira, Fernando Ilídio; Fernandes, António Sousa e Sarmento, Teresa (s/d). *Cidade educadora: novas perspectivas das políticas educativas*. [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- Ferreira, Sílvia (2004). *O papel do movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio.
- Ferreira, Sílvia (2012). Observando a indecibilidade da participação no terceiro sector na governação em rede. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 97. 107-132.
- Finger, Mathias (2008). A educação de adultos e o futuro da sociedade. In: Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (org.). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. 15-30.
- Finger, Matthias e Asún José Manuel (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída*. Porto: Porto editora.
- Firmino da Costa, António (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In: Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento. 129-148.
- Franco, Raquel Campos (2004). *Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro sector: a definição estrutural-operacional da Johns Hopkins vs a noção de economia social*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências sociais, Universidade de Coimbra, 16-18 de Setembro.
- Freire, João (2006). Um olhar sociológico sobre o associativismo: o clássico e o contemporâneo. In: Ventura, M<sup>a</sup> da Graça. *O associativismo: das confrarias e irmandades*

*aos movimentos sociais contemporâneos*. Lisboa: Ed Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. 15-26.

Freire, Paulo (1972 [1975]). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.

Freire, Paulo (1997). *Política e Educação*. São Paulo: Cortez editora.

Gaio Alves, Mariana (2010). Aprendizagem ao longo da vida: entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(1), pp. 7-28. In: © 2010, CIEd - Universidade do Minho. In: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v23n1/v23n1a02.pdf>

Giddens, Anthony (1998). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.

Gohn, Maria da Glória (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed Loyola.

Gohn, Maria da Glória (2007). *Conselhos gestores e participação sócio política*. São Paulo: Cortez Editora.

Guimarães, Paula (2013). A educação e formação de adultos (1999-2010): a progressiva importância da educação e formação para a competitividade. *Revista da lusófona de educação*, n. 22. 69-84.

Honoré, Bernard (1990). *Sens de la formation, sens de l'être*: en chemin avec Heidegger. Vendée: L'Harmattan.

Honoré, Bernard (1992). *Vers l'oeuvre de formation. L'ouverture à l'existence*. Paris: L'Harmattan.

Illich, Ivan (2004 [1971]). Une société sans école. In: *Œuvres complètes*. Vol 1. Paris: Fayard. 203-377.

Illich, Ivan (1973). *La convivialité*. Paris : Seuil.

Instituto Nacional de Estatística. *Censos de 2011*. Lisboa : INE.

Josso, Marie Christine (1986). Que savons-nous des Projets de formation continue et que faire de ce savoir?. *Education Permanente*. 86. 99-112.

Josso, Marie Christine (1989). Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In: Nóvoa, António e Finger, Mathias (orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. 35-50.

Josso, Marie Christine (2002). *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa.

Kaufman, Jean-Claude (1996). *L'Entretien compréhensif*. Paris: Nathan.

Laville, Jean Louis e Sainsaulieu, Renaud, dir. (1997). *Sociologie de de l'association. De l'organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer.

Laville, Jean Louis (1997). L'association: une liberté propre à l'association. In: Laville, Jean Louis e Sainsaulieu, Renaud (dir.). *Sociologie de de l'association. De l'organisations à l'épreuve du changement social*. Paris: Desclée de Brouwer. 35-90.

Le Botef, Guy (1994). De la compétence: essai sur un attracteur étrange. Paris: Ed d'Organisation.

Le Botef, Guy (1987). La formation en entreprise. *Education Permanente*. 87. 95-105.

Leitão, Jorge (2008). O processo de institucionalização das associações de origem imigrante. In: Marques, Margarida; Santos, Rui e Leitão, José (colab.). *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século. 23-45.

Lesne, Marcel (1984 [1977]). *Trabalho pedagógico e formação de adultos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



- Lesne, Marcel e Minvielle, Yvon (1990). *Socialisation & formation*. Paris: Paideia.
- Lima, Licínio; org. (2006). *Educação não escolar de adultos: Iniciativas de Educação e Formação em contexto associativo*. Braga: Unidade de Educação de Adultos, Universidade do Minho.
- Lima, Licínio (2006a). Introdução. In: Lima, Licínio (org). *Educação não escolar de adultos: Iniciativas de Educação e Formação em contexto associativo*. Braga: Unidade de Educação de Adultos, Universidade do Minho.15-22.
- Lima, Licínio e Afonso, Almerindo Janela (2006). Políticas públicas, novos contextos e actores em educação de adultos. In: Lima, Licínio; org. (2006). *Educação não escolar de adultos: Iniciativas de Educação e Formação em contexto associativo*. Braga: Unidade de Educação de Adultos, Universidade do Minho. 205-232.
- Lima, Licínio (2008). A educação de adultos em Portugal (1974-2004). In: Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (org.). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. 31-60.
- Lobrot, Michel (1966). *La pédagogie institutionnelle. L'école vers l'autogestion*. Paris: Gauthier-Villars.
- Machado, Fernando Luís e Matias, Ana Raquel (2006). *Bibliografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal (2000-2006)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, Margarida (2008). *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. In: Marques, Margarida; Santos, Rui e Leitão, José (colab.). *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século.
- Marques, Margarida (2009). *Migrações e participação social*. Lisboa: Fim de Século.
- Marques, Margarida; Santos, Rui e Leitão, José (colab.) (2008). *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século.
- Martins, Susana da Cruz (2003). Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa. *Sociologia, problemas e práticas*. n. 43. 103-132.
- Mead, George H. (1968 [1934]). *Espiritu, Persona y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Meignant, Alain et Jacq, Francis (1987). Peut-on faire de la formation-action dans un stage interentreprises? *Education Permanente*. 87. 109-124.
- Melo, Alberto (2008). Formação de adultos e desenvolvimento local. In: Canário, Rui e Cabrito, Belmiro (org.). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa. 97-114.
- Mészáros, István (2006). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Montenegro, Mirna (2003). *Aprendendo com ciganos, processos de ecoformação*. Lisboa: Educa.
- Nopes, Adriane (2012). Os “outros” por baixo dos “outros”: o casos das “favelas” no Brasil. Oficina do CES n. 393. [www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/7289\\_Oficina\\_do\\_CES\\_393.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/7289_Oficina_do_CES_393.pdf)
- Nóvoa, António (1989). A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projecto Prosalus. In: Nóvoa, António e Finger, Mathias (orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. 107-130.
- Nóvoa, António (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, António e Finger, Matthias (orgs) (1988). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: DRH Ministério da Saúde.
- Oliveira, Ana e Galego, Carla (2005). *A mediação sócio-cultural: um puzzle em construção*. Lisboa:

ACIME.

- Paulus, Pascal (2013). *Uma outra forma de fazer escola: a Voz do Operário da Ajuda*. Tese de doutoramento, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Peixoto, João (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise social*. Vol. XLII (183). 445-469.
- Pineau, Gaston (1989). A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: Nóvoa, António e Finger, Mathias (orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. 63-77.
- Quintão, Carlota (2004). *Terceiro sector – elementos para referência teórica e conceptual*. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga, 12-15 de Maio.
- Rosende, Vasco (1996). *O mutualismo em Portugal. Dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral.
- Sanz Fernandez (2006). *As raízes históricas dos modelos actuais de educação de pessoas adultas*. Lisboa: Educa.
- Sardinha, João (2004). *Associativismo caboverdiano na área metropolitana de Lisboa e a inserção da comunidade caboverdiana na sociedade Portuguesa*. Actas do VIII Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Acedido por: [www.ces.fe.uc.pt/lab2004](http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004)
- Seixas, Eunice (2008). Governação global e ajuda ao desenvolvimento: ‘dilemas’ das ONG’s nas periferias do sistema internacional. <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/02--2008-ndash-novos-mapas-para-as-ciencias-sociais-e-humanas-artigos-pre-coloquio.php>
- Serres, Michel (1993). *O terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sousa Santos, Boaventura (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso Português. In: Boaventura de Sousa Santos (org). *Portugal, um retrato singular*. Porto: Afrontamento. 13-56.
- Sousa Santos, Boaventura (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: editora ufmg.
- Streck, Danilo (2006). Pesquisar é pronunciar o mundo, notas sobre método e metodologia. In: Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck, orgs. *A pesquisa participante e a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras. 259-276.
- Thiollent, Michel (2006). A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Streck, orgs. *A pesquisa participante e a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras. 151-165.
- Touraine, Alain (2005). *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d’aujourd’hui*. France: Fayard.
- Touraine, Alain (2007). *Penser autrement*. France: Fayard.
- Viegas, José Manuel (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e práticas*. N. 46, p. 35-50.

### **Sites consultados do Moinho da Juventude:**

[www.moinhodajuvenitude.pt](http://www.moinhodajuvenitude.pt)  
<http://redeciencia.educ.fc.ul.pt/moinho/>  
<http://residenciakovam.wordpress.com/>  
<http://educacaoculturapaz.blogspot.pt/>  
<https://myspace.com/kovamstudiu>

### **Outros sites consultados:**

[www.ccb.pt](http://www.ccb.pt)  
<http://alkantara.pt>  
[www.emdrportugal.pt](http://www.emdrportugal.pt)  
<http://www.gtolx.org/>  
<http://politicadecidades.dgotdu.pt>  
<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/>  
<http://www.susanmeiselas.com/>  
[www.opj.ics.ul.pt](http://www.opj.ics.ul.pt)  
<http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/seminarios-mundos-juvenis/187-seminarios-mundos-juvenis-27-de-fevereiro> (consultado a 27. 02. 2013)  
<http://movimentodoassociativismo.blogspot.pt>  
[www.sef.pt](http://www.sef.pt)

### **Publicações, Artigos e comunicações do Moinho da Juventude:**

- Associação Cultural Moinho da Juventude (1994, data atribuída). *Mulheres imigrantes em Portugal*. Documento policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (1996). *Uma cornucópia de interculturalidade no bairro do Alto da Cova da Moura, testemunho das experiências da Associação Cultural da Cova da Moura*. Comunicação apresentada no Congresso Corporeidade no Contexto Multicultural, na Faculdade de Motricidade Humana, 05 de julho de 1997.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (1997). *Experiência de vida numa sociedade multicultural: o papel do poder local e das associações*. Comunicação apresentada no Colóquio 'Um olhar sobre o outro', Ministério da Educação, DEB - NOPAE, 06 e 07 de novembro de 1997.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (1997a). *Papel dos agentes de mudança nos cuidados de saúde, experiência desenvolvida no bairro do Alto da Cova da Moura*. Comunicação apresentada no Colóquio 'Etnicidade, saúde comunitária e política social', Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do ISEG, 05 e 06 de dezembro de 1997.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (1998). *O Mediador*. Amadora: Associação Cultural Moinho da Juventude.

- Associação Cultural Moinho da Juventude (1999). *Empowerment, desenvolvimento sócio-local para o 'empowerment'*. Comunicação apresentada para a Conferência GICEA, CCB, a 21 de setembro de 1999.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2001). Associação Cultural Moinho da Juventude. Revista *Formar*. N. 40, 28-40.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2007). *Discurso proferido por ocasião do Prémio Direitos Humanos atribuído à Associação*, na Assembleia da República. 10 de dezembro.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2008). *A promoção dos direitos culturais por um processo de empowerment*. Comunicação apresentada na Conferência sobre Citizenship in an enlarged Europe, CIDESC. Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, 10 a 12 de abril de 2008.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (s/d). *Uma jornada de inquietude, uma jornada de capacitação*. Amadora: ACMJ.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2007). *Cova da Moura, lugar mestiço, manta de retalhos*. Revista Rede e Teia, jan. 2007.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2007a). *Sinergias e redes*. (documento policopiado).
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2012). *Destaques*. Documento policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2013). Uma terra sem amos. *Boletim do Moinho da Juventude*.
- Meersschaert, Godelieve (2003). *(sem título)*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Cidadania, Emprego e Participação, Centro de Congressos da AIP, em Lisboa, 12 e 13 de novembro.
- Meersschaert, Godelieve (2004). Uma reflexão sobre o contributo da PARCERIA Perit@s de Experiência/Técnic@s no processo de 'empowerment' e na construção da resiliência. [www.moinhodajuventude.pt/projectos/PeritosTecnicos.pdf](http://www.moinhodajuventude.pt/projectos/PeritosTecnicos.pdf).
- Meersschaert, Godelieve (2010), 'Caminhadas', in Côrte-Real, Maria de São José (org.), *Revista Migrações - Número Temático Música e Migração*, Outubro 2010, n. 7, Lisboa: ACIDI, 251-254.
- Wielemans, Greet (2013) A Arte do Batuque: de 'ofensivo da boa moral' (edital de 1866) ao reconhecimento da força terapêutica e arma na prevenção da violência (doméstica). *Revista cabo-verdiana de ciências sociais*. ano 1, n.1. 205-210.
- Vários autores (2008). *Sabura, um projeto de afirmação identitária e comunitária da Cova da Moura*. Revista Aprender ao Longo da Vida. N. 8. 42-46.

#### **Relatórios, balanços gerais da Associação:**

- Associação Cultural Moinho da Juventude (1990). *Relatório de actividades*. Doc policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (1992). *Dossier técnico do projecto 'formações de formadores'*
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2002). *Relatório de actividades*. Doc policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2004). *Relatório de actividades*. Doc policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2004). *Balanço de 7 anos de FORMAÇÃO PARENTAL no Bairro do Alto da Cova da Moura*. Documento policopiado.
- Associação Cultural Moinho da Juventude (2005). *Relatório de actividades*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2006). *Plano de intervenção 2006-2007*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2007). *Plano de actividades*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2008). *Relatório de actividades*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2009). *Relatório de Actividades de 2008. Reajustamento Planeamento 2008 – 2009 em 31/01/2009*.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2009a). *Iniciativa Bairros Críticos – Operação Cova da Moura. Plano de Acção – ponto de situação*.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2009c). *Plano de Actividades 2009-2010*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2010). *Balanço de Actividades do Plano de Intervenção, Jan 2007-Dez 2009*.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2010a). *Plano de intervenção 2010-2012*. Doc policopiado.

### Documentos Técnicos de Experiência

Do projeto DiverCidade:

Nascimento, Carlos Daniel; Rodrigues, Anabela; Borrecho, Lisete; Alfredo, Ana; Santos, Cripriana e Freitas, Ibrantino (2007). *Perit@s de Experiência – Guia de Apoio Formativo*.

Nascimento, Carlos Daniel; Rodrigues, Anabela; Borrecho, Lisete; Alfredo, Ana; Santos, Cripriana e Freitas, Ibrantino (2007). *Perit@s de Experiência – Manual de Formação*.

do projecto The Missing Link:

Sumário do documento base, Setembro 2011

O Elo que falta: promover a inclusão social ao envolver técnicos de experiência: Carta de Princípios

Pacote de reflexão para *tandems*

Técnico da experiência em pobreza e na exclusão social (peritos/a de experiência): Conceitos-Chave e referencial de formação do/a Técnico/ da experiência em pobreza e exclusão social – nível 3

Train the trainer (Draft 09. 09. 2010). Fontys@Focus.

Wuytack, Fábio. Documentário *The missing link*.

### Teoria da Interligação:

Deklerck, Johan e Depuydt, Anouk (1997). A ‘interligação’ e a sociedade desintegrada. Um quadro conceptual para um projecto criminológico de prevenção. In: *Panopticon*.

‘Interligação’ – projecto piloto em 14 escolas do 1º e do 2º ciclo na Flandres. Texto policopiado.

Extratos do livro: ‘A casa dos três o’s’: relatos de jovens que viveram temporariamente o centro de acolhimento, observação e orientação Elkeen. Lommel, Bélgica. 2001.

Exemplos de ‘boas práticas’ – no Moinho da Juventude, projecto Dafne.

### Caixa da emoções

Kog, Marina; Moons, Júlia e Depont, Luk. (S/d). *Uma caixa cheia de emoções, manual*.

### Emprego Apoiado

Meersschaert, Lieve; Relha, Carlos e outros (2005). *Manual de Formação de Técnicos em Emprego Apoiado*. Lisboa: APEA.

(sem autor) (2005). *Manual do Formando e Guia de Avaliação*. Lisboa: APEA.

Relha, Carlos; Sousa, Augusto; Benites, Carla; Rocha, Cláudia; e Duarte, Teresa (2005). *Percursos integrados de inserção (manual)*. Lisboa: APEA.

Relha, Carlos e outros (2005a). *Técnicos de Emprego Apoiado (manual)*. Lisboa: APEA.

Relha, Carlos e outros (2005b). *Trabalho em Rede (manual)*. Lisboa: APEA.

Relha, Carlos e outros (2005c). *Tutoria em Emprego Apoiado (manual)*. Lisboa: APEA.

### Planning for Real

Tony Gibson (1993). *Perigo vs Oportunidade, relatório sobre o desenvolvimento da comunidade de Meadowell*. Joseph Rowntree Foundation. 1998.

### Método DIP (em português Planificação da Intervenção Orientada por Objectivos)

Peeters, Bob (s/d). *Notas de acompanhamento para o curso de formação de formadores 'planificação de intervenções orientadas para objectivos'*. Lovaina: South Resarch. 1998 (data atribuída da tradução).

'documentos de preparação para a introdução à P.I:O.O. (planificação de intervenções orientadas para objectivos).

Documento síntese sobre o método e sobre as produções que daí resultaram na Cova da Moura.

### Método Lens

Attema, F. (1991). *Método LENS, guia para uma análise do futuro de um bairro ou de uma aldeia*. Deventer: Weson. – documento síntese que inclui a descrição de um processo ocorrido num bairro de migrantes da Bélgica em 1996/1997.

### Cidadania Participativa

Associação Cultural Moinho da Juventude (2008). *Contrato-Programa "Cidadania Participativa"*. Doc policopiado.

Associação Cultural Moinho da Juventude (2010). *Cidadania Participativa – Relatório de actividades 2009*. Doc policopiado.

Documentos diversos relativos ao projeto: Atas de reuniões; documento para avaliação sobre cumprimento das metas, ficha inscrição de colaborador no projeto; agendas mensais, etc.

Caenen, Lut (2012). *Coaching no trabalho comunitário*. Cidadania Participativa, do local para o global.

Documentação relativa ao Curso EFA de Técnico/as de Ação Educativa:

Referencial de formação para Técnico de Ação Educativa: 761175 – Técnico/a Código e Designação de Ação Educativa

Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) (2006). *Referencial de competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário*. Documento policopiado.

Candidatura do curso EFA TAE Março de 2008.

Atas das reuniões de formação do curso EFA-TAE.

Relatório de avaliação de Dezembro 2009.

Avaliação dos formandos de Dezembro 2009.

Relatório de Análise das fichas de avaliação, Dezembro de 2009.

Avaliação dos formadores – síntese da avaliação interativa, Maio 2010.

Relatório de Avaliação de Julho de 2010.

Sumários da formação do curso EFA – TAE 2009-2010

**Outros documentos sobre a Associação Moinho da Juventude e sobre o bairro:**

Almeida, Helena (2000). Relato de uma experiência: colaboração do CEACF com a Associação Cultural Moinho da Juventude. *Cadernos CEACF*. N. 15/16. 105-116.

Comissão de Bairro (2006). *Diagnóstico Swot. Alto da Cova da Moura*.

Gestual (2013). *Cova da Moura: que desígnio, que desenho. Balanços e perspectivas*. Documento policopiado.

Gestual (2013). *Cova da Moura: que desígnio, que desenho. Cronologia de um bairro auto-produzido*. Documento policopiado.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2008). *Colaboração do LNEC na análise das condições de habitabilidade do edifício no bairro do Alto da Cova da Moura. Avaliação das necessidades de reabilitação do edifício. Relatório Síntese. Estudo Realizado para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*.

Ramos, Teresa (coord) (2008). *Iniciativa Bairros Críticos na Cova da Moura, relatório preliminar de avaliação externa*. Lisboa: Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, Universidade Católica Portuguesa.

Ramos Rosa, Gisela (2006). *Tocando com as mulheres do batuque*. In: [www.redeciencia.pt](http://www.redeciencia.pt)

Vasconcelos, Ana (2006) *Stanislas Tomkiewicz*, texto elaborado por ocasião da inauguração do Centro de Documentação Tomkiewicz. Documento policopiado.

VVAA (2006). Apresentação dos trabalhos realizados, Inquérito à população. [www.moinhoda juventude.pt/requalif\\_bairro/Resultado%20dos%20inqueritos.pdf](http://www.moinhoda juventude.pt/requalif_bairro/Resultado%20dos%20inqueritos.pdf).

## Documentos legais

*Artigo 1287º, código civil português.*

Boletim do Trabalho e do Emprego, n. 6, vol. 79, de 15. 02. 2012: *Contrato coletivo entre a CNIS — Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a FNE — Federação Nacional da Educação e outros — Revisão global*. Gabinete de Estratégia e Planeamento; Centro de Informação e Documentação P. 420-469.

Código Civil, Capítulo VI – Usucapião, Secção I, Disposições gerais, Artigo 1287º: define o usucapião.

Decreto-lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro,: define o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

Decreto-lei n. 3-A/96, de 26 de Janeiro: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

Despacho conjunto 304/98 de 24 de Abril: mediadores socioculturais

Decreto lei 115/99, de 3 de Agosto: define as associações de imigrantes

Lei n. 105/2001 de 31 de Agosto: Estabelece o estatuto legal do mediador sócio-cultural.

Decreto Lei 53/2003 de 11 de Dezembro: declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a área correspondente ao Bairro da Cova da Moura.

Resolução do Conselho de Ministros n. 143/2005, Diário da República, n. 172, série I-B, de 7 de Setembro de 2005.

Portaria n.º 230/2008 de 7 de Março: define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos.

Anúncio n.º 323/2013 de 16 de outubro de 2013. Inscrição do “Kola San Jon” (Bairro do Alto da Cova da Moura, Amadora) no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Diário da República, 2.ª série — N.º 200.